



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL de LONDRINA

---

AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:**  
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO

---

Londrina  
2020



AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:  
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloiza Cristiane Torres

Londrina  
2020



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

A979      Ayoub, Ayoub Hanna .  
            O Novo Código Florestal: a Ciência Geográfica e o debate jornalístico / Ayoub Hanna Ayoub. - Londrina, 2020.  
            192 f. : il.

            Orientador: Eloiza Cristiane Torres .  
            Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.  
            Inclui bibliografia.

            1. Ciência Geográfica - Tese. 2. Território - Tese. 3. Novo Código Florestal - Tese. 4. Jornalismo - Tese. I. Torres , Eloiza Cristiane . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91



AYOUB HANNA AYOUB

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL:  
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloiza Cristiane Torres  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Léia Aparecida Veiga  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

---

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Fraga Portugal  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karine Bueno Vargas  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -  
UFRRJ

Londrina, 26 de outubro de 2020.



## **DEDICATÓRIA**

Para **Thamine** e **Alissar**, minhas paixões,  
sempre na luta por um mundo melhor.

Para cientistas, pesquisadoras e  
pesquisadores que contribuem para que  
as pessoas obtenham um novo olhar  
sobre a causa ambiental.



## **AGRADECIMENTOS**

A multifacetada tarefa de construir uma tese só é plenamente realizável, se tiver podido contar com a atitude cooperante de um significativo conjunto de agentes, em diferentes momentos, nos mais variados papéis e diante de situações inesperadas. Portanto, agradeço:

A todos os que, de modo direto ou indireto, me apoiaram, atendendo às demandas por informação, avaliação de direcionamentos tomados, esclarecimentos sobre o manejo da coleta de dados e nas sugestões quanto aos aportes metodológicos, dentre outras inestimáveis contribuições. Não os nomeio, individualmente, para evitar o risco de omissões, mas presto-lhes aqui o meu mais sincero tributo.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Eloiza Cristiane Torres, por sua dedicação, disposição constante em compartilhar seus conhecimentos e experiências, pela paciente revisão de meus escritos, sempre seguida de precisas avaliações dos conceitos apresentados — uma pesquisadora atenta com as alternativas hoje frequentes na interdisciplinaridade da educação ambiental.

À equipe de professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por tudo o que com eles aprendi, tanto nas disciplinas cursadas, como nos eventos e na leitura de suas produções. Destaco minha satisfação pela acolhida que me proporcionaram em seus respectivos campos de estudo, e na aptidão que me transferiram no sentido de ampliar meus horizontes na Ciência Geográfica.

À Prof.<sup>a</sup> Esther Gomes de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, com quem aprendi, com grande empolgação, a gostar e entender de Análise do Discurso, metodologia por mim incorporada à base explicativa de minhas reflexões. Expresso aqui minha especial gratidão, pelas competentes sugestões recebidas da professora, para o aporte metodológico desta tese.

À Prof.<sup>a</sup> Nilza Aparecida Freres Stipp e ao Prof. Miguel Luiz Contani, pelos aconselhamentos oferecidos durante a etapa de qualificação. Dedico particular apreço à atenta leitura realizada por ambos, para mim, uma honrosa demonstração



de empenho para o aperfeiçoamento da proposta de estudo e ampliação da eficácia metodológica.

Aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por atenderem, com admirável receptividade, à solicitação de participar de uma vivência dialogal sobre as análises de dados, realizada durante a disciplina Geografia Física e Educação Ambiental. Os resultados geraram evidências da aquisição de olhares renovados sobre a questão central da pesquisa, e foram incorporados ao capítulo analítico desta tese.

À minha mãe, Hélène, à minha companheira Gláucia e a nossas filhas Thamine e Alissar — mulheres que me dão rumo — agradeço o incentivo, o encorajamento e a renovação de ânimo diante dos obstáculos. E também por abrirem mão de minha companhia e de meu apoio, nos momentos de envolvimento com a pesquisa.

À Universidade Estadual de Londrina, por viabilizar a concretização de mais essa capacitação em minha trajetória profissional.



É fundamental que no âmbito da problemática ambiental os fundamentos teóricos de uma nova forma de produção do conhecimento sejam indissociáveis da prática interdisciplinar, entendida como a articulação das diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais.

*Dimas Floriani*



AYOUB, Ayoub Hanna. **O Novo Código Florestal: a Ciência Geográfica e o debate jornalístico**. 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

O Novo Código Florestal Brasileiro insere-se como uma das discussões centrais levadas a efeito atualmente, tanto pelas repercussões que produz quando a ele se associa o tema do direito ambiental, como pela prontidão que se verifica, em todas as esferas de opinião, para uma avaliação de impactos, equilíbrio, preservação, cuidados especiais a tomar, crenças, hábitos a adquirir e/ou modificar. A Ciência Geográfica tem essa discussão como objeto de permanente estudo. Este trabalho realiza uma análise do noticiário do jornal O Estado de S. Paulo, no período de 2010 a 2018, envolvendo a discussão do Novo Código Florestal. O fenômeno midiático, originado pelo debate registrado nas páginas desse jornal, é estudado em termos dos impactos e da influência direta que é capaz de projetar na predisposição interpretativa dos leitores. A categoria de análise geográfica adotada é a de Território. A tese defendida é de que há modos de evidenciar a ocorrência de processos de manipulação da informação, pela divulgação de uma posição político-partidária de características conservadoras. Para a coleta, descrição e análise dos dados, a metodologia associa referenciais teóricos do Jornalismo e da Ciência Geográfica, aos critérios de Valência e ao conceito de Cenografia, este último encontrado na abordagem de Análise do Discurso (Dominique Maingueneau). Esse mesmo direcionamento metodológico orienta a contínua aferição e ajustes, de modo a assegurar confiabilidade para composição de um roteiro apto a permitir inferências sobre as hipóteses levantadas. Os princípios da Educação Ambiental são vivenciados na condução de uma oficina com estudantes de pós-graduação em Geografia, e os resultados foram incorporados na validação das hipóteses. Enunciar ajustes nas bases metodológicas é uma contribuição esperada diante da responsabilidade imposta pelo tratamento do tema da manipulação. A complexidade dos tópicos presentes no noticiário, os aspectos a serem levados em consideração e as formas de expressar os resultados do debate aqui mencionado, são fatores considerados indissociáveis.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Ciência Geográfica. Território. Novo código florestal. Jornalismo.



AYOUB, Ayoub Hanna. **The New Forest Code**: the geographic science and the journalistic debate. 2020. 190 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## **ABSTRACT**

The New Brazilian Forest Code is one of the main discussions currently held, due to the repercussions it produces as a topic associated with the theme of environmental law, as well as by the promptness from the part of all spheres of opinion, for an evaluation of impacts, balance, preservation, special care to be taken, beliefs, habits to acquire and/or modify. Geographic Sciences hold this discussion as an object of permanent study. This work conducts an analysis of the news reported by the newspaper O Estado de S. Paulo, during the period from 2010 to 2018, involving the environmental issues. The media phenomenon of the debate on the pages of this newspaper is focused on its impacts and direct influence in the reader's interpretative predisposition. The category of geographic analysis used is that of Territory. The thesis statement is that there are ways of evidencing the use of information manipulation in connection with the intense disclosure of a political partisan position of conservative characteristics. For data collection, description and analysis, the methodology combines theoretical references of journalism and geographical sciences, with Valence criteria and the concept of Scenography, this latter found in the Discourse Analysis approach (Dominique Maingueneau). Such procedures further source continuous measurement and adjustments, so that they can provide a reliable guide for inferences on the hypotheses raised. The principles of Environmental Education are experienced during a workshop session with students of postgraduation in Geography, and the results are incorporated in the validation of hypotheses. Enunciating revised methodologies is also an expected contribution, considering the responsibility imposed by the treatment of the theme of manipulation. The complexity of the topics in the news, the aspects to be considered and the ways of expressing the results of the aforementioned debate, are factors deemed inseparable.

**Keywords:** Environmental Education. Geographic Science. Territory. New Forest Code. Journalism.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Capa da edição nacional do dia 09/05/2010 .....	57
<b>Figura 2</b>	Capa da edição nacional do dia 10/06/2010 .....	59
<b>Figura 3</b>	Capa da edição nacional do dia 07/07/2010 .....	60
<b>Figura 4</b>	Capa da edição nacional do dia 23/07/2010 .....	62
<b>Figura 5</b>	Capa da edição nacional do dia 25/02/2011 .....	63
<b>Figura 6</b>	Capa da edição nacional do dia 03/05/2011 .....	64
<b>Figura 7</b>	Capa da edição nacional do dia 10/05/2011 .....	66
<b>Figura 8</b>	Capa da edição nacional do dia 13/05/2011 .....	67
<b>Figura 9</b>	Capa da edição nacional do dia 24/05/2011 .....	69
<b>Figura 10</b>	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 25/05/2011 .....	70
<b>Figura 11</b>	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/05/2011 .....	73
<b>Figura 12</b>	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 09/06/2011 .....	77
<b>Figura 13</b>	Capa da edição nacional do dia 11/10/2011 .....	79
<b>Figura 14</b>	Capa da edição São Paulo do dia 07/12/2011 .....	80
<b>Figura 15</b>	Capa da edição nacional do dia 11/12/2011 .....	84
<b>Figura 16</b>	Capa da edição nacional do dia 09/03/2012 .....	85
<b>Figura 17</b>	Capa da edição nacional do dia 24/03/2012 .....	86
<b>Figura 18</b>	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/04/2012 .....	87
<b>Figura 19</b>	Capa da edição São Paulo do dia 26/05/2012 .....	89
<b>Figura 20</b>	Capa da edição São Paulo do dia 30/05/2012 .....	90
<b>Figura 21</b>	Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 06/06/2012 .....	91
<b>Figura 22</b>	Capa da edição nacional do dia 27/08/2012 .....	93
<b>Figura 23</b>	Capa da edição nacional do dia 30/08/2012 .....	94
<b>Figura 24</b>	Capa da edição nacional do dia 19/10/2012 .....	94
<b>Figura 25</b>	Capa da edição nacional do dia 18/09/2016 .....	96
<b>Figura 26</b>	Capa da edição nacional do dia 13/02/2017 .....	97
<b>Figura 27</b>	Capa da edição nacional do dia 25/02/2018 .....	98



<b>Figura 28</b>	Capa da edição nacional do dia 01/03/2018 .....	99
<b>Figura 29</b>	Capa da edição nacional do dia 02/03/2018 .....	100
<b>Figura 30</b>	Percurso da análise.....	103
<b>Figura 31</b>	Textos da primeira atividade de análise da oficina.....	108
<b>Figura 32</b>	Textos da segunda atividade de análise da oficina.....	109
<b>Figura 33</b>	Textos da terceira atividade de análise da oficina.....	111
<b>Figura 34</b>	Textos da quarta atividade de análise da oficina .....	112
<b>Figura 35</b>	Textos da quinta atividade de análise da oficina.....	115
<b>Figura 36</b>	Textos da sexta atividade de análise da oficina .....	116



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Número de registros encontrados de acordo com o termo de busca.....	48
<b>Tabela 2</b>	Frequência dos 10 adjetivos mais utilizados por editoria .....	50



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Lista de capas de edições impressas selecionadas para a pesquisa.....	51
<b>Quadro 2</b>	Análise das valências das matérias .....	102
<b>Quadro 3</b>	Lista de todos os registros de busca da pesquisa.....	127



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Histórico da legislação ambiental brasileira .....	49
<b>Gráfico 2</b>	Histograma dos registros encontrados por ano e por editoria .....	49
<b>Gráfico 3</b>	Mapa das locuções mais frequentes encontradas na pesquisa .....	51
<b>Gráfico 4</b>	Histograma dos registros encontrados por trimestre e por editoria .....	140
<b>Gráfico 5</b>	Histograma dos registros encontrados por mês e por editoria .....	140



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAR	Cadastro Ambiental Rural
Enanpege	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
FPA	Frente Parlamentar Mista da Agropecuária
JL	Jornal de Londrina
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESP	Jornal O Estado de S. Paulo
PPGeo	Programa de Pós-Graduação em Geografia
STF	Supremo Tribunal Federal



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO .....</b>	<b>23</b>
2.1	IMPrensa E LIBERDADE .....	26
2.2	PRINCÍPIOS AMBIENTAIS .....	36
2.2.1	Categoria Território .....	38
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>44</b>
3.1	DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA .....	46
3.2	GUIAS DE ANÁLISE .....	54
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>OFICINA PEDAGÓGICA EM MÍDIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA .....</b>	<b>104</b>
5.1	MANIPULAÇÃO DA MÍDIA .....	104
5.1.1	Parte Teórica .....	105
5.1.2	Parte Prática .....	106
5.2	RETORNO DA OFICINA .....	117
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>126</b>
	APÊNDICE A Registros de busca .....	127
	APÊNDICE B Frequência de publicação das notícias que compõem o corpus da pesquisa .....	140
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>
	ANEXO A Fac-símile das capas e referidas reportagens do Estadão ..	142



## 1 INTRODUÇÃO

Danos em relação à poluição das águas, destruição das florestas, extinção de espécies animais e vegetais com a consequente alteração e redução da diversidade biológica, fazem parte da exigência de uma atitude de prevenção, mas também são requeridas diferenciações de aplicação dos conceitos em torno dela. Para Aragão (2018), dentro da complexa teia de relações encontrada no tratamento das questões ambientais, mesmo com os relevantes aportes conceituais e formas de abordagem, como os da teoria sistêmica, teoria da complexidade, do materialismo histórico e dialético, da fenomenologia entre outros, a produção de um saber com suficiente abrangência é um permanente desafio. Trata-se de algo extremamente difícil, tendo-se em conta as diferentes visões sobre o tema, a diversidade interpretativa que provocam na busca para compreender o arranjo de relações que compõem a noção de meio ambiente. A Geografia se incorpora pelo fato de que sua “evolução histórica e movimentos de renovação internos auxiliam para colocá-la como importante componente na construção de um saber holístico” (ARAGÃO, 2018, p. 152).

Ao discutir os motivos pelos quais a reflexão sobre a questão ambiental é incorporada pela Geografia, o autor menciona os grandes desafios originados pela ordem econômica vigente, demandando ações políticas de grande envergadura e o acompanhamento de processos tais como as mudanças climáticas, a fome, as enchentes urbanas, a diminuição da pobreza, a resolução de conflitos étnicos, terrorismo, dentre outros. A confusão entre informação e conhecimento que configura a expansão do meio técnico e científico atualmente, é acentuada também pelo distúrbio na correlação entre realidade e meio ambiente. (ARAGÃO, 2018, p. 152).

Esse conjunto de causas é agravado pela insuficiência da ciência em geral, no sentido de apresentar propostas que ultrapassem o modelo cartesiano de construção do conhecimento, e pela exigência cada vez maior, no ambiente escolar de realizar ações interdisciplinares. “As propostas em educação nos países, como o Brasil, ganham conteúdo social mercadológico – e não humano emancipador, à medida que instrumentalizam a educação à mercê das transformações socioeconômicas necessárias” (ARAGÃO, 2018, p. 152). O autor completa afirmando que



A questão ambiental, por sua vez, implica a reforma de inúmeras estruturas, sejam elas de pensamento, econômicas, sociais, culturais, políticas, entre outras. Sobretudo, quando a escala dos grandes dilemas e paradoxos socioambientais não está circunscrita a um ou outro local da superfície terrestre, dispondo-se entre extensões espaciais multiescalares e com dinâmicas em rede caracterizadas pela instantaneidade temporal inédita das informações, viabilizada pela técnica dos tempos globalizados (ARAGÃO, 2018, p. 152).

A dialogicidade com outros campos do saber sempre foi uma marca e até uma forma de identidade científica da Geografia, e agora, mais do que nunca, essa característica não pode ser colocada em segundo plano. Há, portanto, para pensar a questão ambiental, a necessidade de se pensar uma Geografia plena de interdisciplinaridades, sobretudo em temas como as relações do homem com o meio, o ser humano compreendido como um ente natural interno. (ARAGÃO, 2018, p. 169). E cabe reconhecer também que a Geografia deve ser entendida “com seu arcabouço teórico metodológico, uma importante condutora da discussão interdisciplinar, por ora, indicada como a mais próxima para uma compreensão holística das questões ambientais que compõem a realidade” (ARAGÃO, 2018, p. 171).

Tradicionalmente a imprensa mantém espaços destinados a artigos opinativos. No caso de opinião do próprio jornal, o espaço prioritário é o editorial, mas há outras possibilidades, como os artigos de opinião, assinados pelos chamados articulistas e as colunas (espaços fixos sobre determinados assuntos, como, por exemplo, política ou economia, diárias ou com outra periodicidade). As colunas também podem ser escritas por articulistas que são jornalistas ou colaboradores especializados de outras profissões, caso de economistas, engenheiros agrônomos, médicos, advogados, dentre outros. O editorial sempre representa a opinião da empresa, mas os demais formatos podem ser usados para também expressar opiniões divergentes. Há ainda a possibilidade de eventuais respostas às opiniões expressas em artigos ou mesmo colunas.

De acordo com a regulamentação da profissão de jornalista, esse tipo de atividade (de colaboradores e articulistas) não é restrito aos jornalistas. Isso não significa que os princípios éticos que regem a profissão de jornalista não devam ser respeitados. Existem também as regras do jornalismo de qualidade que regem a atividade profissional como um todo, independentemente do Código de Ética. Princípios como, por exemplo, o compromisso com a verdade dos fatos. Esta é a essência da análise proposta nesta tese, que se assenta no princípio de que o direito



à Informação (do cidadão) acaba por ser restringido ou até mesmo tolhido, exatamente no interior do debate sobre liberdade de imprensa em contraposição a “liberdade de empresa”. Quem define a linha e, fundamentalmente, o conteúdo editorial dos meios de comunicação é o proprietário da empresa.

O jornalista (e também professor) Perseu Abramo<sup>1</sup> deixou um legado profissional e ético que influenciou, influencia e continuará influenciando várias gerações de jornalistas. Em quase meio século de atividade profissional, destacou-se por ser uma referência ética. Um conceito marcante contido em sua obra *Padrões de manipulação na grande imprensa* é o de que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, *praticado pela maioria da grande imprensa*, é a manipulação da informação” (ABRAMO, 2003, p. 23, grifo nosso). Os padrões de manipulação abrangem elementos tais como: ocultação; fragmentação; inversão; indução; padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio. Nessa mesma fonte, encontra-se o prefácio assinado por Hamilton Octávio de Souza<sup>2</sup> para quem a manipulação está estruturada no modo de produção do jornalismo, que ultrapassa a própria ação restrita aos empresários, com seus interesses específicos e diretos.

A manipulação é produzida pelo profissional da redação, o jornalista que passou pela universidade, e que entende de comunicação – e que está “impregnado” pela ideologia do proprietário do veículo em que trabalha. Se essa consideração pode ser aplicada ao jornalista que trabalha no jornal, certamente deve ser entendida com a mesma perspectiva quando se trata de colaboradores (colunistas), muitas vezes escolhidos diretamente pelo próprio dono do jornal. É desse cenário que se extrai a pergunta que dá partida a esta pesquisa: Que evidências podem ser encontradas a respeito de como se dá a utilização da imprensa, por parte desses mesmos setores conservadores da sociedade, quando se trata de debates sobre o Novo Código Florestal?

São levantadas as seguintes hipóteses: 1) Tanto a articulação política como as intervenções no Congresso, têm os mesmos atores (“agronegócio” e “bancada ruralista”); 2) A posição político-partidária conservadora é habilmente

---

<sup>1</sup> 1 ABRAMO, Perseu: Jornalista e sociólogo. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia, e professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Armando Álvares Penteado.

<sup>2</sup> 2 SOUZA, Hamilton Octávio de: Jornalista e professor universitário. Foi aluno e colega de trabalho de Perseu Abramo. Dentre várias atividades profissionais e cargos, destacam-se a chefia do Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o de editor da revista *Sem-Terra*.



embutida em mensagens veiculadas em frequência e intensidade suficiente para caracterizar manipulação. O objetivo geral é avaliar o grau em que os elementos encontrados podem sustentar a afirmação de que há um controle ideológico permeando os textos jornalísticos, e manipulação conservadora na difusão de informações sobre o Novo Código Florestal n'O Estado de S. Paulo (OESP). Os objetivos específicos são:

- Analisar conceitualmente a complexidade dos tópicos relacionados à abordagem sobre o Novo Código Florestal, para verificar como são apresentados na Ciência Geográfica e o enfoque pelo qual são tratados na linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo;
- Descrever os modos como a postura editorial do jornal O Estado de S. Paulo reflete, de forma não explícita, as atitudes e ideias dos atores envolvidos, na difusão de mensagens negativas e conservadoras sobre o debate a respeito das mudanças do Novo Código Florestal;
- Enunciar uma composição de guias de análise derivados de uma metodologia cruzada entre conceitos de Ciência Geográfica e Jornalismo, para aferir, com base em conceitos de Análise do Discurso, a linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo, e inferir sobre a presença de manipulação da informação;
- Avaliar se o grau de concentração e o volume dessa manipulação evidenciam um efetivo potencial de interferir na formação de opinião, na absorção de conceitos sobre o Novo Código Florestal e na eventual adesão da opinião pública a uma postura conservadora.

Os referenciais teórico-metodológicos da Ciência Geográfica e os da pesquisa jornalística comporão um elenco de procedimentos de coleta, descrição e análise de dados, para determinar em que medida a concentração de ocorrências, encontradas nos materiais em análise, é suficiente para autorizar a inferência de que elas significam a veiculação de uma postura conservadora. Esse encaminhamento



metodológico vem sendo adotado pelo autor desta tese, desde os estudos de mestrado, em que mensurou o grau de manipulação encontrado nos noticiários publicados na imprensa, naquela oportunidade, com recorte na questão agrária. A satanização do MST constatada nesse trabalho dissertativo já implicava o debate da questão ambiental, e agora é particularizada para as discussões do Novo Código Florestal. Em ambos os casos, verifica-se a presença, em diversos graus dos atores bancada ruralista no Congresso e os representantes do agronegócio.

Na experiência da pesquisa de mestrado, foram gerados procedimentos que agora serão aperfeiçoados e expandidos, para alcançar maior precisão conceitual, harmonia na atribuição de valor, adequação de terminologia, ampliação no alcance dos problemas e fatores de integração humana, dentre outros, em que a Ciência Geográfica e a prática jornalística irão assegurar tratamento científico de conteúdos envolvidos na questão agrária e na crise ambiental.

Os debates entre participantes do grupo de pesquisa em mídia impressa e Geografia resultaram na publicação do livro intitulado *Geografia e Mídia Impressa*, em cuja linha editorial se definia que o papel da mídia impressa era associado à construção de representações sociais e nas apropriações e usos dos lugares pelas diferentes classes sociais. A mídia impressa era também entendida “numa perspectiva geográfica, enquanto instrumento de registro e construção da memória de determinadas geografidades, por abordar fatos que necessariamente estão localizados espaço-temporalmente” (KATUTA, et al., 2009, p.7).

A experiência da publicação desse livro mostrou a importância da interdisciplinaridade entre a Ciência Geográfica e o Jornalismo, tanto no sentido prático como no de objeto de pesquisa. Na sequência, o autor desta tese participou, no âmbito do programa, de disciplinas do doutorado em Geografia, e ofertou, no curso de jornalismo da UEL, uma disciplina especial aberta à participação de estudantes de Geografia, e minicursos na Semana de Geografia da UEL (2014 e 2019). Foi assim reforçada a compreensão da importância da interdisciplinaridade Geografia/Jornalismo. A proposta desta tese é, portanto, colocar em diálogo os referenciais teóricos da Ciência Geográfica com o conteúdo da ação jornalística – buscando promover, na prática de análise de uma mídia impressa, a interdisciplinaridade.

A coleta de dados desta tese abrangeu o período entre 2010 e 2018, o que possibilitou contato com um considerável conjunto de registros. Esse resultado constituiu um panorama histórico das etapas pelas quais a abordagem do Novo



Código Florestal se configurou. O recorte foi estabelecido considerando os textos que apareciam na coleta mas que, ao mesmo tempo, tinham chamada na capa. Chegou-se ao montante de 29 matérias dentro desse critério, que foram analisadas integralmente. Uma peculiaridade a registrar é o fato de que o jornal publica duas edições no mesmo dia, uma para a cidade de São Paulo e outra para todo o território nacional. A maior parte das vezes, os conteúdos coincidem, mas há ocasiões em que se diferenciam – a edição nacional tem que obrigatoriamente se fechar antes para que o jornal impresso possa ser transportado para distâncias maiores.

A descrição e análise de dados foram guiadas pela atribuição de valências (positiva, negativa ou neutra) ao que foi designado como “cenografia” referindo-se ao conjunto de cenas que legitimam o discurso contido nos enunciados das matérias publicadas. O critério de valências emprega a adaptação feita por Neves (2008) da definição dada pelo DOXA – Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública. A abordagem de cenografia provém da Análise do Discurso, conforme explicada por Maingueneau (2013). As conclusões decorrentes da atribuição de valências, a cada uma das cenografias, levou a uma tabela que contemplou a sistematização das análises sobre o comportamento do jornal, e permitiu o teste das hipóteses levantadas. O teste realizado foi aferido, de maneira dialogada, em sessão remota na qual estudantes do PPGeo expressaram seus pontos de vista, a partir dos argumentos encontrados nesta pesquisa.

A contribuição mais importante buscada centra-se na educação ambiental, tendo como foco os estudantes de Geografia e os estudantes de Jornalismo. Os alunos de Geografia encontram, no noticiário da grande imprensa, uma de suas fontes de pesquisa. Os alunos de Jornalismo, em seu cotidiano de trabalho, defrontam-se com demandas no sentido de abordar temáticas do campo da Ciência Geográfica. Nas demandas de educação ambiental e em qualquer outra, tanto um grupo como o outro não podem abrir mão de desenvolver visão crítica; portanto, é de inegável importância compreenderem a visão e a tendência propagadas no jornal a que têm acesso.

Esta tese é apresentada em seis capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo contextualiza os temas da liberdade de imprensa, da manipulação nas crenças e nos hábitos de uma população de leitores e do confronto ideológico. Ênfase é dada para o modo como a Ciência Geográfica tem o potencial de instrumentalizar a construção de conteúdos e de oferecer bases críticas de análise



quando se pensa a discussão sobre o Novo Código Florestal tratada por uma mídia impressa de veiculação diária. A noção de manipulação é colocada em destaque para contrastá-la com a prática jornalística e, ao mesmo tempo, discuti-la com base num aporte teórico, do qual serão extraídos conceitos a serem cruzados nos guias de análise.

O capítulo três explicita o enfoque metodológico e estabelece os guias de análise do estudo realizado na tese. Desse mesmo capítulo, constará uma detalhada explanação dos conceitos selecionados na abordagem da Análise do Discurso e na aplicação do critério de valências. Essa é a base do procedimento para definir o elenco de fatores a serem cruzados com aqueles extraídos das geografias apontadas no capítulo anterior.

O capítulo quatro promove a apresentação dos dados e a discussão a serem levados à etapa de teste da hipótese e inferência geral do estudo. O capítulo cinco enfatiza aspectos de educação ambiental tratados, de modo vivencial, em oficina realizada com estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, e transporta os resultados obtidos ao propósito de validação das hipóteses. As considerações finais, capítulo seis, expressam as sínteses mais importantes obtidas e indicam os desdobramentos temáticos com vistas a inspirar futuras pesquisas.



## 2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

A Constituição do Brasil assegura a liberdade de expressão e manifestação do pensamento, implicando, ao mesmo tempo, um direito de caráter inalienável, permanentemente protegido e uma condição de exercício da cidadania, fator igualmente explicitado com destaque na mesma carta. Ocorre, no entanto, que tal garantia de liberdade não pode ser confundida com permissão ou justificativa para a omissão ou a distorção de informações, sobretudo por órgãos da imprensa escrita, falada e televisada, aí incluída a ampla diversidade de mídias atualmente encontradas. A liberdade jamais pode ser usada como pretexto para críticas infundadas ou informações falsificadas, estando seus autores dispensados da responder pelo ato de disseminá-las.

A Liberdade de Imprensa é um direito consagrado. Trata-se, nesse importante aspecto, de um direito associado ao exercício do jornalismo de qualidade. O princípio constitucional foi assegurado exatamente para se combater a censura e a imposição de restrições ao exercício pleno do jornalismo. Evidentemente, não pode ser substituído pela possibilidade de uso do jornalismo (ou do falso jornalismo) para divulgação de informações incorretas, generalizações com base em parcialidades, em fatos que não se consumaram, em conclusões precipitadas e, principalmente e mais grave, alterações e falsificação no percurso entre fonte e destino de uma notícia e sua respectiva análise.

O Direito à Informação, cabe reiterar, é um princípio constitucional consagrado e se aplica ao cidadão. Em última instância, é a ele a quem se destina a notícia que deve ser veiculada com base no princípio da Liberdade de Imprensa. São direitos distintos, mas intrinsecamente conjugados e precisam ser praticados e usufruídos de forma conjugada. Existe, de fato, na sociedade, uma situação de conflito: a grande maioria da população, de um lado, e todas as diferentes forças da classe dominante, de outro. Esse conflito pode ser explicado pelos acontecimentos históricos que levaram à consolidação de uma burguesia no Brasil, que deveria ser progressista, modernizante e liberal. Não é o caso: ela não conseguiu impulsionar a evolução do capitalismo e, mais grave, mostrou-se conservadora ao extremo.

A herança colonial e os processos posteriores resultaram na estrutura fundiária concentrada, ainda presente nos dias de hoje refletida, ao mesmo tempo, no poder econômico e no poder político. Uma das consequências é a formação de



verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar. Origina-se assim uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender os próprios interesses. As distorções denunciadas por Perseu Abramo “assumiram com muito mais desenvoltura o domínio das redações — após mais de dez anos de adesão da imprensa brasileira aos valores do neoliberalismo e a participação da mídia no exercício do poder formal das elites dominantes” (SOUZA in: ABRAMO, 2003, p.18).

No campo acadêmico, vários pesquisadores trabalham com projetos que são referências nos estudos da comunicação em geral e, particularmente, do jornalismo. Uma dessas referências é o trabalho do professor Rogério Christofolletti, da Universidade Federal de Santa Catarina, criador de um observatório (Monitores de Mídia) que tem como objetivo analisar a atuação da imprensa. Em artigo publicado sobre a “*criminalização de vítimas da imprensa*”, Christofolletti (2005) trata dos erros cometidos pela mídia no encaminhamento do noticiário a respeito de situações em que as pessoas podem tornar-se vulneráveis. Lembra que o princípio da dúvida deve ser acionado como contribuição para a prática jornalística. Analisa o caso de Juliana da Silva Souza de Jesus, microempresária que desapareceu de casa, e o noticiário veiculado pelo Jornal *A Notícia* de Joinville, um periódico existente há mais de 80 anos, era de que a razão desse desaparecimento era a intenção de praticar aborto.

Na análise de uma semana de jornais, Juliana volta sucessivamente ao noticiário, não mais na condição de microempresária, mas como criminosa e envolvida com prostituição. Houve o chamado mecanismo de suspeição da personagem. Com o acréscimo de vozes autorizadas (uma psicóloga, um médico e um advogado) com quem teve contato, esse descredenciamento ficou ainda mais forte. São feitas comparações com duas referências a casos políticos ocorridos durante o governo Collor. É o caso de Alcení Guerra, então ministro da saúde, que recebeu uma série de denúncias que depois não ficaram provadas. Os danos à sua imagem não foram nunca apagados/revertidos. Ibsen Pinheiro, deputado federal na mesma época, foi acusado de movimentar um milhão de dólares em contas pessoais, o que também não ficou provado e arrasou sua carreira parlamentar. Na verdade, ficou comprovado que não houve o fato (o editor da revista admitiu o erro posteriormente – a movimentação foi de mil dólares).

O autor problematiza a questão desdobrando-a no seguinte raciocínio: Os envolvidos podem ser considerados *vítimas da imprensa* uma vez que



as situações que motivaram seus problemas foram provenientes de matérias mal-apuradas e pela pressa em trazer o *furo* na concorrência. Há jornalistas que de fato buscam desviar-se das armadilhas, mas nem sempre isso é totalmente possível. Tais erros poderiam ser evitados se houvesse maior rigor nos procedimentos jornalísticos e mais cuidado e reflexão nas esferas da ética profissional. Houve pressa e falta de verificação (prontuários médicos, a versão da própria Juliana).

As seguintes perguntas são apresentadas: 1) em que situações o jornal pode estampar fotos de suspeitos algemados na capa, mesmo ainda não estando provadas suas culpas em crimes? 2) criminosos ou suspeitos podem não autorizar o uso de suas imagens pelos veículos de comunicação? 3) caso seja negado o uso, como devem agir repórteres e editores? O que restaria fazer? 5) no meio de versões conflitantes, deve-se sempre dar mais crédito às declarações de quem possui mais instrução ou especialização profissional? 5) é prudente um jornal publicar versões mesmo que a fonte não decline sua identidade ou o jornal tenha acesso às declarações por terceiros? 6) para os jornalistas que cobrem casos policiais, é clara a diferença entre provas, indícios, suspeitas, acusações e culpabilidades?

Pela noção de imagem-retrato e imagem-atributo pode-se concluir que quando uma fotografia é publicada nem sempre afeta o direito à honra, este vinculado à imagem-atributo. Se o fotografado se achar prejudicado, a ação que pode colocar na justiça é a de um uso não autorizado de sua imagem, mas não o de atentar contra sua honra. Não caberá, neste caso, pedido de indenização por danos morais. No caso de Juliana, as duas imagens foram maculadas. O direito de imagem deve prevalecer sobre o direito de informação, exceto nas situações fora dos limites desse direito. “Registrar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, complacência ou compaixão, mas por dever moral.” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.36).

Pluralidade de versões e equilíbrio no espaço cedido às várias vozes, entre outros fatores, ajudam a atuar bem técnica e eticamente. “Cuidado é senso de responsabilidade, entendimento de que o produto jornalístico gera consequências o que já demanda uma preocupação maior com as etapas de sua produção. Cuidado não é sinônimo de pusilanimidade, é mais uma componente do método jornalístico” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.38).



## 2.1 IMPRENSA E LIBERDADE

A Constituição do Brasil assegura a liberdade de expressão e manifestação do pensamento. A liberdade não pode ser usada como pretexto para críticas infundadas ou informações falsificadas. A Liberdade de Imprensa é um direito consagrado. No entanto, trata-se de um direito associado ao exercício do jornalismo de qualidade. O princípio constitucional foi assegurado exatamente para se combater a censura e a imposição de restrições ao exercício pleno do jornalismo. Evidentemente não pode ser substituído pela possibilidade de uso do jornalismo para divulgação de informações erradas e, até mesmo, falsificadas.

O Direito à Informação também é um princípio constitucional consagrado e se aplica ao cidadão. Em última instância é a quem se destina a notícia que deve ser veiculada com base no princípio da Liberdade de Imprensa. São direitos distintos, mas intrinsecamente conjugados e precisam ser praticados e usufruídos de forma conjugada. O Direito à Informação (do cidadão) acaba por ser restringido ou até mesmo tolhido, exatamente no interior do debate sobre liberdade de imprensa em contraposição à “liberdade de empresa”.

Quem define a linha e, fundamentalmente, o conteúdo editorial dos meios de comunicação é o proprietário da empresa. Em qualquer veículo de comunicação, incluindo-se aí as novas mídias, como a *Internet*, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. Existe, de fato, em nossa sociedade, uma situação de conflito: a grande maioria da população, de um lado, e todas as diferentes forças da classe dominante, de outro.

No estado do Paraná, a imprensa é reflexo dessa situação. É a mesma postura que se encontra nos jornais da cidade de Londrina, incluindo o Jornal de Londrina (hoje extinto) e a Folha de Londrina. Rotineiramente, reportagens e artigos de opinião são usados para tentar atingir a imagem do MST. No período que antecede a eleição de 2000, o jornalista José Maschio<sup>3</sup> publicou na Folha o artigo “A satanização do MST na mídia”.

---

<sup>3</sup> José Adalberto Maschio é jornalista em Londrina, Paraná. Foi fundador e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná.



O trabalho realizado, na dissertação de mestrado, pelo autor<sup>4</sup> desta tese, visou analisar a linha editorial do jornal Folha de São Paulo com referência ao tratamento dado a matérias cobrindo a ação política e social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST –, hoje um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil. Os textos levantados eram os de primeira página e medições ao longo do ano 2000. Como fundamentação teórico-metodológica, o estudo adotou uma combinação entre Análise do Discurso e Análise de Conteúdo. Os dois métodos foram utilizados de modo complementar, e os elementos de análise estão mostrados numa tabela por meio de um conjunto de vetores que classificam os conteúdos levantados.

A tabela ficou definida com quatro *blocos* (linhas verticais) assim divididos: B.1 — Questão agrária: Todas as informações sobre questão agrária, aspectos históricos, dados, informações, etc.; B.2 — Organização dos movimentos: Todas as informações a respeito dos movimentos, números, estatísticas, dados históricos, etc.; B.3 — Estratégias e táticas do movimento: Todas as informações a respeito das estratégias e táticas dos movimentos, relatos, estatísticas, dados, etc.; B.4 — Presença do Estado: Todas as informações sobre a presença do Estado, reforma agrária executada, legislação, ação policial e repressão, questões jurídicas, etc.

De outro lado, há quatro vetores (formando as linhas verticais) com a palavra, ou a opinião de cada setor: V.1 — Dizeres dos movimentos: Quais são e de que forma aparecem os dizeres dos movimentos, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, etc.; V.2 — Dizeres do jornal (PRÓ): Quais são e de que forma aparecem os dizeres do próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se aproximam dos dizeres dos movimentos, mesmos em coincidir diretamente, que aqui são chamados de PRÓ movimento, etc.; V.3 — Dizeres do jornal (CONTRA): Quais são e de que forma aparecem os dizeres do próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se distanciam dos dizeres dos movimentos, mesmo sem se opor diretamente, que aqui são chamados de CONTRA o movimento, etc.; V.4

---

<sup>4</sup> AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a *satanização* do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.



— Dizeres dos grandes proprietários: Quais são e de que forma aparecem os dizeres dos grandes proprietários de terras, seus representantes, suas entidades e organizações, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, dentre outros aspectos.

Concluiu o estudo, que essas matérias continham formas que criticavam o Movimento dos Sem-Terra, feriam o Código de Ética profissional dos jornalistas e desrespeitavam o direito constitucional à informação. As análises dos textos publicados na Folha de São Paulo evidenciaram que a imprensa confrontava o Movimento dos Sem-Terra e torna clara a absorção, pela mídia, do mesmo discurso ideológico da classe dominante. As raízes das questões agrárias e a formação do MST estão profundamente interligadas e são formas de responder ao Estado.

Se a *Folha de S. Paulo* publica todas as críticas dos grandes proprietários, fica explícita a posição de um dos lados do conflito. No entanto, ao assumir a responsabilidade pelas críticas, o jornal quer transmitir a ideia de que é a defesa do interesse coletivo que está sendo evidenciada. Este também é um dos reflexos da ideologia: dar uma aparência de legítimo, de justo, ao que é legal. Isso reforça o papel do Estado, acentuando a dominação de classe. Também é fundamental o fato de os *Blocos Estratégias e Táticas do Movimento* (B.3) e *Presença do Estado* (B.4) apresentarem os maiores índices de referências. Isso significa que as questões estratégicas (neste caso, as ações diretas do MST, como as ocupações) e as ações diretas do Estado (repressão, ações judiciais, etc.) têm mais importância jornalística na visão do jornal. Essa concentração é uma das formas do que chamamos de *satanização* do MST.

Essa conclusão é referendada com a análise dos outros dados dos *Blocos Estratégias e Táticas do Movimento* (B.3) e *Presença do Estado* (B.4). Também nas combinações com os outros *Vetores* podem ser constatados índices muito altos. Isso aparece na intersecção dos Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento) com os *Blocos Estratégias e táticas do Movimento* (V.2/B.3) — com 51 referências (47,66%) — e *Presença do Estado* (V.2/B.4) — 46 vezes (42,99%). É o mesmo caso dos Dizeres do movimento ao serem confrontados com os *Blocos Estratégias e táticas do Movimento* (V.1/B.3) — onde há 32 referências (29,91%) — e *Presença do Estado* (V.1/B.4) — com 36 (33,65%). Tudo isso reforça a ênfase da *Folha de S. Paulo* nos *Blocos* B.3 e B.4. Não é o mesmo caso com as outras combinações, onde os índices são bem mais baixos.



Por outro lado, também é preciso analisar os números que aparecem quando o jornal apresenta os Dizeres do movimento (V.1) e os Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento). Esses dados devem ser entendidos como um reforço à opção do jornal pelo lado mais sensacionalista. Há uma escolha marcante da Folha pelos assuntos com ações do MST e as respostas do Estado. Portanto, a forma como o movimento se organiza e a própria questão da Reforma Agrária aparentam valor menor que as ocupações e a repressão judicial ou policial. O fato de as ações do movimento aparecerem mais vezes reforça a possibilidade de o jornal criticar o MST e também de mostrar e cobrar mais as respostas do Estado. Isso corrobora a afirmação de Baccega e Citelli (1989, p. 24): “quanto maior o grau de adensamento ideológico, mais articulados os recursos retóricos”.

Acrescenta-se a isso o fato de a *Folha de S. Paulo* ter chamado para si as críticas ao MST — substituindo a palavra do setor rural da classe dominante —, podemos concluir que o papel do jornal é a defesa dos interesses ideológicos das elites brasileiras. No entanto, consideramos importante reforçar a pesquisa utilizando, de forma combinada, a Análise do Discurso para buscar no próprio texto das matérias os elementos para interpretação. Comparando com o noticiário atual, uma das expressões mais usadas é: “as reformas necessárias”. Até os jornalistas repetem a frase como se fosse a vontade popular, ou mesmo a vontade de todos os brasileiros. Uma das tais reformas é a trabalhista. Altamente polêmica, a possibilidade de mudanças na legislação trabalhista brasileira é defendida por muitos parlamentares e pelo empresariado, mas é criticada por outros setores como sendo parte do projeto neoliberal para o país. O seu uso é corriqueiro na imprensa, sem maiores explicações, como se fosse realmente o “necessário” e o “melhor” para o “país crescer”.

O resultado da investigação demonstra que o MST tem sido vítima de manipulação por parte da imprensa, que tem feito isso rotineiramente ao longo dos últimos 20 anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante, da qual os proprietários dos meios de comunicação fazem parte. Com base nos seus próprios interesses de classe, a grande imprensa produz um processo de manipulação que resulta na construção de uma “realidade” artificial. No caso do MST — e de toda a história que o antecede —, a manipulação configura uma prática de jornalismo com desrespeito ao direito constitucional à informação e às normas da Ética dos jornalistas.



Aqui se reiteram as observações de que em qualquer veículo de comunicação, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. Fica evidente que existe uma situação concreta de conflito de interesses que se contrapõe aos direitos da população. O Direito à Informação é reconhecido e consagrado na legislação brasileira, mas na prática, esse direito é garantido somente se houver respeito às regras do bom jornalismo, à pluralidade e aos interesses da coletividade. A formação de verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar organiza uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender seus próprios interesses e permanece intimamente vinculada ao núcleo central do sistema capitalista.

Não há, nas classes dominantes, interesses antagônicos entre um setor latifundiário (feudal, aristocrático, conservador) e uma burguesia (moderna, democrática, nacionalista). Portanto, não há que se esperar uma revolução burguesa nos moldes dos modelos clássicos francês ou inglês. A burguesia fora formada sob o manto da dependência colonial, e integrara-se a este sistema tanto quanto o setor agrário – exportador. (BALTAR, 2000, p. 52).

É dessa forma que o Estado capitalista é controlado por uma elite que se utiliza da mídia para esse fim. Assim é o domínio da mídia pela mesma classe que controla o Estado no Brasil. No Paraná, a imprensa tem a mesma configuração, incluindo o jornal Folha de Londrina. Kucinski (1998) demonstrou como se dá esse processo. Os meios de comunicação de massa conseguem ter uma forte influência e poder de manipulação graças ao alto grau de analfabetismo (agora também agravado pelo funcional) e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população. Para essas pessoas, a percepção da sociedade é a que recebem, principalmente, do rádio e da televisão. O autor ressalta que a mídia desempenha um papel mais ideológico do que informativo “mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais” (KUCINSKI, 1998, p.17). Acrescenta que se trata de uma função de controle facilitada pelo monopólio da propriedade e por uma “cultura jornalística autoritária e acrítica”.

Hoje, a manipulação da informação é praticada pela maioria da chamada grande imprensa do Brasil. O assunto foi analisado pelo jornalista e sociólogo Perseu Abramo que definiu os parâmetros dos “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. Quando um tema é bastante polêmico, o jornal consegue tratá-lo



de forma superficial, dando um aspecto de neutralidade, e até de bom jornalismo. Por outro lado, enfraquecer o poder público poder ter consequências desastrosas, quando houver necessidade do uso do seu poder de polícia em ações contra os interesses das classes menos favorecidas. Quando o MP propõe ações por improbidade administrativa contra pessoas ligadas aos interesses da chamada classe dominante, a reação surge com destaque como, por exemplo, no manifesto das entidades que representam os empresários. Pode haver questionamentos sobre existência de manipulação do noticiário, mas quando as reportagens falam das denúncias e dão destaque ao Ministério Público, existe a possibilidade de se interpretar isso como sendo uma forma de jornalismo equilibrado, sem pender para um dos lados.

O conflito de interesses fica mais evidente se a análise for aprofundada, e a investigação atingir o conteúdo das reportagens que é muito superficial. É exatamente na superficialidade da cobertura que reside a manipulação na forma descrita por Abramo (2003, p 25), caracterizando, assim, a presença do padrão de ocultação, em que é promovida a ausência e a presença de fatos reais: “Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade.

Em qualquer veículo de comunicação, incluindo-se aí as novas mídias, como a *Internet*, os proprietários são preponderantemente integrantes da classe dominante brasileira. O antigo *Jornal de Londrina* veiculava uma coluna intitulada *Agronegócio*, e cabe pensar que na verdade era escolha (ideológica) do jornal ter esse tipo de conteúdo, assim como efetuar a contratação do articulista. Esse contexto precisa ser entendido pois define onde se enquadra a manipulação, definida a partir de alguns aspectos fundamentais, em primeiro lugar, a identificação do autor — Décio Luiz Gazzoni<sup>5</sup>, *engenheiro agrônomo* (grifo nosso). Em várias situações, ele aparece no noticiário como especialista em sua área, opinando e concedendo entrevistas, além de realizar participações em seminários e eventos, na condição de palestrante.

---

<sup>5</sup> GAZZONI, Décio Luiz: Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), onde concluiu o mestrado em Entomologia (1974). Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Atua na área de agronomia, com ênfase em sanidade agropecuária, agroenergia e economia agrícola.



Entre as funções já exercidas por Gazzoni, constam a de chefe geral da Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados), chefe geral da Embrapa Soja (Londrina) e diretor técnico da Embrapa (Brasília). Foi Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Além de textos publicados em revistas e jornais do Brasil e do exterior, possui dezenas de trabalhos técnicos realizados, incluindo consultorias oferecidas no exterior. Como pesquisador, já recebeu vários prêmios, entre eles o Prêmio Frederico Menezes Veiga, concedido a cientistas agrícolas no Brasil. É autor de 14 capítulos de livros e tem 3 livros publicados. É membro do International Scientific Panel on Renewable Energy (ISPRI ICSU) e consultor internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No ano de 2009, Gazzoni recebeu convite da Presidência da República para elaborar estudo estratégico apontando as prioridades e as ações necessárias para mapear e alavancar o agronegócio brasileiro. O estudo foi solicitado pelo ministro Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro de 2012, o então prefeito eleito de Londrina, Alexandre Kireeff, convidou-o para assumir a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento na nova gestão. Problemas envolvendo a forma de pagamento e o ressarcimento da Embrapa inviabilizaram a nomeação.

O segundo aspecto é o assunto (ou tema) — Nessa coluna *Agronegócio*, o jornal apresentou o artigo intitulado “As pragas agrícolas e o MST”, de autoria Gazzoni, identificado na matéria como engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa. O texto ocupava um pequeno espaço do jornal, mas figurava com destaque, um comentário sobre pragas agrícolas, considerada uma questão séria e de muita gravidade na atualidade, preocupação não só para produtores, mas também de uma grande parcela do público leitor do jornal. No entanto, ao fazer suas considerações sobre o problema, o autor acusa diretamente o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — de ser o responsável (“o culpado”) por toda essa situação. Na argumentação, Gazzoni afirma que o MST *desapareceu* (grifo nosso).

A ideia de conceder esse espaço é mostrar o autor como autoridade no assunto, como se fosse à prova de contestação, como se sua palavra fosse definitiva e que não pudesse ser questionada. Mais ainda, a “autoridade” conferida ao articulista, como especialista na área, é usada implicitamente para colocar, no mesmo texto, duas coisas totalmente distintas. É fato que há um aumento generalizado do uso de defensivos agrícolas, com todas as suas consequências. Indeadamente, o



autor insere uma informação contendo uma avaliação desprovida de base racional — que o MST é o “culpado” — à primeira parte do artigo. Não era mencionada nem confirmada a fonte.

As duas considerações são apresentadas de forma explícita, porém sem a devida comprovação técnica ou científica. Ao descrever a situação das pragas, Gazzoni afirma, de forma superficial, que - *Até os anos 1990, praga de algodão era praga de algodão; de milho era de milho; de soja era de soja. Raramente uma mesma praga atacava diferentes culturas de importância econômica. Mas o cenário mudou, e as pragas de uma cultura se adaptaram às outras, criando um enorme problema para os agricultores porque há oferta continuada de alimentos (culturas no campo) para essas pragas. Como os inseticidas para seu controle são poucos, sempre os mesmos produtos são usados. Esta é a receita do desastre: cria-se uma pressão de seleção enorme. As pragas se tornam tolerantes, depois resistentes a esses inseticidas. Aí o agricultor aplica cada vez mais e em doses maiores, até o dia em que nada mais controla a praga. [...]*

Sem se aprofundar sobre o tema — talvez pela curta extensão da coluna — o colunista traça um pequeno histórico do sistema conhecido como safrinha: — *[...] Por que chegamos a este ponto? Volte o filme para o início da década de 1990. Com o ingresso do bicudo do algodoeiro, a cultura do algodão desaparece do Paraná e em São Paulo e reaparece, mais tarde, nas grandes propriedades do Centro-Oeste e Bahia. Soja ou milho eram culturas de verão, o inverno era do trigo. Os agricultores, pressionados por diversos riscos (endividamento, clima, mercado, pragas, insegurança jurídica e patrimonial), buscavam fórmulas para manter-se na atividade. A fim de diluir custos fixos e aproveitar uma janela de oportunidade, alguns agricultores arriscaram plantar milho após a colheita da soja.*

O engenheiro agrônomo emite sua opinião sobre o assunto referindo-se diretamente ao MST como sendo o responsável pelo problema criado pelas ações dos próprios agricultores. No entanto, Gazzoni faz as acusações sem a devida e necessária comprovação: - *[...] O fato chamou a atenção de outros agricultores, que viram na safrinha uma fórmula de manter a propriedade ocupada de forma quase permanente porque vislumbravam o risco de que os companheiros do MST, que estavam logo aí, do outro lado da cerca, invadiriam a propriedade na primeira piscada de olho. (...) Mas a sucessão de culturas (soja/milho/feijão, soja/algodão/pastagem e até soja/soja) é uma realidade. Com elas, as pragas possuem alimento quase*



*permanente de outubro a junho, tornando cada vez mais difícil e complexo o seu controle.*

Na segunda parte, o articulista do Jornal de Londrina afirma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — o “responsável” pelos danos causados à *agricultura* devido ao uso excessivo de defensivos — teria desaparecido, deixado de existir: — [...] *Hoje, o MST desapareceu. É mantido em vida artificial por seus líderes que precisam da massa para permanecer em atividade. (...) Talvez esta venha a ser a lembrança que os agricultores terão do MST, nas próximas décadas: de como ele fez parte, involuntariamente, do processo de agravamento dos problemas fitossanitários no Brasil!*

O Jornal de Londrina apresentava a coluna *Agronegócio*, escrita por Décio Gazzoni há vários anos, sempre às quintas-feiras. Outros exemplos de colunas e colunistas do JL eram: *O Cinéfilo Fiel*, sobre cinema, do jornalista Carlos Eduardo Lourenço Jorge; *Aparte*, de política, do jornalista Fábio Silveira; a *Coluna Social*, da jornalista Ana Marta Garcia da Silva; *Painel Jurídico*, com o advogado Roberto Severo; e *Ambiente*, sobre questões ambientais, com o professor Efraim Rodrigues (da Universidade Estadual de Londrina).

De acordo com a regulamentação da profissão de jornalista, esse tipo de atividade (colaboradores e articulistas) não é restrita aos jornalistas e pode ser desempenhada por especialistas de outras áreas, como é o caso de Gazzoni, que é engenheiro agrônomo. Isso não significa que os princípios éticos que regem a profissão de jornalista não devam ser respeitados. Existem também as regras do jornalismo de qualidade que regem a atividade profissional como um todo, independentemente do Código de Ética. Princípios como, por exemplo, o compromisso com a verdade dos fatos. Esta é a essência da análise proposta, tema que será retomado mais adiante. Antes é preciso contextualizar a imprensa brasileira.

A pesquisa científica séria tem as provas de que a afirmação de Gazzoni é uma falsificação grosseira da realidade. A professora Eliane Tomiasi Paulino, da Universidade Estadual de Londrina, durante a palestra *Agricultura e Desenvolvimento Rural*<sup>6</sup>, demonstrou a real situação do uso de defensivos na

---

<sup>6</sup> PAULINO, Eliane Tomiasi: Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Comentário realizado no dia 15 de maio de 2014, no Seminário “Processos e Dinâmicas Territoriais em Portugal e Brasil”, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.



agricultura brasileira. Com a incessante busca por um aumento na renda, produtores avançam sobre áreas de reservas, desmatando as florestas (ou o que sobrou delas), aumentando a poluição de rios, com uso contínuo de defensivos (e em maior quantidade). A situação tornou-se mais grave nos últimos anos — com a cumplicidade do Governo e do Congresso Nacional — a partir de mudanças na legislação ambiental para facilitar o uso desenfreado de defensivos.

A professora explica que - *o aumento desenfreado no uso de defensivos na agricultura brasileira trouxe, como consequência, o agravamento das condições de poluição. Para se ter uma ideia da gravidade, o aumento constatado no índice de potabilidade da água teve a seguinte evolução: havia em 1994, 13 tipos de agrotóxicos e 11 substâncias inorgânicas; em 2004, 22 tipos de agrotóxicos e 13 substâncias inorgânicas; e em 2011, 27 tipos de agrotóxicos e 15 substâncias inorgânicas. (...) Com o apoio do Congresso, a legislação foi modificada para permitir maior presença da substância glifosato na soja: antes de 2003 era permitido até 0,2 mg por Kg de soja; em 2012 passou a ser permitido até 10 mg por Kg de soja (...).*

Ocorre que esses dados não estão no noticiário, porque há muita omissão diante dos fatos reais da produção. A imprensa só divulga o que convém aos seus interesses que, nesse caso, coincidem com os do agronegócio. Outro aspecto importante é o das políticas e linhas de atuação do MST, defensor da agricultura familiar e contrário à concentração de terras e latifúndios. O MST combate o uso de defensivos, seus fabricantes e a articulação política que existe entre esses setores. A pequena propriedade, comum na agricultura familiar não pode permitir o uso de defensivos porque essa prática atinge seus vizinhos. Portanto, a acusação de Gazoni ao MST é infundada. É, na prática, acusar a vítima, em vez de procurar os culpados.

O conflito de interesses torna-se mais evidente se a análise for aprofundada e a investigação atingir o conteúdo das reportagens, que é muito superficial. É exatamente na superficialidade da cobertura que reside a manipulação, um padrão que alterna a ausência e a presença dos fatos reais: “não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade (...)” (ABRAMO, 2003, p.25). A manipulação está presente, neste caso, na omissão, na ocultação dos aspectos centrais dessa discussão: além da questão dos defensivos, há também o fato de o autor afirmar que o “MST deixou de existir”. Quanto a isso, nem é preciso se estender na resposta. O próprio Jornal de Londrina divulgava



ações do MST, ainda na ativa e bem forte, conforme a reportagem *MST retoma ocupações de terras no Paraná*, publicada em 17 de março de 2014.

## 2.2 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

Partindo do pressuposto de que a mídia exerce uma importante função estratégica de biopolítica, e por esse motivo torna-se agente de propagação de formas e conteúdos de Educação Ambiental, os resultados estão direcionados não só ao aspecto individual, mas também à condução da vida das populações, Garré (2012) relata o seguinte estudo realizado na Revista Veja:

A escolha da Revista para compor o corpus discursivo da pesquisa se deu, primeiramente, pela sua ampla circulação em nível nacional e por se constituir em um dos mais conhecidos veículos de comunicação em nosso país. Dessa forma, situo o trabalho num estudo das reportagens da revista a partir da década de 1990, década esta em que há uma forte acentuação das preocupações voltadas à crise do meio ambiente no Brasil. Em pesquisa prévia constatei um número significativo de edições ao longo desses 20 anos, preocupadas com a problemática ambiental. Tal amplitude dá visibilidade ao entendimento de crise que é conferido à questão ambiental nas duas últimas décadas. Para este texto selecionei alguns excertos de reportagens dos últimos cinco anos e que foram reportagens destaque da revista.

A pesquisadora frisa a presença de um forte chamamento para riscos e perigos, tendo como noção principal o perigo maior de estar ameaçada de modo irreversível a “continuidade de vida na Terra” e que medidas urgentes deveriam ser tomadas e acompanhadas de uma drástica mudança de hábitos individuais e adoção de uma nova atitude. “Assim, com chamadas de capa persuasivas e intrigantes somos convidados e/ou convocados a participar da grande campanha mundial, pois *o futuro depende de nós*” (GARRÉ, 2012). São chamadas a tal ponto convincentes, que o leitor não tem escolha senão aderir sem demora a um discurso de crise ambiental maciço. Segue a autora declarando que:

Dessa forma acabamos persuadidos seja em ações diárias como a coleta seletiva, a economia de água, seja ao consumirmos determinados tipos de produtos, pois geralmente escolhemos os menos agressivos ao meio ambiente e de empresas que façam algo em prol da sustentabilidade. Afinal, é a vida que está em perigo!



Os pontos centrais nos quais persistem as mensagens são a preocupação com o fim do planeta e essa proliferação recorrente é assim interpretada: *- tais ditos não se dirigem apenas para um sujeito, mas para o coletivo que deve, junto, se mobilizar para que ações individuais repercutam na transformação do meio ambiente e contribuam para “Salvar a Terra” (Veja, reportagem de capa, outubro de 2007). Percebo, então uma forte articulação com o biopoder – um poder sobre a vida – tecnologia de poder que estaria relacionada e endereçada a população.*

Com relação aos discursos de medo e terror, a autora agrega que - *a sensação que se instala é a de que não há escapatória, pois somos nós que destruímos o planeta e acabamos com os recursos naturais. Vejo aqui, uma visão reducionista de Educação Ambiental se propagar, entendendo a divisão entre o homem e a natureza. Assim, através do apelo apocalíptico vamos nos constituindo como sujeitos que precisam preservar o meio em que vivem, respeitar os recursos naturais e as leis da “natureza”, pois caso contrário acertaremos as contas no futuro.*

Em meio às variadas conceituações em torno da questão ambiental, há também uma distinção que costuma ser feita quando se ingressa na noção de Direito Ambiental. Para Souza (2016, p. 301), a tendência é considerar apenas a visão do meio ambiente no aspecto natural, e não levar em conta a tentativa de conjugar homem e natureza: “Com efeito, para além da conceituação legal, meio ambiente é considerado o conjunto de todos os elementos naturais e artificiais: são as florestas, o solo, a água e também os objetos construídos pelo homem, o patrimônio histórico, cultural e artístico”. Do ponto de vista de direito, o autor ressalta que “no caso de incerteza científica em relação às atividades humanas sobre o meio ambiente prevalece o *in dubio pro natura*, a proteção à natureza, aos elementos naturais do meio ambiente” (SOUZA, 2016, p. 303). Instala-se nesse caso, uma inclinação a uma exclusividade ao meio ambiente para ocupar a posição central, e não uma postura de considerá-lo uma questão convergente e integrada com a presença do homem como um de seus componentes.

Essa inclinação pela naturalização se evidencia no conjunto de terminologias próprio do campo do Direito Ambiental segundo aponta o autor: equilíbrio ecológico, processos ecológicos essenciais, impacto ambiental, paisagem, biodiversidade, espaços territoriais especialmente protegidos. Parte dessa terminologia também é muito utilizada na Geografia. Configura-se uma visão, tanto em termos de lei como de doutrina, de realidade homogênea do mundo, com ênfase



em processos mecânicos e biológicos, colocando de lado “a variedade de processos sociais na conformação de diferentes realidades ambientais onde o equilíbrio ecológico, os processos ecológicos essenciais, a biodiversidade constitui-se na emergência evolutiva com o homem, com o social, com os valores culturais” (SOUZA, 2016, p. 307).

De um ponto de vista de demanda por direitos, o autor lança questionamento no sentido de compreender os efeitos dessa racionalidade homogeneizante sobre as realidades geográficas ou geograficidades marginalizadas pelo fato de não se encaixarem nas categorias geográficas do Direito Ambiental. A noção de desenvolvimento sustentável coloca o homem como distinto e separado do meio ambiente, e nesse princípio, o homem se acha dissociado. Os conceitos do Direito Ambiental edificam uma narrativa geográfica do mundo e de como seria a relação do homem com o meio ambiente, o que tende a formar uma base semântica em torno da qual se configura a interpretação das normas. (SOUZA, 2016).

### 2.2.1 Categoria Território

O código florestal, nesse contexto de disputa, que tem de um lado grupos que representam os grandes proprietários de terras/agronegócio e de outro os ambientalistas, povos quilombolas, indígenas, e outros grupos, pode ser entendido enquanto território de poder, definido e delimitado a partir de relações de poder. Entender o código florestal enquanto território é assumir que tal conceito vai além da materialidade do espaço, pois é um fenômeno que contém uma multiplicidade de sentidos, significados e funções.

Trazendo para o campo da Geografia, a discussão acerca do Código Florestal nesta pesquisa, foi realizada tendo por base o território, categoria analítica da Geografia no sentido discutido por Marcelo Lopes de Souza (2007). Para o autor, o território “resulta das relações de poder, de encontro-desencontro de atores, de superposição de escalas de atuação, de influência ideológica, de administração e gestão” (SOUZA, 2007, p. 78). Assim, partindo da ideia de território como campo de disputas, o Código Florestal enquanto objeto de estudo, foi entendido como uma construção social realizada por grupos que no embate político conseguiram impor uma ideologia e interesses de classe.



A possibilidade de o Congresso Nacional promover alterações na legislação ambiental foi muito criticada por pesquisadores e ambientalistas, antes mesmo do período definido como recorte desta pesquisa. Em artigo publicado em 2010, Aziz Nacib Ab'Sáber tratou o tema com alertas e uma proposta. A forma como os debates e as notícias já estavam em evidência reforçavam os temores de retrocesso na legislação e nas medidas de proteção ambiental no que estava sendo chamado de “revisão do Código Florestal”. Ab'Sáber defendia que “se houvesse um movimento para aprimorar o atual Código Florestal, teria que envolver o sentido mais amplo de um Código de Biodiversidades”. (AB'SÁBER, 2010, p.332). Para o pesquisador, os parlamentares estavam encaminhando as propostas para interesses de latifundiários.

O primeiro grande erro dos que no momento lideram a revisão do Código Florestal brasileiro – a favor de classes sociais privilegiadas – diz respeito à chamada estadualização dos fatos ecológicos de seu território específico. Sem lembrar que as delicadíssimas questões referentes à progressividade do desmatamento exigem ações conjuntas dos órgãos federais específicos, em conjunto com órgãos estaduais similares, uma Polícia Federal rural, e o Exército Brasileiro. Tudo conectado ainda com autoridades municipais, que tem muito a aprender com um Código novo que envolve todos os macro-biomas do país, e os mini-biomas que os pontilham, com especial atenção para as faixas litorâneas, faixas de contato entre as áreas nucleares de cada domínio morfoclimático e fitogeográfico do território.

(...) é absolutamente necessário focar para o zoneamento físico e ecológico de todos os domínios de natureza dos pais. A saber, as duas principais faixas de Florestas Tropicais Brasileiras: a zonal amazônica e a azonal das matas atlânticas o domínio dos cerrados, cerrados e campestres: a complexa região semi-árida dos sertões nordestinos: os planaltos de araucárias e as pradarias mistas do Rio Grande do Sul, além de nosso litoral e o Pantanal Mato-grossense (AB'SÁBER, 2010, p.332).

As críticas que estavam sendo feitas naquele momento delimitavam os interesses do chamado agronegócio, os latifundiários que buscavam ampliar seus lucros e seu poder, em detrimento das populações locais, das comunidades indígenas e dos trabalhadores rurais, por exemplo. Críticas também dirigidas à condução política do processo, na figura do relator, o deputado Aldo Rebelo, e aos partidos políticos envolvidos na discussão.

Insistimos que em qualquer revisão do Código Florestal vigente, se deve enfocar as diretrizes através das grandes regiões naturais do Brasil, sobretudo domínios de natureza muito diferentes entre si, tais como a Amazônia, e suas extensíssimas florestas tropicais, e o Nordeste Seco, com seus diferentes tipos de caatingas. Tratam-se de duas regiões opostas em relação à fisionomia e à ecologia, assim como em face das suas condições



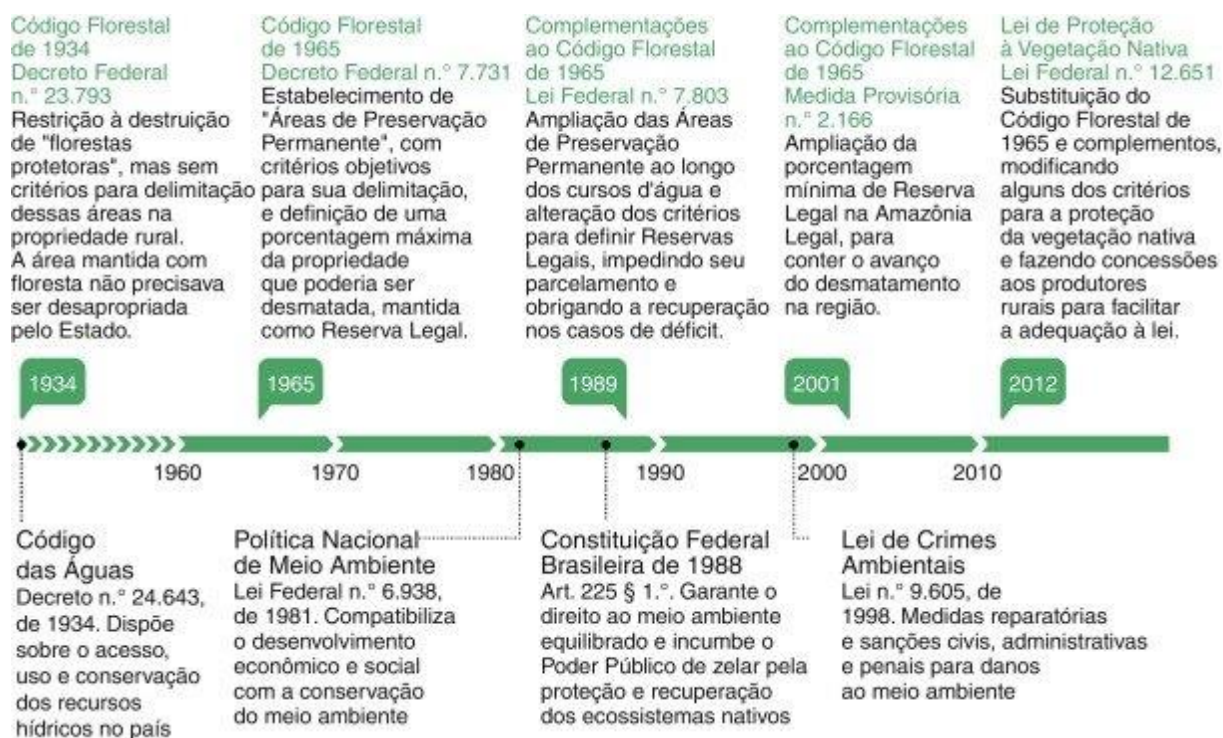
socioambientais. Ao tomar partido pelos grandes domínios administrados técnica e cientificamente por órgãos do executivo federal, teríamos que conectar instituições específicas do governo brasileiro com instituições estaduais similares. Existem regiões como a Amazônia que envolve conexões com nove estados do norte brasileiro. Em relação ao Brasil Tropical Atlântico os órgãos do Governo Federal – IBAMA, IPHAN, FUNAI e INCRA – teriam que manter conexões com os diversos setores similares dos governos estaduais de norte a sul do Brasil. (AB'SÁBER, 2010, p. 333).

Esse controle das discussões por parte do agronegócio e seus interesses, com reflexos na imprensa, não estava restrito aos parlamentares. Governadores e prefeitos também faziam parte dos grupos de pressão. As propostas em discussão, para Ab'Sáber (2010, p. 332), tratam de liberação excessiva em favor dos empresários rurais. Os resultados (previsíveis) seriam de aumento do desmatamento na Amazônia e de degradação maior (do que a conhecida) em margens de rios. As propostas que favorecem o latifúndio trazem prejuízo e menosprezam os pequenos produtores.

Torna-se indispensável referir-se a atividades de pequenos produtores familiares, dotados de terras mais férteis, de dimensões limitadas, tais como várzeas de ricos solos fluvio-aluviais ao longo do Rio Amazonas, ou de pequenas áreas de terra firme dotadas de oxissolos oriundos da decomposição de basaltos ou diabásios (infelizmente porém, essas últimas áreas são bastante raras, envolvendo em seu espaço total menos de oito mil quilômetros quadrados). Ou em um modelo localizado de plantações em praias de estiagem do Rio Acre. Ou, onde vicejam linearmente melancias, melões e algumas plantas alimentares. Ou em bordas de florestas restantes em terrenos de projetos falidos, onde se estabeleceu o importante e famoso projeto RECA. Houve um tempo em que muito se falou em reservas extrativistas, a partir do Acre de Chico Mendes, ampliado para todo o território amazônico. (AB'SÁBER, 2010, p. 334).

Paulino (2012) aponta um impasse a ser compreendido e transposto, no que se refere ao Novo Código Florestal, que já se encontra aprovado e pressupunha consultas e discussões que não foram realizadas com todos os deveriam ter sido envolvidos. Isso configura, em sua opinião, um desfecho cujos desdobramentos terão implicações de longa duração de um ponto de vista socioterritorial. Isso ocorreria por causa de uma grave inversão: a conservação ambiental caracterizando um tributo social como pagamento por serviços ambientais. Configura-se uma relação predatória na produção agrícola “proveniente do modelo de ocupação territorial hegemônico no país” (PAULINO, 2012, p.41).



**Gráfico 1 -** Histórico da legislação ambiental brasileira

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

O Código Florestal Brasileiro fora instituído pela Lei 4771, de 15 de setembro de 1965 e agora é modificado tendo como protagonistas os ruralistas expressando interesses oligárquicos e “a grande imprensa como porta voz, não sem ter como pano de fundo um Estado omissivo, alinhado ora sutil ora explicitamente” sendo que “o recrudescimento das sanções aos crimes ambientais representa diminuição da capacidade de acumulação da riqueza” (PAULINO, 2012, p.41). A pertinência de estar atento ao movimento das forças políticas envolvidas deve ser encarada como um exercício reflexivo no sentido de compreender as disputas territoriais em seus avanços e recuos, limites e potencialidades. A noção de rentismo é trazida como uma dessas caracterizações:

Essa situação estrutural à malha fundiária inverte os termos com que frequentemente se analisa a produção no campo, pois a riqueza não advém majoritariamente da atividade produtiva, mas sim da renda proporcionada pelo acesso gratuito a bens como madeira, água e solo fértil, entre outros elementos da biodiversidade, mediado pelo trabalho precarizado. Trata-se de expressões do rentismo que se alimenta da negação ao princípio da função social da propriedade (PAULINO, 2012, p.46).



A expansão da frente pioneira promoveu a incorporação das áreas florestadas na medida em que envolvia a exploração econômica. Foi uma exploração que, no entanto, não se conteve nos critérios de empreendedorismo mínimo, fazendo prevalecer o caráter extrativo e o monopólio fundiário, em que novas áreas férteis eram incorporadas sempre que se esgotavam os recursos das que já se encontravam ocupadas.

Novas pressões de setores ruralistas fizeram com que na data em que entraria em vigor o Decreto nº 6.686/2008, fosse publicado o Decreto nº 7.029/2009, suspendendo a cobrança das multas aplicadas pelas infrações descritas a quem aderisse ao denominado “Programa Mais Ambiente”, postergando para 2012 o prazo limite para as devidas adequações, mantendo-se, contudo, a suspensão de créditos prevista para 12 de junho de 2011 aos que não apresentassem plano de ação correspondente (PAULINO, 2012, p.53).

Há, segundo a autora, uma estratégia apegada à manutenção da lógica predatória associada ao desmatamento ilegal e ao descarte de terras esgotadas, e isso ocorre pela não observância de práticas conservacionistas mínimas. Atribui esse fato ao que os proprietários rurais apoiados pela bancada ruralista insistem em definir como causa nacional a expansão de áreas agrícolas e ao ignorar que a vasta extensão do território do país dispensaria eliminar as restrições hoje existentes em termos de preservação. Ao invés de tornar os agricultores aliados da natureza, cria-se uma cultura de dependência do pacote tecnológico. A assimetria entre grandes e pequenos proprietários ocorre por uma predisposição que destoa do interesse coletivo, principalmente acentuada pela força de *lobbies* que atuam no sentido de anular preceitos científicos esgotando as frágeis condições que conservação que ainda subsistem.

Outro dado a considerar é a disposição de condicionar práticas ambientalmente sustentáveis à cobrança de um tributo pelo uso do solo, sob a designação de serviço ambiental. A consequência é que é cair por terra o preceito da função social da propriedade e a imposição de premiar monetariamente os agentes direto de um crime ambiental praticado até pouco tempo antes.

Isso já vem se desenhando desde o recrudescimento das sanções por uso predatório, ou tentativas de fazê-lo, dado os esforços de seus protagonistas em transformar a prática legal em negócio, a ser remunerada pela sociedade, sob a justificativa de que se essa quiser dispor de ambiente saudável, aquilo expresso na Carta Magna como direito inalienável, terá que pagar por isso (PAULINO, 2012, p.57).



A autora conclui com o exame do argumento que paradoxalmente passou pelas mãos de Aldo Rebelo, então membro do Partido Comunista do Brasil ao incorporar, como relator, modificações superficiais que, após votação na Câmara e no Senado foi para sanção presidencial sem que fossem consultadas a sociedade civil organizada e a comunidade científica. Desdobramentos indesejáveis como a perda da biodiversidade, a diminuição de fontes de água potável ficaram camuflados. As soluções técnicas serão insuficientes para minimizar os efeitos da lógica anticonservacionista ensejada pela motivação ao enriquecimento rápido e a socialização das perdas, dissimulando o fim especulativo dado à terra. A mudança na legislação ambiental ignora a estrutura fundiária existente.



### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

O modelo conceitual e operativo da pesquisa desta tese é assim constituído: quanto à forma de abordagem, é qualiquantitativa descritiva e analítica; quanto aos objetivos é ao mesmo tempo exploratória, descritiva e analítica. Quanto aos procedimentos técnicos, é bibliográfica e documental. Quanto ao desenvolvimento no tempo, é retrospectiva. Quanto à finalidade, a pesquisa é de tipo explicativo, modalidade que engloba, por uma questão de percurso indispensável, uma etapa exploratória e outra descritiva.

A trajetória de investigação do pesquisador tem possibilitado inferir sobre o fenômeno a partir de procedimentos testados e ajustados em outras situações de discussão e análise, conforme explicado no capítulo anterior, sobre o comportamento dos órgãos de imprensa no sentido amplo e, em particular, a escrita, e de acordo com os recortes decididos para os respectivos processos de coleta e descrição de dados. O registro desse caminho trilhado é particularmente importante pelo fato de a proposta agora culminar em um estudo de natureza explicativa, assentado no compromisso de empreender outra aferição e atualizar a metodologia que dará formato às respectivas análises.

Gil (2002) explica que as pesquisas explicativas são também consideradas “quase experimentais”, dado o teor de alta complexidade de que são portadoras. Lembra o autor que esse fator é contributivo para pesquisas em ciências sociais apesar das dificuldades que se apresentam em sua inserção nesse campo. Ressalta que as pesquisas exploratórias e descritivas normalmente se constituem como etapa anterior, indispensável para sustentar explicações científicas. “Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 2002, p.43).

Ainda para o autor, as pesquisas explicativas têm a preocupação central de identificar, descrever e explicitar os fatores que determinam a ocorrência e a constituição dos fenômenos. Torna-se o tipo mais complexo e delicado, em razão de o risco de cometer equívocos e inconsistências tornar-se muito elevado. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p.43).



Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa do tipo documental. O estudo realizado tem por fonte edições de um jornal impresso e não podem ser deixadas de lado algumas distinções cuja ausência pode levar a equívocos na utilização e no processamento. Materiais impressos também se referem a publicações na forma de livros, catálogos, revistas e uma variada faixa de produções, incluindo boletins, folhetos que também podem servir como fonte na parte de referência teórico-metodológica. Ou seja, o conjunto de material documental pode tanto conter elementos que exercem a função de dados a serem analisados, como também produzir o aporte teórico de onde serão geradas as explicações de base analítica. “As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p.44).

Com relação ao termo jornal impresso, uma ressalva deve ser feita: quando passa para o ambiente digital, o texto segue contendo sua natureza de impresso, em contraste com o texto falado e televisivo, mas pode conter elementos modificados ou corrigidos em relação ao conteúdo que figura no exemplar vendido em bancas. Este último tipo tem um horário de fechamento da edição e a designação “impresso” é literal, porque é uma impressão direta no papel. Essa operação não permite o *delay* que beneficia a passagem do mesmo texto para o digital. Ou seja, a edição em papel tem que sair de madrugada (sem possibilidade de alteração), ao passo que a eletrônica pode receber reformulações e correções ao longo do dia. É de esperar, portanto, que por ser disponibilizado o fac-símile, não haja diferenças entre o que foi para as bancas e o que é encontrado em telas e aplicativos.

Os meios de comunicação lançam um imenso volume de conteúdos com as mais variadas estratégias, tornadas de difícil análise, tendo em vista também o montante de subjetividade inevitavelmente presente, nela também situada a presença da ideologia, como desdobramento de visões, atitudes, valores e formas de representação. As técnicas e os princípios da Análise de Conteúdo proporcionam meios para interpretação dessa faceta, quando o propósito é examinar a ideologia política de um jornal por sua produção de notícias e reflexão sobre um conjunto de fatos ou um determinado cenário. As análises podem ser quantitativas, qualitativas ou uma combinação de ambas. Há um momento subsequente de tratamento, inferência



e interpretação dos dados. “Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados” (GIL, 2002, p.90).

A análise de conteúdo se processa de modo reiterativo, com recomposições e retomadas para encontrar as explicações buscadas: “o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas (GIL, 2002, p.90).

### 3.1 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

As mídias atuais são exemplos evidentes e diários do mecanismo acima descrito. Prevaecem as chamadas postagens que geram uma sequência de comentários que equivalem a verbalizações típicas de uma conversa que, embora não realizada face a face, numa condição presencial em dado edifício ou salão, em que há uma condição de resposta, uma reação. Configura-se diálogo. O conjunto dessas interações produz um bloco de pensamento apto a ser conduzido a uma análise, daí a necessidade de um método híbrido para análise.

Utilizam-se, portanto, os aportes de Maingueneau (2013; 2015) e os critérios de valência (DOXA, 2020), adaptados para utilização como categorias explicativas. No caso deste estudo, o que se pretende é um debate entre a visão geográfica do Código Florestal Brasileiro, conforme apresentada em textos jornalísticos, já na condição de narrativa discursivizada e publicada, agora à espera do leitor que desenvolverá o seu posicionamento. O que se pretende provar é que essa interação será fortemente influenciada por uma postura conservadora da parte do jornal.

A busca no ambiente *online* do OESP abrangeu do ano de 2010 a 2018. Descrever a quantidade de textos advindos das palavras “código ambiental”, “educação ambiental”, “12.651”, “PL”, “projeto de lei”. No recorte buscado, foram agregados os termos “lei” e “projeto de lei”. O termo “projeto de lei” se justifica pela sua presença nas matérias jornalísticas anteriores à aprovação do código florestal (2010 a 2012) e o termo “lei”, por representar as referências ocorridas no período após ao ato legislativo (2012 a 2018). A análise se concentrará nesses dois montantes.



A busca foi feita no *site* do jornal O Estado de S. Paulo com a palavra-chave “código florestal” para verificar a frequência com que este termo aparece nas matérias do jornal. Foram encontrados 3690 registros na editorias de Política (966 registros), Geral (885), Sustentabilidade (557), Opinião (325), Economia (209), Brasil (191), Cultura (129), Ciência (124), Política (101), São Paulo (43). A pesquisa tendo o tópico Código Florestal como *tag* retornou 910 entradas. Para refinar os resultados, fez-se a busca de “código florestal” associadas com as expressões “1876” e “1.876”, que representam o número do projeto de lei em tramitação na Câmara a respeito do novo código florestal. Estes termos retornam 25 resultados antes da promulgação da lei em 25 de abril de 2012.

Buscaram-se os resultados com as palavras “12651” e “12.651”, indicando o número da lei que versa sobre o código florestal. Como resultado, encontrou-se 55 matérias. Adicionalmente, incluiu-se a busca pelos termos “código florestal” e “educação ambiental”, que trouxe, como resultado, 18 registros. Os termos e os respectivos resultados, separados por editoria, estão apresentados na Tabela 1. A listagem completa das matérias selecionadas para este estudo estão apresentados no Quadro 2 do Apêndice A.



**Tabela 1** – Número de registros encontrados de acordo com o termo de busca

Termos de busca	Editorias						Total
	Política	Sustentabilidade	Opinião	Geral	Economia	Ciência	
"código florestal" "1876"	8	8	0	1	0	1	18
"código florestal" "1.876"	2	1	1	0	0	0	4
"código florestal" "12651"	0	0	0	0	0	0	0
"código florestal" "12.651"	18	12	17	2	2	0	51
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>73</b>
"código florestal" "educação ambiental"	0	4	2	2	1	1	10
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>83</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do total de 80 registros encontrados, verifica-se que há uma grande incidência no ano de 2012, data da promulgação da lei, e nos anos anteriores. O ano de 2015 não apresenta registro de nenhuma matéria com as referidas palavras-chave. Mais recentemente, constata-se um grande destaque para o tema entre os anos de 2017 e 2018, ocasião em que algumas das questões do Código Florestal foram alvos de debate no Supremo Tribunal Federal com relação à sua constitucionalidade.

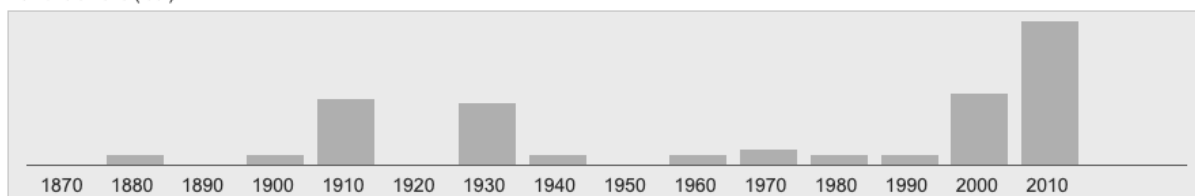
Cabe destacar que o termo Código Florestal aparece há muito tempo no jornal, sendo referido ainda no século XIX (Gráfico 1). Entretanto, o novo Código Florestal teve ênfase apenas na última década. Assim, o período em que o tema esteve em discussão no jornal Estadão compreende o exercício de quatro presidências distintas: 2º mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (10 registros de 2009 a 2010), 1º mandato da presidente Dilma Rousseff (32 registros de 2011 a 2014), 2º mandato interrompido da presidente Dilma Rousseff (nenhum registro de 2015 a maio de 2016, data do afastamento), mandato do presidente Michel Temer (27 registros de 2016 a 2018), mandato do presidente Jair Bolsonaro (14 registros a partir



de 2019). Pelo histograma apresentado no Gráfico 2, podem-se constatar as frequências em que alguns dos termos de busca foram encontrados, separados por editoria, compondo o corpus desta pesquisa. No Apêndice B há o detalhamento deste histograma, mostrando a frequência distribuída por trimestres e por meses.

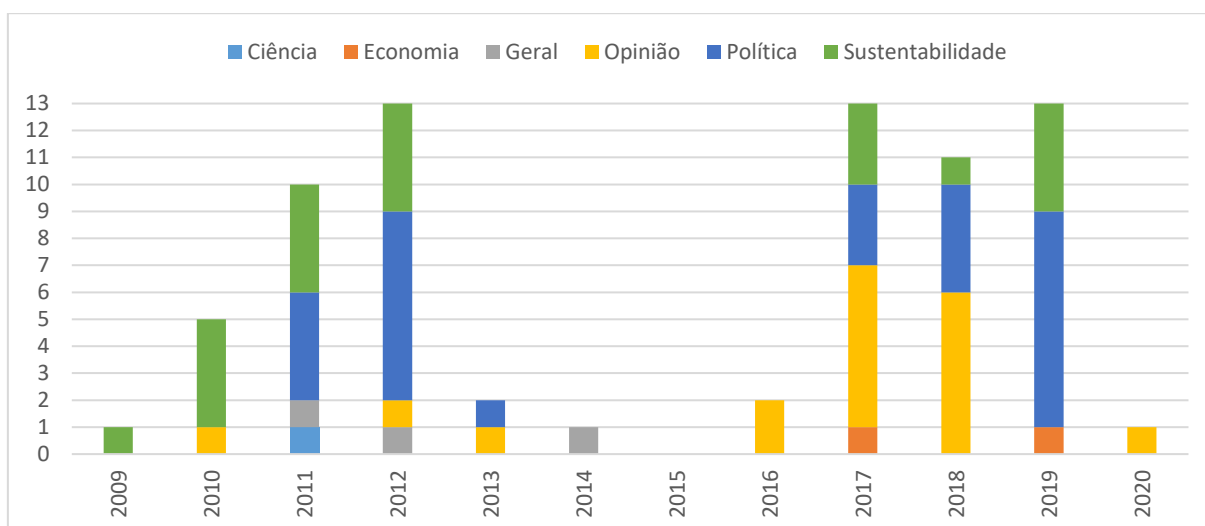
**Gráfico 2 -** Histograma dos registros sobre “Código Florestal” por década

De 1875 a 2010 ( 80 )



Fonte: O Estado de S. Paulo.

**Gráfico 3 -** Histograma dos registros encontrados por ano e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os registros encontrados foram tabulados em uma planilha contendo os dados principais como editoria, data, manchete, autor, etc. Para cada matéria foi gerado um documento no formato PDF reproduzindo a impressão da matéria encontrada no site. Estes arquivos foram posteriormente tratados para restar apenas o texto, eliminando-se cabeçalhos, nome de autores, links para outras reportagens, etc. Estes novos documentos foram salvos no formato TXT. Estes arquivos preparados foram inseridos no software AntConc que faz o levantamento da incidência de cada termo dentro de um grupo de textos.

Os textos foram analisados primeiramente segundo cada editoria. Como o número de textos das editorias Geral, Economia e Ciência eram em número



reduzido, foram agrupados em um único conjunto chamado de Outros. Para cada um dos conjuntos foi realizado o levantamento dos termos com maior frequência, mostrados na Tabela 2. A partir do levantamento das frequências de incidência dos termos, separou-se os 10 adjetivos com maior frequência. Por meio de um comando no referido software, obteve-se o levantamento dos termos que acompanham esses adjetivos, formando as locuções.

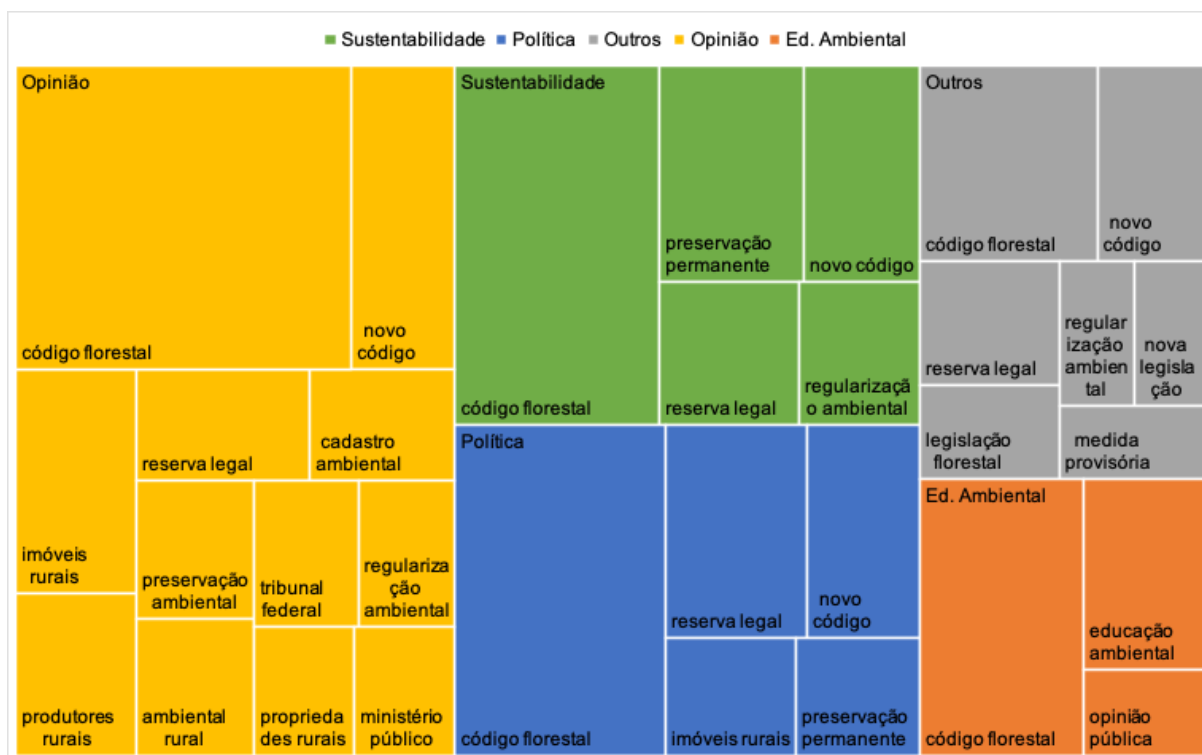
No Gráfico 3, estão mostradas as locuções com maior frequência relativa considerando o total de palavras do conjunto de cada editoria. Neste gráfico, cada editoria representa uma cor, e seu tamanho revela a magnitude relativa dos termos desta editoria em comparação com as demais. Do mesmo modo, a dimensão dos blocos que representam cada termo são indicadores da frequência desses termos no corpus de pesquisa.

**Tabela 2** – Frequência dos 10 adjetivos mais utilizados por editoria

<b>Adjetivos</b>	<b>Ed. Ambiental</b>	<b>Opinião</b>	<b>Outros</b>	<b>Política</b>	<b>Sustentabilidade</b>
florestal	41	102	27	99	93
ambiental	54	96	10	68	77
rurais	11	57	7	56	39
rural	11	42	6	30	28
legal		27	9	49	30
novo		31	11	34	38
nacional	8	29		29	29
federal		22	6	32	
permanente				20	39
ambientais	14			19	24
nativa		39			
brasileira					32
público		20			
sustentável	10		5		
ecológica	9				
nova			8		
públicas	7				
pública	7				
provisória			5		

Fonte: Elaborado pelo autor.



**Gráfico 4 -** Mapa das locuções mais frequentes encontradas na pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da compreensão preliminar a respeito do contexto em que essas locuções apareceram em cada editoria, partiu-se para a análise de cada uma das reportagens de capa no mesmo período. A lista completa está mostrada no Quadro 1 abaixo e o fac-símile das capas e as respectivas reportagens estão expostos no Anexo A.

**Quadro 1** – Lista de capas de edições impressas selecionadas para a pesquisa

Data	Edição	Link
09/05/2010	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
09/05/2010	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100509-42572-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo</a>
10/06/2010	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
10/06/2010	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100610-42604-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
15/06/2010	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
15/06/2010	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100615-42609-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
07/07/2010	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>



Data	Edição	Link
07/07/2010	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100707-42631-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
23/07/2010	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
23/07/2010	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100723-42647-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
25/02/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110225-42864-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110225-42864-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
03/05/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
03/05/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110503-42931-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
10/05/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
10/05/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110510-42938-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
13/05/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo</a>
13/05/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110513-42941-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
24/05/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
24/05/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110524-42952-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
26/05/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
26/05/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110526-42954-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
09/06/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110609-42968-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110609-42968-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
11/10/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
11/10/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111011-43092-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
28/10/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
28/10/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111028-43109-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
07/12/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111207-43149-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111207-43149-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
11/12/2011	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-nac-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo</a>
11/12/2011	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-spo-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-spo-1-pri-a1-not/busca/Florestal+C%C3%B3digo</a>
09/03/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo</a>
09/03/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120309-43242-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
15/03/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>



<b>Data</b>	<b>Edição</b>	<b>Link</b>
15/03/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120315-43248-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
24/03/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
24/03/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120324-43257-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
26/04/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120426-43290-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120426-43290-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
05/05/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
05/05/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120505-43299-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
26/05/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-spo-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-spo-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL</a>
26/05/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-nac-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120526-43320-nac-1-opi-a2-not/busca/C%C3%93DIGO+FLORESTAL</a>
30/05/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120530-43324-nac-1-edi-a3-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120530-43324-nac-1-edi-a3-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
06/06/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120606-43331-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120606-43331-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
27/08/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal</a>
27/08/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120827-43413-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+florestal</a>
19/10/2012	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
19/10/2012	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121019-43466-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
18/09/2016	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
18/09/2016	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160918-44896-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
13/02/2017	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
13/02/2017	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170213-45044-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
25/02/2018	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
25/02/2018	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180225-45421-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
01/03/2018	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
01/03/2018	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180301-45425-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
02/03/2018	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
02/03/2018	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>
05/06/2019	Nacional	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-nac-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>



Data	Edição	Link
05/06/2019	São Paulo	<a href="https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal">https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190605-45886-spo-1-pri-a1-not/busca/C%C3%B3digo+Florestal</a>

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2 GUIAS DE ANÁLISE

O procedimento metodológico é resultante de uma composição entre as noções de emissor e receptor em que toda mensagem parte de um emissor conhecido ou não, consolidado por sua voz, como é o caso de um texto jornalístico, e um leitor em um papel auditivo e também de construção de uma mensagem, na maior parte das vezes de reação. Afirmar-se, portanto, que todo texto jornalístico equivale à presença de um primeiro interlocutor à espera de outro interlocutor individual ou coletivo.

Há um processo de enunciação do qual se extrai um enunciado e envolverá um enunciador e um enunciatário, concretizando a relação emissor-receptor. A enunciação se refere a uma instância que está colocada à disposição de todos, e no caso do tema que está sendo tratado aqui, sobre o novo código florestal, há fatos, pessoas envolvidas, datas, locais, decisões, impedimentos, aberturas, e tudo quanto se possa pensar em termos comprováveis, ou seja, aconteceram na forma tradicionalmente definida pela norma jornalística: quem, quando, onde, como, por quê... Inexiste, no entanto, a possibilidade de confirmar *in loco*, presencialmente; quem trará é o jornal. Aqui se está falando do jornal impresso encontrado em bancas, evidentemente sem deixar de considerar a modalidade online, dentro da qual, há também o fac-símile da edição impressa.

Mainqueneau (2015) discute a noção de gêneros de discurso e ressalta três modos pelos quais são agrupados segundo o ponto de vista que privilegiem: a esfera de atividade, o campo discursivo e o lugar de atividade.

Vivemos cercados de enunciados atribuídos a fontes que não são, propriamente falando, locutores individuais de carne e osso. Basta pensar nas *instituições*, como os ministérios, os conselhos de administração, as direções de empresas, os serviços, os partidos políticos, as associações de todos os tipos... Por exemplo, o que chamamos de ‘uma campanha’ (de segurança nas estradas ou de vacinação de crianças, contra a violência conjugal etc.) é o investimento em um número de gêneros de discurso não por um locutor, mas por uma instituição que, assim, pode construir, reforçar e legitimar sua identidade em determinada conjuntura. (MAINGUENEAU, 2015, p. 75, grifo do autor)



Quando a notícia ou a matéria jornalística é preparada, isso é realizado por meio de um enunciado a cargo de uma pessoa, no papel de enunciador. É nessa interferência que podem se realizar processos de manipulação. “Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: ‘Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?’” (MAINGUENEAU, 2013, p. 72). O leitor se instala no papel de enunciatário, aquele que recebe o enunciado. Há competências prévias que o enunciatário já possui, e que também interferirão na compreensão e na absorção do conteúdo emitido. O enunciatário atribui sentido ao enunciado.

Adverte Maingueneau (2013), no entanto, que é insustentável a ideia de um enunciado portador de um sentido fixo e fora de contexto. Explica que o contexto não se posiciona ao redor de um enunciado contendo um sentido parcial, à espera de um enunciatário a quem caberia unicamente especificar a parte faltante. “Queremos insistir no fato de que uma sociedade não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível” (MAINGUENEAU, 2013, p. 82).

Há uma assimetria em todo ato de enunciação e, por esse motivo, quem interpreta efetua uma reconstrução de sentido, com base em indicações constantes do próprio enunciado, e o faz sem a garantia de coincidência entre essa reconstrução e as representações empregadas pelo enunciador. “Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário. É mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável” (MAINGUENEAU, 2013, p. 22).

O autor aponta que o texto escrito e o texto oral se constituem em distintos regimes de enunciação, de modo que o escrito não se torna uma mera representação do oral e, nesse caso, o impresso, por seu turno, esteja confinado à função de efetuar uma simples multiplicação do escrito. O texto escrito pode circular longe de sua origem, e ser difundido a públicos não previstos, sem que tenha que ser modificado em cada circunstância. “Com a escrita e, sobretudo, com a impressão, o texto explora cada vez mais o fato de *ocupar um certo espaço material* (...). Em um nível superior, todo texto *constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar*” (MAINGUENEAU, 2015, p. 90-92, grifos do autor).



Chama-se quadro cênico do texto, o espaço do tipo e do gênero do discurso. O enunciado adquire sentido no espaço estável proporcionado pelo quadro cênico. Há três tipos de cena:

Cena englobante – refere-se ao tipo de discurso: político, publicitário, religioso, administrativo, literário, entre outros. É a cena na qual o enunciatário deve buscar elementos para estar apto a interpretar o discurso por ela englobado.

Cena genérica – diz respeito aos gêneros particulares de discurso e aos papéis exercidos por esses gêneros.

Cenografia – conjunto de cenas escolhidas para legitimar a manifestação do discurso e validar a enunciação. É ao mesmo tempo fonte do discurso e o que é por ele engendrado. A cenografia faz com que o quadro cênico transporte o sentido.

A definição de cenografia assevera, por outro lado, que “ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso – a política, a filosófica, a ciência –, ou para promover certa mercadoria” (MAINGUENEAU, 2013, p. 98). A cenografia mobiliza um repertório de cenas que pode variar em função do grupo visado e da mensagem a ser veiculada. Pode haver, por outro lado, a opção de empregar um conjunto de cenas compartilhável com qualquer tipo de público, por mais amplo e heterogêneo que seja. “Como se vê, enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 103).

A atribuição de valências é adaptada da aplicação realizada por Neves (2008) ao analisar pleitos eleitorais. A técnica foi concebida pelo grupo do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – Doxa/Iuperj. No emprego que está sendo adotado no material jornalístico aqui analisado, a valência é considerada positiva quando há uma tendência a favor do agronegócio ou da bancada ruralista, demarcando a posição conservadora. A valência negativa se refere ao posicionamento contrário aos interesses do agronegócio ou da bancada ruralista



(não conservador). A valência neutra é atribuída quando não há elementos que se direcionem a uma ou outra posição.

As análises serão conduzidas conforme o modelo apresentado a seguir.

**Figura 1** – Capa da edição nacional do dia 09/05/2010



**JOÃO BOSCO RABELLO**  
**Código Florestal em xeque**  
 Em parecer sobre a reforma, o deputado Aldo Rebelo revoga conquistas de ONGs que estiveram no governo durante muitos anos.  
**NACIONAL / PÁG. A12**

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta página de O Estado de S. Paulo (A12) é a primeira que resulta do sistema de buscas e dos critérios estabelecidos para o *corpus* desta pesquisa. O primeiro texto (topo da página), “Código florestal em xeque”, é assinado por João Bosco Rabello, autor da coluna “Direto de Brasília”. Este texto não é um editorial, o que seria a opinião explícita do jornal. É um artigo, com a opinião do colunista, que pode ou não coincidir com o pensamento da direção do jornal.

No início do artigo é apresentada a trajetória da discussão sobre o Código Florestal até aquele momento, considerado importante, que é o ponto de partida dos debates que viriam a acontecer no Congresso Nacional.

Após seis meses, 54 audiências públicas e debates em 18 Estados, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) concluiu o parecer da reforma do Código Florestal com mudanças substanciais de conceito na legislação ambiental. O relatório revoga conquistas de ONGs cujos ambientalistas estiveram representados em cargos estratégicos no Ministério do Meio Ambiente desde a gestão de Zequinha Sarney (PV-MA) até a de Marina Silva. (OESP, 2010, p. A12).

De início, duas informações importantes. A primeira é a identificação do relator, o deputado Aldo Rebelo, de um partido considerado de esquerda, que promoveu o debate em boa parte do território brasileiro. Essa informação pretende dar credibilidade ao trabalho realizado. A segunda informação é sobre as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades que possuem muita



visibilidade na mídia e grande poder de pressão. Em diversas oportunidades o Agronegócio, a bancada ruralista e entidades representativas (como federações e associações) dos produtores rurais fazem críticas às ONGs. O texto informa que “estiveram representados em cargos estratégicos” nas gestões de Zequinha Sarney até a de Marina Silva, sem explicar exatamente qual o período, e quem era o presidente a que se subordinavam. Isso demonstra a intenção de omitir que isso ocorria desde o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e que persistiu no governo Lula.

Outra questão importante é que o texto apresenta nas palavras do relator os fundamentos que norteiam o relatório, sem informar que várias daquelas conclusões eram reivindicações do agronegócio.

Aldo diz que a mudança, entre outros benefícios, defende o pequeno agricultor cuja área de cultivo (...) torna-se insuficiente. (...) sustentando que o rigor da Lei dos Crimes Ambientais de 98 põe na ilegalidade 90% das propriedades rurais brasileiras, ao impor um índice de reflorestamento legal com custos de execução altos e multa de até R\$ 100 mil e detenção de três anos para o infrator. (OESP, 2010, p. A12).

Aqui está um dos pontos centrais desse debate: os crimes já cometidos, ou seja, a lei que já foi desrespeitada. As frases reforçam o tema do debate em torno do reflorestamento (que os ruralistas não aceitam, ou querem minimizar) e não do essencial que é impedir o desmatamento.

Os dois textos na sequência — “Agronegócio se divide entre Serra e Dilma” e “Pré-candidatos ainda preparam seus programas” — tratam da campanha eleitoral (2010 tivemos eleições para a presidência). Nesses textos a discussão do Código Florestal aparece nas reivindicações do agronegócio aos candidatos. Esses pontos já estavam presentes no relatório do deputado Aldo Rebelo, o que remete as “reivindicações” a outro patamar, o da pressão. O que o agronegócio quer é o apoio, o compromisso, dos candidatos (em caso de vitória) com as reformulações do Código Florestal encaminhadas ao Congresso Nacional. A cena englobante é o Novo Código Florestal; a cena genérica é a o discurso do jornal; a cenografia remete a uma **valência positiva**. No capítulo seguinte serão realizadas a análise de toda as matérias seguindo esta mesma lógica.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e discussão dos resultados será feita a partir da indicação individual de cada edição em uma figura, contendo a reprodução da miniatura da capa e a marcação da região em que a respectiva chamada em referência ao Código Florestal é feita. Ao lado da capa, apresenta-se, em tamanho maior, a reprodução do trecho da capa com a citação ao Código Florestal. A data e a edição (se versão nacional ou São Paulo) estão indicadas na legenda de cada figura. A partir do aparecimento dessas imagens, o texto logo na sequência se refere à discussão do conteúdo das matérias do interior do jornal citadas na capa. O *fac-símile* de todas as capas e das respectivas matérias está reproduzido no Anexo A. Quando ambas as edições, nacional e São Paulo, são idênticas na citação ao Código Florestal, apenas a edição nacional será reproduzida, tanto neste capítulo como no referido anexo.

**Figura 2** – Capa da edição nacional do dia 10/06/2010



Fonte: Dados da pesquisa.

Este texto é um editorial, portanto a opinião explícita do jornal. No modelo tradicional (e um padrão reconhecido internacionalmente), é no editorial que a posição da empresa deve ser apresentada. O que se questiona em muitos trabalhos acadêmicos e nas entidades de jornalistas é quando ocorre manipulação da informação (dentro do texto jornalístico) ou até interferência empresarial no conteúdo. O editorial apresenta algumas questões relevantes. Começa apresentando uma premissa: “O brasileiro precisa de comida farta, boa e barata e também de um ambiente saudável e tratado com respeito”. E acrescenta que esse “homem comum” estaria sendo excluído do debate (que o jornal chama de “lamentável debate”). Na sequência o jornal afirma que:



Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defendidos no Congresso pela bancada ruralista, e grupos ambientalistas, empenhados na proteção de rios, matas e solos ameaçados pela ação devastadora de um bando inescrupuloso. De um lado a ambição sem limites, de outro, a virtuosa cruzada a favor da natureza.

Um debate nesses termos não interessa ao Brasil. Os brasileiros precisam de políticas bem equilibradas para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. (OESP, 2010, p. A3).

Essa introdução remete a uma intenção de O Estado de S. Paulo de se colocar como detentor de uma posição de equilíbrio entre os dois lados apresentados no que afirma ser um “debate lamentável”, evidentemente se apresentando como porta-voz da sociedade ao definir (nos seus próprios termos) o que “interessa ao Brasil”, e o que “os brasileiros precisam” (...), ou seja, o jornal dita as regras. Aqui fica evidente a parcialidade do jornal na forma como exclui um dos lados utilizando expressões que ironizam e, portanto, desqualificam os chamados grupos ambientalistas. Essa atitude delimita — e restringe —, o debate à posição do jornal, de defesa do empresariado (mesmo com a crítica a “um grupo de grandes produtores”).

Outra demonstração de defesa da posição do empresariado é a inclusão de expressões comuns e conhecidas como “a agropecuária brasileira já mostrou sua eficiência” e “proporcionando comida farta e barata” — frases típicas do discurso do agronegócio. Além de ser o tipo de informação que pode ser questionada. Vários estudos mostram que a produção de alimentos é garantida pela agricultura familiar, enquanto o agronegócio visa principalmente exportar sua produção (quase inteiramente como *commodities*).

**Figura 3** – Capa da edição nacional do dia 07/07/2010



## Eleição adia novo Código Florestal

A reforma do Código Florestal foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara. O plenário só deve votar o texto, que libera 90% dos donos de terra de recuperar vegetação nativa, após a eleição. **VIDA / PÁG. A17**

Fonte: Dados da pesquisa.



Esta edição de O Estado de S. Paulo (7 de julho de 2010) mostra como a bancada ruralista dominou a Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de discutir a proposta de reforma do Código Florestal. Seus representantes ocuparam os espaços de vários partidos (de linhas políticas diferentes) por meio da indicação dos líderes e conseguiram uma maioria folgada para aprovar suas propostas. A principal consequência disso foi a vitória das proposições de interesse do agronegócio terem sido aprovadas por ampla maioria (votos favoráveis de 13 dos 18 membros da comissão).

O resultado imediato foi que a proposta aprovada representava um grande retrocesso em termos de legislação ambiental, como apresentada na matéria:

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reforma do Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis. (OESP, 2010, p. A17).

Desde o início do texto há informações sobre a quem seria atingido pela medida (caso a proposta fosse aprovada em plenário), cerca de 90 % dos proprietários de terras que estariam obrigados a promover a recuperação da vegetação seriam, de certa forma, anistiados. Sem a necessidade de cumprir as determinações que ainda constavam da Lei e, por consequência, livre de multas.

Calcula-se que 870 mil quilômetros quadrados, extensão equivalente a três vezes e meia o Estado de São Paulo, tenham sido desmatados de forma irregular. Nem tudo terá de ser recuperado, a valerem as novas regras. (OESP, 2010, p. A17).

As consequências diretas da eventual aplicação dessa lei, caso aprovada em plenário, seria uma grande anistia a quem desrespeitou a legislação (por vezes durante anos). Por esses motivos a utilização dos termos apresentados no título, “Comissão aprova Código Florestal”, remetem a vários questionamentos sobre a postura do jornal. O primeiro é sobre o conteúdo do título. Se havia, como demonstrado no próprio texto, informações sobre o real significado dessa eventual aprovação, qual o motivo disso não se refletir no título?

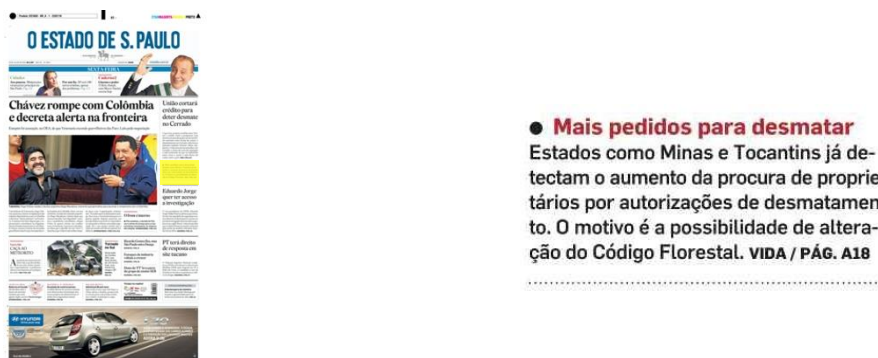
Numa análise do ponto de vista do jornalismo, esse título deveria ser apresentado de forma mais explicativa. A segunda questão é de (tecnicamente) haver um erro de informação: já existia um Código Florestal em vigor. Portanto, não poderia



ser afirmado que a “Comissão aprova Código”, no mínimo deveria ser usada a expressão (consagrada nesses debates) de “Novo Código Florestal”. Essa ideia de um título “neutro” demonstra uma atitude de se “esconder” o verdadeiro significado do resultado da votação.

O uso de um título que subestima o verdadeiro resultado, reforçado a partir do conteúdo das informações do próprio texto, demonstra a manipulação da informação neste caso. Qual seria o interesse do jornal? Qual o motivo? Uma hipótese que deve ser apresentada é de que haveria uma “margem de manobra” da bancada ruralista que jogava com o adiamento dos debates (anunciado naquele momento) para depois da campanha das eleições presidenciais que estavam se iniciando. Assim, conhecido o resultado das eleições, a bancada poderia conduzir as eventuais negociações de outra forma. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

**Figura 4** – Capa da edição nacional do dia 23/07/2010



Fonte: Dados da pesquisa.

O conteúdo desta edição de O Estado de S. Paulo (página A18) é uma reflexão a partir da aprovação (em comissão) inicial da reforma do Código Florestal. Seja como alerta, ou como ameaça, o texto afirma a possibilidade de aumento do desmatamento com a perspectiva de aprovação definitiva do Novo Código Florestal. A análise está definida no próprio título, *Crescem pedidos de permissão para desmate*, fato que ocorre em alguns estados.

Vários Estados estão preocupados com a corrida de proprietários por autorizações de desmatamento e alguns, como Tocantins e Minas, notam crescimento da procura. O principal motivo é a possibilidade de alteração do Código Florestal. (Anexo A OESP, 2010, p. 150).

Duas informações importantes. A primeira é a legalidade dos pedidos baseada na lei em vigor. A segunda é que vários estados apresentavam essa



informação como crença e possibilidade. A motivação estaria na moratória de cinco anos para novos desmatamentos. Ou seja, haveria uma corrida para desmatar antes da moratória entrar em vigor. Prevista no texto aprovado em comissão especial (dia 6 de julho) a medida entraria em vigor somente após a aprovação definitiva da nova lei. Os próprios congressistas afirmaram que a votação só aconteceria após as eleições.

Como noticiado anteriormente, a aprovação (por ampla maioria) na comissão foi comemorada pela bancada ruralista. Por esse motivo é possível interpretar a questão apresentada nesse texto como alerta ou ameaça, já que a comissão era dominada pelos ruralistas. Outro fato relevante é o de haver desmatamento ilegal em grandes áreas, objeto de anistia no projeto de lei.

Outro elemento dessa pressão está no segundo texto, na mesma página A18 (Para secretário de MT, falta incentivo para produtor), com afirmações do secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexander Torres Maia, declarando ser “mais importante” uma política de incentivos para não haver desmatamento. Seja na hipótese de pressão, ou mesmo de introduzir uma nova reivindicação, essa combinação remete a uma constatação de valência positiva.

**Figura 5** – Capa da edição nacional do dia 25/02/2011



## Ninguém adere a programa que anistia desmate

A três meses do fim do prazo, ainda não houve adesões ao Programa Mais Ambiente, que prevê a suspensão de multas ao proprietário que restaurar área de proteção em seu imóvel. Produtores rurais apostam que as regras mudarão a partir da reforma do Código Florestal, em debate no Congresso. **VIDA / PÁG. A22**

Fonte: Dados da pesquisa.

A notícia a que se vincula esta manchete na capa da edição de 25/02/2011 trata do fracasso na adesão ao programa Mais Ambiente lançado ainda no segundo mandato do governo de Lula (2007-2010). A oposição entre ruralistas e ambientalistas está presente, em passagens sutis como: “A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (...) vem defendendo a flexibilização do Código Florestal, o que é visto por ambientalistas e cientistas como um retrocesso na área”. (OESP, 2011, p. A22). A valência positiva desta notícia se caracteriza a partir do reconhecimento do fracasso do programa governamental em função da perspectiva da aprovação do Código



Florestal com as regras modificadas. Significa que o potencial Código Florestal seria mais flexível com os produtores rurais a respeito das áreas já desmatadas, reconhecendo a necessidade de legalização de áreas destinadas à produção de alimentos.

**Figura 6** – Capa da edição nacional do dia 03/05/2011



## Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata

O relator do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (PC do B-SP), apresentou o texto que será votado hoje na Câmara. A proposta estende a todas as pro-

priedades o benefício de não ter de recuperar a vegetação nativa correspondente à reserva legal desmatada ilegalmente até julho de 2008. **VIDA/PÁG. A18**

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro dos padrões adotados nesta pesquisa, o texto publicado na data de 3 de maio de 2011 tem o significado de ser um marco temporal. Trata-se da apresentação de uma nova versão do texto de Reforma do Código Florestal, preparado pelo relator do Aldo Rebelo, deputado do PC do B de São Paulo. De acordo com O Estado de S. Paulo, o relatório foi concluído no dia anterior e deveria ir para a votação naquele dia (o da publicação do jornal, 3 de maio). O corpus desta pesquisa ficou definido para o período de 2010 a 2018. O início do processo de votação desse relatório pode ser considerado um marco já que, a partir do resultado, surgem os desdobramentos para a continuidade da análise,

Em relação à sua importância, o tema recebeu tratamento modesto na edição da capa do jornal. Como resultado, apenas uma chamada com um tamanho relativamente pequeno (Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata), em função de um fato de importância mundial, que ocupou o espaço da manchete principal do dia: a morte de Bin Laden, principal responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (Anexo A).

No espaço interno, no entanto, o assunto recebeu tratamento relativamente melhor, ou seja, proporcional, ocupando uma página inteira (A18). O conteúdo procura mostrar que o projeto atendeu demandas dos ambientalistas e “agradou” proprietários, apontando para uma situação de equilíbrio. O título demonstra



esse objetivo de “equilibrar” as questões: Relator do novo Código Florestal flexibiliza recuperação de mata nativa. Na sequência o jornal afirma que:

Nem ruralistas nem ambientalistas ficarão completamente satisfeitos com a nova versão do Código Florestal, avisou Rebelo ao apresentar o texto. “Foi o acordo possível”, resumiu o deputado, depois de quase dois anos de negociação de regras para a preservação do meio ambiente nas propriedades rurais do País.

O resultado está próximo do acordo selado com o governo. Com exceção de um dispositivo incluído no relatório — o benefício de não ter de recuperar a vegetação nativa correspondente à reserva legal desmatada até 2008. (OESP, 2010, p. A3).

Esse detalhe, que deixaria o acordo com o governo sem ser totalmente cumprido, faz referência a um compromisso de campanha da presidente Dilma Rousseff (que se comprometeu a vetar eventual redução de APPs). O conteúdo, deste texto, aponta para uma valência positiva.

Na mesma página (A18) há uma entrevista com Alceo Magnanini, engenheiro agrônomo (na época com 85 anos), que participou do grupo que elaborou o Código Florestal de 1965. Crítico do projeto de reforma (e do relatório do deputado Aldo Rebelo), Magnanini defendia um enrijecimento do Código Florestal.

Na minha opinião de ecologista, que teve 50 anos de experiência após elaborar o código, a lei deve ser mais restritiva. Agricultura e pecuária não precisam de novas áreas, têm de aumentar a produção, mas não às custas de novas áreas. O Brasil precisa diminuir suas áreas agrícolas e de pecuária e fazer a intensificação dos processos. (OESP, 2010, p. A3).

Essa entrevista, que não é muito longa, recebeu um tratamento de menor destaque, em relação ao texto principal da página. Mas as informações (as respostas do entrevistado) são muito críticas em relação ao relatório de Aldo Rebelo, com características de valência negativa. No conjunto, a análise da página toda aponta para uma valência neutra.



**Figura 7 – Capa da edição nacional do dia 10/05/2011**



Fonte: Dados da pesquisa.

O foco do noticiário desse dia (10 de maio de 2011) é a tentativa do governo federal de fazer acordo para a votação da reforma do Código Florestal. A proposta apresentada de redução das dívidas dos produtores rurais em troca de recuperar Áreas de Preservação Permanente (APPs). O título da matéria expressa a proposta: *Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção*. O texto apresenta o alerta que a proposta não tinha aval da equipe econômica e envolvia valores altos. O esforço dos governistas na busca de acordo para a votação demonstra o receio com a possibilidade de derrota

A votação da reforma do Código Florestal foi suspensa na quarta-feira passada por sugestão de líderes governistas, diante de uma derrota iminente da proposta de acordo negociada pelo Planalto.

(...) A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, acredita que é possível um acordo para a votação sem a quebra de compromissos assumidos por Dilma. (OESP, 2010, p. A3).

Essa possibilidade de o governo ser derrotado era evidente desde o início do processo quando os ruralistas dominaram a Comissão Especial. O relatório de Aldo Rebelo já refletia a vantagem da bancada ruralista, cedendo muitos pontos para o agronegócio e confrontando ambientalistas. Nesta nova situação, perto de votar a proposta, o governo precisou abrir negociação para (tentar) garantir os votos de sua própria base no Congresso. Deputados da bancada ruralista estavam presentes em vários partidos que davam sustentação ao governo. A proposta de negociar os valores das dívidas estavam inseridas nessa negociação.

a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.



O estímulo financeiro seria calculado com base em redução de emissões de gases de efeito estufa.

(...) poderia ser viabilizada a recuperação de cerca de 430 mil quilômetros quadrados de APPs. (OESP, 2010, p. A3).

O valor estimado das dívidas é estimado. Parte desse montante tem origem em multas por desrespeito à legislação ambiental, desmatamento incluído. O noticiário não especifica esse detalhe, nem explica a real situação. Assim, a proposta apresentada tem características de anistia. As articulações acontecem em torno da posição política dos ruralistas e como o governo cede, cada vez mais, para viabilizar uma eventual vitória. E a posição dos ambientalistas não aparece, nem tem suporte na posição governista, nem no jornal. Essas características apontam para uma valência positiva.

**Figura 8** – Capa da edição nacional do dia 13/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

A sequência do noticiário apresenta nova tentativa do governo federal de fazer acordo para a votação da reforma do Código Florestal. Nesse dia (13 de maio de 2011), a ênfase é a suspensão da votação, causada por mudanças no texto da proposta. O título é bem explicativo: *Governo volta a mexer no Código e suspende a votação*.

A proposta apresentada recebeu mudanças na redação, de acordo com o governo. O texto explica que houve verificação por parte de técnicos do governo e que foram encontradas alterações (palavras e expressões) em relação ao texto que fora objeto do acordo de dias antes.

Como parte do entendimento entre representantes do governo e do congresso, houve definição da proposta a ser enviada a votação. O que foi alterado não fazia parte do acordo e não teve aceitação do governo. Sem identificar a origem



dessas alterações, a matéria apresenta as questões inaceitáveis por parte dos representantes do governo federal.

Também desapareceu do texto final a proibição de instituições financeiras concederem crédito a produtores rurais que tivessem desmatado ilegalmente suas propriedades e sofrido embargo de terrenos.  
(...) Detalhes não tão pequenos, valia o governo, que ainda investe num entendimento para a votação como única alternativa a uma derrota iminente imposta pelos ruralistas, com ajuda da base aliada. (OESP, 2010, p. A3).

Fica evidente nesse texto que a principal característica, das informações desse dia, era a referência a mudanças no texto que foi objeto de acordo. As mudanças “contrabandeadas” (e que foram rejeitadas pelo governo) tornavam a proposta de reforma mais benéfica ainda ao agronegócio. Não há nada no texto que tenha referência ou ligação com posições de ambientalistas. Nada sobre o assunto do dia, mas também nada sobre o resultado do acordo para se votar o texto anterior. Ou seja, a voz dos ambientalistas foi suprimida, tornando as características desse texto muito evidentes, expressando valência positiva

Outro texto na mesma página (*Com apoio de governistas proposta liberária agronegócio*) apresenta os bastidores deste episódio. As informações reforçam que o debate se restringiu ao embate sobre o acordo. Novamente a posição dos ambientalistas foi suprimida. A proposta de alteração recebeu o número 183 (Emenda 183), e dominou o debate. A situação da posição governista se complicou e o contraponto veio da oposição ao governo:

“Estamos assistindo a uma comédia de erros do governo”, comentou o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP). Ontem, o líder arriscou que a Emenda 183 teria votos suficientes para ser aprovada.  
“Apresentamos a emenda para fazer o enfrentamento político e começamos a perceber que ganharíamos”, disse. (OESP, 2010, p. A3).

Essas articulações são dominadas pela posição política dos ruralistas e como o governo é obrigado a ceder, cada vez mais, para impedir uma derrota previsível (muito mais que eventual vitória). E a posição dos ambientalistas (sua voz) não tem suporte na posição governista, nem tem espaço no jornal. Enquanto (no jornal) predominam as posições do agronegócio. Essas características reforçam unilateralmente uma valência positiva.



Figura 9 – Capa da edição nacional do dia 24/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição do dia 24 de maio de 2011 apresenta uma abordagem diferente daquelas que mostravam os embates no Congresso Nacional, para votação do novo Código Florestal. E uma mudança significativa na posição do governo. Em descompasso com as negociações (e sua forma de condução), a presidente Dilma Rousseff ameaçou com veto ao possível resultado da votação do Código Florestal. Essa postura está refletida no título publicado pelo Estadão, *Dilma eleva o tom, rejeita anistia a desmatador e ameaça vetar o Código*, e nos debates no Congresso Nacional. O jornal afirma que Dilma endureceu,

após a divulgação de que o desmatamento na Amazônia nos meses de março e abril aumentou quase 500% em relação ao ano passado. Na última quarta-feira, partidos da base aliada e da oposição fizeram um acordo à revelia do governo, que considera consolidadas as ocupações em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) desmatadas até julho de 2008. (OESP, 2010, p. A3).

Essa matéria informa, ainda, que o governo “flexibilizou” sua proposta, aceitando algumas mudanças. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, confirmou à reportagem a possibilidade de veto e que a presidente não aceitaria fazer concessões sobre os compromissos que assumiu em campanha (no ano anterior) para sua eleição.

Para o Planalto, o acordo, além de quebrar um compromisso, deixaria a presidente numa posição delicada no comando da cúpula das Nações Unidas do ano que vem, a Rio+20. Apenas PV, PSOL e parte do PT são contrários à proposta do relator. “O governo não participou de nenhum acordo. Não aceita anistia geral nem uma política ambiental feita pelos estados. Também não cederá em relação às áreas desmatadas” (OESP, 2010, p. A3).



No conjunto do texto fica expressa a ideia de confrontar o agronegócio, expressa no posicionamento de Dilma Rousseff. No entanto, mais uma vez, o jornal não permite a voz dos ambientalistas, nem de seus representantes no congresso, resumindo o conflito às duas posições: os ruralistas e o governo.

Na segunda parte, com o título *Dez ex-ministros do Meio Ambiente entregam manifesto*, o jornal apresenta um novo cenário acrescentado à posição do texto anterior (conflito em torno da votação). O manifesto faz duras críticas a alguns aspectos da proposta em discussão no Congresso:

Em gesto político sem precedentes na história, ministros do Meio Ambiente dos últimos 38 anos se uniram em um apelo pelo adiamento da votação do projeto do Código Florestal, previsto para hoje na Câmara.

(...) contestaram o texto a ser votado, classificando-o de retrocesso à política ambiental implementada no País nas últimas quatro décadas. (OESP, 2010, p. A3).

No conjunto, os dois textos combinam críticas aos ruralistas e refletem uma avaliação de valência negativa.

**Figura 10** – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 25/05/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

A edição de O Estado de S. Paulo desta data, dia 25 de maio de 2011, é importante e, nos padrões desta pesquisa, também pode ser considerada um marco



temporal. Aqui está apresentada a votação e a aprovação da nova versão do texto de Reforma do Código Florestal, inicialmente na Câmara dos Deputados (na noite de 24 de maio). Depois dessa aprovação, o Código foi remetido ao Senado, de acordo com os ritos de votação no Congresso Nacional.

Na capa desta edição há apenas uma chamada, *À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado* — a mesma para São Paulo e nacional. O assunto recebeu pouco destaque em função do noticiário envolvendo o ministro Antonio Palocci (assunto principal do dia). Já na capa o jornal apresenta o resultado da votação (410 a 63) afirmando que a Câmara contrariou a presidente Dilma Rousseff.

Duas páginas distintas para as edições São Paulo e nacional, do dia 25 de maio (página A24), na parte interna do jornal, são apresentadas com formas diferentes, mas com o resultado da votação.

Os títulos das duas edições são apresentados de forma diferente. Na edição nacional, *Câmara aprova novo Código Florestal*; enquanto na edição São Paulo, *Câmara aprova anistia a desmatador*. As duas formas para explicar o assunto em questão: diferentes nos títulos, mas o conteúdo dos textos é semelhante. Na edição São Paulo a informação é direta, explicitando que há uma anistia aos que promoveram desmatamento, enquanto na edição nacional fica apenas a informação básica, a aprovação.

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reforma o Código Florestal. Depois o governo Dilma Rousseff sofreu sua primeira derrota na Câmara. Por 273 votos a favor, 182 contra e 2 abstenções, os aliados aprovaram a inclusão no Código de concessão de anistia aos produtores que desmataram Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens dos rios e encostas até 2008. (OESP, 2010, p. A3).

O texto descreve o episódio e como o PMDB, partido da base do governo e do vice-presidente Michel Temer comandou essa derrota da presidente Dilma Rousseff. O jornal caracterizou a votação como sendo um posicionamento entre ruralistas (com apoio de aliados do governo) contra o próprio governo. A figura dos ambientalistas desaparece, mesmo que uma parcela estivesse apoiando a posição do governo para evitar a vitória da bancada ruralista. Ocorre que estava defendendo uma posição que havia negociado, mas não aceitava a anistia do modo como foi aprovada. Várias vezes surgiu a possibilidade de que a presidente viesse a vetar a proposta, o que provocou reações dos ruralistas.



Ao final do texto aparece a descrição de como as galerias foram ocupadas por defensores dos ruralistas e também dos ambientalistas. No conjunto, os textos das duas edições apontam a vitória da bancada ruralista e a derrota do governo, excluindo os ambientalistas, deixando clara a posição favorável ao agronegócio, apontando para uma valência positiva.



Figura 11 – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/05/2011

**O ESTADO DE S. PAULO**

**Lula adverte Palocci que aliados estão insatisfeitos**

Ex-presidente cobra mudança na articulação política para satisfazer governistas e impedir que apoiem CPI

Preocupado com as ameaças da base governista, o ex-presidente Lula avisou ao ministro Antonio Palocci (Casa Civil) que ele tem de atender os parlamentares, do contrário até aliados poderiam endossar uma CPI no Senado para investigar a evolução de seu patrimônio. Lula relatou o diálogo que teve com Palocci durante café da manhã com líderes de partidos aliados do governo, ontem, na casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O ex-presidente ouviu queixas e pediu um voto de confiança em Palocci, que telefonou para sem-

● **Santander contratou consultoria**  
Antonio Palocci prestou serviços para o Santander quando era deputado e consultor. O banco diz que o contrato para palestras. **NACIONAL / PÁG. A5**

dores pedindo apoio. Por outro lado, Lula cobrou da presidente Dilma Rousseff e do ministro mudanças urgentes na articulação política, dizendo que é preciso satisfazer os aliados na montagem do segundo escalão. **NACIONAL / PÁG. A7**

**Kit anti-homofobia é suspenso para evitar CPI**

● Preocupado com a pressão dos parlamentares evangélicos, que ameaçaram endossar o pedido de CPI para investi-

gar o ministro Palocci, a presidente Dilma Rousseff mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo Ministério da Educação para distribuição em escolas. Dilma pretende se reunir com líderes evangélicos na próxima semana. **NACIONAL / PÁG. A8**

## Lula adverte Palocci que aliados estão insatisfeitos

Ex-presidente cobra mudança na articulação política para satisfazer governistas e impedir que apoiem CPI

Articulação. Lula se reúne com os peemedebistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada

### Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho. O adiamento das punições está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prazo maior para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. **VIDA / PÁG. A18**

## Caso Palocci faz Dilma ceder a aliados insatisfeitos

Derrotado na votação do Código Florestal, governo é pressionado até a mudar decisões administrativas

Articulação. Lula se reúne com os peemedebistas Michel Temer e José Sarney e outros líderes da base aliada

A crise instalada após a revelação da significativa evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) começa a causar abalos na base aliada da presidente Dilma Rousseff. Além da derrota na votação do Código Florestal, na terça-feira, o governo começou a ceder à pressão dos aliados, alterando até decisões administrativas. Preocupado com a rebelião das bancadas evangélica e católica no Congresso, que ameaçavam apoiar uma CPI sobre o caso, Dilma mandou suspender o kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo

● **Lula adverte ministro**  
O ex-presidente disse a Antonio Palocci que ele tem de atender os parlamentares governistas, para que os aliados não endossassem CPI. **NACIONAL / PÁG. A4**

Ministério da Educação para ser distribuído em escolas públicas. O ex-presidente Lula, que assumiu a tarefa de conter a crise entre os governistas, advertiu: é preciso remontar a articulação política do governo. **NACIONAL / PÁG. A4**

### PSDB e Receita travam batalha de informações

● Antonio Palocci foi pivô ontem de uma batalha entre PSDB e Receita Federal. De acordo com o partido, Palocci estaria

envolvido em triangulação envolvendo restituição de imposto da campanha de Dilma e para a qual o ministro prestou consultoria. A Receita informou que o pagamento foi feito por ordem judicial. O PSDB contesta. **NACIONAL / PÁG. A7**

### Punição a produtor rural deve ser adiada

O governo deve prorrogar por 120 dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em seus imóveis. O decreto com a moratória para os produtores que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho. O adiamento das punições está sendo pleiteado pelos senadores, que querem prazo maior para analisar o projeto do Código Florestal, aprovado na Câmara. **VIDA / PÁG. A18**

Fonte: Dados da pesquisa.



Na parte interna do jornal, são duas páginas distintas para as edições, São Paulo e nacional, do dia 26 de maio de 2011 (página A18). Os títulos são diferentes, na edição nacional, *Senadores pressionam governo para prorrogar moratória a produtor rural*; na edição São Paulo, *Senado quer adiar multa e mais tempo para discutir Código*. São duas formas diferentes para explicar o assunto em questão: a pressão para que o governo adiasse, mais uma vez, a cobrança de multas aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais. Essa pressão dos senadores estava vinculada à votação do projeto do Código Florestal (que havia sido aprovado na Câmara). Apesar das diferenças apresentadas nos títulos, o conteúdo das duas edições é o mesmo. A questão do Código ficou subordinada à demanda de adiamento:

O decreto que pune os produtores rurais já foi prorrogado duas vezes. Assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto prevê multas entre R\$ 50 e R\$ 500 por hectare para os produtores que não entrarem com projeto de regularização até 11 de junho.

“Se o decreto não for prorrogado, os pequenos agricultores serão criminalizados”, observou o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que deverá ser relator do Código em duas comissões e no plenário do Senado. (OESP, 2010, p. A3).

Além da questão da prorrogação da validade do decreto, o jornal traz outras informações sobre a votação no senado do texto que fora aprovado na Câmara.

O conteúdo do Código não deve mudar muito no Senado. O projeto foi aprovado na madrugada de ontem na Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apoiada por partidos aliados e de oposição concede anistia a quem desmatou Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens de rios e encostas até 2008. Ou seja: libera a ocupação de cerca de 420 mil km<sup>2</sup> de APPs desmatadas. (OESP, 2010, p. A3).

A movimentação política no Senado reflete as tentativas por parte do governo de se articular para a votação (depois da derrota na Câmara) ao mesmo tempo em que permanece a possibilidade de veto presidencial, que resultou em discursos em tom conciliatório por parte de senadores. Também há manifestações em defesa do veto:

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas enviou ontem carta a Dilma Rousseff se posicionando favoravelmente à possibilidade de que o Código Florestal seja vetado pela presidente. (OESP, 2010, p. A3).



Na sequência, há um segundo texto: *Ministros vão a MT e acompanham ação contra o desmate*. A matéria traz muita informação sobre a operação que flagrou um desmatamento no Mato Grosso, com a participação de ministros:

Com o uso de correntões, mais de um quilômetro quadrado de floresta havia sido derrubado em poucos dias e outros quase 2 quilômetros quadrados já haviam sido marcados para o abate de árvores quando os fiscais do Ibama chegaram.

As máquinas e os pesados correntões aguardavam a chegada do Exército a Mato Grosso para serem retirados da propriedade.

(...) A operação, que contará com quase 900 servidores da União em campo, tem a participação do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da força Nacional de Segurança e do Ibama. (OESP, 2010, p. A3).

O jornal reforça a ligação do episódio com o debate em curso no Congresso afirmando que “o próprio secretário do Meio Ambiente, Alexander Maia, já tenha atribuído o desmatamento à expectativa de anistia gerada pela votação do Código Florestal”, enquanto entidades do agronegócio se manifestavam:

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado (Famato) alega que a grande maioria dos produtores cumpre a legislação, “Não queremos que a os produtores sejam prejudicados e repudiamos o desmatamento ilegal”, disse o presidente da Federação Rui Prado.

Dados apresentados aos ministros mostram (...) 95% do desmatamento em 2011 foi ilegal. (OESP, 2010, p. A3).

O Estado de S.Paulo não faz uma comparação direta entre os dois episódios (votação no Congresso e operação contra o desmatamento na Amazônia). Ocorre que o jornal deu um destaque menor para essa operação em relação ao texto sobre a votação e o debate dos senadores. É a diagramação (a forma como jornal dispõe as matérias) que chama a atenção. O assunto “mais importante”, neste caso o flagrante de desmatamento, merecia mais espaço que a notícia do Senado.

Cabe aqui uma observação. Dentro dos padrões adotados nesta pesquisa, tendo o texto como objeto, as questões envolvendo as imagens são descartadas para que não se perca o foco de análise, mas que podem ser retomadas em outros desdobramentos desta tese, como artigos e projetos de pesquisa. No entanto, a fotografia, de Jefferson Rudy, que acompanha a matéria (é a mesma nas duas edições) tem características importantes: várias toras, já presas, prontas para o transporte, garantido ao leitor a proporção com as figuras humanas ao lado, o recorte, com preenchimento dos espaços para dar noção de que os tamanhos são maiores e



a quantidade também. Isso reforça a noção de o desmatamento foi violento. Há um detalhe na fotografia, o fato de ser resultado de uma ação de governo, com autoridades presentes, não deixou que o conteúdo tivesse um aspecto “oficial”.

Outro aspecto a ser destacado, voltando à diagramação, é o uso da fotografia (nas duas edições, de forma semelhante) que deveria estar ilustrando a matéria sobre o flagrante no MT. Como está editada, a fotografia foi colocada no primeiro texto, o que mostra as articulações no Senado, desconectada, portanto, do texto ao qual deveria estar vinculada. Nessa posição, considerando o olhar sobre a página inteira, esta fotografia está dentro do contexto da primeira matéria, ocupando espaço grande, proporcionalmente, e logo abaixo do título (de cada edição) causando contradição com as duas informações: “prorrogar moratória” e “adiar multa”. Especificamente, como agravante, ou alerta, a ideia de moratória está acompanhada da informação, visual, de que o desmatamento continua. Dessa forma, a análise aponta para uma valência neutra.

Nessa mesma edição, em outra página (A4) o assunto Código Florestal volta a merecer destaque. Em primeiro lugar na matéria *Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base*, o assunto está relacionado à postura da presidente Dilma Rousseff:

Além da fragorosa derrota na votação do Código Florestal na noite de terça-feira, que evidenciou uma desastrada articulação do Planalto e a inapetência da presidente para assumir as rédeas do comando político de seu governo, o Executivo começa a ceder à pressão dos aliados e a alterar inclusive decisões administrativas. (OESP, 2010, p. A3).

Na sequência da página há um quadro (ilustrado) de como foi a votação do Código na Câmara, *Derrota na base*, detalhando o voto de cada partido, mostrando a gravidade e a forma da derrota governista: “Dos 273 votos a favor da emenda ao Código Florestal que concede anistia aos desmatadores — contrários ao governo —, 182 foram de deputados da base aliada”.

Outro texto, no chamado pé da página, informa que *Rebelado, PMDB ameaça votação de Código também no Senado*. De acordo com o texto, essa votação mostra o “poder de fogo” do PMDB:

foi um recado claro para o governo: O PMDB tem seus próprios interesses, é parceiro e não aceita ser tratado com “empregado” do Palácio do Planalto. A rebelião peemedebista já se transferiu para o Senado.



(...) decidiu enfrentar o Planalto e vai indicar o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) para relatar o Código Florestal em duas comissões e no plenário da Casa. Ex-governador de Santa Catarina e considerado alinhado com os ruralistas, Luiz Henrique anunciou ser favorável à emenda aprovada na Câmara que concede anistia a quem desmatou Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens dos rios e encostas até 2008, contrariando posição do governo. (OESP, 2010, p. A3).

Neste caso, da página A4, a sequência da análise aponta para uma valência positiva. Considerando o conjunto da edição do dia 26 de maio de 2011, a análise a ser feita aponta para uma valência neutra.

**Figura 12** – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 09/06/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

A disposição do governo para negociar o Código Florestal é o foco do noticiário desse dia (9 de junho de 2011). As capas das duas edições (São Paulo e nacional) apresentam grandes diferenças em função da decisão do STF de não autorizar a extradição de Cesare Battisti, ex-ativista italiano, preso no Brasil desde 2007 e condenado em seu país. Outro assunto de destaque é a mudança ocorrida no governo em função da saída de Antonio Palocci da Casa Civil, substituído por pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Essas pautas ofuscaram a atuação do governo no Senado buscando uma tentativa de conciliação para evitar novas derrotas nas votações sobre o Código Florestal.



Nas páginas internas das duas edições (A19), o jornal apresenta *Relatores do Código Florestal no Senado negociam texto conjunto*. É relato do esforço do governo para evitar nova derrota. Uma reunião da ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, com os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) resultou num compromisso de articulação para se obter um relatório conjunto.

Mesmo com esse esforço com os senadores, a presidente Dilma Rousseff manteve o discurso de impedir o desmatamento, mas (no texto) não há referências sobre a anistia.

durante cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a presidente Dilma Rousseff disse que não pretende negociar a questão do desmatamento no Código. “Vamos cumprir os compromissos que assumimos e não permitiremos que haja uma volta atrás na roda da História”, discursou Dilma. (OESP, 2010, p. A3).

Outra informação é de que *Dilma prorrogará prazo para multa*, exigência dos senadores para que houvesse negociação sobre a votação do Código. Outro texto fala da senadora Gleisi Hoffmann, antes de assumir a Chefia da Casa Civil, apoiou o projeto de Aldo Rebelo, depois aprovado na Câmara.

O outro lado aparece no texto *Código impedirá País de cumprir Acordo de Copenhague, diz Ipea*, no final da página. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou uma alerta sobre as dificuldades que o Brasil poderia enfrentar caso o projeto do Código aprovado na Câmara não recebesse alterações no Senado. A dificuldade em cumprir compromissos assumidos na assinatura do Acordo de Copenhague era evidente diante das perspectivas.

Segundo o Ipea, mais de 3 bilhões de toneladas de carbono deixarão de ser retidas. Além disso, 29,6 milhões de hectares de reserva legal não seriam recuperados com o novo Código. (...) Na avaliação dos técnicos do Ipea, a proposta em tramitação é um “retrocesso”. “Se for para aprovar do jeito que está no Senado, melhor ficar com a lei atual”, disse Fábio Alves, um dos responsáveis pelo estudo. (OESP, 2010, p. A3).

Essa posição de crítica ao projeto, portanto crítica em relação ao agronegócio, está restrita a esse texto. Nos demais, prevalece a posição da bancada ruralista ou, no mínimo, uma postura de “fato consumado”, aceitando passivamente que o projeto vai ser mantido no Senado. Por esse motivo não há equilíbrio nesse debate. A falta de proporção demonstra uma **valência positiva**.



**Figura 13** – Capa da edição nacional do dia 11/10/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro dos padrões desta pesquisa, o texto publicado na data de 11 de outubro de 2011 tem o significado de estar enquadrado nos critérios iniciais de busca, ou seja, com a expressão Código Florestal na capa do jornal. Ocorre que o texto tem características especiais, de acordo com critérios jornalísticos. É o que se chama de “texto frio”, ou mesmo “material de gaveta”. Ou seja, são matérias que não estão conectados ao noticiário do dia, de caráter factual. É o tipo de notícia que pode ser usada fria, sem data certa para ser publicada.

Apesar dos títulos serem diferentes nas edições São Paulo e nacional, o conteúdo é basicamente mesmo. O jornal informa que o relator, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) manteve no texto de seu relatório a necessidade de Estados do Brasil terem a obrigação de respeitar a lei federal, não podendo estabelecer limites ou deliberar individualmente sobre áreas de preservação. A matéria tem como objetivo mostrar que o deputado tem posição diferente daquela que adotou quando era governador de Santa Catarina. O jornal afirma que:

Em 2009, quando era governador de Santa Catarina, Luiz Henrique sancionou uma polêmica lei ambiental que reduziu a apenas 5 metros a área de preservação permanente às margens dos rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 500 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob a análise do Supremo Tribunal Federal (STF). (OESP, 2010, p. A3).

Esse questionamento, que impediu a vigência da lei de Santa Catarina, seria o suficiente para que propostas desse tipo fossem descartadas. A forma como jornal abordou a questão, ironizando, não tem sentido no jornalismo. Porém, independentemente de como o relator está sendo tratado pelo jornal, o assunto está pautado. E o assunto é que deveria ser destacado. Neste caso



específico, a questão do Código acabou sendo diluída na matéria (que, por sua vez, enfatizou a questão de se retirar poder dos estados sobre essas questões).

Outro assunto que aparece, mas com menor destaque é o da proposta (do próprio governo) de haver alguma compensação, para estimular financeiramente que o proprietário preserve suas matas. A ideia foi rechaçada pela equipe econômica do governo. O relator Jorge Viana (PT-AC) questiona essa posição e defende que haja algum tipo de compensação, que poderia ser com incentivos ou outras formas de financiamento sem que houvesse disponibilização de recursos públicos.

Outro aspecto da proposta do governo era a ideia de se colocar restrições de crédito aos produtores que desrespeitassem a lei e, até mesmo, a proibição de se comercializar produtos originados nessas áreas com atividades irregulares. Esse é um mais um dos temas que proporcionou polêmica com os ruralistas. Por essas características, os textos podem analisados como **valência neutra**.

**Figura 14** – Capa da edição São Paulo do dia 07/12/2011



## Novo Código Florestal passa no Senado

Após negociação de última hora, o Senado aprovou ontem, por 59 votos a 7, o texto da reforma do Código Florestal, que prevê a recuperação de parte das áreas desmatadas. Destaques e emendas também foram votados. A versão final, porém, não agradou integralmente nem a ambientalistas nem a ruralistas. O texto vai à Câmara. VIDA / PÁG. A14

Fonte: Dados da pesquisa.

O jornal desta data, dia 7 de dezembro 2011, pode ser considerado importante. Dentro dos padrões desta pesquisa, o texto publicado também pode ser considerado um marco temporal. Trata-se da votação e aprovação da nova versão do texto de Reforma do Código, desta vez no Senado. Aprovado inicialmente na Câmara dos Deputados em 24 de maio desse ano, o Código foi remetido ao Senado, seguindo os ritos da legislação brasileira. Com a aprovação, o resultado foi publicado na edição de 7 de dezembro.

Como já explicado anteriormente, O Estado de S. Paulo tem dois fechamentos (encerramentos). O primeiro, na edição nacional do jornal. O segundo,



mais tarde, na edição São Paulo. Nesse dia, a nacional foi encerrada às 21h30min, muito antes da votação ser concluída. Como a edição São Paulo foi concluída depois da meia-noite, pode apresentar o resultado final. A capa do jornal (nacional) não traz nada sobre o Código, nem sobre a votação. Por esse motivo foi descartada. Como a capa da edição São Paulo apresenta referência ao resultado, foi incluída no *corpus*.

Seguindo o mesmo raciocínio, as páginas internas da edição nacional do jornal também não apresentam o resultado da votação, mas o texto da página A4 incluiu uma parte do debate e fatos relevantes. Assim a página A4 da edição nacional não foi descartada e permanece no corpus, mas com menor importância. Da mesma forma, a página A4, da edição São Paulo, apresenta o resultado e é mais completa, portanto, permanece no *corpus* da pesquisa.

Como não havia resultado algum da votação e vencido o prazo para o fechamento, a página A4 da edição nacional apresenta informações sobre a proposta que seria votada com questões previamente definidas nos acordos. O título, aparentemente sem conexão com o Código Florestal, transformou um fato (importante, mas nem tanto) no principal assunto da página: *Lobby do camarão libera uso de mangue*. Detalhe: a ilustração da matéria é uma foto de um protesto de ativistas do Greenpeace contra a aprovação do novo Código, ocorrida em frente ao Congresso Nacional. O título refere-se ao fato ocorrido antes do início da votação, em acordo de última:

O forte lobby de produtores de camarão liberou ontem o uso de parte de manguezais para atividade pouco antes do início da votação da reforma do Código Florestal no plenário do Senado. “É o lobby mais poderoso que já vi”, comentou Jorge Viana (PT-AC), relator do projeto.

Pelo acordo selado, os produtores de camarão poderão ampliar sua atividade por até 10% dos chamados apicuns da Amazônia e 35% dessas áreas no Nordeste. O governo deu aval ao acordo para vencer o que considerava ser o último obstáculo à votação das novas regras de proteção do meio ambiente. (OESP, 2010, p. A3).

Os produtores de camarão não estavam muito satisfeitos com o acordo já que na proposta anterior (que veio da Câmara) havia previsão de liberação total, mas aceitaram dessa forma. As informações do setor eram de movimentação de cerca de R\$ 1 bilhão de reais ao ano, com previsão de aumento de até 50 vezes com as novas áreas aprovadas. Como é um setor importante da economia e faz parte do conjunto das atividades que interferem no meio ambiente, poderia ter mais destaque na imprensa. Não é o caso, já que muito se fala (e escreve) sobre agropecuária.



Antes do início da votação ainda havia muita movimentação e tentativas de mudanças no texto. A opinião de ambientalistas ficou restrita (mais uma vez) ao final do texto e com pouco espaço:

“Estamos assistindo a uma derrota anunciada. Há uma tentativa de mostrar que o acordo no Senado não anistia desmatadores nem estimula novos desmates. Acho que é tudo falso, mas há uma profunda apatia”, avaliou Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, no início da votação. (OESP, 2010, p. A3).

Os ambientalistas ainda faziam um esforço para tentar viabilizar uma proposta de moratória de dez anos a novos desmatamentos na Amazônia. Como estava em discussão no debate da Câmara (proposta de cinco anos) mas que foi descartada pelo relator Aldo Rebelo.

Já na edição São Paulo foi possível o incluir o resultado da votação. O título *Código Florestal passa no Senado; texto vai à Câmara*, reflete um tom bem formal com a explicação “Versão final tem 59 votos a favor e 7 contra; cerca de 300 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados.

O texto descreve que houve negociações para a votação, dá ênfase ao chamado “lobby do camarão” (já explicado anteriormente) e afirma que o resultado não agradou integralmente nem ambientalistas nem ruralistas. Há um certo destaque às posições do governo que “deu aval ao acordo” e que acompanhou dos bastidores.

Uma diferença relevante entre as duas edições (nacional e São Paulo) é que, além da situação do resultado da votação há um problema de edição. Do ponto de vista da produção jornalística, é preciso fazer uma crítica. Na segunda edição (São Paulo) feita quase de madrugada, foi introduzido o resultado da votação e algumas explicações. Parte do material já se encontrava pronto, como pode ser visto na edição nacional. Ocorre que, ao reeditar o primeiro material produzido, o jornal fez uma espécie de resumo da matéria sobre o “lobby do camarão” que trazia junto questões das negociações do Código.

Essa reedição na verdade produziu uma pequena matéria, com características de resumo, *Lobby do camarão garante acordo*, com todas as informações da matéria da primeira edição, incluídos os bastidores que antecederam a votação e as questões sobre o Código — que deveriam estar na matéria maior junto com as outras informações da votação.



Outro detalhe do texto aponta para a manipulação da informação quando o jornal informa no subtítulo que “**cerca de 300 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa em APPs e reservas legais podem ser recuperados**” (grifo do autor), enquanto o texto apresenta o conteúdo de outra forma:

Pelo texto aprovado, dos cerca de 900 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa desmatada em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, uma terça parte **poderá** (grifo do autor) ser recuperada ou compensada.

O relator Jorge Viana (PT-AC) **estima** (grifo do autor) que o novo Código exigirá a recuperação de 20 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa por ano, nos próximos 20 anos. (OESP, 2010, p. A3).

A manipulação da informação precisa ser entendida com a comparação da mesma informação quando escrita de duas formas distintas e de sentido alterado: a primeira frase “**cerca de 300 mil km<sup>2</sup> de vegetação (...) podem ser recuperados**” (grifo do autor), deve ser comparada à segunda forma, “**dos cerca de 900 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa desmatada (...) uma terça parte poderá ser recuperada ou compensada**”. (grifo do autor)

A manipulação está no uso dos termos “podem” e “poderá”, uma hipótese sem nenhuma garantia de efetivação. Na verdade, não foi aprovada a recuperação dessas áreas, apenas uma indicação do que poderia ocorrer. A outra manipulação, até mais grave, está na substituição das informações sobre as áreas a serem (hipoteticamente) recuperadas. A primeira frase só oferece a informação da (possível) área a ser recuperada, subentendida de que foi desmatada, sem nenhum dado sobre o que foi realmente (o total) desmatado. Dessa forma os números são transformados em grandiosos. São “**cerca de 300 mil km<sup>2</sup> de vegetação**” que a sociedade vai receber de volta, como se fosse um presente, ou mesmo motivo de comemoração. No sentido mais esclarecedor, a segunda frase mostra o total de área que foi desmatada (**cerca de 900 mil km<sup>2</sup>**) e que apenas um terço disso (os tais **300 mil km<sup>2</sup>**) poderiam ser recuperados.

Outra manipulação marcante (e também jornalismo de baixa qualidade) é omitir dados de comparação sobre as áreas, para que os leigos possam entender. Em outro texto o próprio jornal informa que a área desmatada pode (deve) ser comparada ao tamanho do estado de São Paulo (são 3 vezes e meia maior!)



A combinação das duas edições aponta diretamente para uma valência positiva, já que a posição dos ambientalistas foi bem pouco explorada. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

**Figura 15** – Capa da edição nacional do dia 11/12/2011



Fonte: Dados da pesquisa.

O jornal abre espaço, mais uma vez, em sua seção Notas & Informações de domingo para apresentar o editorial tecendo considerações sobre o novo Código Florestal, aprovado durante aquela semana pelo Senado Federal. Ressalta-se que a voz do editor está presente de modo mais intenso do que diante de uma reportagem publicada em alguns dos cadernos do jornal. A posição aqui defendida representa o próprio posicionamento do jornal como espaço de discussão de temas de interesse da sociedade. A opção por apresentar o texto cinco dias após o fato, na edição de domingo, de maior tiragem, indica o ensejo de conquistar um alcance maior de público para o assunto.

Há inicialmente um tom moderado: “O texto (...) não é aquele dos sonhos dos ambientalistas e tampouco é do inteiro agrado dos ruralistas. Representa, porém, um meio-termo bastante razoável” (OESP, 2011, p. A3). O editorial apresenta uma síntese dos principais pontos aprovados, trazendo a valência positiva quando afirma que “para os produtores, a principal vantagem do novo código é a segurança jurídica para desenvolver suas atividades, sem o ônus de multas (...)” (OESP, 2011, p. A3). A ênfase de que “o acordo a que se chegou tem, claramente, o aval do governo” (OESP, 2011, p. A3) e que “o consenso a que se chegou não significa (...) uma derrota para os defensores do meio ambiente” (OESP, 2011, p. A3) são elementos adicionais que quebram a eventual resistência do leitor para um sentimento de aprovação com relação ao novo Código Florestal. O editorial desloca a preocupação com relação a



uma postura destrutiva da atividade agrícola para a conta da atividade mineradora, esta sim ‘devastadora’ da vegetação:

A atividade agrícola é permitida em encostas com inclinação de 25° e 45°. Como essas áreas não são favoráveis ao cultivo, (...) geralmente destinam-se a pastos e seria praticamente impossível exercer vigilância para que isso deixasse de ocorrer. Mais importante é a preservação dos topos de morros com mais de 100 metros de altura. Note-se, a propósito, que os picos mais elevados não são aproveitados pela agropecuária. São as mineradoras que têm devastado a cobertura vegetal desses picos ao derrubar montanhas inteiras, o que não deverá ser mais permitido. (OESP, 2011, p. A3).

A cenografia remete a uma **valência positiva**.

**Figura 16** – Capa da edição nacional do dia 09/03/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

O formato de entrevista de pergunta e resposta deste texto, uma apresentação conhecida como “pingue-pongue”, remete a uma forma mais difícil de ser submetida à manipulação por parte do jornal, uma relativa neutralidade. O encaminhamento das perguntas, no entanto, aponta para um direcionamento em torno do que a bancada ruralista pensa ou exige, formalizada na posição do relator Paulo Piau (PMDB-MG). O entrevistador não pode, de acordo com as normas do jornalismo, se posicionar defendendo o governo ou a entrevistada. Isso seria desrespeito às normas éticas. No entanto, há um direcionamento das perguntas às posições do relator, deixando em segundo plano o texto original da proposta que veio aprovada pelo senado (fruto de acordo). Fica claro que a posição da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), derrotada no senado, é de propor mudanças no texto com a pressão sobre o relator, objeto das questões da repórter. Faltam perguntas para esclarecer o leitor sobre o texto do senado, como se ele não tivesse importância para a entrevista. Esta deveria ser a base da entrevista, comparar o que a Câmara está



pretendendo alterar, e não apenas reforçar a forma de votação. A cenografia remete a uma **valência neutra**.

**Figura 17** – Capa da edição nacional do dia 24/03/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora na chamada da capa não exista diferenças entre as edições, na matéria publicada no interior do jornal há trechos com divergências, a começar pela manchete e título auxiliar:

Dificuldades com aliados levam Dilma a buscar apoio do PSD no Congresso **Governabilidade em xeque**. Diante das derrotas sofridas na última semana e pressionada pelos partidos aliados – que clamam por cargos e acertos eleitorais –, presidente reuniu-se com Kassab; prefeito, porém, disse que não consegue conter ruralistas de seu partido (OESP NAC, 2012, p. A4, grifo do autor).

Por Código Florestal, Dilma entra no jogo político e faz apelo até o PSD **Governabilidade**. Diante das derrotas sofridas e pressionada por aliados – que querem cargos, emendas e pactos eleitorais –, presidente reuniu-se com 6 ministros e mandou que governo segure votação por um mês; Kassab disse que não consegue conter ruralistas do partido (OESP SP, 2012, p. A4, grifo do autor).

As diferenças seguem ao longo da publicação, com uma ampliação do texto publicado na edição de São Paulo. As alterações, contudo, não se referem ao tratamento do jornal ao tema do Código Florestal propriamente, mas ao conteúdo político do momento complexo em que se encontrava o governo de Dilma Rouseff, com possibilidade de derrota nas votações próximas do Congresso Nacional. Nesse sentido, ao citar o contexto da votação do Código Florestal, o jornal apresenta mais detalhes sobre o assunto na edição de São Paulo. Não é possível reconhecer um posicionamento com relação ao código, caracterizando a valência neutra. Se, por um lado, afirma-se que um deputado ruralista “(...) insiste que os produtores rurais não devem ser obrigados a recuperar a vegetação nativa de margens de rios, como prevê



o projeto de lei aprovado (...) com aval do governo” (OESP SP, 2012, p. A4), por outro o jornal destaca que “uma das armas de que o governo dispõe é o decreto que pune os proprietários rurais que não reservarem parcela de seus imóveis para a proteção do meio ambiente” (OESP SP, 2012, p. A4).

**Figura 18** – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 26/04/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

O texto publicado na data de 26 de abril de 2012 também pode ser considerado um marco temporal. É a publicação que marca a aprovação definitiva do texto de Reforma do Código Florestal. Após sua primeira versão (relator, Aldo Rebelo, deputado do PC do B de São Paulo) ter sido aprovada em 24 de maio de 2011, o projeto foi para o Senado. Depois de debates e negociações o projeto foi aprovado pelos senadores em 6 de dezembro de 2011, para retornar à Câmara e ser votado nesta data.

Esta edição apresenta conteúdos diferentes nas capas e páginas internas (para a edição São Paulo e a nacional), destacando-se o resultado da votação, que o jornal considera vitória do agronegócio e derrota da presidente Dilma Rousseff. As capas se diferem mais pela forma que pelo conteúdo, e a votação do Código não é o principal assunto desse dia.



Ambas as edições trazem *Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira*, o grande destaque do dia. O segundo destaque é para o senador Fernando Collor (ex-presidente da república) e sua estreia em trabalhos de CPI no Congresso Nacional. Em termos de importância, a votação do Código vem em seguida.

A edição nacional (encerrada às 20h30min) apresenta a chamada *Novo Código Florestal é aprovado sem anistia*. Com ênfase para a expressão “sem anistia”. Já a edição São Paulo (encerramento, 1h) tem como chamada *Câmara aprova Código Florestal e derrota governo*, com ênfase para a expressão “derrota o governo”.

Na parte interna, as duas edições (São Paulo e a nacional) apresentam conteúdos semelhantes, destacados em página inteira (A24). Sua maior diferença está nos títulos, que seguem o destaque das respectivas capas. Na edição nacional, o título é: *Aprovada a reforma do Código Florestal; mantida a recuperação de margem de rio*. Na edição São Paulo, o título é apresentado da seguinte forma: *Aprovada a reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo*.

Ocorre, porém, que o destaque para o resultado final da votação foi o mesmo nas duas edições. De acordo com o jornal, a Reforma do Código Florestal foi aprovada por “274 votos a favor do relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) contra 184 de apoio à proposta defendida por Dilma Rousseff”.

O texto do relator foi aprovado por 90 votos de diferença, 1 voto a menos do que os ruralistas conseguiram reunir em maio, na maior derrota política imposta à presidente Dilma Rousseff em seu primeiro ano de mandato. Na ocasião a Câmara dispensou os produtores rurais de recuperarem áreas desmatadas até 2008, o que equivalia à anistia aos desmatadores. (OESP, 2010, p. A18).

Outra questão considerada importante é a falta de critérios (uma lacuna) na determinação de recuperação de margens de rios para alguns tamanhos de propriedades, o que vai resultar em novas batalhas, tanto no Congresso, como no campo jurídico.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem à noite que, numa primeira avaliação, o texto aprovado pela Câmara não garante “o tão almejado equilíbrio entre a produção e a proteção do meio ambiente”. Segundo a ministra, a segurança jurídica tampouco foi alcançada, já que resta no texto uma lacuna sobre como será a recuperação às margens de rios com mais de 10 metros de largura. (OESP, 2010, p. A18).



O outro lado, a opinião de ambientalistas, aparece com menor destaque. Na edição nacional, que tem como título *Texto é vitória ruralista, dizem ambientalistas*, os alertas para os possíveis problemas decorrentes dessa aprovação perdem importância por estarem diluídos. Na edição São Paulo, o título é mais sombrio: *Para ambientalistas, texto aprovado ampliará o desmate*. Na parte do texto, no entanto, as semelhanças, e as críticas, são maiores

Apesar da recuperação das APPs ter permanecido no Código Florestal, o relator Paulo Piau conseguiu aprovar seu parecer na íntegra, derrubando 21 pontos do texto do Senado, que garantia mais proteção às florestas. Para Tasso Azevedo, consultor ambiental, essas mudanças tornam o texto muito pior e o resultado pode ser considerado vitória dos ruralistas. “Não resta saída a Dilma senão vetar”, diz. (OESP, 2010, p. A18).

A posição tendenciosa de O Estado de S. Paulo fica evidente na desproporção entre os espaços concedidos às diferentes posições. Além disso, o jornal insiste em caracterizar a vitória dos ruralistas e de seus aliados como sendo uma derrota do governo e, em particular, da presidente Dilma Rousseff. Numa clara tentativa de retirar o tom de crítica à posição dos ruralistas, o jornal omite, nesta edição, a caracterização de **crime ambiental** (grifo do autor) para as atitudes (desmatamento, etc) de agressão ao meio ambiente, praticadas por produtores rurais e que foram objeto de anistia neste processo. A anistia aos crimes foi transformada em “vitória” numa disputa de votação. Mais uma vez fica caracterizada, com muita ênfase a **valência positiva**.

**Figura 19** – Capa da edição São Paulo do dia 26/05/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

A característica deste primeiro texto (página A22) é apresentada logo no título, com informação básica, direta e até com o uso de uma expressão com



sentido oposto ao defendido pela bancada ruralista (“acaba com anistia”). Na sequência, logo no lide, O Estado de S. Paulo informa:

Pressionada por setores da sociedade civil e às vésperas de ser a grande anfitriã da conferência Rio+20, a presidente Dilma Rousseff decidiu ontem vetar 12 pontos do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados. O Planalto anunciou que não vai dar anistia a desmatadores, resgatou trechos da versão do Senado, desafiou a bancada ruralista e, via medida provisória, estabelecerá novas faixas para as Áreas de Preservação Permanente (APPs) à beira de rios, que serão proporcionais ao tamanho da propriedade. (Anexo A).

Dessa forma, a introdução remete a uma sequência de informações, a partir de declarações de representantes do Governo Federal (aqui chamado de Planalto) sem as posições de ambientalistas e da bancada ruralista. O texto reafirma a informação de que a atitude da presidência resgata a proposta aprovada anteriormente pelo Senado (“considerado mais equilibrado”).

No conjunto, o material apresentado dá mais espaço à posição de ambientalistas (neste caso críticos às decisões governamentais) e ao próprio Governo. A cenografia remete a uma **valência negativa**.

**Figura 20** – Capa da edição São Paulo do dia 30/05/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Este texto demarca a posição editorial do jornal com relação à conduta da presidente Dilma Rousseff, que fez vetos ao texto aprovado do Código Florestal ao mesmo tempo em que propôs novo regramento por meio de medida provisória. Embora haja uma pretensa neutralidade, ao se destacar que as ações da presidente desagradaram os polos antagônicos do debate do código, ficando tanto ruralistas como ambientalistas insatisfeitos, há uma valência positiva subjacente.



presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com a base parlamentar. (OESP, 2012, p. A3).

O posicionamento favorável ao texto do Código Florestal fica mais evidente em trechos como “Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado” (OESP, 2012, p. A3) e “O texto resultante permitia a interpretação – algo forçada, é claro – de que os desmatadores seriam anistiados” (OESP, 2012, p. A3). Neste último fragmento, em especial, faz-se uso de comentários entre travessões para direcionar a compreensão de que a interpretação de ambientalistas era equivocada. Esta valência positiva fica ainda mais clara quando se avança três parágrafos adiante no texto e se observa: “Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes”. (OESP, 2012, p. A3).

**Figura 21** – Capas da edição nacional (acima) e São Paulo (abaixo) de 06/06/2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição traz conteúdos diferentes nas capas e páginas internas (para a edição São Paulo e a nacional) com destaque para os atos da presidente Dilma Rousseff que lançou pacote ambiental às vésperas da Rio+20. Foram criados



parques e definida uma nova política para áreas indígenas. Há algumas referências à questão do Código Florestal (como uma “batalha” a ser enfrentada), mas não se trata de conexão direta. Na página A16, o primeiro texto não tem conexão com o Código Florestal, tema que aparece no texto com o título “Ruralistas dominam comissão de MP do Código”. O texto informa a predominância dos ruralistas e uma derrota do governo na comissão. A posição contrária à dos ruralistas aparece discreta e junto da opinião do governo. Não tem comentário nem opinião de ambientalistas.

Em seguida, na página A18, no contexto das medidas para o futuro do planeta, “10 temas para um planeta sustentável”, no item de Agricultura, que aparece uma referência mais direta:

O grande desafio é produzir mais alimentos com menos recursos, menos espaço e menos impacto ambiental. Um desafio conflituoso, simbolizado no Brasil pelas discussões sobre o novo Código Florestal, e cuja solução envolve uma série de questões políticas, econômicas e tecnológicas. Segundo a organização da ONU para a agricultura (FAO), em 2009, o número de famintos no mundo atingiu um recorde: mais de um bilhão de pessoas. (OESP, 2010, p. A18).

A citação direta ao Código Florestal está presente em apenas um dos temas (dos 10 apresentados), a Agricultura. Nos outros temas, como “Povos Tradicionais”, “Biodiversidade”, “Pobreza” etc., apesar da evidente conexão, não há referência direta ao Código. É no tema “Agricultura” que o jornal expressa sua posição. O uso de expressões, neste caso, presentes no discurso do Agronegócio brasileiro, reflete uma tentativa de impor a visão empresarial da discussão do Novo Código Ambiental. A ideia de aumento da lucratividade, entre outros interesses, fica camuflada por expressões como “desafio de produzir mais alimentos”, completada pelos números relativos à fome no mundo. Vários estudos e reportagens mostram que grande parte do produto do agronegócio vai para a exportação, o que demonstra ser falaciosa a informação de combate à fome. A cenografia remete a uma **valência positiva**.



**Figura 22** – Capa da edição nacional do dia 27/08/2012



## Código florestal reduz áreas a serem recuperadas

VIDA / PÁG. A16

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta edição do dia 27 de agosto de 2012 apresenta uma reportagem diferente daquelas que mostravam os embates no Congresso Nacional, para votação do novo Código Florestal, e das posições do governo. Com as negociações (e a forma de votação) o resultado foi a redução do chamado passivo ambiental brasileiro. Esse passivo é a área que deve ser recuperada depois da aprovação do que foi caracterizado como anistia. Mesmo sendo resultado de desmatamento ilegal, à revelia da Lei, o passivo ainda é motivo de críticas dos ruralistas.

Esta reportagem apresenta dados, obtidos de fonte técnica, pesquisadora do assunto, do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho foi encomendado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, para demonstrar que as reclamações dos ruralistas eram infundadas. Como o parecer é técnico, a informação contradiz os ruralistas, e defende a posição do governo. Não há posição de ambientalistas, mas o texto é caracterizado por contestar a posição dos ruralistas. A cenografia remete a uma **valência negativa**.



**Figura 23** – Capa da edição nacional do dia 30/08/2012



## Novo Código Florestal beneficia ruralistas

VIDA / PÁG. A22

Fonte: Dados da pesquisa.

O formato do presente texto, uma apresentação de caráter unilateral da questão, remete a uma forma de manipulação subjetiva, a quase supressão da palavra do “outro” lado, restrita ao último período, com a opinião de técnicos do Ministério do Meio Ambiente. Não há a versão de deputados contrários, nem de estudiosos e especialistas em questões ambientais, nem de militantes da área. Nem mesmo o fato de o texto dar uma aparência de “denúncia” aos acontecimentos apresentados, a omissão e o cerceamento da palavra ao chamado “outro lado” significam que o jornal demonstra tendenciosa valorização do setor ruralista. A descrição do processo de manobras e pressões feitas por deputados da FPA não significa que os objetivos do jornalismo estejam sendo respeitados no texto. Prevalece aqui a visão do grupo conservador e de sua representação parlamentar. A cenografia remete a uma **valência positiva**.

**Figura 24** – Capa da edição nacional do dia 19/10/2012



## Código Florestal vai ao Supremo

Ambientalistas e ruralistas ficaram insatisfeitos com os vetos do governo ao Código Florestal e agora prometem levar a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF). VIDA / PÁG. A22

Fonte: Dados da pesquisa.



O material publicado nesta edição (19 de outubro de 2012) promove a continuidade das discussões a respeito dos vetos da presidente Dilma Rousseff à proposta de reforma do Código Florestal aprovada na Câmara dos Deputados. Também faz parte deste debate a determinação, por parte do Governo, de retomar algumas das decisões do Senado (alteradas pela Câmara dos Deputados e, por isso vetadas) por meio de decreto. O destaque apresentado na página A22 não tem correspondência na primeira página do jornal. Apenas uma chamada na capa afirma que o *Código Florestal vai ao Supremo* (Anexo A).

O título da matéria da página A22 já apresenta o caminho da judicialização do debate: *Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma*. O restante do texto aponta no mesmo sentido.

Os vetos do governo à nova regulamentação do Código Florestal deixaram insatisfeitos ruralistas e ambientalistas, que prometem levar a batalha ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto os ativistas consideram insuficientes os nove pontos abordados pelo decreto presidencial, a bancada ruralista foi surpreendida pela costura política patrocinada pelo Planalto, que esvaziou críticas de setores ligados ao agronegócio. (OESP, 2010, Anexo A, p. 150).

No texto são apresentadas várias opiniões de congressistas e representantes de partidos políticos, defendendo e criticando as determinações do governo. Por outro lado, a matéria mostra a posição de associações ambientalistas que defendiam uma intervenção mais radical por parte do governo e argumentando que, mesmo com os vetos, a lei continuava a beneficiar os ruralistas. Esse equilíbrio no texto aponta a valência neutra neste caso.

A matéria seguinte, no chamado “pé da página”, apresenta a posição do governo, por meio da Advocacia Geral da União e do Ministério do Meio Ambiente, reforçando o conteúdo como sendo de valência neutra. Nas palavras do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirma que “é da competência do Poder Executivo estabelecer o Programa de Recuperação Ambiental” (Anexo A). Mas o texto aponta para o posicionamento “moderado” do governo:

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reconheceu que questionamentos judiciais poderão vir, mas considera o debate sobre as normas do Código uma “página virada”. “É um momento de a gente virar a página. Não estou dizendo que outras guerras não serão iniciadas, mas isso é do processo democrático”, afirmou a ministra. “Se alguma pessoa entende que vai discutir na Justiça é legítimo da democracia.” (OESP, 2010, Anexo A, p. 150).



Para a ministra, o primeiro passo do governo seria implementar o Cadastro Ambiental Rural, antecedendo o Programa de Recuperação Ambiental. A cenografia remete a uma **valência neutra**.

**Figura 25** – Capa da edição nacional do dia 18/09/2016



Fonte: Dados da pesquisa.

O alerta trazido no título já indica a valência positiva que o editorial busca provocar. Ao colocar a expressão “em risco” associada ao Código Florestal, o jornal estabelece desde o princípio um tom alarmista para conscientizar o leitor da gravidade da situação daquele momento. A complementação, no trecho central do texto, dá a clara confirmação de que o risco presente na chamada se refere ao perigo de retrocesso:

O perigo de retrocesso interno é real. Estão em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) algumas ações questionando a constitucionalidade de boa parte do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), que trouxe inegáveis avanços na proteção do meio ambiente. Propostas pela Procuradoria-Geral da República e pelo PSOL, as ações querem reabrir extemporaneamente uma discussão já decidida pelo Congresso. Após intenso debate e estudo, o Poder Legislativo, cumprindo seu papel institucional, estabeleceu o necessário marco jurídico ambiental, com uma equilibrada solução entre produção rural e sustentabilidade. (OESP, 2016, p. A3).

Ao tratar como “avanço” e “equilibrada solução” a lei que versa sobre o novo Código Florestal, demonstra-se o posicionamento do jornal com relação ao tema. O argumento do editorial, para além de uma mera defesa do texto da lei na forma como foi aprovada, apresenta o ponto de que não se pode estabelecer um embate antagônico entre ambientalistas e ruralistas e sim uma superação de “uma visão romântica de meio ambiente teórica, desconectada da realidade brasileira”



(OESP, 2016, p. A3). Assim, o texto tenta desacreditar a posição ambientalista como legítima para o debate sobre a aplicação do Código Florestal.

**Figura 26** – Capa da edição nacional do dia 13/02/2017



Fonte: Dados da pesquisa.

Este editorial, intitulado *Ordem no campo*, apresenta a necessidade de o STF ratificar o novo Código Florestal como forma de assegurar o dispositivo ordenador da vida no campo. O levantamento de informações técnicas, segundo o jornal, “revelou a importância da atividade agropecuária para a preservação ambiental, contrariando uma ideia erroneamente difundida de que o agronegócio contribui para a degradação do meio ambiente.” (OESP, 2017, p. A3). Assume-se uma valência positiva – ao tratar a agropecuária como agente de preservação ambiental – para justificar a necessidade de refutar os questionamentos feitos sobre a constitucionalidade da lei. Trata-se de uma discussão similar à apresentada no editorial da edição de 18/09/2016.

Os avanços trazidos em 2012 pelo Novo Código Florestal, no entanto, estão ameaçados por Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo PSOL, que questionam no Supremo Tribunal Federal (STF) a validade de 58 dos 84 artigos da Lei 12.651/12. (...) É chegado o momento de a Suprema Corte dar a palavra final, ratificando a vigência do Novo Código Florestal, e, assim, assegurar a ordem no campo. (OESP, 2017, p. A3).

Mais uma vez, o jornal lança mão do termo *avanço* para se referir ao texto da lei do Código Florestal. O editorial demarca a posição da valência positiva usando inclusive a fala do ministro relator do STF, Luiz Fux, para quem: “(...) ‘a lei está valendo e tem sido aplicada, mas também tem havido muito descumprimento sob a invocação de sua inconstitucionalidade, ainda em grau inferior’” (OESP, 2017, p.



A3). Refere-se, portanto, ao uso de uma autoridade para reforçar ao leitor o apelo pela alegada ordem no campo.

**Figura 27** – Capa da edição nacional do dia 25/02/2018



Fonte: Dados da pesquisa.

O editorial apresentado na seção Notas & Informações no dia 25/02/2018 tem como contexto a ocorrência das sessões de discussão, no STF, da validade constitucional dos artigos do Código Florestal. Repete-se alguns dados apresentados anteriormente, no editorial de 13/02/2017, como a ampla adoção do CAR e a dimensão da preservação ambiental em São Paulo maior que áreas indígenas. Do mesmo modo, a valência presente é positiva, defendendo o argumento de que o produtor rural é quem protege a vegetação. “Conforme atestam os números compilados pela Embrapa (...), o agricultor e o pecuarista não são os inimigos do meio ambiente. A vegetação protegida por eles em suas propriedades representa mais de 20% de todo o território nacional.” (OESP, 2018, p. A3).

Entretanto, este editorial apresenta também uma postura questionadora com relação ao posicionamento de ministros no julgamento. Nesse sentido, demonstra-se irritação com a condução do STF. “Quando o STF entende que pode interferir nesse equilíbrio [mais adequado para o País a respeito do meio ambiente], há um evidente retrocesso institucional” (OESP, 2018, p. A3). O que se defende é abstenção de “uma inequívoca demonstração de irresponsabilidade com o campo e com a lei (...)” (OESP, 2018, p. A3), para que o Código Florestal não seja considerado inconstitucional, modificando as relações no campo.



**Figura 28** – Capa da edição nacional do dia 01/03/2018



## STF aprova novo Código Florestal e anistia multas

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem pela constitucionalidade da maioria dos pontos da lei que alterou o Código Florestal, de 1965. A decisão perdoa as multas de quem fez desmatamento ilegal até julho de 2008. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

Fonte: Dados da pesquisa.

Duas páginas distintas para as edições (São Paulo e nacional) do dia 1º de março de 2018 explicam o encerramento da questão do novo Código Florestal no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão pela constitucionalidade da Lei encerrou os questionamentos depois de seis anos. Uma pequena chamada de capa remete à reportagem de cada uma das edições, praticamente iguais. A diferença existe nos títulos: “STF declara constitucional anistia a desmatador do novo Código Florestal” (da edição nacional) e “Após seis anos de questionamentos, STF declara constitucional Código Florestal” (da edição São Paulo). A questão da anistia, que o jornal assume como “ponto negativo” aparece no texto, mas somente no título (onde tem mais valor) da edição nacional. Por outro lado, o texto reafirma que o STF encerrou o embate e exprime o valor dos empresários que afirmam que haverá “segurança jurídica”, mas não expressa comemoração. O final do texto mostra a posição de ambientalistas lamentando a anistia: “É um prêmio para quem desmata em detrimento de quem preserva.” A cenografia remete a uma **valência neutra**.



**Figura 29** – Capa da edição nacional do dia 02/03/2018



Fonte: Dados da pesquisa.

Mais uma vez, o jornal destaca a questão do Código Florestal em seu editorial, por ocasião do encerramento do julgamento sobre a constitucionalidade da lei. Trata-se do desfecho do debate judicial instalado na mais alta corte do país para discutir a validade dos dispositivos legais da Lei 12.651/2012. “Desde o momento em que foram protocoladas, no início de 2013, as ações da PGR e do PSOL foram usadas para disseminar desconfiança em relação a um diploma legal notadamente equilibrado, objeto de exaustiva discussão no Congresso” (OESP, 2018, p. A3).

O jornal é claro na defesa do produtor: “Ao longo do processo, o produtor rural, que é quem mais preserva o meio ambiente no País, segundo dados da Embrapa, foi tratado como desmatador criminoso” (OESP, 2018, p. A3). A opção pelo uso da expressão produtor rural, em substituição a ruralista, suaviza o conteúdo da mensagem. E, mais importante, não diferencia os produtores ligados à agricultura familiar dos latifundiários do agronegócio. Pontos polêmicos, como a anistia concedida àqueles que desmataram antes de 2008, são tratados como mecanismos de incentivo à preservação, como se depreende deste trecho:

Pois bem, o Código Florestal de 2012 superou o gravoso obstáculo. O STF reconheceu a constitucionalidade dos mecanismos de incentivo à preservação ambiental fixados pela Lei 12.651.2012, como, por exemplo, a anistia concedida aos produtores que desmataram antes de 2008, com a condição de recuperarem o que foi derrubado depois dessa data. (OESP, 2018, p. A3).

O que se verifica é que nos anos mais recentes, o Código Florestal ganhou as capas não pelas notícias, mas pelo posicionamento editorial do jornal. O texto de 02/03/2018 finaliza com ares de vitória: “A Lei 12.651/12 é constitucional.” (OESP, 2018, p. A3). O editorial, que sintetiza as valências positivas que foram sendo



acumuladas nesse período., indica a importância que o tema recebeu do jornal. Quando observados em conjunto, esses editoriais lançados desde 2016 representam um forte apelo para uma valência positiva.

O Quadro 2 apresenta o levantamento de todas as matérias de capa analisadas, com a indicação das valências encontradas. Há a indicação de qual editoria e em qual página o texto completo da matéria está apresentado.

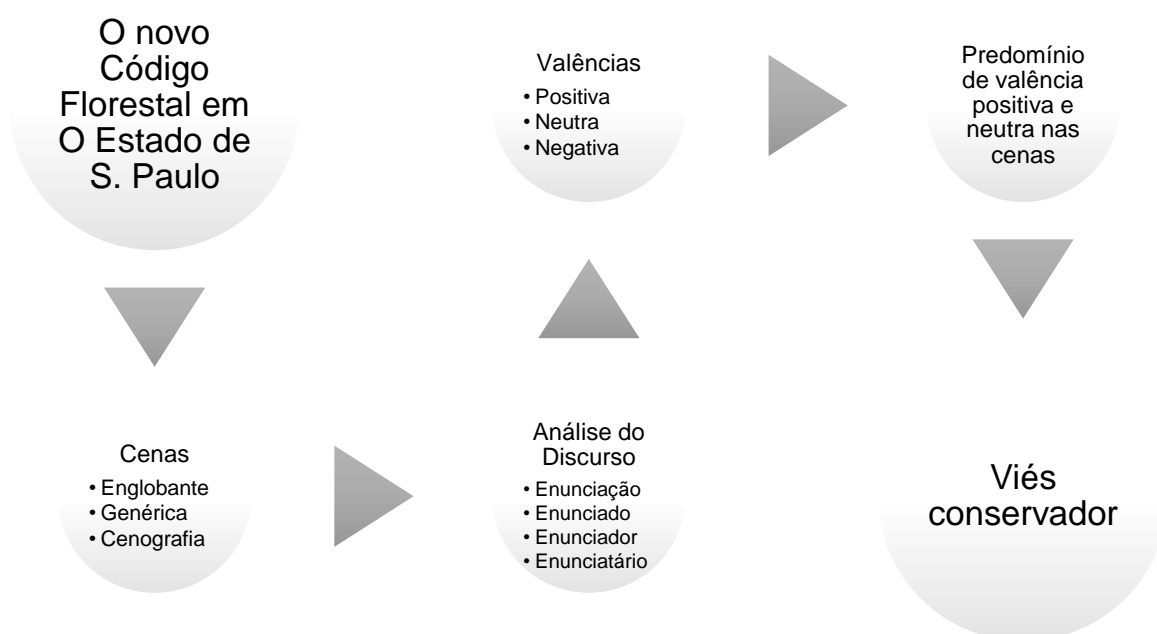


**Quadro 2** – Análise das valências das matérias

#	Título na capa	Data	Valência	Editoria	Pág.
1	“Código Florestal em xeque”	09/05/2010	Positiva	Nacional	A12
2	“Código Florestal”	10/06/2010	Positiva	Notas & Informações	A3
3	“Eleição adia novo Código Florestal”	07/07/2010	Positiva	Vida	A17
4	“Mais pedidos para desmatar”	23/07/2010	Positiva	Vida	A18
5	“Ninguém adere a programa que anistia desmate”	25/02/2011	Positiva	Vida	A22
6	“Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata”	03/05/2011	Neutra	Vida	A18
7	“Governo que abater dívida rural de quem reflorestar”	10/05/2011	Positiva	Vida	A16
8	“Um debate que virou bate-boca na Câmara” “Base de Dilma dá primeiros sinais de crise” “Votação do Código Florestal é adiada”	13/05/2011	Positiva	Nacional Nacional Vida	A4 A4 A22
9	“Dilma ameaça vetar se Código Florestal anistiar desmatador”	24/05/2011	Negativa	Vida	A14
10	“À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado”	25/05/2011	Positiva	Vida	A24
11	“Punição a produtor rural deve ser anistiada”	26/05/2011	Neutra	Vida	A18
12	“Após derrota, governo tenta consenso sobre Código Florestal” “Governo negocia Código Florestal”	09/06/2011	Positiva	Vida	A19
13	“Lei pode tirar poder estadual sobre ambiente”	11/10/2011	Neutra	Vida	A16
14	“Novo Código Florestal passa no Senado”	07/12/2011	Positiva	Vida	A14
15	“O novo Código Florestal”	11/12/2011	Positiva	Notas & Informações	A3
16	“Governo quer manter Código Florestal intacto”	09/03/2012	Neutra	Vida	A16
17	“Dilma assume negociação para aprovar lei ambiental”	24/03/2012	Neutra	Nacional	A4
18	“Novo Código Florestal é aprovado sem anistia” “Câmara aprova Código Florestal e derrota governo”	26/04/2012	Positiva	Vida	A24
19	“Dilma muda Código por MP e veta anistia a desmatador”	26/05/2012	Negativa	Espaço Aberto	A2
20	“Os vetos e a MP da presidente”	30/05/2012	Positiva	Notas & Informações	A3
21	“Dilma lança pacote ambiental” “Antes da Rio+20, Dilma cria áreas indígenas e parques”	06/06/2012	Positiva	Vida	A16
22	“Código florestal reduz áreas a serem recuperadas”	27/08/2012	Negativa	Vida	A16
23	“Novo Código Florestal beneficia ruralistas”	30/08/2012	Positiva	Vida	A22
24	“Código Florestal vai ao Supremo”	19/10/2012	Neutra	Vida	A22
25	“Código Florestal em risco”	18/09/2016	Positiva	Notas & Informações	A3
26	“Ordem no campo”	13/02/2017	Positiva	Notas & Informações	A3
27	“Irresponsabilidade com o campo”	25/02/2018	Positiva	Notas & Informações	A3
28	“STF aprova novo Código Florestal e anistia multas”	01/03/2018	Neutra	Metrópole	A12
29	“Confirmação do Código Florestal”	02/03/2018	Positiva	Notas & Informações	A3

Fonte: Elaborado pelo autor.



**Figura 30** – Percurso da análise

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 30 acima apresenta, de forma esquemática, o percurso de análise deste trabalho. Por meio do levantamento do corpus da pesquisa, fez-se a identificação em termos da cenografia presente em cada uma das matérias, atribuindo as valências de acordo com a análise do discurso. O predomínio de valência positiva, associado ao acúmulo de presença de valência neutra, permitiu a inferência sobre o viés conservador do jornal no trato da questão do Novo Código Florestal. A partir desta verificação, apresenta-se, no capítulo seguinte, o teste deste resultado em vivência dialogal com estudantes, em uma oficina sobre a análise geográfica na mídia.



## 5 OFICINA PEDAGÓGICA EM MÍDIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA

O presente capítulo pretende apresentar como foi realizada a ponte entre os conhecimentos jornalísticos e a análise geográfica por meio de uma oficina pedagógica com alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL.

### 5.1 MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

O objetivo desta oficina foi produzir a análise de como a imprensa, de modo geral, encontra a evolução dos debates acerca do Novo Código Florestal e posterior reflexão sobre Educação Ambiental. Teve-se, como objetivos específicos:

- Discutir sobre como a mídia trabalha os mais variados temas
- Estimular, nos estudantes, a compreensão sobre os preceitos constitucionais da comunicação e a liberdade de expressão
- Desenvolver a consciência, utilizando o guia de análise desenvolvido pelo pesquisador, sobre como a mídia manipula os dados
- Promover a Educação Ambiental a partir da prática, relacionando mídia e geografia

A realização de oficina se deu com seis alunos do curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, na disciplina Geografia Física e Educação Ambiental.

A oficina foi dividida em dois momentos:

- I. Parte teórica, conduzida de forma remota no dia 13 de abril de 2020, em acordo com a resolução da universidade que estabeleceu a definição de atividades durante o período da pandemia do Covid-19. Neste momento foram realizadas as discussões pertinentes a mídia, constituição, apresentação das formas de analisar um jornal – incluindo o guia de análise desenvolvido pelo pesquisador



- II. Parte prática, realizada na mesma data, em que os alunos procederam a análise sobre Educação Ambiental de acordo com o guia de análise estabelecido pelo pesquisador.

### 5.1.1 Parte teórica

Nesta etapa, foi realizada a apresentação teórica mostrando esta relação da mídia com as mais variadas informações, porém focando no Novo Código Florestal. Percebe-se que existe manipulação por parte da imprensa com relação a todos os temas. Quando se coloca a questão ambiental, percebe-se que os meios de comunicação seguem uma tendência de manipular levando em conta a ideologia dos grandes proprietários, empresários, sobretudo quando se pega os jornais de maior circulação nacional e regional, como O Estado de S. Paulo e Folha de Londrina. O jornal impresso possui sua versão na internet, que, entretanto, fornece algumas informações adicionais elaboradas após o fechamento do jornal impresso – incluindo correções.

Lembra-se que a ideia de jornal na educação não é uma concepção nova e nem brasileira:

A primeira pessoa na história a usar o jornal na sala de aula que se tem notícia foi Maria Montessori (educadora italiana), há quase 150 anos atrás (sic). Ela percebeu que se usasse o cotidiano interdisciplinarmente, com geografia, história e ciências, teria a adesão dos estudantes. Isto significava tê-los à disposição para conversar. (SCHIAVONE 2005 apud ARCHELA; CALVENTE, 2008, p.1).

Na área de Geografia, principalmente no ensino de Geografia, o jornal é encarado como um material didático muito importante, mas, cabe ao professor fazer uma leitura crítica e auxiliar os alunos a entendê-lo como uma ferramenta de informação que, muitas vezes, traz a ideologia de um determinado grupo e pode sim, haver manipulação a seu favor.

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos. (MELO, 2003, p. 75).



Manipular não quer dizer passar ideias falsas de uma determinada coisa. Diz respeito a apresentar a notícia de tal forma que coloque em destaque um item em oposição a outro por exemplo, em utilizar de dados estatísticos que façam parecer que 50% sejam muito representativo quando pode ser 50% de 2 por exemplo:

A maioria das estratégias manipuladoras da informação pictórica nos meios de comunicação não são falsificações diretas da realidade expressas de maneira assertiva, mas manipulações através de uma pluralidade de modos indiretos de transmitir significados. (SANTAELLA; NÖTH, 1999, p. 208).

Outro ponto de destaque são as imagens. As imagens são muito representativas para um jornal e chamam muito a atenção do público. Se o público fizer uma observação rápida pode muitas vezes associar erroneamente a imagem com a notícia em si. Imagem e manchete em conjunto acabam induzindo o leitor mais desatento a cair numa manipulação.

[O] poder que as imagens exercem para manipular e enganar as massas aparece já em 1895, quando Gustave Le Bon, em seu *Psicologia das Massas*, descreve a imagem como um meio de manipular as mentes da massa primitiva: “As massas”, escreve ele, “só podem pensar e ser influenciadas através das imagens. Somente as imagens podem amedrontá-las ou persuadi-las, tornando-se as causas de suas ações [...] para elas, o irreal é quase tão importante quanto o real [...] Elas possuem uma clara tendência para não fazer quaisquer distinções” (LE BOM, apud SANTAELLA; NÖTH, 1999, p. 195).

Assim, é preciso ficar atento ao que é apresentado ao público: observar quem escreve o documento, quem é dono do veículo de imprensa, qual momento político é vivido para realizar a leitura crítica do mesmo.

### 5.1.2 Parte prática

Os alunos realizaram análise dos jornais utilizando como tema Educação Ambiental. Foram fornecidos 13 documentos de jornais, agrupados em seis exercícios e distribuídos um para cada aluno. Cada pasta compôs uma atividade de exercício e teve dois arquivos da mesma data: a capa e a respectiva reportagem dentro do jornal. A única exceção foi o sexto exercício, pois, como a capa não apresentou destaque algum, foram selecionados dois textos internos – um deles trata em educação ambiental. Em todos os demais materiais, os estudantes verificaram se a reportagem recebeu o devido valor na capa do jornal. Foi encaminhado também o



artigo *Agrotóxicos e manipulação conservadora da crise ambiental: distorções em cena do Jornal de Londrina* de autoria do próprio pesquisador e apresentado no XII Enanpege de 2017. A finalidade foi permitir aos alunos observarem, com mais detalhamento, a metodologia utilizada para averiguar se há ou não manipulação da mídia nas reportagens.

Os alunos realizaram, então, a análise de forma individual e seguiram um roteiro de análise bem aberto, sendo requisitado, num primeiro momento, a análise se havia ou não manipulação nas notícias e quais seriam os elementos que comprovariam tal afirmação. Num segundo momento, houve uma avaliação sobre a percepção se esta metodologia apresentada pela oficina contribui para os estudos geográficos.

Os relatos a seguir reproduzem o texto elaborado pelos participantes, expressando a visão pessoal de cada um dos estudantes com relação à matéria em questão.



Figura 31 – Textos da primeira atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 1 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 26/04/2012 (Figura 31).

### “Câmara aprova Código Florestal e derrota governo” (capa).

É a manchete que encabeça a capa do jornal. O destaque aqui é dado a derrota sofrida pelo governo Dilma Rousseff, quanto a votação para aprovação do Código Florestal, portanto, a vitória foi da oposição. Destaca, também, que o projeto vencedor é criticado por ambientalistas.

### “Aprovada reforma do Código Florestal; ruralistas impõem derrota ao governo” (matéria).

Aponta quem são os principais beneficiários da reforma do Código Florestal: os ruralistas. Representando esta categoria, são apresentadas falas do deputado relator do projeto e também produtor rural, explicitando, assim, sua posição.

A reportagem tem tom crítico ao projeto aprovado, reforçando que os ruralistas, por pouco, não se beneficiaram ainda mais com as mudanças aprovadas no Código Florestal e, apesar de mostrarem ser um projeto desaprovado pelo governo de Dilma Rousseff, na fala de ambientalistas, aponta a falta de articulação do governo para mudar o resultado da votação do projeto.



A reportagem traz as falas do relator Dep. Paulo Piau, representante do agronegócio e favorável ao projeto, bem como de outros representantes não especificados do setor. A presidente Dilma Rousseff não se manifestou a jornalista, mas a reportagem enfatiza sua insatisfação com a aprovação do projeto. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, também foi procurada pela reportagem e lamentou o resultado. A reportagem também destaca trechos apontados como os mais polêmicos do novo Código Florestal. Mas, o espaço de fala de maior destaque é dado à ambientalistas, que apontam para um aumento do desmatamento em virtude das alterações, são eles: Tasso Azevedo, consultor ambiental; Tatiana de Carvalho, do Greenpeace; e Mario Mantovani, do SOS Mata Atlântica. O que sugere a posição contrária do jornal, as alterações aprovadas no Código Florestal. Ninguém da bancada ruralista foi ouvido, além do deputado relator. Buscou-se destacar o descaso dos ruralistas com a conservação ambiental, pois priorizam, sempre, a ampliação das áreas de plantio. (ESTUDANTE 1).

Figura 32 – Textos da segunda atividade de análise da oficina

The image shows a collage of newspaper clippings. The top left clipping is from **O ESTADO DE S. PAULO**, dated 22/05/12, with the headline "Governo pode afrouxar contas para ajudar economia". The top right clipping is from **Vida**, dated 22/05/12, with the headline "Dilma veta 12 itens do Código Florestal, acaba com anistia e decide editar MP". The bottom left clipping is from **O ESTADO DE S. PAULO**, dated 22/05/12, with the headline "Dilma muda Código por MP e veta anistia a desmatador". The bottom right clipping is from **Vida**, dated 22/05/12, with the headline "Presidente submeteu artigos do Código a um 'espancamento'".

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 2 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 26/05/2012 (Figura 32).



Eu acredito que o título da capa não reflete, em nada, o conteúdo da reportagem. A reportagem enfatiza muito mais as áreas de preservação permanente (APP) e as mudanças propostas por Dilma. O título enfatiza a “anistia a desmatador”, sendo esse tema, quase não citado no texto. Quando é escrito também que “Dilma muda código por MP”, a reportagem diz que a ex-presidente vetou 12 pontos e modificou 32 pontos do texto da câmara, mas que a câmara e o senado ainda têm que aprovar a medida provisória. Ainda, o título da capa dá a entender que, antes, existia a anistia a desmatadores, o que não é verdade. Na reportagem, acredito que fica claro a opinião dos colunistas, principalmente quando se fala sobre a decisão de Dilma ao estabelecer que propriedades de diferentes tamanhos, deverão seguir regras distintas quanto a recomposição da área desmatada. No item “bastidores”, quando a colunista fala sobre o esparçamento do Código, com o título, esperava-se ler uma reportagem dizendo que Dilma vetou muitos artigos, ou fez muitas modificações, quando, na verdade, ela queria entender o código a fundo e encontrar possíveis falhas, o que é de se esperar dos políticos sempre que há alguma modificação em nossas leis. O título dos “bastidores” remete a algo ruim, quanto, na verdade, é bom.

Acredito que a metodologia apresentada pelo professor Ayoub é de grande ajuda. Senti dificuldade em fazer essa análise pois não costumo olhar nenhuma reportagem com um olhar crítico e, para ser bem sincera, só percebi manipulações da mídia depois da aula que tivemos com ele. Acredito que se eu tivesse lido essa reportagem somente para me informar, não teria percebido essas tentativas de influência da mídia. A tabela citada durante a aula também auxiliaria nesses casos. Achei essa análise superinteressante e necessária pois, assim como eu, a maior parte da população não enxerga as reportagens e notícias dessa forma. Com certeza pode ser utilizada a contento, não só na Geografia, mas em várias áreas. (ESTUDANTE 2).



Figura 33 – Textos da terceira atividade de análise da oficina

**O ESTADO DE S. PAULO**

Quarta-feira, 6 de junho de 2012 R\$ 3,00

**Antes da Rio+20, Dilma cria áreas indígenas e parques**

Pacote às vésperas da reunião da ONU sobre ambiente não inclui o esperado anúncio do fim dos lixões

A duas semanas do Rio+20 e pouco antes de enfrentar uma batalha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff lançou ontem um pacote ambiental com medidas que incluem a criação de áreas indígenas e parques nacionais. O pacote também prevê a criação de áreas indígenas e parques nacionais. O pacote também prevê a criação de áreas indígenas e parques nacionais.

**Caixa dá 35 anos para pagar imóvel e corta juros**

A Caixa Econômica Federal anunciou a criação de um novo programa de financiamento imobiliário. O programa prevê a criação de um novo programa de financiamento imobiliário. O programa prevê a criação de um novo programa de financiamento imobiliário.

**Medidas animam indígenas e frustram ambientalistas**

Plano de gestão para terras indígenas recebeu elogios, mas se espera a criação de mais unidades de conservação

Grande Anilândia e Terenatã, em Mato Grosso do Sul, são as primeiras unidades de conservação indígenas a serem criadas. O plano de gestão para terras indígenas recebeu elogios, mas se espera a criação de mais unidades de conservação.

**Revisão de dados do Inpe atesta menor desmatamento em 24 anos**

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou os dados do desmatamento no Brasil em 2011. Os dados mostram que o desmatamento foi o menor em 24 anos.

**Ruralistas dominam comissão de MP do Código**

A comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados foi formada. A comissão é dominada por ruralistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 3 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 06/06/2012 (Figura 33).

Eu acredito que o título da capa não reflete, em nada, o conteúdo da reportagem. A reportagem enfatiza muito mais as áreas de preservação permanente (APP) e as mudanças propostas por Dilma. O título enfatiza a “anistia a desmatador”, sendo esse tema, quase não citado no texto. Quando é escrito também que “Dilma muda código por MP”, a reportagem diz que a ex-presidente vetou 12 pontos e modificou 32 pontos do texto da câmara, mas que a câmara e o senado ainda têm que aprovar a medida provisória. Ainda, o título da capa dá a entender que, antes, existia a anistia a desmatadores, o que não é verdade. Na reportagem, acredito que fica claro a opinião dos colunistas, principalmente quando se fala sobre a decisão de Dilma ao estabelecer que propriedades de diferentes tamanhos, deverão seguir regras distintas quanto a recomposição da área desmatada. No item “bastidores”, quando a colunista fala sobre o esparcamento do Código, com o título, esperava-se ler uma reportagem dizendo que Dilma vetou muitos artigos, ou fez muitas modificações, quando, na verdade, ela queria entender o código a fundo e encontrar possíveis falhas, o que é de se esperar dos



políticos sempre que há alguma modificação em nossas leis. O título dos “bastidores” remete a algo ruim, quanto, na verdade, é bom.

Acredito que a metodologia apresentada pelo professor Ayoub é de grande ajuda. Senti dificuldade em fazer essa análise pois não costumo olhar nenhuma reportagem com um olhar crítico e, para ser bem sincera, só percebi manipulações da mídia depois da aula que tivemos com ele. Acredito que se eu tivesse lido essa reportagem somente para me informar, não teria percebido essas tentativas de influência da mídia. A tabela citada durante a aula também auxiliaria nesses casos. Achei essa análise superinteressante e necessária pois, assim como eu, a maior parte da população não enxerga as reportagens e notícias dessa forma. Com certeza pode ser utilizada da conteúdo, não só na Geografia, mas em várias áreas. (ESTUDANTE 3).

Figura 34 – Textos da quarta atividade de análise da oficina

**O ESTADO DE S. PAULO** 12/06/2012

**Ministra defende consumo e critica 'miopia ambiental'**

Isabella Teixeira diz que Rio+20, que começa amanhã, é chance de debater tema 'como gente grande'

da ministra Isabella Teixeira (Meio Ambiente) defendeu ontem em uma reunião de governo para estimular o consumo, ao mesmo tempo em que criticou a "miopia ambiental" que, segundo ela, impede o Brasil de avançar no desenvolvimento sustentável. A ministra afirmou que o Rio+20, que começa amanhã, é uma oportunidade para o Brasil discutir o tema "como gente grande", ou seja, como lidar com o crescimento da população e o consumo de recursos naturais.

**UE discute limitar saque bancário na Grécia**

Na noite de ontem, os ministros da União Europeia discutiram a possibilidade de limitar o saque bancário na Grécia, em resposta à crise financeira do país. A reunião ocorreu em Bruxelas, onde os ministros discutiram a possibilidade de limitar o saque bancário na Grécia, em resposta à crise financeira do país.

**Ministra critica 'miopia ambiental' no País e defende incentivo ao consumo**

A ministra Isabella Teixeira (Meio Ambiente) criticou a "miopia ambiental" que, segundo ela, impede o Brasil de avançar no desenvolvimento sustentável. Ela defendeu o incentivo ao consumo como uma forma de estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.

**MP do Código será votada em julho**

O projeto de lei que altera o Código de Processo Penal (CPP) será votado no plenário do Congresso Nacional em julho. O projeto prevê a criação de um novo CPP, que substituirá o atual, em vigor desde 1961.

**PLANETA ESTADÃO Rio+20**

A ministra Isabella Teixeira (Meio Ambiente) participou de uma reunião de trabalho com os ministros do Meio Ambiente e do Planejamento, em preparação para a reunião de alto nível que será realizada no Rio de Janeiro, em julho.

**Multidão vê Chávez oficializar candidatura**

Uma multidão de seguidores de Hugo Chávez se reuniu em Caracas para assistir à cerimônia de oficialização da candidatura do líder venezuelano para a presidência em 2013.

**Cruzeiro do Sul: R\$ 232 milhões em dividendos**

O Conselho de Administração do Cruzeiro do Sul aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 232 milhões para os acionistas. A distribuição será feita em duas parcelas, uma em julho e outra em agosto.

**Assessor de Perillo recebeu de Cachoeira**

O assessor de imprensa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, recebeu uma carta de agradecimento do prefeito de Cachoeira de Minas Gerais, por sua atuação durante a visita do governador ao município.

**PF diz que ex-juiz Lula espiava escola em casa**

A Polícia Federal (PF) afirmou que o ex-juiz Lula espiava a escola de seu filho, por meio de um sistema de vigilância instalado em casa. A PF alega que o sistema era capaz de captar áudio e vídeo da escola.

**Cal diretor do Turismo que beneficiou parentes**

O diretor do Turismo do Estado de São Paulo, Calisto Tanzi, foi acusado de beneficiar parentes com contratos e empregos. A acusação foi feita por um jornalista que alega que Tanzi usou sua influência para obter vantagens para sua família.

**'Estamos virando exterminadores do futuro', diz Marina**

A deputada federal Marina Silva afirmou que o Brasil está se tornando um "exterminador do futuro" devido à falta de preocupação com o meio ambiente. Ela afirmou que a falta de políticas ambientais está colocando em risco o futuro do planeta.

**NOVO FLEX 2.0 178 CV. TUDO O QUE VOCÊ PROCURA NO SUV.**

Veja a nova geração do Novo Flex 2.0 178 CV, um SUV moderno e espaçoso, com tecnologia de ponta e design inovador. O veículo oferece uma experiência de condução única, com desempenho excepcional e segurança reforçada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 4 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 12/06/2012 (Figura 34).



#### **NOTÍCIA 54: MINISTRA CRITICA 'MIOPIA AMBIENTAL' NO PAÍS E DEFENDE INCENTIVO AO CONSUMO**

Não foi especificado se deveríamos analisar a notícia e a capa por si só ou se poderíamos pesquisar o contexto socioeconômico e político em que a notícia foi escrita, portanto, nessa análise, parti do pressuposto de que o pesquisador queria que a analisássemos de uma forma mais neutra, como o "cidadão médio" que diariamente acessa essas notícias e nem sempre busca outras fontes para validá-la.

Com relação a notícia, ela basicamente fala sobre a participação de uma Ministra do Meio Ambiente chamada Izabella Teixeira que durante participação de um evento defendeu as políticas empreendidas pelo governo federal com intuito de incentivar o consumo. A ministra se mostrou aberta ao diálogo, mas, se opôs a visão dos ambientalistas mais radicais e defendeu que se acabe com achismos acerca da questão ambiental.

A notícia fala da posição do governo naquele período como: a redução do IPI dos veículos; a política de regularização fundiária, discussão sobre os parâmetros das unidades de conservação, etc.

#### **NOTÍCIA 56: MINISTRA DEFENDE CONSUMO E CRITICA 'MIOPIA AMBIENTAL'**

A segunda notícia fala da mesma coisa de a anterior, fala sobre a defesa da ministra as medidas de estímulo de consumo dentre elas a redução do IPI

Dá a impressão que ambos os jornais deram grande importância para essa notícia pois além dessas chamadas de destaque na capa temos a impressão de que os textos analisados não passam de resumos e que os jornais aprofundaram mais sua cobertura.

#### **ACREDITA NA MANIPULAÇÃO DA MÍDIA?**

Acredito que a manipulação exista sim e nesse caso se a ministra não tivesse uma posição de defesa da política do governo de incentivo ao consumo, o que favorece diretamente a classe empresarial, o jornal dificilmente daria tamanho destaque na capa e caso desse assumiria uma postura bastante crítica.

#### **CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA**

Na Geografia não temos tradição em pesquisas com documentos como é comum em outras áreas como a história e a comunicação social ou com os famosos estudos de caso, comuns na área da saúde. Na Geografia humana comumente empregamos metodologias como trabalho de campo, entrevista (estruturadas, semiestruturadas, história oral, etc.) e estado da arte, mas materiais jornalísticos ainda são pouco explorados.

É interessante pensar porque o uso dos materiais jornalísticos seja incipiente na geografia, sobretudo na de base marxista que analisa do espaço como um produto historicamente construído a partir das relações sociais humano e teria nos materiais jornalísticos um registro histórico e periódico que mostra as transformações sociais, demográficas, espaciais, entre outros.

Acredito que a pouca exploração dos materiais jornalísticos pela geografia não se deva a falta de interesse e sim porque falta trabalhos que "desenhem" um caminho metodológico, nesse sentido, essa pesquisa é de grande valia pois pode ser a referência de muitos trabalhos futuros que busque análises em um ponto de intersecção entre a geografia e a comunicação.

Com relação a metodologia em si adotada na tese não há como fazer uma consideração mais profunda pois a tabela e a forma de utilizá-la não foi passada, assim, ler uma notícia de jornal e analisá-la é mais do mesmo mas pelo pouco que foi apresentado da metodologia que será utilizada na tese acredito que ela será de grande valia sobretudo por tornar as análises de material jornalístico mais científica.

Pelo que eu entendi o pesquisador aplicará a metodologia em notícias jornalísticas por ele mesmo levantada, mas caso no futuro ele busque analisar como outras pessoas analisar uma notícia a partir da metodologia por ele desenvolvido acredito que duas dicas são importantes.



**DICA 1: EXPLORE O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO ENTREVISTADO**

Acho que qualquer metodologia se peça para que os participantes analisem determinada notícia será mais eficiente e eficaz, se antes de aplicá-la o pesquisador busque compreender, também, o contexto em que o pesquisado está inserido. No meu caso, por exemplo, desde 2013 eu estou envolvido com o estudo da questão agrária, já foi orientado pela Ruth Tsukamoto e Eliane T. Paulino, passei boa parte da vida acadêmica vendo frequentemente eventos com a presença de personagens como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, entre outros, minha relação com o MST não foi construída a partir da mídia e sim do contato direto com eles nos meus trabalhos de campo, então quando a mídia constrói e dissemina determinada narrativa que envolve a questão agrária brasileira eu não vou ser facilmente ‘enganado’ pois eu conheço a realidade agrária brasileira, portanto minha postura frente uma capa tendenciosa sobre a questão agrária será diferente da de outras pessoas.

**DICA 2: OMITA O NOME DO JORNAL**

Outra coisa que vale a pena considerar é o público de cada jornal, a gente sabe que quem se informa e acredita na carta capital não é o mesmo que se informa por algum jornal do Grupo Record, a visão do mundo do leitor (direita ou a esquerda, conservador ou liberal, progressistas ou conservadores, etc.) vai influenciar na sua análise, por exemplo, atualmente temos observado a rede globo tecer fortes críticas ao governo Bolsonaro, os apoiadores do presidente já notaram isso e tem assumido uma postura crítica as notícias disseminados pela Globo, portanto se você aplicar essa metodologia para um bolsonarista utilizando uma notícia da rede globo, sua postura será mais crítica.

Assim, um caminho para superar esse limite da metodologia seja omitir o nome do jornal, assim quando entrevistar alguém, essa pessoa vai analisar a notícia pela notícia, sem levar em conta o peso do nome do jornal. (ESTUDANTE 4).



Figura 35 – Textos da quinta atividade de análise da oficina



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 5 analisou a capa e matéria da edição São Paulo de 18/06/2012 (Figura 35).

A publicação de 12 de junho de 2012 do Jornal O Estado de S. Paulo, trouxe na abertura da matéria de cobertura do evento Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, uma imagem de grande impacto e sensibilização.

Este foi um grande evento realizado entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, e teve o objetivo de discutir e estabelecer caminhos sobre a renovação do compromisso político de alguns países com o desenvolvimento sustentável, dando continuidade às convenções das Nações Unidas como Eco-92 (1992) e Rio +10 (2002).

A matéria trazia um bebê que toma quase toda a página da matéria e chama a atenção para causa das gerações futuras, maior preocupação do discurso do Desenvolvimento Sustentável. O uso da imagem de bebês nos meios de comunicação tende a causar no público um sentimento de necessidade de cuidado, zelo, coisas indispensáveis ao meio ambiente também.



O bebê da foto engatinhava durante o evento Rio +20 sobre uma bandeira que identificava o valor exorbitante usado como subsídio destinado aos combustíveis fósseis. Esta explicitação visa provocar e levantar a questão que o futuro das crianças, próximas gerações, vinculada a questão ambiental, talvez não receba a mesma atenção e recursos.

Foi um grande apelo da imagem trazida para fortalecer a ideia de necessidade de apoiar o evento e refletir sobre a dicotomia que o mundo vive. Além da imagem, o título da chamada da capa do jornal “Em discurso, Dilma vai cobrar ação imediata” e no título da matéria “Negociação avança e Dilma prepara cobrança de líderes” afirmam um posicionamento da Presidente Dilma como liderança de fato sobre as questões ligadas aos acordos do evento a serem definidos.

Estas técnicas usadas nos meios de comunicação podem ser apoio ou ameaça a qualquer causa. De fato, os meios de comunicação sempre foram usados para fins diversos, principalmente políticos. Para as questões ligadas a Geografia não seria diferente.

Por sorte, a imprensa mostrou-se apoiadora do evento, mesmo considerando os poucos avanços ocorridos para as questões práticas de proteção ambiental. (ESTUDANTE 5).

**Figura 36 – Textos da sexta atividade de análise da oficina**



Fonte: Dados da pesquisa.

Estudante 6 analisou duas matérias da edição São Paulo de 25/06/2012 (Figura 36).

#### Reportagem 1

A análise sobre a reportagem citada acima, publicada pelo Jornal “O ESTADO DE S. PAULO” sobre o que eu compreendi no trabalho desenvolvido pelo prof. Ayoub, demonstra um desvio sobre o que o tema principal “compromisso político com o desenvolvimento sustentável”, mas colocando em evidência o “multilateralismo” que poderia deixar ao Brasil uma posição mais ativa nos setores de produção e comercialização, e não apenas



como um país “de reservas sustentáveis”. Um fator que me chamou bastante a atenção no recorte da reportagem, foi que o Jornal destacou, em seu último parágrafo, a fala da então Secretária de Estado Americana Hillary Clinton, na qual em sua fala, a preocupação com o cumprimento de compromissos ficam substituídos pelos programas de ajuda a países pobres, sendo que, os EUA com 4% da população do mundo, emite 18% do dióxido de carbono, ou seja, no lugar de fiscalizar os demais países e a si próprio, este fará políticas para que continue com as mesmas práticas. Finalizando, a meu ver, o título da reportagem deveria ser “EUA cria fórum na Rio + 20 para se manter poluidor e consumidor de matérias primas, do que ser sustentável”.

#### Reportagem 2

Utilizando da abordagem do professor Ayoub, novamente percebesse um desvio no título da reportagem, ao que realmente o seu texto apresenta. Uma vez que dizer que a Educação Ambiental no Brasil é falha pelo fato dos professores “abordarem mal o assunto por falta de capacitação” e pelo sucateamento dos “laboratórios” é jogar a responsabilidade em cima da educação e não dos verdadeiros responsáveis pela “deficiente” Educação Ambiental que abordamos na esfera social. Ao meu ver, a Educação Ambiental, não é somente responsabilidade da educação Formal, mas também pela Informal e pela não formal, talvez, se uma melhor conscientização “social” realmente acontecesse, o setor da Educação pudesse ter “melhores” ferramentas e “abordagens” para se tratar melhor sobre o assunto. (ESTUDANTE 6).

## 5.2 RETORNO DA OFICINA

Após devolverem por escrito a parte da análise das reportagens, foi realizado um retorno, também em formato de contato virtual, em 11 de maio de 2020. Nesta ocasião, os participantes apresentaram suas impressões sobre os textos e sobre a própria oficina em si.

A avaliação foi de toda feita positiva, sendo ressaltados os pontos positivos em se fazer uma leitura crítica das reportagens e também de como fazer isto em sala de aula com os alunos. Deste modo observou-se pela oficina realizada que entender como se dá a manipulação da mídia é de extrema importância para auxiliar uma leitura crítica do que é apresentado.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2001, p. 11).

É preciso auxiliar a que as pessoas se apercebam como pertencentes ao quadro em que as notícias estão vinculadas, com poder de ação e interação e não



somente sejam expectadores e massa de manobra da grande mídia (ou do que estar por trás dela).

A contribuição esperada nesta tese foi de fornecer um novo olhar para a leitura de matérias publicadas na imprensa formadora de opinião em grande alcance. O foco esteve na manipulação, mecanismo sempre presente. Os estudos geográficos, como em qualquer outra área, estão presentes nas páginas dos jornais, tanto em matérias noticiosas como em editoriais, análises, anúncios, e demais modalidades. O conhecimento gerado pela leitura de livros acaba por filtrar-se na leitura dos jornais, quando se busca ampliar a informação e a atualização sobre um dado fato ou um momento social em particular.

A complexidade emerge dos desafios de integrar, de um modo interdisciplinar, conhecimentos de geografia com os da área jornalística. Os acadêmicos de geografia expandirão a percepção de seu objeto por um modo de leitura mais atento aos aspectos discursivos presentes nos jornais. Os acadêmicos de jornalismo terão elementos para ampliar as discussões relativas à prática jornalística e terão um ganho mais acentuado na compreensão da dimensão ética.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Novo Código Florestal Brasileiro é uma discussão contínua e permanente, e a tendência é nunca cessar; pelo contrário, só crescerá. Os temas envolvidos são de repercussão planetária, e seu tratamento produz a demanda por um amplo diálogo de saberes. A motivação principal desta tese é a concepção de educação ambiental associada ao processo de aquisição de um novo olhar. Esse novo olhar pressupõe a capacidade de identificar cenografias no noticiário da imprensa. Trata-se de um conceito indissociável de uma atitude interdisciplinar, como a que pode ser encontrada no relacionamento entre a Ciência Geográfica e o Jornalismo.

A questão lançada, como ponto de partida para o estudo, era a proposição de buscar evidências da postura de um jornal tradicional, presente na em vários períodos da história do país, testemunha ao longo dos mais importantes eventos e das mudanças de enfoque em todos os setores da vida cotidiana. As hipóteses levantadas e levadas a teste eram de que, ao mesmo tempo, a cenografia tem sempre presentes dois atores – o agronegócio e a bancada ruralista no Congresso Nacional, e de que há, por outro lado, uma posição político-partidária de natureza conservadora, na medida em que os elementos discursivos das mensagens veiculadas favorecem, de modo frequente, esses mesmos atores.

O argumento se construiu no sentido de afirmar que se pode estar diante de um controle ideológico difícil de perceber, sobretudo porque não se sobressai no universo das mensagens, sempre fiéis a uma narrativa de enredos por si só convincentes, tanto para provocar adesão ou rejeição, admiração ou repulsa. A educação ambiental, como fenômeno mais amplo e abrangente deve ser pensada em termos de uma “educação discursiva” no sentido de promover o ganho de habilidade em identificar o processo da difusão de notícias. Os métodos da Ciência Geográfica contribuem para acentuar a necessidade de prontidão a fazer distinções entre fatos e a postura de um leitor de jornal, diante deles.

A coleta de dados abrangeu um período de dez anos, basicamente com consulta a arquivos digitais, o que colocou um desafio tanto em termos de procedimento de busca, como em relação à necessidade de assegurar um adequado emprego de terminologia. Era importante um procedimento investigativo que permitisse um acesso mais eficaz, tendo por termo principal a expressão “código florestal”. Como ocorre em todo conteúdo digital, há uma série de elementos externos



ao próprio texto, como anúncios, propagandas e links. Foi adotada uma operação de remoção para que o vocabulário ficasse livre de expressões não pertinentes, e se pudesse assegurar a presença exclusiva das matérias buscadas. As matérias foram agrupadas e classificadas.

É evidente que não se dispensou a vantagem da base tecnológica altamente desenvolvida, hoje disponível, e o acesso aos materiais se deu por meio desse processo. Em tempos passados, teria havido a necessidade de um intenso mergulho numa hemeroteca, e o manuseio físico dos exemplares, obrigatoriamente precedido de complexas e detalhadas operações de separação por tópicos e classificação. As novas tecnologias possibilitaram o admirável e surpreendente contato com a versão impressa, e isso criou a atmosfera cênica própria de folhear o jornal. Por esse motivo, adotou-se a opção de reproduzi-las em paralelo aos textos analisados.

O material reunido, em sua totalidade, veiculando uma década de noticiário, pode-se afirmar, compõe uma considerável documentação histórica, comparável, em seu porte, a uma extensa bibliografia retratando os acontecimentos de uma época. As formas de acesso foram preservadas e registradas em quadros e diagramas, todos aqui apresentados como resultados que poderão estar a serviço da continuidade da pesquisa geográfica e jornalística. Desse conjunto de dados se podem extrair temas e vocabulários, além das mais variadas ilustrações. Nas análises conduzidas neste estudo, optou-se por um recorte tendo como critério matérias que figurassem, ao mesmo tempo, no noticiário e na capa. A análise foi feita pelo conteúdo presente nas matérias correspondentes à chamada feita na capa.

A busca pelas capas foi, portanto, um reconhecimento ao fato de que se um tópico interno do jornal adquire o status de nela figurar, isso indica a importância que lhe está sendo atribuída, e faz revelações sobre a visão do editor. Outra dimensão da análise pelas capas foi o fato de que elas contribuem como fator de atração. A seleção de capas com destaque para o termo Código Florestal, no conjunto de capas disponíveis no acervo do jornal, também contribuiu para obter uma noção de importância atribuída ao assunto e de impactos dele esperados. Para cada uma delas, fez-se a correspondência com relação às valências apresentadas, se em um posicionamento conservador ou não. A partir das valências, a análise permitiu inferências considerando as categorias encontradas em Maingueneau (2013; 2015).



O primeiro objetivo específico propunha explicar as complexidades da questão ambiental, para avaliá-las, em relação à Ciência Geográfica e ao enfoque pelo qual são tratadas na linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo. Este objetivo foi cumprido por meio de sistemática busca no repositório digital sobre a questão do Código Florestal, em que se tornou evidente a sua recorrência como tema de destaque. Os tópicos ambientais discutidos teoricamente encontraram correspondência no tratamento do jornal, ao longo de todo o período de análise.

O segundo objetivo específico buscava apresentar a questão ambiental em termos da presença de mensagens negativas e conservadoras no modo de noticiar a articulação dos atores envolvidos. Chegou-se a esse objetivo pela análise das valências presentes na cenografia atribuída para cada matéria publicada. A valência positiva, quando dirigida para um processo negativo, exime o jornal de expor abertamente o seu posicionamento sobre o tema. Omissões, potenciais ou concretas, favorecem e reforçam a valência presente nas matérias e evitam o desgaste da exibição clara de um arranjo ambiental contrário à linha editorial.

O terceiro objetivo específico era direcionado para expressar a manifestação da interdisciplinaridade própria do cruzamento entre a Ciência Geográfica e o jornalismo. Atingiu-se este objetivo pelos guias de análise compostos pelo cruzamento dos conceitos das duas áreas de conhecimento. Neste estudo, independentemente da postura do jornal em uma perspectiva geral, a análise das matérias de capa permitiu, na questão ambiental, a inferência sobre a manipulação da informação pela via de uma acumulação de valências positivas.

O quarto objetivo específico indicava considerar em que medida, o acúmulo de elementos manipulados tinha como efeito a formação de opinião para uma postura conservadora. Este objetivo foi plenamente alcançado pela condução da oficina com estudantes do curso de pós-graduação em Geografia. Sendo esclarecidos sobre o tema da questão ambiental, quando comparados com o leitor comum, os estudantes expressaram o impacto da vivência com os temas do jornalismo. Ao mesmo tempo em que há um sentimento misto de alívio e frustração, a consciência sobre as valências favorece o esclarecimento de como a questão ambiental pode ser articulada para determinados discursos.

Este trabalho lançou luz para a influência do reportar jornalístico sobre os temas ambientais e os potenciais efeitos que provocam nos leitores. Os estudantes revelaram sentimentos opostos: houve um grau de surpresa e indignação; o primeiro,



pela aquisição de consciência da descoberta de algo novo que, contudo, sempre esteve presente; o segundo, pelo mesmo fato, era algo que estava latente e não foi observado. Essas revelações somente foram possíveis pela decisão de atuar de modo interdisciplinar.

As características do Código Florestal Brasileiro, com destaque para as mudanças nele inseridas, foram observadas ao longo do tempo. Foram mostradas as implicações presentes na motivação de cada alteração, e a abordagem culminou em uma avaliação reflexiva dos erros e acertos encontrados, tanto na metodologia quanto na concepção de ordem política, configuradas na reforma empreendida.

Diante da abordagem que considera a multiplicidade de saberes e o modo como uma disciplina pode colaborar com a compreensão de outra, emergiram novos temas para a continuação da pesquisa. Pode-se, ainda, considerando a absorção do viés jornalístico pela Ciência Geográfica, expandir este enfoque para outros temas como espaço e território, desenvolvimento econômico e social, cultura e história, entre outros. Em termos de educação ambiental, trata-se de possibilitar o desenvolvimento social mais amplo, ao elevar a um outro patamar o olhar para novos saberes.



## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. *Biota Neotrop.* 10(4): Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/abstract?point-of-view+bn01210042010>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos. A (des)centralidade das questões ambientais: análise geográfica em tempos globalizados com perspectiva interdisciplinar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 15, p. 149-174, jan./jun., 2018.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; CALVENTE, Maria del Carmem M. H. **Ensino de geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo**. Londrina: EDUEL, 2008.
- AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo**. 2006. 169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- BACCEGA, Maria Aparecida; CITELLI, Adilson. Retórica da manipulação: os sem-terra nos jornais. **Comunicações e artes**, São Paulo, v. 14, n. 20, p. 23-29, 1989.
- BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina: Editora UEL, 2000.
- BASSANI, Paulo. **Núcleos de assalariados rurais temporários – Lugar de Resistência e Descoberta**. São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado) – PUC São Paulo.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em 14 de novembro de 2015.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Criminalização de vítimas da imprensa: considerações sobre a ética jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, vol. XXVIII, nº 1, janeiro/junho de 2005.
- CORTELLA, Mario Sergio. **O professor e a leitura do jornal**. 2002. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal1/Palestras/MarioSergioCortella.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- DOXA – Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/bem-vindo-ao-doxa/>. Acesso em: jul. 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



FERNANDES, Bernardo Mançano. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. Seminário Internacional Por que e como apoiar as agriculturas camponesas na América Latina? La Paz, Clacso: out. 2013. p. 1-18.

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARRÉ, Bárbara Hees. Notas sobre a Educação Ambiental numa perspectiva midiática: uma possibilidade de gerenciamento da vida. **Anped Sul** – Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Histórico da legislação ambiental brasileira**. Ministério da Economia, Brasília, DF.

KARAM, Francisco José C. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KATUTA, Ângela M.; ELY, Deise F.; PAULINO, Eliane T.; CUNHA, Fábio C. A.; ANTONELLO, Ideni T. (org.). **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, José de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1994. MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: Cognição, semiótica, mídia**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

O ESTADO DE S. PAULO. **Edições 2009-2019**. Relação completa no Apêndice A.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês**. Agrária, São Paulo, n.12, p.3-113, 2010.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, 21, 113-156, jul./dez. 2003.

OSTROVSKI, Dalésio; OSTROVSKI, Crizieli. O jornal como recurso pedagógico no ensino da Geografia. **Educere**. Curitiba: PUCPR, 26 out. 2015 a 29 out. 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, n. 36, p. 134-144, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A questão agrária na mídia impressa**. In: KATUTA, Ângela. *et al.* (Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 23-30. Disponível em: <<http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/cartilha3.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A mudança do Código Florestal Brasileiro: em jogo a função social da propriedade. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 40-64, fev., 2012.

SOUZA, Jonas Dias de. O Direito Ambiental como questão geográfica. **Caderno de Geografia**, v.26, n.46, 2016.



## APÊNDICES



## APÊNDICE A

### Registros de busca

**Quadro 3** – Lista de todos os registros de busca da pesquisa

#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
1	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	04 de junho de 2009	16h29	Bruno Versolato, especial para O Estado de S.Paulo	Múltiplas visões sobre o meio ambiente no Brasil	Personalidades com conhecimento na área dizem o que melhorou e o que piorou no último ano no País	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-meio-ambiente-no-brasil,382385">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-meio-ambiente-no-brasil,382385</a>
2	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #1)	Notícia	Emais	05 de junho de 2009	00h00	BRUNO VERSOLATO - O ESTADO DE S.PAULO	Múltiplas visões sobre o ambiente	Cinco personalidades com conhecimento na área dizem o que melhorou e o que piorou no último ano no País	<a href="https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-ambiente,382614">https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,multiplas-visoes-sobre-o-ambiente,382614</a>
3	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	07 de outubro de 2009	00h35	Rodrigo Martins	Agronegócio, sustentável ou não?		<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/andrea-vialli/agronegocio-sustentavel-ou-nao/">https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/andrea-vialli/agronegocio-sustentavel-ou-nao/</a>
4	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	03 de novembro de 2009	00h00	Xico Graziano, O Estado de S.Paulo	Querela florestal	Aumenta a confusão sobre o Código Florestal. Agenda desastrosa. Ao invés de encontrar soluções, o governo cria novos problemas, acirrando a briga entre ambientalistas e ruralistas. A mídia se delicia.	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,querela-florestal,460247">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,querela-florestal,460247</a>
5	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	11 de dezembro de 2009	15h47	Agência Brasil,	Decreto adia regra ambiental e prevê anistia para multas	Adesão ao programa Mais Ambiente suspenderá a cobrança das multas aplicadas por desmatamento ilegal	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-adia-regra-ambiental-e-preve-anistia-para-multas,480591">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-adia-regra-ambiental-e-preve-anistia-para-multas,480591</a>
6	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (agenda do dia)	Notícia	Geral	05 de junho de 2010	00h00	, O Estado de S.Paulo	Agenda	Dia de hackers, protesto e Reciclagem	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,agenda-imp-,561832">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,agenda-imp-,561832</a>
7	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #6)	Notícia	Sustentabilidade	05 de junho de 2010	00h48	Fernanda Fava, especial para O Estado	Dia de hackers, protesto e reciclagem	Confira programação nas principais cidades do País para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,dia-de-hackers-protesto-e-reciclagem,561825">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,dia-de-hackers-protesto-e-reciclagem,561825</a>
8	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	08 de junho de 2010	17h05	estadao.com.br	Rebello diz que lei florestal pune	O deputado ainda afirmou que as organizações ambientais internacionais trabalham contra o desenvolvimento	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,rebello-diz-que-lei-florestal-">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,rebello-diz-que-lei-florestal-</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
								produtor e volta a atacar ONGs		<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,encerrada-leitura-do-relatorio-sobre-as-alteracoes-no-codigo-florestal,563435">pune-produtor-e-volta-a-atacar-ongs,563435</a>
9	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	09 de junho de 2010	16h00	estadao.com.br	Encerrada leitura do relatório sobre as alterações no Código Florestal	Deputados vão pedir vistas ao texto de Aldo Rebelo; próxima reunião será na terça-feira	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,encerrada-leitura-do-relatorio-sobre-as-alteracoes-no-codigo-florestal,563968">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,encerrada-leitura-do-relatorio-sobre-as-alteracoes-no-codigo-florestal,563968</a>
10	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	21 de junho de 2010	00h00	Denis Lerrer Rosenfield, O Estado de S.Paulo	Código Florestal	Se você não leu, recomendo a leitura da apresentação do parecer do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei n.º 1.876/99, relativo ao Código Florestal. Além de um texto muito bem escrito, você poderá ficar vacinado contra as hipocrisias que têm sido ditas a propósito dele. O deputado insere-se na melhor tradição brasileira de defesa da soberania nacional.	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-florestal-imp-,569698">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-florestal-imp-,569698</a>
11	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	06 de julho de 2010	14h52	estadao.com.br	Comissão aprova texto principal do Código Florestal	Os deputados a favor e os produtores rurais se levantaram e gritaram 'Brasil, Brasil '	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-aprova-texto-principal-do-codigo-florestal,577220">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-aprova-texto-principal-do-codigo-florestal,577220</a>
12	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	17 de setembro de 2010	02h05	Marcos Sá Corrêa, O Estado de S.Paulo	O Dia da Árvore deveria se chamar Dia da Muda	O País comemora na próxima semana mais um aniversário de seu atraso ambiental. É o Dia da Árvore.	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-dia-da-arvore-deveria-se-chamar-dia-da-muda-imp-,611152">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-dia-da-arvore-deveria-se-chamar-dia-da-muda-imp-,611152</a>
13	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	05 de novembro de 2010	20h34	Agência Câmara	Ruralistas traçam estratégia para votar Código Florestal já	Eles querem aprovar o texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sem modificações	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ruralistas-tracam-estrategia-para-votar-codigo-florestal-ja,635328">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ruralistas-tracam-estrategia-para-votar-codigo-florestal-ja,635328</a>
14	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	14 de janeiro de 2011	00h00	Marcos Sá Corrêa, O Estado de S.Paulo	Não é a chuva que deve ir para a cadeia	Das surpresas do clima, quem pode falar por todos os políticos com conhecimento de causa são os faraós egípcios. Eles, como o ex-presidente Lula, agiam como enviados do céu à Terra. E, ao contrário do ex-presidente Lula, não falam desde que saíram de cena, a não ser por intermédio de escribas e hieróglifos.	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-chuva-que-deve-ir-para-a-cadeia-imp-,666012">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-chuva-que-deve-ir-para-a-cadeia-imp-,666012</a>
15	"código florestal" "1876"	Excluído (opinião do leitor)	Cartas	Opinião	15 de janeiro de 2011	00h56	, O Estado de S.Paulo	Cartas - 15/01/2011		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cartas-15012011-imp-,666547">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cartas-15012011-imp-,666547</a>
16	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2011	14h36	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	Rebelo deve ceder a ruralistas no Código Florestal	O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deverá ceder às pressões e promover novas alterações pedidas por ruralistas no substitutivo que altera o Código Florestal	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rebelo-deve-ceder-a-ruralistas-no-codigo-florestal,698376">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rebelo-deve-ceder-a-ruralistas-no-codigo-florestal,698376</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									Brasileiro, afirmaram hoje parlamentares em uma reunião sobre o tema em Ribeirão Preto (SP). O substitutivo ao projeto de lei número 1876, de 1999, foi elaborado no ano passado por uma comissão criada na Câmara e relatado por Rebelo, mas ainda passa por alterações antes de ser votado, o que deve ocorrer no início de abril.	
17	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2011	14h56	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	Mendes: 7 partidos apoiam mudança no Código Florestal	O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), afirmou hoje que as bancadas de sete partidos - PMDB, PTB, PR, PP, PSC, PSB e DEM - já definiram o apoio ao substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que promove mudanças no Código Florestal Brasileiro. "Meu partido (PPS) tem 80% de deputados favoráveis e aguardamos ainda um posicionamento do PSDB e do PT", disse Mendes, em um encontro com produtores e entidades ruralistas em Ribeirão Preto (SP).	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mendes-7-partidos-apoiam-mudanca-no-codigo-florestal,698380">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mendes-7-partidos-apoiam-mudanca-no-codigo-florestal,698380</a>
18	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de março de 2011	19h20	Agência Câmara de Notícias	Líderes de 7 partidos decidem apoiar relatório de Aldo Rebelo	PMDB, PTB, PR, PP, PSC, PSB e DEM fecharam acordo em torno do substitutivo do Código Florestal relatado pelo deputado Aldo Rebelo	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,lid-eres-de-7-partidos-decidem-apoiar-relatorio-de-aldo-rebelo,698487">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,lid-eres-de-7-partidos-decidem-apoiar-relatorio-de-aldo-rebelo,698487</a>
19	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	31 de março de 2011	16h03	AYR ALISKI, Agência Estado	Rebelo busca votar Código Florestal na semana que vem	O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator do substitutivo ao projeto de lei nº 1.876/99 - que cria um novo código florestal brasileiro -, está em intenso processo de negociação para chegar a um consenso e por o texto em votação logo no início de abril. "Creio que já avançamos em 90% da matéria", disse hoje o deputado. Nesta manhã, Rebelo esteve reunido com equipes dos Ministérios da Agricultura (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA) debatendo os últimos pontos de divergência.	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rebelo-busca-votar-codigo-florestal-na-semana-que-vem,700003">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rebelo-busca-votar-codigo-florestal-na-semana-que-vem,700003</a>
20	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	04 de abril de 2011	13h05	GUSTAVO PORTO, Agência Estado	PSDB voltará a discutir projeto do novo Código Florestal	A bancada do PSDB na Câmara volta a discutir o projeto do novo Código Florestal, relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em uma reunião amanhã, às 10 horas. Na semana passada não houve uma posição dos tucanos porque Rebelo ainda não havia finalizado novas mudanças em seu projeto, um substitutivo ao	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-voltara-a-discutir-projeto-do-novo-codigo-florestal,701522">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-voltara-a-discutir-projeto-do-novo-codigo-florestal,701522</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									substitutivo ao projeto de lei 1876/99. O substitutivo foi criado a partir da comissão especial criada na Câmara no ano passado para discutir o tema, da qual Rebelo foi o relator.	
21	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de abril de 2011	17h29	Gustavo Bonfiglioli, estadoao.com.br	Atos anti-reforma do Código Florestal acontecem em cinco cidades do País	Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente, participou de ato na escadaria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj)	<a href="https://sustentabilidade.estadoao.com.br/noticias/geral,atos-anti-reforma-do-codigo-florestal-acontecem-em-cinco-cidades-do-pais,712132">https://sustentabilidade.estadoao.com.br/noticias/geral,atos-anti-reforma-do-codigo-florestal-acontecem-em-cinco-cidades-do-pais,712132</a>
22	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Ciência	11 de maio de 2011	17h16	Estadão	Protesto na Sé		<a href="https://ciencia.estadoao.com.br/blogs/planeta/em-brasil/">https://ciencia.estadoao.com.br/blogs/planeta/em-brasil/</a>
23	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	18 de maio de 2011	15h36	EVANDRO FADEL, Agência Estado	Movimento pede suspensão do Código e troca de relator	O movimento SOS Florestas Paraná, composto por várias entidades civis, movimentos sociais, parlamentares e instituições acadêmicas do Estado, divulgou hoje um manifesto em que pede a suspensão imediata da tramitação do Projeto de Lei 1876/99 (Código Florestal), o afastamento do relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e o início de uma discussão em todo o País sobre o assunto, assegurando-se a divulgação nos meios de comunicação. "Não é digno que se vote um projeto desconhecido de toda a sociedade", disse a coordenadora do movimento, Teresa Urban.	<a href="https://politica.estadoao.com.br/noticias/geral,movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator,720948">https://politica.estadoao.com.br/noticias/geral,movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator,720948</a>
24	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #23)	Notícia	Política	18 de maio de 2011	15h36	EVANDRO FADEL, Agência Estado	Movimento pede suspensão do Código e troca de relator	O movimento SOS Florestas Paraná, composto por várias entidades civis, movimentos sociais, parlamentares e instituições acadêmicas do Estado, divulgou hoje um manifesto em que pede a suspensão imediata da tramitação do Projeto de Lei 1876/99 (Código Florestal), o afastamento do relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e o início de uma discussão em todo o País sobre o assunto, assegurando-se a divulgação nos meios de comunicação. "Não é digno que se vote um projeto desconhecido de toda a sociedade", disse a coordenadora do movimento, Teresa Urban.	<a href="https://politica.estadoao.com.br/noticias/geral,movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator,720948">https://politica.estadoao.com.br/noticias/geral,movimento-pede-suspensao-do-codigo-e-troca-de-relator,720948</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
25	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	18 de maio de 2011	16h36	Agência Câmara	Relator negocia Código Florestal para votação ainda hoje	Relator do substitutivo para lei florestal se reúne na tarde desta quarta-feira com ruralistas	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,relator-negocia-codigo-florestal-para-votacao-ainda-hoje,720973">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,relator-negocia-codigo-florestal-para-votacao-ainda-hoje,720973</a>
26	"código florestal" "1.876"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	26 de maio de 2011	17h53	Agência FAPESP e Planeta,	Entidades científicas pedem mais dois anos de debate sobre Código Florestal	SPBC e Academia Brasileira de Ciências também reclamam da falta de participação da comunidade científica no relatório	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-cientificas-pedem-mais-dois-anos-de-debate-sobre-codigo-florestal,724466">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-cientificas-pedem-mais-dois-anos-de-debate-sobre-codigo-florestal,724466</a>
27	"código florestal" "1876"	Excluído (opinião do leitor)	Cartas	Opinião	03 de junho de 2011	00h00	, O Estado de S.Paulo	Cartas - 03/06/2011		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cartas-03062011-imp-,727352">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cartas-03062011-imp-,727352</a>
28	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	12 de julho de 2011	00h55	Xico Graziano, O Estado de S.Paulo	Sinuca de bico	Dois grandes desafios, historicamente opostos, afligem a humanidade: alimentar a crescente população e preservar o meio ambiente. Nesse dilema civilizatório inexistente solução fácil. Tempos difíceis se aproximam.	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,sinuca-de-bico-imp-,743747">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,sinuca-de-bico-imp-,743747</a>
29	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Blog	Economia	21 de setembro de 2011	08h00	Estadão	Dia da Árvore: eventos discutem restauração florestal		<a href="https://economia.estadao.com.br/blogs/agricola/dia-da-arvore-eventos-discutem-restauracao-florestal/">https://economia.estadao.com.br/blogs/agricola/dia-da-arvore-eventos-discutem-restauracao-florestal/</a>
30	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	01 de dezembro de 2011	03h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,805223">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,805223</a>
31	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	29 de fevereiro de 2012	14h47		Experiências fornecem dicas para modelo nacional	Somente na Mata Atlântica já existem quase 80 projetos de PSA, a maioria para a produção de água	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,experiencias-fornecem-dicas-para-modelo-nacional,842167">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,experiencias-fornecem-dicas-para-modelo-nacional,842167</a>
32	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	20 de março de 2012	17h53	Agência Câmara	Líder do governo vai propor votar Lei da Copa nesta terça	Em reunião com líderes partidários na Câmara, Chinaglia busca consenso para decidir votação do texto e do Código Florestal	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-do-governo-vai-propor-votar-lei-da-copa-nesta-terca,851022">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-do-governo-vai-propor-votar-lei-da-copa-nesta-terca,851022</a>
33	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	28 de março de 2012	15h22	Agência Câmara	Câmara vota Lei Geral da Copa e deixa decisão sobre Código Florestal para abril	Acordo fechado entre líderes e o presidente da Casa superou impasse que atrapalhou votações	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-vota-lei-geral-da-copa-e-deixa-decisao-sobre-codigo-florestal-para-abril,854520">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-vota-lei-geral-da-copa-e-deixa-decisao-sobre-codigo-florestal-para-abril,854520</a>
34	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	25 de abril de 2012	18h58	Estadão.com.br, com informações da	Câmara aprova texto básico do Código Florestal	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/politica,camara-aprova-texto-basico-do-codigo-florestal,865335">https://politica.estadao.com.br/noticias/politica,camara-aprova-texto-basico-do-codigo-florestal,865335</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
							Agência Câmara,			
35	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Notícia	Política	25 de abril de 2012	19h34	Estadão.com.br, com Agência Câmara, atualizado às 21h40	Novo texto do Código Florestal é aprovado na Câmara dos Deputados	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/politica,novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados,865345">https://politica.estadao.com.br/noticias/politica,novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados,865345</a>
36	"código florestal" "1876"	Excluído (repetido com #35)	Notícia	Política	25 de abril de 2012	19h47	Estadão.com.br, com Agência Câmara, atualizado às 23h22	Novo texto do Código Florestal é aprovado na Câmara dos Deputados	Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados,865352">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,novo-texto-do-codigo-florestal-e-aprovado-na-camara-dos-deputados,865352</a>
37	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	29 de maio de 2012	03h07	Nico Graziano,	Código Florestal, o Retorno'	Entre tantas dúvidas sobre o Código Florestal, uma certeza o agricultor José Batistela carrega: ele não precisa, nem quer, ser anistiado. Ninguém jamais o convencerá de que incorreu em crime ambiental ao abrir as fronteiras agrícolas do Brasil. Julga tal suposição uma afronta ao seu caráter.	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-florestal-o-retorno-imp-,879328">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-florestal-o-retorno-imp-,879328</a>
38	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	29 de maio de 2012	09h06	REUTERS	Planalto retifica MP do Código Florestal	O governo retificou nesta terça-feira a redação de um inciso da medida provisória do Código Florestal a respeito da recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs).	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-retifica-mp-do-codigo-florestal,879428">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-retifica-mp-do-codigo-florestal,879428</a>
39	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	29 de maio de 2012	16h25	Eduardo Bresciani, do estadão.com.br	Senador do PMDB será relator da MP do Código Florestal	Luiz Henrique (SC) já teve encontro com a ministra do Meio Ambiente para discutir texto que altera projeto aprovado na Câmara	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senador-do-pmdb-sera-relator-da-mp-do-codigo-florestal,879574">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senador-do-pmdb-sera-relator-da-mp-do-codigo-florestal,879574</a>
40	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Ciência	02 de junho de 2012	18h45	Roberta Pennafort e Clarissa Thomé, de O Estado de S. Paulo,	A voz da Geração +20	Em entrevista ao 'Estado', sete jovens que nasceram na época da Eco-92 mostram-se otimistas - e críticos - diante dos desafios verdes	<a href="https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,a-voz-da-geracao-20,881496">https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,a-voz-da-geracao-20,881496</a>
41	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	05 de junho de 2012	10h11	Agência Senado,	Senado apresenta 620 emendas que alteram novo Código Florestal	Medida provisória introduz mais de 30 alterações; comissão se reunirá para avaliar projeto hoje	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senado-apresenta-620-emendas-que-alteram-novo-codigo-florestal,882585">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senado-apresenta-620-emendas-que-alteram-novo-codigo-florestal,882585</a>
42	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	15 de junho de 2012	03h09	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,886650">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,886650</a>
43	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	12 de julho de 2012	17h41	EQUIPE AE, Agência Estado	Comissão aprova texto da MP que altera Código Florestal	A Comissão Mista do Congresso que analisa a Medida Provisória (MP) 571/2012, que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), acabou de aprovar o relatório	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-aprova-texto-da-mp-que">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-aprova-texto-da-mp-que</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
									do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre o assunto. Foram 16 votos favoráveis e 4 obstruções.	<a href="#">altera-codigo-florestal.899419</a>
44	"código florestal" "12.651"	Excluído (repetido com #43)	Notícia	Política	12 de julho de 2012	17h42	Equipe AE,	Comissão aprova relatório sobre MP que altera Código Florestal	Relatório do senador Luiz Henrique foi aprovado com 16 votos favoráveis contra 4	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/comissao-aprova-relatorio-sobre-mp-que-altera-codigo-florestal.899420">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/comissao-aprova-relatorio-sobre-mp-que-altera-codigo-florestal.899420</a>
45	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	25 de setembro de 2012	18h24	Agência Senado	Senado aprova Medida Provisória que altera o Código Florestal	Versão tem alterações feitas por comissão mista; texto segue para sanção da presidente Dilma	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,se-nado-aprova-medida-provisoria-que-altera-o-codigo-florestal.935751">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,se-nado-aprova-medida-provisoria-que-altera-o-codigo-florestal.935751</a>
46	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	03 de outubro de 2012	03h01	Giovana Girardi, O Estado de S.Paulo	Vácuos na lei florestal podem ser evitados com vetos na MP do Código	Para especialistas em direito, Constituição e regulamentações podem resolver dúvidas	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados-com-vetos-na-mp-do-codigo-imp-.939240">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados-com-vetos-na-mp-do-codigo-imp-.939240</a>
47	"código florestal" "12.651"	Excluído (repetido com #46)	Notícia	Geral	03 de outubro de 2012	10h09	GIOVANA GIRARDI, Agência Estado	Vácuos na lei florestal podem ser evitados	Se a presidente Dilma Rousseff vetar pontos da medida provisória do Código Florestal que foram alterados pela Câmara dos Deputados, isso não necessariamente causará os temidos vácuos jurídicos sobre a questão. A opinião é de especialistas em direito ambiental. Para o jurista Paulo Affonso Leme Machado, um dos criadores do direito ambiental no Brasil e autor do livro Novo Código Florestal, que traz comentários à Lei 12.651, aprovada em maio deste ano com vetos de Dilma, a solução para o principal ponto de discórdia - a recomposição de mata ciliar desmatada ilegalmente - está na Constituição Federal.	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados.939507">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,vacuos-na-lei-florestal-podem-ser-evitados.939507</a>
48	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	18 de outubro de 2012	08h53	Sandra Manfrini,	Decreto publicado no Diário Oficial traz lei com texto do novo Código Florestal	O ponto de maior divergência, a chamada 'escadinha', que trata da área de recuperação de florestas nas margens dos rios, recebeu o veto da presidente Dilma Rousseff	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-publicado-no-diario-oficial-traz-lei-com-texto-do-novo-codigo-florestal.947309">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-publicado-no-diario-oficial-traz-lei-com-texto-do-novo-codigo-florestal.947309</a>
49	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	26 de outubro de 2012	15h22	Ayr Aliski - Agência Estado,	Governo e entidades privadas renovam a moratória da soja	Área de soja localizada em região de desmate na Amazônia corresponde a 0,41%	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,go-verno-e-entidades-privadas-renovam-a-moratoria-da-soja.951349">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,go-verno-e-entidades-privadas-renovam-a-moratoria-da-soja.951349</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
50	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	09 de abril de 2013	02h06	Aldo Rebelo *	O MP e o Código Florestal	Na história recente do Congresso Nacional, nenhuma lei foi tão debatida, internamente e em audiências públicas, quanto a do novo Código Florestal. Foram dez anos de discussões e consultas à sociedade. Como todo acordo razoável, o resultado final não agradou inteiramente às partes, grosseira e impropriamente polarizadas em ruralistas e ambientalistas. Mas a lei veio à luz para cumprir o seu papel ambivalente de zelar pela conservação do meio ambiente e tornar viável a atividade agropecuária.	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-mp-e-o-codigo-florestal-imp-,1018654">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-mp-e-o-codigo-florestal-imp-,1018654</a>
51	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	22 de maio de 2013	09h45	LUCI RIBEIRO, Agência Estado	Governo cria grupo com foco no Código Florestal	A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, instituiu, nesta quarta-feira, 22, por meio de portaria, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal. O objetivo da iniciativa é acompanhar a elaboração dos regulamentos do novo código, criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cria-grupo-com-foco-no-codigo-florestal,1034398">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cria-grupo-com-foco-no-codigo-florestal,1034398</a>
52	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	07 de janeiro de 2014	02h05	Xico Graziano*, O Estado de S.Paulo	Cadastro Ambiental Rural	Os agricultores do Brasil receberam um presentão de ano-novo: o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Terão, doravante, de desembulhar o pacote completo do Código Florestal, regularizando suas propriedades rurais no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dureza ecológica.	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cadastro-ambiental-rural-imp-,1115702">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,cadastro-ambiental-rural-imp-,1115702</a>
53	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Geral	20 de agosto de 2014	14h55	Luiz Gustavo Bezerra*, O Estado de S. Paulo	A missão de colocar o novo Código Florestal em prática	Artigo originalmente publicado no Estadão Noite	<a href="https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-missao-de-colocar-o-novo-codigo-florestal-em-pratica,1546814">https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-missao-de-colocar-o-novo-codigo-florestal-em-pratica,1546814</a>
54	"código florestal" "12.651"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	06 de janeiro de 2015	02h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965</a>
55	"código florestal" "educação ambiental"	Excluído (repetido com #54)	Fórum dos Leitores	Opinião	06 de janeiro de 2015	02h05	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp-,1615965</a>
56	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	17 de setembro de 2016	03h05	O Estado de S.Paulo	O STF, o STJ e o Novo Código Florestal	Ações nos tribunais superiores ameaçam cerca de 4,6 milhões de pequenos agricultores	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-stf-o-stj-e-o-novo-codigo-florestal,1000076503">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-stf-o-stj-e-o-novo-codigo-florestal,1000076503</a>
57	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	18 de setembro de 2016	03h07	O Estado de S.Paulo	Código Florestal em risco	Nessa semana, o Brasil deu um importante passo rumo à sustentabilidade ambiental	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,codigo-</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
										<a href="#">florestal-em-risco,1000076612</a>
58	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	08 de fevereiro de 2017	20h27	Giovana Girardi e Rafael Moura, O Estado de S.Paulo	Fux considera só 3 pontos do novo Código Florestal inconstitucionais	O mais importante deles é o que liberava de multas os proprietários de terra que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,fux-considera-so-3-pontos-do-novo-codigo-florestal-inconstitucionais,70002077325">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,fux-considera-so-3-pontos-do-novo-codigo-florestal-inconstitucionais,70002077325</a>
59	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	13 de fevereiro de 2017	05h00	O Estado de S.Paulo	Ordem no campo	O registro eletrônico obrigatório no CAR levou os imóveis rurais à legalidade	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,ordem-no-campo,70001663071">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,ordem-no-campo,70001663071</a>
60	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	06 de abril de 2017	04h50	Priscila Santos Artigas*	Retrocesso em pauta		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/retrocesso-em-pauta/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/retrocesso-em-pauta/</a>
61	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	24 de abril de 2017	03h02	O Estado de S.Paulo	A lei ambiental e a democracia	Para surpresa de muita gente que tenta regularizar sua propriedade rural, alguns membros do Ministério Público do Estado de São Paulo têm buscado restringir, por via judicial ou extrajudicial, a aplicação do Código Florestal (Lei 12.651/2012), como se ele não expressasse devidamente o interesse público	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-lei-ambiental-e-a-democracia,70001749238">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-lei-ambiental-e-a-democracia,70001749238</a>
62	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Coluna	Economia	14 de maio de 2017	05h00	Roberto Rodrigues, O Estado de S.Paulo	Só falta a lei funcionar	O Novo Código Florestal representou extraordinário avanço para o País	<a href="https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,so-falta-a-lei-funcionar,70001779714">https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,so-falta-a-lei-funcionar,70001779714</a>
63	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	04 de junho de 2017	05h00	O Estado de S.Paulo	Quem preserva o meio ambiente	Fatia de terras preservadas em propriedades rurais por agricultores no Estado de São Paulo é maior do que todas as reservas indígenas e unidades de conservação juntas	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,quem-preserva-o-meio-ambiente,70001825100">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,quem-preserva-o-meio-ambiente,70001825100</a>
64	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	05 de junho de 2017	03h00	*Evaristo de Miranda, O Estado de S. Paulo	Agricultura lidera preservação no Brasil	Ninguém preserva mais a vegetação nativa do que os produtores rurais	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,agricultura-lidera-preservacao-no-brasil,70001826064">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,agricultura-lidera-preservacao-no-brasil,70001826064</a>
65	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	08 de agosto de 2017	05h00	Luciana Lanna e Erika Breyer	O código florestal e o desmatamento		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-codigo-florestal-e-o-desmatamento/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-codigo-florestal-e-o-desmatamento/</a>
66	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	12 de setembro de 2017	03h10	*Evaristo E. de Miranda, O Estado de S.Paulo	Meio ambiente e agricultura ameaçados	É fundamental o STF declarar constitucionais os artigos contestados do Código Florestal	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-ambiente-e-agricultura-ameacados,70001987457">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-ambiente-e-agricultura-ameacados,70001987457</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
67	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	13 de setembro de 2017	06h30	Giovana Girardi	STF começa a julgar se novo código florestal é legal ou não	Supremo vai avaliar quatro ações diretas de inconstitucionalidade que questionam dispositivos da lei de 2012 que revogou o Código Florestal e flexibilizou as regras de proteção de florestas em áreas privadas	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/stf-comeca-a-julgar-se-novo-codigo-florestal-e-legal-ou-nao/">https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/stf-comeca-a-julgar-se-novo-codigo-florestal-e-legal-ou-nao/</a>
68	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	18 de setembro de 2017	03h00	O Estado de S.Paulo	Segurança jurídica e ambiental	O julgamento no STF da validade do Código Florestal deve despertar interesse nos cidadãos preocupados com o equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a preservação ambiental	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,seguranca-juridica-e-ambiental,70002005320">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,seguranca-juridica-e-ambiental,70002005320</a>
69	"código florestal" "educação ambiental"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	06 de outubro de 2017	03h00	Giovana Girardi	'Meu autoritarismo é ampliar o diálogo', diz novo secretário do Meio Ambiente	Maurício Brusadin fala sobre os planos de arrendar áreas do Instituto Florestal, de investir nas comunidades para que elas 'abracem florestas' e de criar uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/meu-autoritarismo-e-ampliar-o-dialogo-diz-secretario-do-meio-ambiente/">https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/meu-autoritarismo-e-ampliar-o-dialogo-diz-secretario-do-meio-ambiente/</a>
70	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Sustentabilidade	10 de outubro de 2017	14h36	Equipe IDS	Código Florestal inaugurou período de maior retrocesso socioambiental, diz ambientalista		<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/codigo-florestal-inaugurou-periodo-de-maior-retrocesso-socioambiental-do-pais-diz-ambientalista/">https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/codigo-florestal-inaugurou-periodo-de-maior-retrocesso-socioambiental-do-pais-diz-ambientalista/</a>
71	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	11 de outubro de 2017	19h10	Da Redação	Supremo decide se punições a parlamentares devem passar pelo Congresso	Partidos políticos pedem que sanções como prisão preventiva e medidas cautelares, quando aplicadas contra parlamentares, sejam submetidas ao Congresso Nacional em 24 horas	<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ao-vivo-assista-a-sessao-do-supremo-tribunal-federal/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ao-vivo-assista-a-sessao-do-supremo-tribunal-federal/</a>
72	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	25 de fevereiro de 2018	03h02	O Estado de S.Paulo	Irresponsabilidade com o campo	O Código Florestal afeta o desenvolvimento econômico, ambiental e social do País	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,irresponsabilidade-com-o-campo,70002202972">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,irresponsabilidade-com-o-campo,70002202972</a>
73	"código florestal" "12.651"	Excluído (opinião do leitor)	Fórum dos Leitores	Opinião	28 de fevereiro de 2018	03h02	O Estado de S.Paulo	Fórum dos Leitores		<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002206621">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002206621</a>
74	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	28 de fevereiro de 2018	03h35	Luciana Lanna	Para compreender o julgamento do novo Código Florestal		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/para-compreender-o-julgamento-do-novo-codigo-florestal/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/para-compreender-o-julgamento-do-novo-codigo-florestal/</a>
75	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	28 de fevereiro de 2018	14h25	Luiz Vassallo	DIRETO DO PLENÁRIO: Supremo decide sobre mudança	Na pauta desta quarta-feira, 28, também constam ações que questionam a constitucionalidade do Código Florestal	<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/direto-do-plenario-supremo-decide-sobre-">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/direto-do-plenario-supremo-decide-sobre-</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
								de nome e gênero sem cirurgia		<a href="#">mudanca-de-nome-e-genero-sem-cirurgia/</a>
76	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	28 de fevereiro de 2018	16h07	Giovana Girardi, Amanda Pupo e Teo Cury, O Estado de S.Paulo	STF considera constituição anistia a desmatadores do novo Código Florestal	Nos principais itens questionados, considerou-se que não fere a Constituição os artigos da lei que anistiavam de multa e de outras obrigações quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, mas havia aderido ao programa de regularização ambiental	<a href="https://sustentabilidade.estado.com.br/noticias/geral.stf-considera-constitucional-anistia-a-desmatadores-oferecida-por-novo-codigo-florestal.70002207998">https://sustentabilidade.estado.com.br/noticias/geral.stf-considera-constitucional-anistia-a-desmatadores-oferecida-por-novo-codigo-florestal.70002207998</a>
77	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	02 de março de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	Confirmação do Código Florestal	O Supremo Tribunal Federal pôs término ao longo período de insegurança jurídica	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.confirmacao-do-codigo-florestal.70002210089">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.confirmacao-do-codigo-florestal.70002210089</a>
78	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	29 de agosto de 2018	05h00	Camila Turtelli e Paulo Beraldo, O Estado de S.Paulo	Por apoio nas eleições 2018, agronegócio cobra compromisso de candidatos à Presidência	Entidades apresentam propostas do setor aos presidencialistas, como o fim do tabelamento do frete, nesta quarta-feira, 29, em Brasília	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia.70002477768">https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.por-apoio-nas-eleicoes-2018-agronegocio-cobra-compromisso-de-candidatos-a-presidencia.70002477768</a>
79	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	04 de setembro de 2018	08h04	REDAÇÃO	A nova agenda dos recursos hídricos e a crise brasileira		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-nova-agenda-dos-recursos-hidricos-e-a-crise-brasileira/">https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-nova-agenda-dos-recursos-hidricos-e-a-crise-brasileira/</a>
80	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	30 de setembro de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	Mérito do produtor rural	Estudo da Embrapa desmitifica a frequente acusação de que o agronegócio seria um dos grandes inimigos do meio ambiente	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.merito-do-produtor-rural.70002525188">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.merito-do-produtor-rural.70002525188</a>
81	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	15 de outubro de 2018	03h00	Evaristo de Miranda, O Estado de S.Paulo	A agricultura paulista nas mãos da Justiça	Como um agricultor poderia preservar a vegetação nativa com base em leis futuras?	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.a-agricultura-paulista-nas-maos-da-justica.70002547343">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.a-agricultura-paulista-nas-maos-da-justica.70002547343</a>
82	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	07 de novembro de 2018	03h30	Evaristo de Miranda, doutor em Ecologia	O presidente e a Amazônia	Desafio é fazer cumprir o Código Florestal e garantir a gestão das áreas já atribuídas	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.o-presidente-e-a-amazonia.70002590843">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.o-presidente-e-a-amazonia.70002590843</a>
83	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	20 de novembro de 2018	03h00	O Estado de S.Paulo	A jurisprudência e a lei	Os tribunais e cortes superiores têm a missão de uniformizar a aplicação da lei. O papel do Judiciário não é criar novas obrigações e tampouco novas leis	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.a-jurisprudencia-e-a-lei.70002613889">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral.a-jurisprudencia-e-a-lei.70002613889</a>
84	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	13 de janeiro de 2019	05h00	Juliana Pretto*	Imóveis rurais: afinal, qual o status do CAR e do PRA?		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/imoveis-rurais-afinal-qual-o-status-do-car-e-do-pra/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/imoveis-rurais-afinal-qual-o-status-do-car-e-do-pra/</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
85	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	27 de fevereiro de 2019	04h00	Antonio Carlos Petto Jr. e Adriana Fausto*	Vende-se reserva ambiental?		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vende-se-reserva-ambiental/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vende-se-reserva-ambiental/</a>
86	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	15 de abril de 2019	04h00	Olivia Garcia de Carvalho de Freitas*	Inexigibilidade do CAR sobre os imóveis utilizados em operações de energia elétrica		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/inexigibilidade-do-car-sobre-os-imoveis-utilizados-em-operacoes-de-energia-eletrica/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/inexigibilidade-do-car-sobre-os-imoveis-utilizados-em-operacoes-de-energia-eletrica/</a>
87	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Política	07 de maio de 2019	19h21	André Borges, O Estado de S.Paulo	Maia: Lei do Licenciamento só vai a plenário depois de todos serem ouvidos	Mais de 80 organizações não governamentais ligadas ao meio ambiente divulgaram nota de repúdio contra o projeto que altera as regras do licenciamento ambiental	<a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maia-lei-do-licenciamento-so-vai-a-plenario-depois-de-todos-serem-ouvidos,70002819634">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maia-lei-do-licenciamento-so-vai-a-plenario-depois-de-todos-serem-ouvidos,70002819634</a>
88	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Economia	27 de maio de 2019	05h00	Coluna do Broad Agro, O Estado de S. Paulo	Debêntures vão bancar investimento no RenovaBio	Os recursos devem ser utilizados inicialmente para aumentar a produtividade da indústria sucroalcooleira	<a href="https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,debentures-vao-bancar-investimento-no-renovabio,70002844712">https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,debentures-vao-bancar-investimento-no-renovabio,70002844712</a>
89	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	14 de junho de 2019	21h52	Giovana Girardi, O Estado de S.Paulo	Bolsonaro edita nova MP que altera Código Florestal	Pela proposta, a obrigatoriedade de proprietários de terra fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) fica sem prazo	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-edita-nova-mp-que-altera-codigo-florestal,70002873423">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-edita-nova-mp-que-altera-codigo-florestal,70002873423</a>
90	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	23 de agosto de 2019	17h28	Julia Lindner, O Estado de S. Paulo	Governo orienta embaixadas a defender políticas de Bolsonaro para Amazônia	No texto, governo diz que mudanças no Fundo Amazônia ocorreram para torná-lo 'mais eficaz'; leia íntegra do documento	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-orienta-embaixadas-a-defender-politicas-de-bolsonaro-para-amazonia,70002979769">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-orienta-embaixadas-a-defender-politicas-de-bolsonaro-para-amazonia,70002979769</a>
91	"código florestal" "1876"	Incluído no corpus	Blog	Política	27 de agosto de 2019	16h17	Paulo Roberto Netto	Após críticas a Bolsonaro, Marina Silva é alvo de boato falso sobre desmatamento	Desinformação antiga voltou a circular e afirma falsamente que marido da ex-ministra é um dos 'maiores desmatadores da Amazônia'	<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-criticas-a-bolsonaro-marina-silva-e-alvo-de-boato-falso-sobre-desmatamento/">https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-criticas-a-bolsonaro-marina-silva-e-alvo-de-boato-falso-sobre-desmatamento/</a>
92	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	06 de setembro de 2019	23h58	André Borges, O Estado de S.Paulo	Ambientalistas dizem que nova MP abre brecha para regularização ambiental automática de produtor	Especialistas dizem que texto pode inviabilizar avanços conquistados pelo novo Código Florestal. Item incluído passou a permitir regularização automática por decurso de prazo	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ambientalistas-dizem-que-nova-mp-abre-brecha-para-regularizacao-ambiental-automatica-de-produtor,70003000611">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ambientalistas-dizem-que-nova-mp-abre-brecha-para-regularizacao-ambiental-automatica-de-produtor,70003000611</a>



#	Palavras-chave	Status	Tipo	Editoria	Data	Hora	Autor	Manchete	Título auxiliar	Link
93	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	18 de setembro de 2019	10h00	Francisco de Godoy Bueno*	Código Florestal: o emaranhado no direito ambiental brasileiro		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/codigo-florestal-o-emaranhado-no-direito-ambiental-brasileiro/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/codigo-florestal-o-emaranhado-no-direito-ambiental-brasileiro/</a>
94	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	25 de setembro de 2019	08h00	Paulo de Bessa Antunes*	A importância do Código Florestal no atual contexto brasileiro		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-importancia-do-codigo-florestal-no-atual-contexto-brasileiro/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-importancia-do-codigo-florestal-no-atual-contexto-brasileiro/</a>
95	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Blog	Política	07 de outubro de 2019	05h00	Vitória Carone Bellodi e Nina Chaim Meloni*	A necessária educação ambiental à sociedade civil		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/</a>
96	"código florestal" "educação ambiental" #95)	Excluído (repetido com #95)	Blog	Política	07 de outubro de 2019	05h00	Vitória Carone Bellodi e Nina Chaim Meloni*	A necessária educação ambiental à sociedade civil		<a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-educacao-ambiental-a-sociedade-civil/</a>
97	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Sustentabilidade	19 de dezembro de 2019	22h12	Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo	Bolsonaro flexibiliza agricultura em áreas da Mata Atlântica	Acredito que é muito bom para o Brasil, muito bom para a produção e alimentos', disse o presidente. O texto vale para áreas que já eram utilizadas para esse fim antes de 22 de julho de 2008	<a href="https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-flexibiliza-agricultura-em-areas-da-mata-atlantica,70003132029">https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-flexibiliza-agricultura-em-areas-da-mata-atlantica,70003132029</a>
98	"código florestal" "12.651"	Incluído no corpus	Notícia	Opinião	06 de fevereiro de 2020	03h00	André Guimarães e Marcello Brito*, O Estado de S.Paulo	Como não resolver a regularização fundiária na Amazônia	Quanto nos custou, até agora, a ausência de uma solução adequada para esse problema?	<a href="https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,como-nao-resolver-a-regularizacao-fundiaria-na-amazonia,70003186845">https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,como-nao-resolver-a-regularizacao-fundiaria-na-amazonia,70003186845</a>

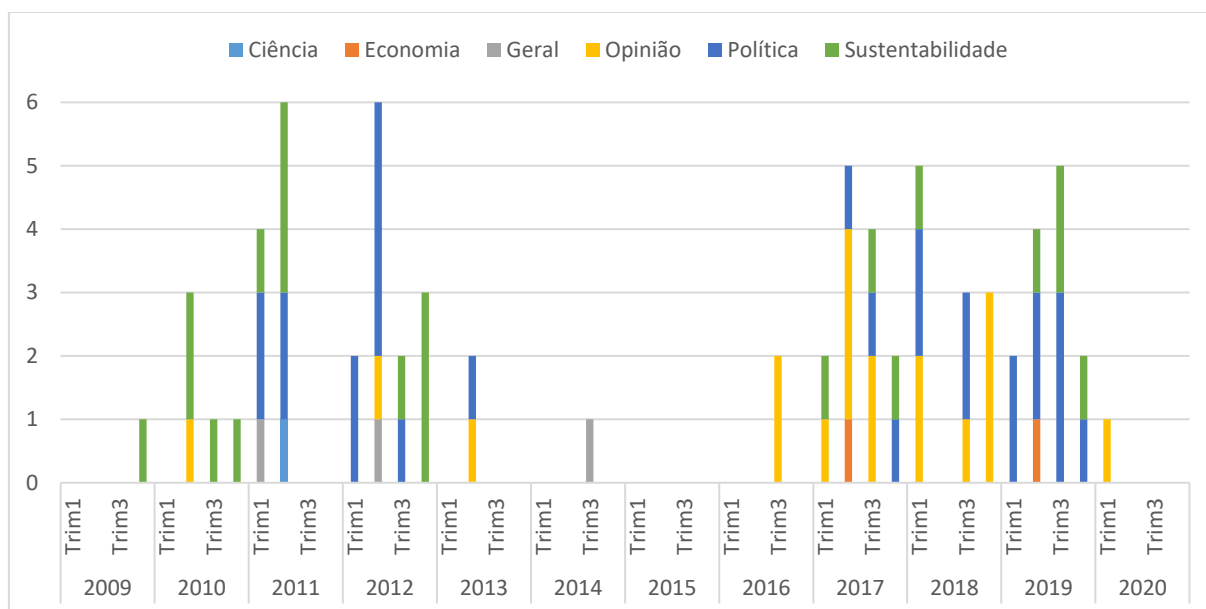
Fonte: Elaborado pelo autor.



## APÊNDICE B

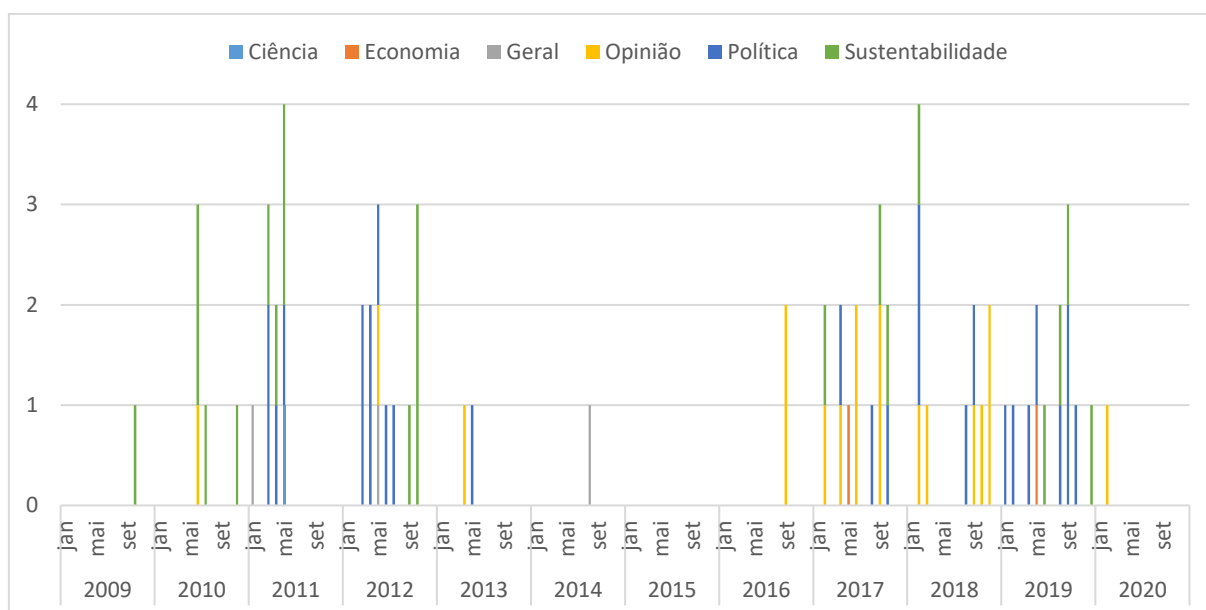
Frequência de publicação das notícias que compõem o corpus da pesquisa

**Gráfico 1** – Histograma dos registros encontrados por trimestre e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Gráfico 2** – Histograma dos registros encontrados por mês e por editoria



Fonte: Elaborado pelo autor.



## ANEXOS



**ANEXO A**

Fac-símile das capas e referidas reportagens do Estadão











# O ESTADO DE S. PAULO

Terça-feira 15 de junho de 2010 R\$ 2,50\*

ANO 131 Nº 43089 EDIÇÃO DE 20040 estado.com.br



## Brasil começa a luta pelo hexa

Desconhecido, alheio e da seleção, o Brasil começa a luta pelo hexa. O time de Mano Menezes estreia na Copa do Mundo de 2010, no dia 12 de junho, contra a França. O jogo será transmitido ao vivo pela Rede Globo. O Brasil precisa vencer para não ficar em terceiro lugar, o que significaria a eliminação. O time de Mano Menezes tem uma vantagem: é o único que não jogou ainda. O jogo será transmitido ao vivo pela Rede Globo. O Brasil precisa vencer para não ficar em terceiro lugar, o que significaria a eliminação. O time de Mano Menezes tem uma vantagem: é o único que não jogou ainda.

**ANTONIO GRECO**  
O passado que não conta

Tudo o que ocorreu a respeito do jogo só serve como referência. Quando o jogo for transmitido ao vivo, o Brasil precisa vencer para não ficar em terceiro lugar, o que significaria a eliminação. O time de Mano Menezes tem uma vantagem: é o único que não jogou ainda.

**Repartição pública de SP e banco fecham às 14h**

Bancos, escolas, lojas e repartições públicas municipais adaptaram sua programação em função da mudança. A maioria fechou ou interrompeu funcionamento durante o jogo.

**Resultados da Copa**

Brasil	2 x 0	Guatemala
Paraguai	1 x 0	Costa Rica
Chile	1 x 0	Paraguai
Uruguai	1 x 0	Paraguai

## Punição por atraso de voo já vigora

Passageiro afetado por demora, cancelamento ou overbooking pode exigir lugar em outro avião ou reembolso integral e imediato da passagem

A nova resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que assegura direitos a passageiros que tenham problemas em voos já está em vigor. Agora, quem for afetado por atrasos, cancelamentos ou overbooking terá prioridade na reacomodação em voos de mesma companhia e poderá exigir reembolso integral e imediato da passagem quando o seu voo não for cancelado ou en-

**Tuma Jr. cai e diz que 'fatos vão surgir'**

Acusado de envolvimento com um dos oficiais militares chilenos em São Paulo, o secretário nacional de Justiça, Bruno Tuma Júnior, foi demitido ontem pelo ministro Luís Paulo Barreto (Justiça). O caso foi revelado pelo *Estado* em maio. Tuma Júnior disse que Barreto agiu com "averbação política" e afirmou: "Vou surgir fatos que vocês vão se surpreender, aguardem".

**Empreiteiras se unem por aeroporto em SP**

• A Camargo Corrêa, cuja subsidiária Aporte administra aeroportos no Chile, na Colômbia, em Honduras e em Curaçau.

**SP ficará ar 3°C mais quente neste século**

VIA/PAZ 05

**Tombado, Jockey não poderá construir torres**

OSCAR/PAZ 06

**RG com chip começa a vir em novembro**

OSCAR/PAZ 04

**Sem pregos, Casarão do Chá destaca experts**

CASARÃO/PAZ 03

**VIOLÊNCIA: Voz emergente**

Paisos como China e Coreia do Sul não podem ser vistos como "países do futuro".

**VIOLÊNCIA: Voz emergente**

Paisos como China e Coreia do Sul não podem ser vistos como "países do futuro".

**HYUNDAI**

Quando esse ônibus anda, o Brasil inteiro para.

**HYUNDAI**

Quando esse ônibus anda, o Brasil inteiro para.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Triste peleja

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

**SINAIS PARTICULARES**

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

**SINAIS PARTICULARES**

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

## Fórum dos Leitores

**FICHA LÍPIA**  
Três bons candidatos

Como eleitor, como tranquilizador, como candidato a Presidente da República, José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva são os melhores candidatos para o Brasil. Serra é o melhor candidato para o Brasil. Serra é o melhor candidato para o Brasil. Serra é o melhor candidato para o Brasil.

# O ESTADO DE S. PAULO

## 'Por que Joãozinho não aprende a ler'

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

**SINAIS PARTICULARES**

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.

**SINAIS PARTICULARES**

Do compromisso à legislação, especialmente após 2009, a luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante. A luta do Estado de São Paulo para garantir a segurança jurídica do Estado de São Paulo é uma luta constante.



# O ESTADO DE S. PAULO



Quarta-feira 7 DE JULHO DE 2010 R\$ 2,50\* ANO 121 Nº 4261 EDIÇÃO DE 2340

## COPA2010 Holanda na final

A Holanda de Sneijder (esq.) e Robben (dir.) venceu o Uruguai por 3 a 1. Com a vaga na decisão, os holandeses disputam com o Japão de 23 anos. **PÁG. A-63**

Às 15h30, o outro finalista

Argentina e Espanha disputam hoje a outra vaga na final europeia. **PÁG. A-63**

## Serra ataca plano radical do PT, que Dilma assinou

Segundo o partido, ela não leu o texto, que depois foi substituído; 'a gente sabe o que eles pensam', diz tucano

A candidata à Presidência Dilma Rousseff anunciou o programa radical de governo apresentado na segunda-feira ao PT no Tribunal Superior Eleitoral. Ela também rubricou suas 19 páginas. O texto prevê, entre outras coisas, o

controle social da mídia, a criação de grandes fortunas e a recuperação do dispositivo que torna áreas invadidas indisponíveis para reforma agrária. Horas depois, o documento foi substituído por outro, sem as ideias polêmicas.

Segundo o PT, Dilma assinou sem ler, por press. Orestes, no primeiro dia de campanha, o candidato tucano, José Serra, explicou o caso, dizendo que os adversários mostram que "não são capazes de inventar". **NACIONAL / PÁG. A6**

Formas que permitem ao representante de uma das 4 "Comissões do PT" e que não concordam com a venda. "Tem coisa do PT com a qual não concordamos, tem coisa com a qual não concordamos", afirmou. **NACIONAL / PÁG. A6**



JOSÉ SERRA, CANDIDATO DO PT, EM CAMPANHA. "Não são duas caras, são várias caras. Nós temos uma só cara, a minha cara"



DILMA ROUSSEFF, CANDIDATA DO PT, EM CAMPANHA. "Não temos o menor compromisso de incorporar todas as sugestões do partido"

## Liberação de verbas do orçamento dispara

Nos cinco primeiros dias de julho, as verbas do tesouro da campanha presidencial, houve um aumento de 52% dos empréstimos de recursos do orçamento para a mídia liberalizada a cada cinco dias de junho. Mantido esse ritmo, a liberação poderá atingir R\$ 13 bilhões no mês, quase o dobro do emprestado em junho (R\$ 6,5 bilhões). A pressa se deve ao limite para liberação de recursos em ano eleitoral. A antecipação é uma forma de contornar a lei. **NACIONAL / PÁG. A6**

## SP vai ampliar gasto com programas sociais

O governo paulista reajustará os benefícios que compõem as principais ações sociais voltadas à baixa renda: o Bolsa Família e o Ações Jovem. A correção deve superar os 17%. **NACIONAL / PÁG. A6**

## Juiz boliviano foge e pede asilo ao Brasil

O juiz boliviano Luis Fernando Tapia Pichu pediu asilo político ontem em Curitiba (PR). Ele alega perseguição por parte do governo de Evo Morales. Pichu estava no caso do assassinato de três suspeitos de complicitade para matar Morales. **INTERNACIONAL / PÁG. A2**

## Primo do goleiro Bruno diz que Eliza está morta

Um primo do goleiro Bruno confessa participação no desaparecimento de Eliza Samudio, de 24 anos, e diz à polícia que a amante do jogador do Flamengo está morta. Localizada na casa do atleta, no Rio de Janeiro, de 17 anos, afirmou que deu uma contribuição com Eliza

quando seguiu com ela, o bebê de 4 meses e um amigo de Bruno do Rio para Contagem (MG). De acordo com o adolescente, o corpo foi entregue a um traficante. A verdade, que atribui Bruno de responsabilidade, não chegou à polícia. **CRIMES / PÁG. A3-A5**

## Eleição adia novo Código Florestal

A reforma do Código Florestal foi adiada para depois das eleições municipais da Câmara. O plenário só deve votar o texto, que prevê o fim do uso de terra de recuperar vegetação nativa, após o pleito. **MEIO AMBIENTE / PÁG. A17**

## Planeta

Água no escapamento  
Novo a hidrogênio,  
deixou que não polui passa  
por teste em SP. **PÁG. A18**

## Obama elogia prêmio de Israel e garante apoio

**INTERNACIONAL / PÁG. A13**

## Eliminação da Copa barateia TVs em 7,8%

**ECONOMIA / PÁG. B5**

## 'Marcha para Zenturo' um teatro de SP e Minas

**CADASTRO 2**

## Visão global

Ecos de 2005  
Lideres rem de contestar ligação da hifi com o terror, escreve Zoltan Machi. **INTERNACIONAL / PÁG. A18**

## Tutti Vazquez

Trauma da era de Twitter  
Não demora muito, um garoto com menos de 100 seguidores vai ter dificuldades de arrumar namorada. Pode ser um trauma para a vida toda. **CRIMES / PÁG. C6**

## Cláudio J. D. Sales

Mudança no Tratado de Itaipu  
E hora de "alugar" mais uma manifestação de uso político eleitoral-ideológico e evitar que sejam excluídos R\$ 4 bilhões dos brasileiros. **ESPACIO ABERTO / PÁG. A2**

## Tempo na capital

25° máx. de temperatura máxima, com possibilidade de chuva. **ESTADO DO CARIÓTIPO M. 21.005. PÁG. B6**

## NOTAS E INFORMAÇÕES

Bom negócio para o produtor  
Café: Americanos dizem que a visita de Lula ao Brasil da Gáster Equatorial foi de "negociar". **PÁG. A2**

HYUNDAI  
Drive your way

# DESAFIO HYUNDAI.

VEJA NA PÁGINA 5.

CLIENTE 100% SATISFEITO















ESTADO - BR, A-1 - 03/05/11

ESTADO - BR, A-1 - 03/05/11

# O ESTADO DE S. PAULO

Terça-feira 3 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00\*

3 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00\*

Violoncelo solo, Antonio Meneses faz recital em São Paulo. Pág. 39

**Caderno 2**  
Morre José Renato  
Fundador do Teatro  
de Arena, o diretor  
estava na ativa aos 85

Cidades  
Passado virtual.  
Itinerário terri-  
versão 360°. Pág. C4

Viagem  
Cores místicas  
Índia e festa de  
praias, arquitetura  
e rituais exóticos

## Após a morte de Bin Laden, EUA mantêm guerra ao terror

● Obama diz que 'justiça foi feita' e 'mundo está mais seguro', mas Casa Branca alerta americanos ● Hillary afirma que país 'redobrou' esforços na luta antiterror ● Washington pede que Taleban abandone Al-Qaeda e entre no processo político

O presidente dos EUA, Barack Obama, disse ontem que "a justiça foi feita" e "o mundo está mais seguro" após a morte de Osama bin Laden, o líder da Al-Qaeda, em uma operação militar americana no Paquistão. Obama afirmou que a morte de bin Laden é um "passo importante" na luta contra o terrorismo e que o país "redobrou" seus esforços na luta antiterror. Ele também pediu que o Taleban abandone Al-Qaeda e entre no processo político.

O fim do mais procurado  
Al lado, na "sala de abastecimento" da Casa Branca, Obama e seus principais assessores recebem informações em tempo real sobre o ataque a Osama bin Laden. O presidente, ao lado de sua esposa Michelle, observa a operação em uma sala de controle. O ataque foi planejado há meses e envolveu forças especiais americanas e paquistanesas. A morte de bin Laden é considerada um marco na luta contra o terrorismo.

● 'Achamos que fosse bomba'  
Um funcionário da Embaixada do Brasil no Paquistão relatou a jornalista Carolina Cerqueira, enviada especial a Cabul, como foi o ataque. INTERNACIONAL, PÁG. A13

'Assassinato seletivo' é método questionado

A morte de Bin Laden é qualificada de "assassinato seletivo", modalidade de ataque que alguns analistas consideram legal se for em "autodefesa". O problema, dizem outros, é não individualizar o ato. INTERNACIONAL, PÁG. A13

## Projeto do novo Código Florestal libera produtor de recuperar mata

O relator do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (PC do B-SP), apresentou ontem que será votado hoje na Câmara. A proposta estende a todas as pro-

## Fiscal vai entregar multa no ato em SP

A partir de novembro, os 700 agentes das subprefeituras de São Paulo deverão entregar um boleto impresso para entregar multa no ato em situações. CRIANÇAS, PÁG. A1

## Vendas crescem 15% para o Dia das Mães

Apesar da mudança para o domingo, as vendas de produtos para o Dia das Mães cresceram 15% em comparação com o ano anterior. COMÉRCIO, PÁG. A1

ILAN GORDON  
Osama e a economia vulnerável  
A morte de Bin Laden no trembido do 11 de Setembro da necessidade da economia de ter meios para não depender das condições externas. ESPAÇO ABERTO, PÁG. A2

JOSÉ PAULO RUPPER  
O futuro foi ontem  
A proporção de brasileiros em idade ativa encontra-se num pico. O desafio é antecipar o futuro e aproveitar o chamado "bonus demográfico". ECONOMIA, PÁG. B5

ANALISA DE JABIR  
A miséria e a modernidade  
Antes, a falta de miséria que não era miserável, em "Tomei" quem o mais bem, agora, o miserável já fazendeiro. CADERNO 2, PÁG. D11

Tempo na capital  
22 Min. São Paulo  
12 Min. Rio de Janeiro  
10 Min. Belo Horizonte  
ESTADO DE S. PAULO, PÁG. A1

NOTÍCIAS, INFORMAÇÕES  
O fim de Bin Laden  
Nunca mais o derrotado do presidente Obama poderá ser usado de ser um "falso heroí". PÁG. A2

**2012 LANÇAMENTO**

**Q MAIS PERFEITO DO BRASIL E COM O MAIOR VALOR DE REVENDA DA CATEGORIA.**

**2012 LANÇAMENTO**

Respeite a sinalização de trânsito.

VEJA NA PÁGINA 5.

ESTADO - BR, A-1 - 03/05/11

ESTADO - BR, A-1 - 03/05/11

# Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

Letra. Nasce a segunda vez lançamento de Endeavour em 2011

**Ambiente.** Texto de Aldo Rebelo mantém tamanhos das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da reserva legal, como queriam os ambientalistas, e agrada proprietários ao relativizar obrigação de recuperar regiões desmatadas; proposta vai à votação na Câmara dos Deputados

## Relator do novo Código Florestal flexibiliza recuperação de mata nativa

Maria Salomoni / BRASILIA

A nova versão do texto de reforma do Código Florestal, que o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) concluiu ontem e hoje irá à votação no plenário da Câmara dos Deputados, estende a todas as propriedades do País de até 1 mil hectares o benefício de não ter que recuperar a vegetação nativa correspondente à reserva legal desmatada legalmente até julho de 2008. A medida varia de 20 a 40 hectares, dependendo do município.

Um ponto polêmico relacionado às exigências de manutenção dos tamanhos das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da reserva legal como condição para a manutenção da reserva legal desmatada legalmente até julho de 2008. A medida varia de 20 a 40 hectares, dependendo do município.

## ENTREVISTA

### Aleco Magagnoli, ENGENHEIRO AGRÔNOMO

#### 'A reforma da lei ambiental foi preparada por leigos, visando o lucro'

Charles Thomé / R10  
O engenheiro agrônomo Aleco Magagnoli, de 82 anos, é o último remanescente do grupo de especialistas que se reunia entre 1993 e 1995 para elaborar o Código Florestal. Ele não se lembra de ter participado da elaboração do projeto, de defender o conteúdo do Código Florestal, uma fábula de proteção

de floresta. Chama-se área de preservação permanente (APP) e é a reserva legal. Tem no Brasil uma importância de destruição da Mata Atlântica: grandes áreas sem floresta, com o solo erodido, exposto. E os danos são irreversíveis. É um erro de não ter sido feito. É um erro de não ter sido feito. É um erro de não ter sido feito.

Na minha opinião de ecologista, que teve 30 anos de experiência após elaborar o código, a lei deve ser mais restritiva. A reserva legal e a APP devem ser mantidas. A reserva legal e a APP devem ser mantidas. A reserva legal e a APP devem ser mantidas.

Como foi elaborado o código de 1965?  
O grupo foi chamado em 1965, e eu fui um dos membros. O Brasil precisava de uma legislação ambiental. Foi criado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Foi criado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Foi criado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**Sua empresa pode ter um plano de saúde que ofereça muito mais.**

**Golden Cross**

**75 Mensais**

Compare as vantagens e venha para a Golden.

0800 979 2001

www.goldencross.com.br

Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência  
Redução de carência  
Assistência empresarial  
Assistência 24h no Brasil e no exterior  
Seguro de acidentes pessoais  
Plano odontológico







**Ambiente.** Pela proposta do Planalto, que ainda não tem aval da equipe econômica e visa a um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, dívida dos produtores rurais - estimada em R\$ 80 bilhões - poderia ser reduzida em até 70%, recuperando 430 mil km²

# Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção

Marta Salomon / BRASIL

Em mais uma tentativa de fechar um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, o governo aciona, entre outras, a redução substancial da dívida agrícola para o produtor rural que recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) em margens de rios e cecatonas.

Projeções feitas pelo Ministério do Meio Ambiente e que o Estado teve acesso mostram que a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.

O destino financeiro orientado com base em redução de emissões de gases de efeito estufa. A cada tonelada de carbono "poupada" com o replantio de árvores, o produtor ganharia cerca de R\$ 15. Estima-se que cada hectare replantado represente corte de 10 toneladas de carbono.

Com essa proposta, que ainda não tem aval da equipe econômica, poderia ser viabilizada a recuperação de cerca de 430 mil quilômetros quadrados de áreas de preservação. Permanentes que foram destruídas.

A votação da reforma do Código Florestal deve ser retomada no plenário da Câmara. Ela foi suspensa na quarta-feira passada por sugestão de líderes governistas, diante uma derrota iminente da proposta de acordo negociada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na ocasião, eram dois os pontos de divergência. O primeiro deles tratava de benefício a pequenos produtores, que poderiam ficar livres de recuperar a



**Corte de árvores.** Área de 300 hectares desmatada legalmente na Floresta Amazônica, no município de Portel, no Pará

reserva legal de sua propriedade, segundo a proposta de reforma do Código Florestal. Há ainda mais uma exceção contemplada pela nova proposta: produtores que ocupam áreas de preservação permanente, mas que não têm a documentação necessária para comprovar a legalidade da ocupação, poderiam ser beneficiados por uma redução de 70% na dívida.

**Advertência** O senador Aécio Neves (PSDB) disse que, se não houver acordo por parte do governo, o plenário da Câmara votaria a proposta da semana passada.

O segundo ponto de discordância

**OS NÓS DO CÓDIGO**

• **Reserva legal.** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

• **Área de Preservação Permanente (APP).** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

• **Área de Preservação Permanente (APP).** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

• **Área de Preservação Permanente (APP).** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

**Ambiente.** Pela proposta do Planalto, que ainda não tem aval da equipe econômica e visa a um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, dívida dos produtores rurais - estimada em R\$ 80 bilhões - poderia ser reduzida em até 70%, recuperando 430 mil km²

# Governo propõe reduzir dívida agrícola de quem recuperar área de proteção

Marta Salomon / BRASIL

Em mais uma tentativa de fechar um acordo para a votação da reforma do Código Florestal, o governo aciona, entre outras, a redução substancial da dívida agrícola para o produtor rural que recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) em margens de rios e cecatonas.

Projeções feitas pelo Ministério do Meio Ambiente e que o Estado teve acesso mostram que a dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 80 bilhões, poderia ser reduzida em até 70% pelo mecanismo proposto.

O destino financeiro orientado com base em redução de emissões de gases de efeito estufa. A cada tonelada de carbono "poupada" com o replantio de árvores, o produtor ganharia cerca de R\$ 15. Estima-se que cada hectare replantado represente corte de 10 toneladas de carbono.

Com essa proposta, que ainda não tem aval da equipe econômica, poderia ser viabilizada a recuperação de cerca de 430 mil quilômetros quadrados de áreas de preservação. Permanentes que foram destruídas.

A votação da reforma do Código Florestal deve ser retomada no plenário da Câmara. Ela foi suspensa na quarta-feira passada por sugestão de líderes governistas, diante uma derrota iminente da proposta de acordo negociada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na ocasião, eram dois os pontos de divergência. O primeiro deles tratava de benefício a pequenos produtores, que poderiam ficar livres de recuperar a



**Corte de árvores.** Área de 300 hectares desmatada legalmente na Floresta Amazônica, no município de Portel, no Pará

reserva legal de sua propriedade, segundo a proposta de reforma do Código Florestal. Há ainda mais uma exceção contemplada pela nova proposta: produtores que ocupam áreas de preservação permanente, mas que não têm a documentação necessária para comprovar a legalidade da ocupação, poderiam ser beneficiados por uma redução de 70% na dívida.

**Advertência** O senador Aécio Neves (PSDB) disse que, se não houver acordo por parte do governo, o plenário da Câmara votaria a proposta da semana passada.

O segundo ponto de discordância

• **Reserva legal.** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

• **Área de Preservação Permanente (APP).** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

• **Área de Preservação Permanente (APP).** Novo obstáculo nas negociações trata das áreas de preservação permanente (APPs) em margens de rios e cecatonas. O Código exige proteção de 500 metros de cada margem. O governo defende a extensão do benefício a todos os proprietários, em uma área de até 4 módulos fiscais (entre 20 e 400 hectares). A alternativa em estudo é incluir cooperativados no benefício.

**Governo quer São Paulo sem sacolinhas até 2012**

Aickm assinou protocolo com supermercados para retirar de circulação até 2012 as sacolinhas descartáveis produzidas de plástico. O acordo, voluntário, os supermercados se comprometem a não usar mais sacolinhas descartáveis de plástico e a não oferecer mais alternativas para o transporte das compras.

O objetivo da medida é reduzir a circulação cerca de 2,5 bilhões de sacolinhas por ano, o que representa uma redução de 75% das sacolinhas descartáveis de plástico produzidas no Brasil.

Na prática, os lojistas deverão incentivar alternativas como o uso de sacolas reutilizáveis, cartões de frete cabem de papelão para o transporte das compras. Se optar pela sacola descartável, o consumidor terá de pagar pelo produto biodegradável, feito de amido de milho, que entra em póssível para vendas nos supermercados por cerca de R\$ 0,50. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Bruno Costa, a medida de propiciar mudança de atitude. "Queremos uma mudança de atitude. Não é verdade a sacola pode ser reutilizada e reciclada. Temos a medida pronta e o consumidor, que tem de pagar por sacola para descartar. "A questão ambiental é um assunto que não pode ser deixado de lado. Queremos que as pessoas tenham consciência de que a sacola descartável de plástico não é uma opção sustentável. Manifestamos esse desejo ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), assinando um protocolo de intenções com a Associação Paulista

Sua família pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

- Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência\*
- Redução de carência\*
- Ampla rede de médicos, hospitais e laboratórios
- Abrangeção nacional\*
- Assistência 24h no Brasil e no exterior\*\*
- Plano odontológico\*\*

Compare as vantagens e venha para a Golden.

Ligue grátis ou consulte seu corretor: 0800 979 2001

www.goldencross.com.br

**Golden Cross**

O importante é ter saúde

\* Conforme condições e termos contratuais. \*\* Consulte condições especiais de contratação.

**Governo quer São Paulo sem sacolinhas até 2012**

Aickm assinou protocolo com supermercados para retirar de circulação até 2012 as sacolinhas descartáveis produzidas de plástico. O acordo, voluntário, os supermercados se comprometem a não usar mais sacolinhas descartáveis de plástico e a não oferecer mais alternativas para o transporte das compras.

O objetivo da medida é reduzir a circulação cerca de 2,5 bilhões de sacolinhas por ano, o que representa uma redução de 75% das sacolinhas descartáveis de plástico produzidas no Brasil.

Na prática, os lojistas deverão incentivar alternativas como o uso de sacolas reutilizáveis, cartões de frete cabem de papelão para o transporte das compras. Se optar pela sacola descartável, o consumidor terá de pagar pelo produto biodegradável, feito de amido de milho, que entra em póssível para vendas nos supermercados por cerca de R\$ 0,50. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Bruno Costa, a medida de propiciar mudança de atitude. "Queremos uma mudança de atitude. Não é verdade a sacola pode ser reutilizada e reciclada. Temos a medida pronta e o consumidor, que tem de pagar por sacola para descartar. "A questão ambiental é um assunto que não pode ser deixado de lado. Queremos que as pessoas tenham consciência de que a sacola descartável de plástico não é uma opção sustentável. Manifestamos esse desejo ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), assinando um protocolo de intenções com a Associação Paulista

Sua família pode ter um plano de saúde que oferece muito mais.

- Atendimento médico-domiciliar de urgência e emergência\*
- Redução de carência\*
- Ampla rede de médicos, hospitais e laboratórios
- Abrangeção nacional\*
- Assistência 24h no Brasil e no exterior\*\*
- Plano odontológico\*\*

Compare as vantagens e venha para a Golden.

Ligue grátis ou consulte seu corretor: 0800 979 2001

www.goldencross.com.br

**Golden Cross**

O importante é ter saúde

\* Conforme condições e termos contratuais. \*\* Consulte condições especiais de contratação.



Encontro 2013 [estadão.com.br](http://estadão.com.br)

ELIZABETH HARGRAVE

foram mostradas pelo governo do EUA a senadores americanos. Alguns deles, que classificaram as imagens como macabras, disseram ser favoráveis à divulgação das imagens feitas antes de o corpo ser jogado ao mar. Segundo os políticos, é possível ver que se trata de terrorista. **INTERNACIONAL** / PÁG. A14

O governo pretende modificar novamente o projeto do Código Florestal que tramita na Câmara. Com isso, a votação do texto, que estava prevista para sexta-feira, ficará com data ainda não

Os 4 mil peões que fizeram a Marcha em Defesa dos Municípios retornaram de mãos abanando. **PÁG. A3**

Faça revisões em seu veículo regularmente.

Encontro 2014 [estadão.com.br](http://estadão.com.br)

divirta-se.estadao.com.br  
O guia agora está disponível na internet

● **Getadeiras não entram**  
Barreiras impostas pelos argentinos têm dificultado a entrada de geladeiras, fogões e máquinas de lavar roupa no país. **ECONOMIA / PÁG. B3**

● A presidente Dilma Rousseff cancelou, ontem à noite, por recomendação médica, a viagem que faria ao Paraguai no domingo. Ela ainda se recupera de uma pneumonia. NACIONAL/PÁG. A3

Os 4 mil perfeitos que fizeram a Marcha em Defesa dos Municípios retornaram de mãos abanando. **PÁG. A3**

Faça revisões em seu veículo regularmente.



# Governo volta a mexer no Código e suspende votação

Ideia é reabilitar texto do relator Aldo Rebelo acordado na noite de anteontem e corrigir as 'pegadinhas' detectadas horas depois

Marta Salomon / BRASILIA

O governo não sabe qual vai retomar as sessões para tentar aprovar o novo Código Florestal, mas já decidiu que a meta é reabilitar o texto. O relator Aldo Rebelo (PsoB-SP) fechou o anteprojeto na noite de 12 de maio. Os líderes políticos com a ajuda do Ministério do Meio Ambiente, mantiveram a versão acordada, mas cortaram as "pegadinhas" de

Ano a tentativa de votação no Código, que chegou a ser agendada para terça-feira, está adiada pela viagem de liderança Clamara à Coreia, na semana vem. E o PMDB, aliado número um do PT e do Planalto, apoiou, por meio do seu líder, o deputado Eduardo Alves (RN), está em obstrução permanente. Isto é, rejeita qualquer votação enquanto não for decidido o fazer com o Código Florestal.

Também desapareceu do texto final a proibição de linhas de crédito a produtores rurais que tivessem desmatado ilegalmente suas propriedades.

embargo dos terrenos.

Ontem, técnicos do governo relem as duas versões pelas quais o suposto acordo passou durante a noite e identificavam as diferenças - às vezes, uma única palavra alterava o sentido do texto. Detalhes não tão pequenos, avalia o governo, que ainda investe num entendimento para a votação como única alternativa a uma iminente derrota imposta pelos ruralistas, com ajuda da base aliada.

**Exigência.** Com a sessão de votação ainda em curso, noite avançada, a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, chegou à entrada do plenário e sentenciou: "Não dá" O texto submetido por Rebelo aos líderes pouco antes manobrava a exigência do atual Código de preservar a vegetação nativa em porção das propriedades às margens de rios e

**Bastidores:** Marta Salomon

## Com apoio de governistas, pr

### liberária agron

**G**anhou o número 183, forma do Código Florestal e o acordo negociado desde o início do ano.

A proposta regularizaria o uso das áreas irregulamente até 22 de julho de 2008, com o mesmo nome e com as mesmas regras das chamadas APPs, e daria aos proprietários três anos para definir program

encostas, permitindo a regularização dos produtores rurais sem danos ao meio ambiente. "Temos de voltar à condição original do acordo. Houve uma quebra de acordo", criticou o líder do PT, Paulo Teixeira (SP), depois de a sessão ser suspensa, na

O relato foi defendido pelo líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). "Participei de toda a negociação, mas não houve, por parte do Aldo, ne-

Rebello também negou ter alterado o texto. "O texto foi finalizado, submetido aos líderes e trazido ao plenário. O relatório já foi apresentado, já é da Câmara, e só pode ser alterado por meio de emendas (com votação no plenário)." Ontem, o relator disse ao **Estado** que votaria às negociações. "Em política, acho que não há nada que não tenha solução."

ção das propriedades decoradas, áreas

## Proposta de negócio

...a proposta de re-  
crescimento que amea-  
çado pelo governo  
no.

de áreas desma-  
julho de 2008, até  
ção Permanentes,  
Estados prazo de  
nas de regulariza-



**Prejuízo.** Rio Paraíba do Sul, entre Queluz e Livrinhas, tem as margens desmatadas

“Estamos assistindo a uma comédia de erros do governo”, comentou o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP). Ontem, o líder arriscou que a Emenda 183 teria votos suficientes para ser aprovada.

"Apresentamos a emenda para fazer o enfrentamento político e começamos a perceber que ganharíamos", disse.

O PSDB entrou como coautor da emenda de

O PSDB entrou como candidato da emenda de plenário, ao lado do DEM, que mudava as regras definidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. "O presidente falou comigo em uma única oportunidade, reconheceu que algumas mudanças precisavam ser feitas e disse confiar no nosso trabalho", afirma o deputado federal Paulo Sérgio (PSDB-SP). A área plantada não pode exceder 50% da área total de reserva legal a ser

É JORNALISTA DE O ESTADO DE S. PAULO

- **Exóticas**  
A recomenda-

A recomposição da reserva legal poderá ser feita com espécies exóticas, como eucaliptos e pinus. A área

rus. A área plantada não pode exceder 50% da área total de reserva legal a ser

recuperada.

É JORNALISTA DE O ESTADO DE S. PAUL

[illegible]

(\*) PLANO BLOCK 2 - Aluguel de 2 DVDs por vez pelo tempo que quiser, é possível realizar até 4 pedidos por mês. Valor normal do plano: R\$34,90.  
Preços e facilidades válidos somente para novos assinantes, na internet. Caso não seja solicitado o cancelamento ao SAC do BLOCKBUSTER Online, no máximo, 5 dias úteis antes do vencimento de sua assinatura, será cobrado o valor normal do plano.

QUE MUDOU

● **Reserva legal**  
O texto acertado pelos líderes previa o benefício de dispensa da recuperação da reserva legal para as pequenas propriedades registradas como tal, com até módulos fiscais, até julho de 2008. O texto levado ao plenário permite o faturamento de médias e grandes propriedades para que elas também sejam beneficiadas pela medida.

● **Pantanal**  
A primeira versão da proposta não autorizava novos desmatamentos no Pantanal mato-grossense. No entanto, o texto final autoriza a exploração do bioma com aval do órgão estadual de meio ambiente.

● **Regularização ambiental**  
Acordo determinava que os produtores rurais teriam um ano para aderir ao programa de regularização ambiental dos imóveis. A versão final incluiu trecho que regularizaria o uso de áreas rurais consideradas de ocupação consolidada por atividades da agricultura e pecuária. Outro dispositivo incluído de última hora permite a compra de terras para compensar a reserva legal, com pressão sobre pequenas propriedades.

● **Manguezais**  
O acordo mantém a proteção de manguezais "em toda sua extensão". O texto levado ao plenário diz que salgados e apíscuns (tipo específico de área litorânea) não são considerados Áreas de Preservação Permanente, abrindo caminho à produção de camarão no Nordeste.

● **Embargo**  
Era previsto embargo de propriedades que desmatassem ilegalmente. A versão para o plenário omite que as instituições financeiras ficam proibidas de emprestar a desmatadores.







ESTADO - BR, A-1 - 25/05/11

ANO 132 Nº 4293 EDIÇÃO DE 23:00 estado.com.br

Quarta-feira 24 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00\*

Idéias. José Rosendo, Nelson Brissac e Nelson Marinho

**Caderno2**  
Arte com trens  
Projeto aproveitará vagões abandonados no bairro da Mooca

**Agrícola**  
Preços melhores  
Quebra da safra de amendoim melhora cotação do produto

## Caso Palocci põe Lula à frente da articulação política

Diante da crise, ex-presidente traça estratégia para defesa do ministro e lidera diálogo com parlamentares

Nasceu da crise envolvendo o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), ex-presidente Lula decidiu articular a defesa política do ministro. Lula chegou a reunir senadores do PT, junto com Dilma, para discutir a situação. O ex-presidente também se reuniu com o senador José Serra (PMDB-AP), coordenador da liderança da direita no Congresso. Segundo esta fonte, Lula disse que a oposição está sendo utilizada para atacar o governo. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo. Lula disse que a oposição está sendo utilizada para atacar o governo. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.

### Plano acusa tucanos de vazamento de dados

■ O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, acusa a Secretaria de Planos da Casa Civil de vazamento de dados. Segundo ele, a secretaria teria vazado informações sobre o plano de sucessão de Lula.

de influência, a situação só piora. Ele reclama que não aguentou de tanto para a montagem do segundo escudo de proteção da família de Lula. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.



De volta. O ex-presidente Lula em encontro com senadores governistas

## À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal. A medida altera a legislação sobre o uso do solo e a preservação ambiental. A reforma do Código Florestal é considerada uma vitória para os setores da construção civil e da agropecuária.

de influência, a situação só piora. Ele reclama que não aguentou de tanto para a montagem do segundo escudo de proteção da família de Lula. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.

ESTADO - BR, A-1 - 25/05/11

ANO 132 Nº 4293 EDIÇÃO DE 23:00 estado.com.br

Quarta-feira 24 DE MAIO DE 2011 R\$ 3,00\*

Idéias. José Rosendo, Nelson Brissac e Nelson Marinho

**Caderno2**  
Arte com trens  
Projeto aproveitará vagões abandonados no bairro da Mooca

**Agrícola**  
Preços melhores  
Quebra da safra de amendoim melhora cotação do produto

## Caso Palocci põe Lula à frente da articulação política

Diante da crise, ex-presidente traça estratégia para defesa do ministro e lidera diálogo com parlamentares

Nasceu da crise envolvendo o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), ex-presidente Lula decidiu articular a defesa política do ministro. Lula chegou a reunir senadores do PT, junto com Dilma, para discutir a situação. O ex-presidente também se reuniu com o senador José Serra (PMDB-AP), coordenador da liderança da direita no Congresso. Segundo esta fonte, Lula disse que a oposição está sendo utilizada para atacar o governo. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.

### Plano acusa tucanos de vazamento de dados

■ O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, acusa a Secretaria de Planos da Casa Civil de vazamento de dados. Segundo ele, a secretaria teria vazado informações sobre o plano de sucessão de Lula.

de influência, a situação só piora. Ele reclama que não aguentou de tanto para a montagem do segundo escudo de proteção da família de Lula. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.



De volta. O ex-presidente Lula em encontro com senadores governistas

## À revelia de Dilma, Código Florestal é aprovado

Contrariando o presidente Dilma Rousseff, deputados aliados e da oposição aprovaram ontem a reforma do Código Florestal. A medida altera a legislação sobre o uso do solo e a preservação ambiental. A reforma do Código Florestal é considerada uma vitória para os setores da construção civil e da agropecuária.

de influência, a situação só piora. Ele reclama que não aguentou de tanto para a montagem do segundo escudo de proteção da família de Lula. O PT, por sua vez, também está sendo utilizado para atacar o governo.

## Pimenta Neves é preso 11 anos depois de assassinato

Após quase 11 anos de crime, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, de 74 anos, cumpra a pena de 11 anos de prisão após ter sido condenado pelo assassinato da jornalista Sandra Landi. Em liberdade graças a recursos judiciais, ele se entregou aos policiais que foram a sua casa ontem à noite, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. "É chegada a hora de cumprir a pena", afirmou o ministro Carlos de Mello. **CRIMES - PÁG. A2**

**ELLEN GRACIE**  
MINISTRA DO SUPLENTO  
"Como justificar que, em um delito cometido em 2000, até hoje não cumpre pena o acusado?"

**CELSONO DE MELLO**  
MINISTRO DO SUPLENTO  
"Realmente se esgotaram todos os meios recursos?"



Mandado cumprido. O jornalista Pimenta Neves é conduzido à prisão por policiais da Divisão de Capturas

## Israel diz que só negocia com palestinos sem o Hamas

Após quase 11 anos de crime, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, de 74 anos, cumpra a pena de 11 anos de prisão após ter sido condenado pelo assassinato da jornalista Sandra Landi. Em liberdade graças a recursos judiciais, ele se entregou aos policiais que foram a sua casa ontem à noite, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. "É chegada a hora de cumprir a pena", afirmou o ministro Carlos de Mello. **CRIMES - PÁG. A2**

**ELLEN GRACIE**  
MINISTRA DO SUPLENTO  
"Como justificar que, em um delito cometido em 2000, até hoje não cumpre pena o acusado?"

**CELSONO DE MELLO**  
MINISTRO DO SUPLENTO  
"Realmente se esgotaram todos os meios recursos?"



Mandado cumprido. O jornalista Pimenta Neves é conduzido à prisão por policiais da Divisão de Capturas

## Israel diz que só negocia com palestinos sem o Hamas

Após quase 11 anos de crime, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, de 74 anos, cumpra a pena de 11 anos de prisão após ter sido condenado pelo assassinato da jornalista Sandra Landi. Em liberdade graças a recursos judiciais, ele se entregou aos policiais que foram a sua casa ontem à noite, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. "É chegada a hora de cumprir a pena", afirmou o ministro Carlos de Mello. **CRIMES - PÁG. A2**

**ELLEN GRACIE**  
MINISTRA DO SUPLENTO  
"Como justificar que, em um delito cometido em 2000, até hoje não cumpre pena o acusado?"

**CELSONO DE MELLO**  
MINISTRO DO SUPLENTO  
"Realmente se esgotaram todos os meios recursos?"



Mandado cumprido. O jornalista Pimenta Neves é conduzido à prisão por policiais da Divisão de Capturas

**DORA KRAMER**  
Mora maquiagem  
Lula praz sempre que surge uma oportunidade envolvendo política, defende-se a reforma política com a criação de redes em mídias.

**CELSONO MING**  
Remédio pior que a doença  
Políticos sempre se perguntam por que não abandonam a cura. Esse remédio tende a matar mais rapidamente do que a própria doença.

**BARRY GOLDMAN**  
A regra interna que o riante  
Quem com portento não, hauri, repetidos por alguma regra interna do sistema político. A que cria o sistema de regras internas?

**Tempo na capital**  
25 Mais, 13 Menos  
O tempo na capital é mais quente e mais seco.

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
As explicações terão de vir  
Quem com portento não, hauri, repetidos por alguma regra interna do sistema político. A que cria o sistema de regras internas?

**LANÇAMENTO 2012**  
O primeiro carro brasileiro com a classe de qualidade mundial da Hyundai.

**DORA KRAMER**  
Mora maquiagem  
Lula praz sempre que surge uma oportunidade envolvendo política, defende-se a reforma política com a criação de redes em mídias.

**CELSONO MING**  
Remédio pior que a doença  
Políticos sempre se perguntam por que não abandonam a cura. Esse remédio tende a matar mais rapidamente do que a própria doença.

**BARRY GOLDMAN**  
A regra interna que o riante  
Quem com portento não, hauri, repetidos por alguma regra interna do sistema político. A que cria o sistema de regras internas?

**Tempo na capital**  
25 Mais, 13 Menos  
O tempo na capital é mais quente e mais seco.

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
As explicações terão de vir  
Quem com portento não, hauri, repetidos por alguma regra interna do sistema político. A que cria o sistema de regras internas?

**LANÇAMENTO 2012**  
O primeiro carro brasileiro com a classe de qualidade mundial da Hyundai.











**Ambiente.** Decreto que determina cobrança de multa aos proprietários que cometeram crimes ambientais passa valer em 11 de junho, mas prazo é considerado insuficiente pelo Senado para discutir e votar o Código Florestal, recém-aprovado pela Câmara

# Senadores pressionam governo para prorrogar moratória a produtor rural

Eugênia Lopes - BRASIL

Para dar mais tempo para o Senado discutir o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff deve prorrogar por mais dois dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em meio à seca.

De acordo com as previsões, o decreto que determina a multa aos proprietários que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho.

O decreto que pune os produtores rurais já foi prorrogado duas vezes. Anulado pelo então presidente Lula, Isidoro da Silva, o decreto prevê multa entre R\$ 20 e R\$ 200 por hectare para os produtores que não inscreveram o imóvel em regularização até 1 de junho.

Se o decreto não for prorrogado, os pequenos agricultores serão considerados "criminosos", observa o senador Laércio (PMDB-SC), que deverá ser o relator do Código Florestal no Senado.

**Tela.** O controle do Código não deve mudar muito no Sena-



**Flagrante.** A ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, com o ministro José Eduardo Cardozo e o governador Sílvio Barboza (MT) na operação em Sinop

do do Cipep, foi agendada uma audiência de oitiva na Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

Em meio à seca, a APB já conseguiu a derrota da Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

Em meio à seca, a APB já conseguiu a derrota da Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

## Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, e José Eduardo Cardozo, da Justiça, participam do início da operação de fiscalização em Sinop.

Quanto dias depois do governo ter anunciado a criação de um gabinete de crise para conter o avanço do desmatamento na Amazônia, a fiscalização do Código Florestal já está em andamento. A ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, e o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, participam do início da operação de fiscalização em Sinop.

**TRÊS PERGUNTAS PARA...**

**Kátia Abreu,** PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA)

- Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?**  
A avaliação é muito positiva. O texto aprovado pela Câmara é muito bom. O texto aprovado pela Câmara é muito bom. O texto aprovado pela Câmara é muito bom.
- As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.
- O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.

**Paulo Adário,** DIRETOR DA CAMPANHA AMAZÔNICA DO GREENPEACE

**1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?**  
A avaliação é muito positiva. O texto aprovado pela Câmara é muito bom. O texto aprovado pela Câmara é muito bom.

**2. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.

**3. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.

**Ambiente.** Decreto do ex-presidente Lula que determina cobrança de multa aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais passa a valer em 11 de junho, mas prazo é considerado insuficiente por senadores para votar reforma do Código Florestal

# Senado quer adiar multa a agricultor e mais tempo para discutir Código

Eugênia Lopes - BRASIL

Para dar mais tempo para o Senado discutir o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff deve prorrogar por mais dois dias o início da vigência das punições para os produtores rurais que não registraram a reserva legal em meio à seca.

De acordo com as previsões, o decreto que determina a multa aos proprietários que cometeram crimes ambientais termina em 11 de junho.

O decreto que pune os produtores rurais já foi prorrogado duas vezes. Anulado pelo então presidente Lula, Isidoro da Silva, o decreto prevê multa entre R\$ 20 e R\$ 200 por hectare para os produtores que não inscreveram o imóvel em regularização até 1 de junho.

Se o decreto não for prorrogado, os pequenos agricultores serão considerados "criminosos", observa o senador Laércio (PMDB-SC), que deverá ser o relator do Código Florestal no Senado.

**Tela.** O controle do Código não deve mudar muito no Sena-



**Flagrante.** A ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, com o ministro José Eduardo Cardozo e o governador Sílvio Barboza (MT) na operação em Sinop

do do Cipep, foi agendada uma audiência de oitiva na Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

Em meio à seca, a APB já conseguiu a derrota da Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

Em meio à seca, a APB já conseguiu a derrota da Câmara, impondo a primeira derrota do governo Dilma. Uma emenda do PMDB apud por parte da ala da oposição conseguiu anular a quem detém a área de preservação. Permanente (APR) já conseguiu a derrota da Câmara, adianta. No entanto, o governo vai tentar incluir emenda para que, nas pequenas propriedades, não se faça a reserva legal em meio à seca.

## Ministros vão a MT e acompanham ação contra desmatamento

Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, e José Eduardo Cardozo, da Justiça, participam do início da operação de fiscalização em Sinop.

Quanto dias depois do governo ter anunciado a criação de um gabinete de crise para conter o avanço do desmatamento na Amazônia, a fiscalização do Código Florestal já está em andamento. A ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, e o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, participam do início da operação de fiscalização em Sinop.

**TRÊS PERGUNTAS PARA...**

**Kátia Abreu,** PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA)

- Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?**  
A avaliação é muito positiva. O texto aprovado pela Câmara é muito bom. O texto aprovado pela Câmara é muito bom.
- As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.
- O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.

**Paulo Adário,** DIRETOR DA CAMPANHA AMAZÔNICA DO GREENPEACE

**1. Qual sua avaliação do texto do Código Florestal aprovado pela Câmara?**  
A avaliação é muito positiva. O texto aprovado pela Câmara é muito bom. O texto aprovado pela Câmara é muito bom.

**2. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. As modificações não podem gerar mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.

**3. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais?**  
Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais. Não. O novo Código pode trazer mais desmatamento e ameaça aos produtores rurais.







ESTADO - BR, A-1 - 09/06/11

Quinta-feira 9 DE JUNHO DE 2011 R\$ 3,00\*

AND 132 - Nº 4268 EDIÇÃO DE 1314

estadio.com.br

# O ESTADO DE S. PAULO

— JULIO ROUSSEFF —  
— JULIO ROUSSEFF —

**Caderno2**  
O palco renasce  
Teatro Municipal  
reabre amanhã,  
após três anos

**Paladar**  
Meca seus paizinhos  
Escolha o hãshi certo e  
treine antes  
de usar

## Supremo mantém Battisti no Brasil e manda soltá-lo

O Supremo Tribunal Federal determinou ontem, por 6 votos a 3, a imediata soltura do ex-ativista italiano Cesare Battisti. Também por 6 a 3, o STF considerou que a decisão do então presidente Lula de negar a extradição de Battisti ao governo italiano foi um ato soberano e não podia ser anulada pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

## Dilma nega imobilismo e diz que escolha de Gleisi foi sua

Presidente tenta mostrar comando, não cita Lula e afirma que foi ela quem definiu a substituta de Palocci



Despedida. Antonio Palocci cumprimenta sua substituta na Casa Civil, a senadora Gleisi Hoffmann, ao lado de Dilma Rousseff

Após três semanas de desgaste, a presidente Dilma Rousseff apresentou a despedida de Antonio Palocci, ministro da Casa Civil, e a substituiu por Gleisi Hoffmann. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

### Irã vai triplicar sua produção de urânio

O Departamento de Energia dos Estados Unidos anunciou ontem que o Irã vai triplicar sua produção de urânio em 2015. O anúncio foi feito pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos.

### Após derrota, governo tenta consenso sobre Código Florestal

Depois de sua maior derrota na Câmara, o Planalto quer conciliar interesses e corrigir a "imperfeição" do Código Florestal que tramita no Senado. Em

Depois de sua maior derrota na Câmara, o Planalto quer conciliar interesses e corrigir a "imperfeição" do Código Florestal que tramita no Senado. Em

### Carteira de habilitação já vem pelo correio

O Departamento de Transportes anunciou ontem que a carteira de habilitação já vem pelo correio. O anúncio foi feito pelo Departamento de Transportes.

### Fiscais da Justiça têm superpassaporte

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça, que fiscalizam abusos no Judiciário, vão ter um superpassaporte para viajar sem burocracia. O anúncio foi feito pelo Conselho Nacional de Justiça.

**JOSÉ SERRA**  
Pior ideologia é a incompetência  
Em época de eleição, nada mais demonstrado do que a ideologia de Serra. Depois, a mesma ideia se torna apócalipse. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**FRANCISCO MAGALHÃES**  
Palocci como sintoma  
Ao não abrir investigação sobre a recente publicação de Palocci, o governador geral diz que ele está acima da lei. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**FERNANDO REINACH**  
Por que o humano trabalha  
Estados recentes mostram que o homem começou a trabalhar para dar vida ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho para conquistar.  
VIDA / PÁG. A20

**Tempo na capital**  
17 Min. de trânsito  
O tempo na capital é de 17 minutos. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
Senhora da situação  
A situação da situação é a situação da situação. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**GOIÁS TEM A 6ª MAIOR MONTADORA DO BRASIL.**

VEJA NA PÁGINA 5.

Faça revisões em seu veículo regularmente.

ESTADO - SP, A-1 - 09/06/11

Quinta-feira 9 DE JUNHO DE 2011 R\$ 3,00\*

AND 132 - Nº 4268 EDIÇÃO DE 1314

estadio.com.br

# O ESTADO DE S. PAULO

— JULIO ROUSSEFF —  
— JULIO ROUSSEFF —

**Caderno2**  
O palco renasce  
Teatro Municipal  
reabre amanhã,  
após três anos

**Paladar**  
Meca seus paizinhos  
Escolha o hãshi certo e  
treine antes  
de usar

## Dilma nega imobilismo e diz que escolha de Gleisi foi sua

O Supremo Tribunal Federal determinou ontem, por 6 votos a 3, a imediata soltura do ex-ativista italiano Cesare Battisti. Também por 6 a 3, o STF considerou que a decisão do então presidente Lula de negar a extradição de Battisti ao governo italiano foi um ato soberano e não podia ser anulada pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

## Supremo mantém Battisti no Brasil e manda soltá-lo

Para STF, decisão de Lula de negar extradição do ex-ativista foi soberana e não cabia à Justiça modificá-la



Despedida. Antonio Palocci cumprimenta sua substituta, Gleisi Hoffmann

Após três semanas de desgaste, a presidente Dilma Rousseff apresentou a despedida de Antonio Palocci, ministro da Casa Civil, e a substituiu por Gleisi Hoffmann. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

Em um ato essencialmente político, o então presidente Lula, em março de 2007, decidiu não extraditar Battisti ao governo italiano. O ato foi considerado soberano e não podia ser anulado pelo réu.

### Conselho vota por cassar Jaquele

O Conselho de Ética do Congresso aprovou ontem a cassação de Jaquele, a esposa de Jaquele, por ter se envolvido em um caso de corrupção. O anúncio foi feito pelo Conselho de Ética do Congresso.

### Esportes Vasco é campeão

O Vasco venceu a Copa do Brasil de futebol ontem, derrotando o Corinthians por 2 a 1. O anúncio foi feito pelo Vasco da Gama.

### Governo negocia Código Florestal

O Departamento de Energia dos Estados Unidos anunciou ontem que o Irã vai triplicar sua produção de urânio em 2015. O anúncio foi feito pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos.

### Carteira de habilitação já vem pelo correio

O Departamento de Transportes anunciou ontem que a carteira de habilitação já vem pelo correio. O anúncio foi feito pelo Departamento de Transportes.

### Fiscais da Justiça têm superpassaporte

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça, que fiscalizam abusos no Judiciário, vão ter um superpassaporte para viajar sem burocracia. O anúncio foi feito pelo Conselho Nacional de Justiça.

**JOSÉ SERRA**  
Pior ideologia é a incompetência  
Em época de eleição, nada mais demonstrado do que a ideologia de Serra. Depois, a mesma ideia se torna apócalipse. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**FRANCISCO MAGALHÃES**  
Palocci como sintoma  
Ao não abrir investigação sobre a recente publicação de Palocci, o governador geral diz que ele está acima da lei. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**FERNANDO REINACH**  
Por que o humano trabalha  
Estados recentes mostram que o homem começou a trabalhar para dar vida ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho para conquistar.  
VIDA / PÁG. A20

**Tempo na capital**  
17 Min. de trânsito  
O tempo na capital é de 17 minutos. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
Senhora da situação  
A situação da situação é a situação da situação. Isso é a incompetência do PT.  
ESPACIO ABERTO / PÁG. A2

**GOIÁS TEM A 6ª MAIOR MONTADORA DO BRASIL.**

VEJA NA PÁGINA 5.

Faça revisões em seu veículo regularmente.







ESTADO - BR, A-1 - 11/10/11 A1 -

**O ESTADO DE S. PAULO**

Terça-feira 11 DE OUTUBRO DE 2011 R\$ 2,00\* ANO 132 Nº 4302 EDIÇÃO DE 21450 estado.com.br

**Cartapena**  
Governador Arnoni  
da cidade de  
que é cenário  
de novela.  
PÁG. 108

**Viagem**  
NY do seu bolso  
Sua casa como  
cidade, sem gastos  
desnecessários.  
PÁG. 110

**Caderno2**  
Um por todos  
Versão de *Os Três*  
Mosqueteiros em  
3D estreia amanhã.  
PÁG. 112

**Investimentos caem e Dilma**  
**agora planeja gastar R\$ 14 bi**

Queda é de 10% desde a posse; para não limitar imagem à 'faxina', presidente quer ações de impacto

O governo da Dilma Rousseff teve queda de 10% na base em dados do Tesouro, o Estado comprou os seguintes títulos de juro e a setembro deste ano com igual período de 2010. O resultado é uma redução de R\$ 2,2 bilhões nos investimentos. Agora, no sentido oposto, Dilma planeja lançar programas com investimentos que somam ao menos R\$ 14 bilhões até o fim do mandato, em 2014. Para superar a imagem de que sua gestão se limita a "faxina" de ministérios.

— chamada por ela de "reestruturação da equipe" —, a ordem é divulgar ações de impacto com duas semanas. Os programas envolvem iniciativas para pessoas com deficiência e proteção de crianças, além de combater a dengue e reforma de prédios. **NACIONAL / PÁG. 44**

**RS 9,8 bilhões**  
É a previsão de gastos em programa para pessoas com deficiência

**Governo da China socorre os 4 maiores bancos do país**

O governo da China anunciou que injetou capital — num montante não revelado — nos quatro maiores bancos do país. Esses empréstimos volumosos, recorde nos últimos dois anos e agora enfrentam riscos de aumento das condições de crédito em suas balanças. A União Europeia prepara uma "missão de ajuda" para enfrentar a turbulência, a que fez as bolsas subirem. **ECONOMIA / PÁG. 48, 51 e 52**

**Justiça manda fechar prédios ao lado do Center Norte**

Após a briga entre a Prefeitura e o Center Norte, agora é o conjunto habitacional Chiggeira da Avenida Zaki Narchi, na zona norte de São Paulo, a 1 km do shopping, que tem de ser interditado por risco de explosão. O Tribunal de Justiça ordena a fechamento do Ministério Público Estadual para a retarda inclinação de todos os 3,500 moradores dos 11 blocos de residências. A Prefeitura já recorre. **ENFERMIA / PÁG. 43 e 45**

**Um Nobel para a economia na vida real**

● O Nobel de Economia de 2011 foi para os americanos Thomas Sargent e Christopher Sims. Eles contribuíram para a compreensão das relações de causa e efeito entre decisões de política econômica e mudanças efetivas na economia. **PÁG. 44**

**Opositores sírios desconfiam uns dos outros**

Os opositores ao governo de Bashar Assad passaram a temer por suas famílias e seus destinos, sob o comando especial a Damasco. **GUERRA / PÁG. 46**

**Avião fretado 'resgata' jogadores da seleção**

ESPORTE / PÁG. 47

**Fraude no AP contabiliza sobrepreço de até 2.760%**

NACIONAL / PÁG. 48

**Criticado, iPhone 4S tem 1 milhão de encomendas**

ECONOMIA / PÁG. 49

**Lei pode tirar poder estadual sobre ambiente**

Reforço da nova versão do Código Florestal, o senador Luis Henrique (PMDB-SC) defende que os Estados tenham de seguir normas da União e não de seguir normas locais. **AMBIENTE / PÁG. 49**

**Final feliz BILHETE SALVA SEQUESTRADA**

Sequestrada havia oito dias em São Paulo, uma estudante de 30 anos escreveu um bilhete numa folha de papel higiênico e o entregou pela janela. "Salve minha vida", pediu. Uma mulher levou a mensagem à polícia, que a libertou. **CRIMES / PÁG. 50**

**Tempo na capital**

25° Máx. 18° Mín. Parado de chuva. Vento: 10 km/h. 100% de umidade. **CLIMA / PÁG. 51**

**NOTAS E INFORMAÇÕES**

Onde o Itamaraty aceita A digitação brasileira tem sido resultado importante em disponibilidade no CMC. **PÁG. 49**

**JOSÉ PAULO RIBEIRO**  
Riscos em alta frequência  
Forte alta e forte baixa nas cotas de abertura com tal frequência às vezes numa única sessão, que já começam a parecer banais. **ECONOMIA / PÁG. 50**

**NICHOLAS KRISTOF**  
Inimigo interno  
Os líderes israelenses — os comportamentos — como os líderes inimigos do seu país. **VIAGEM / PÁG. 112**

**ARNALDO JABUR**  
A ciência alegre de Jobs  
Steve Jobs não restituiu a ideia de que nós, humanos, é que fazemos a ciência e que ela não aponta necessariamente para um futuro tenebroso. **CADERNO 2 / PÁG. 110**

**A JHSF traz um empreendimento com o charme dos destinos mais desejados do mundo.**

Aguarde. Em breve um novo destino a 30 min de São Paulo.

**JHSF**  
www.jhsf.com.br  
011 4794 4141



# Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

**Ambiente.** Quando governador de Santa Catarina, o hoje senador Luiz Henrique da Silveira havia reduzido a área de preservação permanente à beira de rios e defendido que cada Estado tivesse suas próprias leis ambientais; como relator, mudou de ideia

## Relator do Código Florestal agora defende que Estados sigam Federação

Marta Salomon / BRASIL

Responsável por consolidar a nova versão da reforma do Código Florestal, o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) desautoriza o próprio Luiz Henrique da Silveira, ex-governador de Santa Catarina, num dos pontos mais polêmicos do debate das regras de proteção de matas ambientais nos municípios rurais.

Em 2009, quando era governador, Luiz Henrique anunciou uma política de lei ambiental que reduzia a apenas 1 metro a área de preservação permanente às margens de rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 50 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Não apenas, então, governador de Santa Catarina sustentou que os Estados deveriam legislar sobre política ambiental independentemente das decisões da lei federal, ditadas pelo Código Florestal, que exige pelo menos 30 metros de proteção de vegetação nativa nas margens dos rios. "Temos de cobrar", argumentou, "que os Estados tenham uma política ambiental independente de nós".

No papel de relator do Código Florestal, Luiz Henrique mudou de ideia.

Antes mesmo de uma decisão do STF, o senador considera válido o argumento que usou em 2009: "Em Santa Catarina, vi ser preciso respeitar pelo menos 30 metros de área de preservação permanente", disse o senador ao Estado.

"Vim para esta federação com o papel de relator da lei ambiental, mas não vou mudar a ideia", pondera o relator do Código Florestal, que agora votou em um texto próximo de um acordo com o Senado em novembro.

A declaração do senador pelo PMDB surpreendeu a procuradoria do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Analucia Hartmann. "Ele disse isso mesmo", reagiu. Embora os municípios do Estado tenham sido orientados a seguir a regra federal, aprovada no Congresso Nacional, o governador segue, principalmente quando se trata de áreas de preservação permanente, a regra de 1 metro de preservação permanente por acordo na Câmara, a procuradoria estadual defende o texto pelo menos 30 metros de ve-



Proteção. Área desmatada para rio de Marabá (PA); relator do Código agora defende 30 m de proteção nas margens

getação nativa nas margens de rios mais estreitos.

As decisões e prazos para a recuperação de áreas de preservação permanente serão definidos por programas de regularização ambiental sob o termo de de-

gestão negociada com o Ministério Público. Luiz Henrique da Silveira, em três comissões do Senado, defendeu a criação de uma comissão de trabalho, com representantes de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente.

O relator tem papel semelhante ao do juiz, deve expressar o pensamento da maioria observada o relator do Código Florestal em três comissões do Senado: Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras

permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte destinada a resolver o problema ambiental, representado por áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente.

# Vida

AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

**Ambiente.** Quando governador de Santa Catarina, o hoje senador Luiz Henrique da Silveira havia reduzido a área de preservação permanente à beira de rios e defendido que cada Estado tivesse suas próprias leis ambientais; como relator, mudou de ideia

## Relator do Código Florestal agora quer tirar poder estadual sobre ambiente

Marta Salomon / BRASIL

Responsável por consolidar a nova versão da reforma do Código Florestal, o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) desautoriza o próprio Luiz Henrique da Silveira, ex-governador de Santa Catarina, num dos pontos mais polêmicos do debate das regras de proteção de matas ambientais nos municípios rurais.

Em 2009, quando era governador, Luiz Henrique anunciou uma política de lei ambiental que reduzia a apenas 1 metro a área de preservação permanente às margens de rios em propriedades com menos de 50 hectares ou 50 mil metros quadrados. A lei foi questionada e está sob o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Não apenas, então, governador de Santa Catarina sustentou que os Estados deveriam legislar sobre política ambiental independentemente das decisões da lei federal, ditadas pelo Código Florestal, que exige pelo menos 30 metros de proteção de vegetação nativa nas margens dos rios. "Temos de cobrar", argumentou, "que os Estados tenham uma política ambiental independente de nós".

No papel de relator do Código Florestal, Luiz Henrique mudou de ideia.

Antes mesmo de uma decisão do STF, o senador considera válido o argumento que usou em 2009: "Em Santa Catarina, vi ser preciso respeitar pelo menos 30 metros de área de preservação permanente", disse o senador ao Estado.

"Vim para esta federação com o papel de relator da lei ambiental, mas não vou mudar a ideia", pondera o relator do Código Florestal, que agora votou em um texto próximo de um acordo com o Senado em novembro.

A declaração do senador pelo PMDB surpreendeu a procuradoria do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Analucia Hartmann. "Ele disse isso mesmo", reagiu. Embora os municípios do Estado tenham sido orientados a seguir a regra federal, aprovada no Congresso Nacional, o governador segue, principalmente quando se trata de áreas de preservação permanente, a regra de 1 metro de preservação permanente por acordo na Câmara, a procuradoria estadual defende o texto pelo menos 30 metros de ve-



Proteção. Encontro das Águas do Rio Tocantins (PA) e Tascallinas, esse com mata protegida nas margens, em Marabá (PA)

getação nativa nas margens de rios mais estreitos.

As decisões e prazos para a recuperação de áreas de preservação permanente serão definidos por programas de regularização ambiental sob o termo de de-

gestão negociada com o Ministério Público. Luiz Henrique da Silveira, em três comissões do Senado, defendeu a criação de uma comissão de trabalho, com representantes de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente.

O relator tem papel semelhante ao do juiz, deve expressar o pensamento da maioria observada o relator do Código Florestal em três comissões do Senado: Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras

permanentes de proteção do meio ambiente e outra parte destinada a resolver o problema ambiental, representado por áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente.

### II Brazil Infrastructure Investments Forum

Dura Jarque - 28/October/2011 - Hudson Hotel

Venha participar do II Brazil Infrastructure Investments Forum, a ser realizado em Nova Iorque pela Brazilian-American Chamber of Commerce.

O evento promoverá o encontro de autoridades, juristas e investidores brasileiros e norte-americanos para debater oportunidades de investimento no Brasil no setor de infraestrutura. Dividido em três painéis e uma conferência de encerramento, o seminário busca aprofundar o conhecimento dos participantes acerca do ambiente jurídico e regulatório brasileiro.

**Programa**

- 19h30 - Abertura e Boas-vindas
- 20h00 - Painel 1: Oportunidades de Investimento no Brasil
- 20h30 - Painel 2: Desafios de Investimento no Brasil
- 21h00 - Painel 3: Oportunidades de Investimento no Brasil
- 21h30 - Conferência de Encerramento

**Patrocinadores**

Para mais informações contate a Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc. Tel: +1 212 751-4891 Email: info@brazilforum.com Website: www.brazilforum.com

### Governo resiste a pagar pela recuperação de área desmatada

Senadores defendem vantagens fiscais a quem regularizar área desmatada e cobram flexibilidade do governo

BRASIL

A negociação da reforma do Código Florestal encontra-se em um obstáculo: a resistência do governo em estimular financeiramente a recuperação de áreas desmatadas por meio de incentivos fiscais. O relator do Código Florestal, o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), defende a criação de uma comissão de trabalho, com representantes de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente, de áreas de preservação permanente.

O relator tem papel semelhante ao do juiz, deve expressar o pensamento da maioria observada o relator do Código Florestal em três comissões do Senado: Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Ele adianta que no texto terá uma parte para cuidar das regras

### II Brazil Infrastructure Investments Forum

Dura Jarque - 28/October/2011 - Hudson Hotel

Venha participar do II Brazil Infrastructure Investments Forum, a ser realizado em Nova Iorque pela Brazilian-American Chamber of Commerce.

O evento promoverá o encontro de autoridades, juristas e investidores brasileiros e norte-americanos para debater oportunidades de investimento no Brasil no setor de infraestrutura. Dividido em três painéis e uma conferência de encerramento, o seminário busca aprofundar o conhecimento dos participantes acerca do ambiente jurídico e regulatório brasileiro.

**Programa**

- 19h30 - Abertura e Boas-vindas
- 20h00 - Painel 1: Oportunidades de Investimento no Brasil
- 20h30 - Painel 2: Desafios de Investimento no Brasil
- 21h00 - Painel 3: Oportunidades de Investimento no Brasil
- 21h30 - Conferência de Encerramento

**Patrocinadores**

Para mais informações contate a Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc. Tel: +1 212 751-4891 Email: info@brazilforum.com Website: www.brazilforum.com

### Porto na Bahia causará danos ambientais

Diogo D'Amico / SALVADOR

O Porto de Itaipava, na Bahia, causará danos ambientais, segundo o relatório de impacto ambiental divulgado pela empresa responsável pelo projeto. O relatório aponta que o projeto causará impactos negativos no meio ambiente, especialmente no que diz respeito à qualidade da água e ao meio físico.

O relatório também aponta que o projeto causará impactos negativos no meio social e econômico, especialmente no que diz respeito à perda de terras e à alteração da paisagem.

O relatório foi elaborado por uma equipe de especialistas em impacto ambiental e foi submetido ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) para análise e aprovação.

### SEXO traz felicidade! Seja mais feliz! Problemas de Bexiga, Especulação Rápida?

4005-1115 ProMen

Para mais informações contate a Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc. Tel: +1 212 751-4891 Email: info@brazilforum.com Website: www.brazilforum.com

### SEXO traz felicidade! Seja mais feliz! Problemas de Bexiga, Especulação Rápida?

4005-1115 ProMen

Para mais informações contate a Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc. Tel: +1 212 751-4891 Email: info@brazilforum.com Website: www.brazilforum.com











# O ESTADO DE S. PAULO

9 DE MARÇO DE 2012  R\$ 3,00 ANO 133 Nº 43242 EDIÇÃO DE 0H15 [estadão.com.br](http://estadão.com.br)

**Caderno2**  
**Amor.** Madonna retrata a relação de Edward VIII e Wallis Simpson no filme *W.E.*

**Divirta-se**  
Programa grátis  
O melhor do Festival  
Ibero-Americano  
de Teatro

**Caderno2**  
**Amor.** Madonna retrata a relação de Edward VIII e Wallis Simpson no filme *W.E.*

# Dilma pede ajuda a Temer para pacificar base aliada

Governo admite 'momento tenso', e presidente fala em retomar diálogo após derrota política no Senado

Desafiada pela base aliada, a presidente Dilma Rousseff pedirá socorro ao ex-ministro Michel Temer, sob o qual foi elaborada política social na vice-presidência. O Senado rejeitou sua indicação para o Ministério de Transportes e Infraestrutura. Temer, então, ofereceu ao Plano de Cargos e Carreiras um pedágio de ajuste para retomar o acordo com o Congresso e pacificar a base contrariada. Dilma fez questão de registrar o compromisso com Temer, mas o Congresso não se enverou nos esforços de reduzir publico de que o objetivo do governo é conservar. O plano de cargos e carreiras, porém, mesmo mantido, é colateral à vitória do Código Florestal, que entrava

**Análise**  
**Dora Krieger**

**Não é força, é jeito**

Por natureza, incompetência, falta de vocação, Dilma diluiu os papéis nos seus enfrentamentos, situação típica dos conselheiros. **NACIONAL/PÁG. 44**

prevista para a semana que vem, não acontecerá mais em março. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Roberto de Oliveira, afirmou que o governo vive um "momento tenso" com a base aliada. **NACIONAL/PÁG. 44**

**Guga no Hall da Fama**

Tricampeio de Roland Garros, Gustavo Kuerten foi incluído no Hall da Fama do tênis, nos EUA, onde foi batizada Maria Esther Bueno.

ESPORTES / PÁG. 64

A photograph showing Gustavo Kuerten on the left, smiling, wearing a white polo shirt, and Maria Esther Bueno on the right, looking up at him, wearing a dark jacket with a red collar. In the background, a large trophy is visible, and text on the wall includes "MUSEUM", "tictes", and "HALL OF FAME".

O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, pediu licença do cargo ontem. Segundo dirigentes de federações, Teixeira alega motivos de saúde. Para substituí-lo foi designado José Maria Marin, um dos vices. ESPORTES/PÁG. 11

**ROGER COHEN**  
**Paris-sobre-o-Tâmisa**  
A mistura de sujeira e inovação de Londres atrai franceses cansados de Paris, uma capital perfeita demais e sem energia.

**CELSONO MING**  
**Faltou explicação**  
Se a ата do Copom não der explicações, entendendo-se que a relação entre BC e o resto do Brasil terá se tornado brincadeira de esconde-esconde.

**VIOLA GLOBAL / PÁG. A14**

**ECONOMIA / PÁG. B2**

# Dilma pede ajuda a Temer para pacificar base aliada

Governo admite 'momento tenso', e presidente fala em retomar diálogo após derrota política no Senado



UMA FOTOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF, PRESIDENTE DO BRASIL, EM UM BALCÃO DE JANELA, FAZENDO UM SAUÍPE. A JANELA TEM BLINDADO E A PAREDE É DE CIMENTO. A FOTO É DE UM JORNAL.

Trânsito

© GUSTAVO MACHADO/REUTERS

Defesa pelo bem, aliada a presidente Dilma Rousseff pelo socorro aos pobres, Michel Temer, após impiedosa derrota política sofrida na votação, quando o Senado rejeitou sua indicação para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), decidiu abandonar o Palácio do Planalto e se transferir para Teresopolis. Temer foi chamado logo após o anúncio de sua derrota de apresentar um pedido de guarda pré-tormenta e logo depois ao Congresso para explicar a posição de governo. Dilma foi retida no Palácio do Planalto e compromissos com Temer se ajeitam para a semana que vem, quando ela se alinha a um resumo público de que o objetivo do governo é conservar. No curto prazo, a rejeição terá pouco impacto em um fôlego coletivo na atmosfera do Código Eleitoral, que entrará

**Andréia**  
**Dora Korman**  
**Não é força, é jeito**  
Perseveramente, inabalavelmente, fidelidade aos valores. Dilma defendeu a preservação e a fidelidade à tradição, defendeu pelo bem coletivo. **MACIEL, FALTA 44**

prevista para a semana que vem, que não acontecerá mais em março. O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, também, que o governo vive um "momento de transição" com a base aliada. **MACIEL, FALTA 44**

O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, pediu licença do cargo ontem. Segundo dirigentes de federações, Teixeira alegou motivos de saúde. Para substituí-lo foi designado José Maria Marin, um dos vice-**SPORTES / PÁG. E3**

**ROGER COHEN**  
**Paris sobre o Tâmia**  
 A mistura de sujeira e inovação de Londres atrai franceses cansados de Paris, uma capital perfeita decorada com energia, mas sem energia.  
**CELIO MING**  
**Fatizo explicação**  
 Se a taxa do Copom não der explicações, entenda-se que a relação entre BC e o resto do Brasil terá se tornando de encande-escendo.  
**TUTTY VASQUES**  
**A bola agradece!**  
 O chute no taserou das manchetes envergonhado depois do que Messi e Neymar fizeram com a bola nos pés na última quarta-feira.  
**DAQUENTE e emodiado**  
 O dia é mais quente

 HYUNDAI THE TRANSITION  
HYUNDAI THE POSSIBILITIES

**A HYUNDAI NÃO TEVE AUMENTO DE IPI  
PORQUE TEM FÁBRICA NO BRASIL.**

 Faça revisões em seu veículo regularmente.



# Nacional

**Coalizão.** Presidente é obrigada a reconhecer que depende de bom relacionamento com o maior partido aliado e chama vice ao Planalto para refazer pontes; membros do governo admitem 'momento de tensão' e parlamentares da base criticam equívocos da articulação política

## Dilma recorre a Temer para pacificar base e retomar diálogo com o PMDB

**Christiane Sumarro**  
**Rafael Neves Thiera**  
**Ylma Munhoz** / BRASIL

Desafiada pela base aliada, a presidente Dilma Rousseff pediu o apoio de seu vice, Michel Temer (PMDB), sob o impacto da derrota política pessoal sofrida na votação, quando o senador rejeitou sua indicação para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Temer fez isso muito logo após o Palácio do Planalto e pediu ao presidente um pedido de ajuda para retomar o diálogo com o Congresso e especificar a base contrária, especialmente o PMDB.

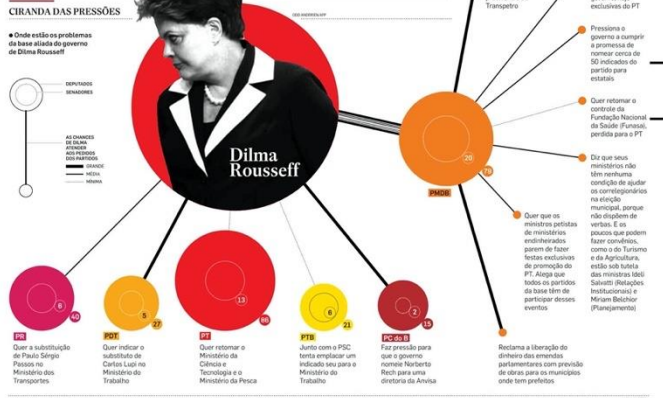
No curto prazo, a rejeição aos petroleiros mais um fator colateral à votação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que estava prevista para ser realizada na semana que vem, em Brasília, e não ocorreu mais no âmbito de cargo. O governo está convencido de que, se a votação

for realizada na semana que vem, o nome indicado pelo Planalto será derrotado.

A derrota da indicação foi resultado de uma combinação de fatores: o apoio de alguns membros da base aliada, o voto de alguns membros da oposição e o voto de alguns membros da base aliada. "Votos de alguns membros da base aliada", disse o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitindo que o Palácio do Planalto não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação.

"Votos de alguns membros da base aliada", disse o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitindo que o Palácio do Planalto não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação.

"Votos de alguns membros da base aliada", disse o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitindo que o Palácio do Planalto não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação.



## 'Todo mundo ficou à míngua', reclama líder peemedebista

**Henrique Eduardo Alves**  
**José Domingos** / BRASIL

Arrebolado pelo PMDB contra o vice, Michel Temer, e pressionado por aliados, o senador Henrique Eduardo Alves (PMDB) pediu ao presidente Dilma Rousseff que indicasse o substituto de Carlos Lupi no Ministério do Trabalho. Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

do PMDB. Diante da situação, o ministro de Relações Institucionais, Ideli Salvati (PT), viu a necessidade de uma mudança de rumo de derrota, por conta da insatisfação da base, mas não soube indicar o caminho certo. Um dos seus aliados, o senador Paulo Sérgio Passos (PMDB), disse que a situação era "muito ruim" e que a base estava "muito desanimada".

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Alves, líder do PMDB no Senado, disse que o governo não conseguiu a maioria necessária para aprovar a indicação de Carlos Lupi para o cargo de chefe da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).







# Nacional

Supremo. **Ministro Agnes Britto é eleito presidente do STF.** Joaquim Barbosa é vice

**Contra-ataque.** Senadores da sigla, insatisfeitos com a indefinição no Ministério dos Transportes e com a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciam fim do compromisso com o governo, que decide adiar votações decisivas

## Um dia após concluir troca de líderes, Dilma perde bancada do PR no Senado

Christiane Romero  
Julia Domingos / AULASIA

Menos de 24 horas depois de inflamar a base aliada com a troca dos líderes do governo no Senado e na Câmara, a presidente Dilma Rousseff perdeu os votos dos sete senadores da bancada do PR no Senado, um prejuízo equivalente a quase 10% dos senadores, que em tempos de crise e instabilidade com o governo podem ser decisivos em qualquer votação de interesse do Planalto no Congresso.

Ministra, não temos uma decisão que vos comunique agora. Não, do Senado, não queremos mais negociar com o governo. Nossa posição é não mais apoiar nem acompanhar o governo no dia a dia", disse por telefone o líder da bancada no Senado, Ideli Salvatti (Relações Institucionais, untem, precisamente ao rhuo, "Estamos não nos mais conversando. Cancela-se as reuniões".

Além de Magalhães, outros senadores do parlamento durante os últimos meses de governo de Dilma Rousseff. Duas horas depois de se reunir com os presidentes da Câmara e do Senado para discutir a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), senado e Câmara se reuniram para discutir a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM).



**Crítica.** Dilma ao lado do vice Michel Temer (PMDB), na solenidade de posse de Pepe Vargas: mudança feita pela presidente foi mal recebida por muitos aliados

### OMODO DILMA DE GOVERNAR

#### Líderes

**Decisão de Romero Jucá (PMDB-RR) e Claudio Vazquez (PT-SP) de liderança do governo no Senado. Eduardo Braga (PMDB-AM) sentiu a perda do apoio de alguns senadores do governo.**

#### PR

Marcos em reunião com Paulo Sérgio Passos, que viria a assumir o Ministério dos Transportes, antes mesmo de afastar o então titular Alfredo Nascimento.

#### PMDB, PC do B, PDT e PP

Além de Romero Jucá (PMDB-RR) e Claudio Vazquez (PT-SP), outros senadores do governo no Senado. Eduardo Braga (PMDB-AM) sentiu a perda do apoio de alguns senadores do governo.

#### Fernando Pimentel

Defendeu seu antigo amigo, que acabou ter seu mandato de senador cassado por uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Código Florestal

Entrou em discussão nas negociações, quando compromissos já tinham sido fechados pelos líderes.

#### Comissão da Verdade

Sancionou a lei em 2011, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

# Nacional

Supremo. **Ministro Agnes Britto é eleito presidente do STF.** Joaquim Barbosa é vice

**Contra-ataque.** Senadores da sigla, insatisfeitos com a indefinição no Ministério dos Transportes e com a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciam fim do compromisso com o governo, que decide adiar votações decisivas

## Um dia após concluir troca de líderes, Dilma perde bancada do PR no Senado

Christiane Romero  
Julia Domingos / AULASIA

Menos de 24 horas depois de inflamar a base aliada com a troca dos líderes do governo no Senado e na Câmara, a presidente Dilma Rousseff perdeu os votos dos sete senadores da bancada do PR no Senado, um prejuízo equivalente a quase 10% dos senadores, que em tempos de crise e instabilidade com o governo podem ser decisivos em qualquer votação de interesse do Planalto no Congresso.

Ministra, não temos uma decisão que vos comunique agora. Não, do Senado, não queremos mais negociar com o governo. Nossa posição é não mais apoiar nem acompanhar o governo no dia a dia", disse por telefone o líder da bancada no Senado, Ideli Salvatti (Relações Institucionais, untem, precisamente ao rhuo, "Estamos não nos mais conversando. Cancela-se as reuniões".

Além de Magalhães, outros senadores do parlamento durante os últimos meses de governo de Dilma Rousseff. Duas horas depois de se reunir com os presidentes da Câmara e do Senado para discutir a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM), senado e Câmara se reuniram para discutir a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga (PMDB-AM).



**Crítica.** Dilma ao lado do vice Michel Temer (PMDB), na solenidade de posse de Pepe Vargas: mudança feita pela presidente foi mal recebida por muitos aliados

### Com nota, PDT tenta esfriar clima no Senado

Em reunião com os senadores da bancada do PR no Senado, o presidente da Câmara, Eduardo Braga (PMDB-AM), tentou esfriar o clima no Senado. O presidente da Câmara, Eduardo Braga (PMDB-AM), tentou esfriar o clima no Senado.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

casamento do presidente da República e de se reunir com o Congresso. Alguns dizem que ela não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política. Para um líder da bancada, a senadora não sabe lidar com a política.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Fachismo

Não terminou a facina que começou em julho de ano passado, depois de uma sucessão de escândalos em seu ministério.

#### Reformas políticas

Esquiva-se de participar de debates. Preve-se reuniões.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

## Ideli articulou mudanças e convenceu presidente

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra, a quem parlamentares acam de agir com truculência. Terrestre substituiu Vazquez há meses

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

## Ao estreir no cargo, Braga tentou, em vão, evitar a debandada

Senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo

### BRASIL

O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo. O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo

### BRASIL

O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo. O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo

### BRASIL

O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo. O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo

### BRASIL

O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo. O senador do Amazonas, à frente da bancada no Senado, procurou convencer Alfredo Nascimento em busca de um acordo.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

## Ideli articulou mudanças e 'fritou' colega petista

Ministra das Relações Institucionais, temia que a bancada do PT tornasse seu lugar e bastião para derrubar o governo

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra das Relações Institucionais, temia que a bancada do PT tornasse seu lugar e bastião para derrubar o governo

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra das Relações Institucionais, temia que a bancada do PT tornasse seu lugar e bastião para derrubar o governo

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.

Ministra das Relações Institucionais, temia que a bancada do PT tornasse seu lugar e bastião para derrubar o governo

### BRASIL

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) foi uma das instâncias da troca de líderes do governo no Senado e na Câmara.

#### Reforma agrária

Deu origem a uma série de projetos de lei, mas não indicou os membros. Os ministros não podem falar sobre o tema.











ESTADO - BR - 1 - 26/04/12

A1 -

CMK

Quinta-feira

26 DE ABRIL DE 2012 R\$ 2,00

ANO 133. Nº 42200. EDIÇÃO DE 2010

estadio.com.br

**Paladar**  
Invenções do grão  
Das sementinhas  
broam conservas,  
queijo, cerveja...

**Caderno2**  
Joias da França  
Exposição no CCBB  
reunirá 87 obras  
impressionistas

**Cult. Man... or Astro-Man?**  
na Virada Cultural. **PÁG. 66**

**Na estreia em CPIs, Collor faz barulho**

O senador Collor, que há 20 anos foi afastado da Presidência após inquérito parlamentar, integra sua primeira CPI e já tentou convocar o procurador Roberto Gurgel. **NACIONAL / PÁG. 48**

**Novo Código Florestal é aprovado sem anistia**

Após 13 anos tramitando no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou o novo texto do Código Florestal. Foram 21 votos a favor, 14 contrários e duas abstenções. O texto aprova o sistema de outorga de direitos de uso de áreas de preservação ambiental, com o objetivo de garantir a sustentabilidade das atividades produtivas. O novo código também prevê a criação de áreas de preservação ambiental, com o objetivo de garantir a sustentabilidade das atividades produtivas. **NACIONAL / PÁG. 43**

**IZABELLA TEIXEIRA**  
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE  
"Como ter de resolver as questões pendentes na votação?"

**Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira**

Outro executivo ligado à empreiteira também é procurado; dono da empresa teme ser detido

A Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal prenderam ontem Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta, alvo da CPI que investiga o esquema liderado pelo construtor Carlos Cachoeira para desviar dinheiro público. A Justiça autorizou ainda a prisão do diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o diretor da empreiteira em Brasília, Carlos Cachoeira, e o diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o diretor da empreiteira em Brasília, Carlos Cachoeira, e o diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. **NACIONAL / PÁG. 44 e 45**

**Com CPI instalada, PT quer ditar ritmo das investigações**

Na primeira sessão da CPI do Cachoeira, os aliados do governo defenderam que o ritmo das investigações seria ditado pelo PT. O partido também mostrou que não pretende dar espaço para a oposição, ao afirmar que a possibilidade de criação de sub-comissões nas investigações. **NACIONAL / PÁG. 42**

**Inferno espanhol**  
O Real de Cristiano Ronaldo foi eliminado pelo Bayern na Copa da Alemanha. **ESPORTES / PÁG. 68**

**Homicídio cresce 79% na capital**  
O número de homicídios dolosos na capital cresceu 79,2% em março, em relação a março de 2011. O Brasil dozeveis ultrapassou a linha epidêmica de violência. **GRANDE / PÁG. 62**

**Legislativo articula poder sobre Justiça**

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem proposta de emenda constitucional que permite ao Congresso nomear e destituir o presidente do Poder Judiciário. **NACIONAL / PÁG. 42**

**Guia reúne boas ideias para o empreendedor**

**Estadão PME**  
Até chavistas discutem Venezuela sem Chávez  
**INTERNACIONAL / PÁG. 42**

**Tempo na capital**  
25° Máx.  
18° Mín.  
Chuva entre breves  
DESEMPENHO  
DESEMPENHO

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
**A CPI que o Planalto quer**  
O relator convocou a determinação do presidente de declarar o fôto da CPI a oposição. **PÁG. 42**

**IX 35 FLEX 178 CV.**

O SUV QUE JÁ ERA PERFEITO AGORA TEM MOTOR FLEX E GPS ORIGINAL DE FÁBRICA

FAÇA REVOLUÇÃO EM SEU VEÍCULO REGULARMENTE. VEJA DA PÁGINA 5.

GPS ORIGINAL DE FÁBRICA. TELA DE 6,2".

TOUCHSCREEN COM BLUETOOTH E CÂMERA DE RE.

ESTADO - SP - A - 1 - 26/04/12

A1 -

CMK

Quinta-feira

26 DE ABRIL DE 2012 R\$ 2,00

ANO 133. Nº 42200. EDIÇÃO DE 2010

estadio.com.br

**Paladar**  
Invenções do grão  
Das sementinhas  
broam conservas,  
queijo, cerveja...

**Caderno2**  
Joias da França  
Exposição no CCBB  
reunirá 87 obras  
impressionistas

**Cult. Man... or Astro-Man?**  
na Virada Cultural. **PÁG. 66**

**Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira**

Outro executivo ligado à empreiteira também é procurado; dono da empresa teme ser detido

A Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal prenderam ontem Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta, alvo da CPI que investiga o esquema liderado pelo construtor Carlos Cachoeira para desviar dinheiro público. A Justiça autorizou ainda a prisão do diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o diretor da empreiteira em Brasília, Carlos Cachoeira, e o diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. **NACIONAL / PÁG. 44 e 45**

**Com CPI instalada, PT quer ditar ritmo das investigações**

Na primeira sessão da CPI do Cachoeira, os aliados do governo defenderam que o ritmo das investigações seria ditado pelo PT. O partido também mostrou que não pretende dar espaço para a oposição, ao afirmar que a possibilidade de criação de sub-comissões nas investigações. **NACIONAL / PÁG. 42**

**IZABELLA TEIXEIRA**  
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE  
"Como ter de resolver as questões pendentes na votação?"

**Ex-diretor da Delta e mais 3 são presos no caso Cachoeira**

Outro executivo ligado à empreiteira também é procurado; dono da empresa teme ser detido

A Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal prenderam ontem Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta, alvo da CPI que investiga o esquema liderado pelo construtor Carlos Cachoeira para desviar dinheiro público. A Justiça autorizou ainda a prisão do diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. Também foram presos o diretor da empreiteira em Brasília, Carlos Cachoeira, e o diretor da empreiteira em São Paulo, Heráclio Pucci Neto, mas ele não havia sido localizado pela polícia. **NACIONAL / PÁG. 44 e 45**

**Com CPI instalada, PT quer ditar ritmo das investigações**

Na primeira sessão da CPI do Cachoeira, os aliados do governo defenderam que o ritmo das investigações seria ditado pelo PT. O partido também mostrou que não pretende dar espaço para a oposição, ao afirmar que a possibilidade de criação de sub-comissões nas investigações. **NACIONAL / PÁG. 42**

**IZABELLA TEIXEIRA**  
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE  
"Como ter de resolver as questões pendentes na votação?"

**IX 35 FLEX 178 CV.**

O SUV QUE JÁ ERA PERFEITO AGORA TEM MOTOR FLEX E GPS ORIGINAL DE FÁBRICA

FAÇA REVOLUÇÃO EM SEU VEÍCULO REGULARMENTE. VEJA DA PÁGINA 5.

GPS ORIGINAL DE FÁBRICA. TELA DE 6,2".

TOUCHSCREEN COM BLUETOOTH E CÂMERA DE RE.







# O ESTADO DE S. PAULO

SExta-feira, 22 de Junho de 2012

**SABADO**

Diagnóstico: O Estado de S. Paulo é o maior jornal de circulação no Brasil, com mais de 1 milhão de leitores.

**2ª Edição**  
Diagnóstico: O Estado de S. Paulo é o maior jornal de circulação no Brasil, com mais de 1 milhão de leitores.

**Esradinho**  
Sempre altera o tempo de duração da competição.

**Sobôrito**  
Palavra de editor: O Estado de S. Paulo é o maior jornal de circulação no Brasil, com mais de 1 milhão de leitores.

## Governo pode afrouxar contas para ajudar economia

O governo federal pode afrouxar as regras de controle de gastos para ajudar a economia, segundo o projeto de lei aprovado pelo Senado. A medida visa a reduzir a carga tributária e a simplificar a legislação, o que pode gerar um crescimento de 1,5% no PIB em 2012.

## Dilma muda Código por MP e veta anistia a desmatador

Anticorruptos criaram movimento praia do projeto. Causas são encaminhadas para julgamento

A presidente Dilma Rousseff aprovou o projeto de lei que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal. A medida visa a reduzir a carga tributária e a simplificar a legislação, o que pode gerar um crescimento de 1,5% no PIB em 2012.



A cidade do bem-estar

**2º turno no Egito deve ter islâmico ex-premiê**  
O segundo turno das eleições presidenciais no Egito deve ter o ex-primeiro-ministro Mohamed Morsi como um dos candidatos.

**Esportes**  
Duda chega falando alto  
O jogador Duda chegou ao Brasil falando alto, afirmando que não se intimidará com a imprensa.

**Tendência de alta de homicídios em SP se confirma**  
A tendência de alta de homicídios em São Paulo se confirma, segundo dados do Departamento de Polícia.

**Tempo e clima**  
São Paulo: 24°C, 26°C  
Rio de Janeiro: 28°C, 30°C  
Belo Horizonte: 22°C, 24°C

**Notícias**  
Dilma Rousseff aprovou o projeto de lei que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal.

**KITURUSHI ASX**  
MÁE EM VÍDEO QUE PEDIU MAIS, SUBORNOU NA CRIANÇA? PEDIU ALEMANHO

**79.990**

ESTADO - BR - 22 - 26/06/12

**Vida** / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

**PLANETA**

**Pontos.** Os ministros Pepe Vargas (à esq.), Izabella Teixeira e Mendes Ribeiro (em pé), além de Luis Inácio Adams, anunciam os vetos definidos por Dilma

**Ambiente.** Também serão feitas 32 modificações no texto aprovado na Câmara - 14 recuperam o projeto do Senado; versão do governo estabelece faixas proporcionais de recuperação da mata ciliar segundo o tamanho da propriedade e protege os manguezais

## Dilma veta 12 itens do Código Florestal, acaba com anistia e decide editar MP



**ALTERAÇÕES**

**• Votos.** Foi votado o artigo 8º do texto do Código Florestal, que define que parte das propriedades rurais a serem recuperadas deve ser de 10 metros de largura, quando o proprietário for pessoa física, e de 20 metros, quando o for jurídica.

**• Recuperação.** Propriedades de 0 a 4 módulos fiscais, independentemente da largura do rio, terão de recuperar 10% da área.

**• Anistia.** A anistia a desmatadores será revogada.

**• Criação de MP.** A presidente Dilma Rousseff decidiu criar uma Medida Provisória para regulamentar o novo Código Florestal.

**Presidente submeteu artigos do Código a um 'espaçamento'**  
O presidente Dilma Rousseff submeteu 12 artigos do Código Florestal a um 'espaçamento' antes de vetá-los. A medida visa a reduzir a carga tributária e a simplificar a legislação, o que pode gerar um crescimento de 1,5% no PIB em 2012.

## Câmara e Senado têm de aprovar medida provisória

A Câmara e o Senado têm de aprovar uma medida provisória para regulamentar o novo Código Florestal. A medida visa a reduzir a carga tributária e a simplificar a legislação, o que pode gerar um crescimento de 1,5% no PIB em 2012.



**Dilma aparece com o neto**



















# 20 anos depois, Rio volta a discutir futuro do planeta

Conferência que marca duas décadas da Rio-92 aborda a sustentabilidade como prioridade global

Herton Eicher

Vinte anos atrás, representantes de mais de 170 países, incluindo 108 chefes de Estado, reuniram-se no Rio para discutir o futuro do planeta, numa conferência histórica que ficou conhecida como Rio-92. De lá nasceram vários acordos importantes: entre eles, a Convenção sobre Mudanças do Clima, para tratar do problema do aquecimento global, e a Convenção da Diversidade Biológica, pa-



ra promover a conservação da biodiversidade. Vinte anos depois, milhares de governantes, diplomatas, ambientalistas, empresários, cientistas e outros representantes da sociedade civil ao redor do mundo estão mais uma vez a caminho da Cidade Maravilhosa para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 - que ocorre do dia 12 ao 22.

O desafio é essencialmente o mesmo de duas décadas atrás: fazer as paízes entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Promover o chamado desenvolvimento sustentável, "que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades",

segundo a definição oficial, de 1987.

A conscientização global sobre a importância da sustentabilidade aumentou expressivamente desde a Rio-92. Mas os problemas permanecem. A população mundial, que era de 5,4 bilhões em 1992, agora é de 7 bilhões, e a pressão sobre os recursos naturais é cada vez maior.

O momento é crítico, mas a crise econômica e os fracassos diplomáticos dos últimos anos geraram um cenário pouco favorável à discussão de compromissos ambientais, sem os quais o desenvolvimento sustentável se torna insustentável. Se a Rio+20 servir apenas para reafirmar velhos problemas ou para oferecer novas soluções, só as duas semanas de negociação poderão dizer.

## ECONOMIA VERDE

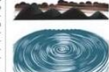


Um dos temas mais importantes da conferência é também um dos mais abstratos, podendo ser definido de diversas maneiras. De forma geral, a ideia é promover o desenvolvimento econômico sem recorrer ao desenvolvimento sustentável, que incorpora em-

terísticas sustentabilidade ambiental e social - e não apenas econômica. Pela definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a economia verde tem características básicas entre pouso eficiente, utilização de recursos naturais de forma eficiente e promoção à inclusão social.

Por exemplo, economias que privilegiem o uso de energia renovável, excludam o uso de combustíveis fósseis tradicionais, em contraste com os modelos atuais, caracterizados pelo uso de combustíveis fósseis, entre outros, de grande impacto ambiental, degradação ambiental e desigualdades sociais.

## ÁGUA



Água é um recurso finito, só 1% dos recursos hídricos da Terra estão disponíveis para consumo humano, na forma de água doce e líquida na superfície. Os outros 99% são de água salgada ou oceânica congelada nos polos. O uso sustentável dos recursos

hídricos, portanto, é essencial à sobrevivência humana. A poluição, o desperdício e o aumento da demanda, impulsionado pelo aumento da população global, da agricultura e da indústria, tornam a água mais escassa e cara de se obter, até mesmo nos países ricos.

Uma situação que só tende a se agravar com as mudanças climáticas. A atividade que mais consome (e desperdiça) água no planeta é a agricultura, seguida pela indústria. Nos países, o problema piora ainda mais com a falta de investimento hídrico e tratamento, que impossibilita o acesso à água potável e mais acessível, gera doenças e agrava as condições de pobreza.

## AGRICULTURA

A produção de alimentos está presente em quase todas as discussões da Rio+20, tanto pelo aspecto de segurança alimentar e combate à pobreza quanto por sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. A população mundial, hoje de 7 bilhões, deverá chegar a 9 bilhões em 2020, aumentando ainda mais a demanda por alimentos - e, consequentemente, pela segurança alimentar para produzi-los, como se produz a segurança alimentar.

O grande desafio é produzir mais alimentos com menos recursos, menos espaço e menos impacto ambiental. Um desafio complexo, envolvendo não apenas a produção, mas também a distribuição e o acesso à comida.



Código Florestal, cuja solução envolve uma série de questões políticas, econômicas e ecológicas. Segundo a organização da ONU para agricultura (FAO), o mundo atingiu um recorde mais de 1 bilhão de pessoas.

## ENERGIA



Hoje mais de 100 países a economia global depende quase exclusivamente dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão mineral) para gerar toda a energia necessária para manter a sociedade moderna. Apesar disso, a energia continua a ser produzida a partir da dependência dos fósseis e, portanto, a maior causa do desenvolvimento sustentável - e da Rio+20. A transição para fontes renováveis, tecnologia e política ambiental, é o desafio da conferência. E de acordo com o relatório de meio para tal.

no consumo boom de desenvolvimento, mas também a acumulação de gases do efeito estufa (principalmente dióxido de carbono, CO<sub>2</sub>) na atmosfera - causa do aquecimento global. Sem falar nas conflitos geopolíticos e nos impactos associados.

Apesar disso, a energia continua a ser produzida a partir da dependência dos fósseis e, portanto, a maior causa do desenvolvimento sustentável - e da Rio+20. A transição para fontes renováveis, tecnologia e política ambiental, é o desafio da conferência. E de acordo com o relatório de meio para tal.

## 10 temas para um planeta sustentável



## POBREZA

É o principal desafio social relacionado ao desenvolvimento sustentável. Pobreza e desigualdade são temas centrais, principalmente nos países em desenvolvimento, onde milhões de pessoas vivem na pobreza. A pobreza é a principal causa da degradação ambiental e do desenvolvimento insustentável. O desenvolvimento sustentável é a única maneira de erradicar a pobreza e garantir a justiça social.



## POVOS TRADICIONAIS

Os povos tradicionais - como os indígenas e ribeirinhos da Amazônia, os povos das montanhas nos Himalayas, os aborígenes da Austrália, os povos do Pacífico - são a principal guardião da biodiversidade e dos recursos naturais em muitos casos, os guardiões da cultura e da identidade.

Contrariamente, porém, esses povos são os que menos têm voz nas decisões sobre o que ocorre em suas terras. E isso vem muitas vezes em condições de abandono, sendo até forçados a abandonar suas terras para migrar para as cidades para sobreviver. O desafio do desenvolvimento sustentável dar voz



## CIDADES

As áreas urbanas são o cenário do desenvolvimento sustentável se tornam mais agudas e evidentes, na forma de poluição, problemas de saúde, trânsito caótico, ilhas de calor, entre outros. Cidades de vida cada vez mais altas e outras problemas típicos das cidades "modernas" - especialmente nos países em desenvolvimento. O Brasil tem exemplos emblemáticos, como o Rio de Janeiro, que passa por um processo de urbanização por São Paulo, os grandes centros de expansão da infraestrutura urbana, principalmente por causa da construção de infraestrutura de transporte, principalmente por causa da construção de infraestrutura de transporte, principalmente por causa da construção de infraestrutura de transporte.



## MUDANÇA CLIMÁTICA



As mudanças climáticas não aparecem com destaque na agenda de negociações da Rio+20, pois que continuam com o mesmo perfil de discussão, que é a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (que deu origem ao Protocolo de

Kyoto e estabelece metas de redução de emissões). Ainda assim, é inevitável que o tema apareça com destaque na conferência, já que suas consequências afetam todos os países em desenvolvimento, em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

Apesar das esforços, as emissões globais de gases do efeito estufa continuam a crescer. As negociações sobre mudança climática são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

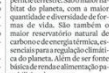
## BIODIVERSIDADE



A destruição das florestas tropicais, como a Amazônia, é o maior problema ambiental do planeta. A perda de biodiversidade é uma ameaça direta à sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade e diversidade de formas de vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com o potencial para regular o clima do planeta. Além de ser fonte de recursos marinhos, os oceanos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

## OCEANOS



Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade e diversidade de formas de vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com o potencial para regular o clima do planeta. Além de ser fonte de recursos marinhos, os oceanos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.



Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade e diversidade de formas de vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com o potencial para regular o clima do planeta. Além de ser fonte de recursos marinhos, os oceanos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade e diversidade de formas de vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com o potencial para regular o clima do planeta. Além de ser fonte de recursos marinhos, os oceanos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

Os oceanos cobrem 70% da superfície terrestre. São o maior habitat do planeta, com a maior quantidade e diversidade de formas de vida. São também o maior reservatório natural de carbono, com o potencial para regular o clima do planeta. Além de ser fonte de recursos marinhos, os oceanos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e social em especial, a produção de alimentos e a segurança de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.







# ESTADO DE S. PAULO

Segunda-feira 27 DE AGOSTO DE 2012 R\$ 3,00

**Caderno2**  
João Emanuel Carneiro  
Para autor de Avenida Brasil, Carminha é má porque quer. Pág. D3

**Link**  
Link eletrônico  
Como você é rastreado por empresas na Internet.

— JULIO MERQUITA —  
— RUY MERQUITA —

AMIGOS: 133 Nº 43413 EDIÇÃO DE 2008 estado.com.br

## Homicídios caem em São Paulo, após 4 meses de alta

Queda registrada em julho na capital, que teve 92 homicídios, foi de 24,5% em relação a junho

O número de homicídios registrados em São Paulo caiu depois de quatro meses de aumento da violência na cidade. Após os assassinatos em julho de 24,5% em relação a junho e de 13% em relação a julho de 2011. Dados que serão divulgados hoje pelo governo do Estado mostram que julho teve 92 crimes de morte, contra os 122 assassinatos de junho, momento de pico na criminalidade. De janeiro a julho, a capital viveu uma onda de violência que somou 878 mortos. Houve redução de assassinatos também no Estado. Aque-

**678** pessoas morreram assassinadas em janeiro a julho na capital

da foi de 7% em relação ao julho anterior. Nos sete primeiros meses de 2012, os homicídios em todo o Estado chegaram a 530, contra os 590 registrados no mesmo período de 2011. A taxa de homicídios, de 10,3 casos por 100 mil habitantes, ainda indica uma epidemia de violência na Grande São Paulo. **CRIMES / PÁG. 21**

## Recurso público banca campanhas

Os cofres públicos ficaram em primeiro lugar entre os financiadores de campanhas no primeiro mês da eleição eleitoral. Pelo menos R\$ 13,6 milhões saíram do Fundo Partidário, formado com recursos da União, para custear despesas de candidatos a prefeito e vereador. **NACIONAL / PÁG. A4**

## STF debate lavagem de dinheiro

O julgamento do mensalão entra hoje na etapa da lavagem sobre dinheiro de verba pública. Ministros do STF tendem a compor a maioria de lavagem de dinheiro. Em entrevista ao The New York Times, o ex-presidente Lula disse não acreditar mais na existência do mensalão. **NACIONAL / PÁG. A8**

## Oposição síria denuncia execução em massa de civis

Pelo menos 200 corpos foram encontrados no fim de semana em Aleppo, a capital de Damasco. Segundo opositores, são corpos vítimas de tropas do regime que tentam livrar a capital de forças rebeldes. Muitas vítimas apresentavam sinais de execução. "Muitas delas estavam desoladas", disse o ativista Ali al-Khatib. O presidente Bashar Assad recusou-se a investigar as mortes e prometeu "analisar a situação e tomar as medidas necessárias". **INTERNACIONAL / PÁG. A1**

## Paulista antecipa faixa de bicicleta

Ciclistas paulistas "no 'meagrona' antes, antecipadamente, a ciclofaixa da Avenida Paulista já está prevista para os próximos dias". **CIDADES / PÁG. C4**



**JOSE ROBERTO DE TOLEDO**  
Transparência eleitoral  
O TSE e sua presidente, Carmen Lúcia, divulgaram promessas de transparência da campanha, com notas, CPF e CNPJ dos doadores. **POLÍTICA / PÁG. A5**

**ANTONIO GREGO**  
Chame o craque  
Dois jogadores, Neymar, do Santos, e Luis Fabiano, do São Paulo, confirmam que quando um time não está rendendo, o craque é chamado. **ESPORTES / PÁG. C2**



**Estilo Usain Bolt.** Luis Fabiano comemora com Lucas o primeiro de seus dois gols na vitória sobre o Corinthians

## São Paulo vence o clássico com show de Luis Fabiano

Luis Fabiano faz dois gols no clássico e São Paulo vence o Corinthians por 2 a 1, de virada, no Pacaembu. Em Belo Horizonte, o Atlético (MG), líder do campeonato, empata com o Cruzeiro em 2 a 2. **ESPORTES / PÁG. C2**



**Bob é tetra no Rio**  
Bob Blumquist (foi), o skatista voador, vence pela quarta vez consecutiva em megarempa. "Acho que posso morrer feliz", disse Bob, no Rio. **PÁG. C7**

## Negócios Cada vez mais globais

Muito mais do que as multinacionais brasileiras aumentaram sua presença global. De 2007 a junho deste ano, as multilaterais aumentaram investimentos em 99 bilhões na compra (total ou parcial) de empresas no exterior — quase o dobro do investimento em duas décadas. **COMÉRCIO / PÁG. B1**

## BB e Caixa colocam R\$ 64 bilhões na economia

Os bancos públicos responderam por 70% do aumento do crédito no segundo trimestre. Obedecendo ordens da presidente Dilma Rousseff, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal injetaram R\$ 64 bilhões na economia. O mercado de crédito começa a melhorar, mas a recuperação só virá no fim do ano. **ECONOMIA / PÁG. B1**

## Governo pode devolver ponto cortado a grevistas

Valor de bolsas de pós-graduação cai 55%  
Número de passageiros de ônibus cai na capital  
Código florestal reduz áreas a serem recuperadas  
**VIDA / PÁG. A10**

**NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES**  
Quando o crime compensa  
Valor a ser devolvido por Luis Fabiano equivale à metade do que foi roubado do TST. **PÁG. A2**

A16 | SEXTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2012

## Vida

/ AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

**Ambiente.** Flexibilização no Código Florestal ainda exige que 38 milhões de hectares sejam restaurados, mas mecanismos de pagamento por áreas onde sobra floresta e restauração em áreas de pecuária inaptas para agricultura podem resolver 78% desse déficit

## Passivo do Código Florestal cai com compensação e pecuária intensiva

### PLANETA

Giovanna Girardi

O novo Código Florestal, aprovado com votos e emendação por medida provisória pela presidente Dilma Rousseff, reduziu em cerca de 12 milhões de hectares o tamanho do passivo ambiental brasileiro — áreas desmatadas ilegalmente que precisam ser recuperadas. Dos novos termos, sobram ainda cerca de 38 milhões de hectares (Mha) pendentes de regularização.

Mas a obrigação, que para os ruralistas é vista como algo que poderia inviabilizar a agricultura no Brasil, poderá não ser tão problemática assim. Um novo estudo mostra que se forem adotadas as medidas para compensar o passivo de reserva legal dentro dos limites da reserva legal, o tamanho da área a ser recuperada cai para cerca de 18 Mha.

Em outras palavras, isso significa que haveria necessidade de perda de produção de alimento para plantar floresta. Se áreas de pastagem pouco produtivas e que não têm aptidão para agricultura fossem intensificadas, pode-se pensar em um espaço de cerca de 15 Mha justa para o reflorestamento. Com as duas iniciativas, seria possível resolver cerca de 78% dos problemas do passivo. Políticos lembram que há um alvo que pode ser usado para diminuir a necessidade de restauração: "o sistema Arnaldo Carneiro Filho, assessor científico da SAE".

Para isso funcionar, porém, é necessário criar um mecanismo financeiro para essa compensação, de modo que um fazendeiro que está desmatando floresta possa pagar para o vizinho que tem além da sua área continuar conservando sua mata "vazia". "Se racionalizarmos o debate, vamos ver que há competição entre ambiente e agricultura", diz. "Esses números mostram que há um mito de que o ônus do código ainda seja grande. Ele já foi muito reduzido e é possível colocar a lei em prática sem impactos para agricultura brasileira hoje e no futuro", diz Soares-Filho.

Segundo o pesquisador, a restauração do restante do passivo em terras usadas pela pecuária e das áreas de agricultura não seria necessária. Mas a intensificação da pecuária e a colheita por hectare para a restauração de cerca de 40 Mha de vegetação e o mesmo tempo expandir áreas agrícolas em 50%, com a intensificação da pecuária de 1 a colheita por hectare para 1,5.

**Margem de risco.** O momento é estratégico porque amanhã votam a ser votados em comissão mista do Congresso os destaques à medida provisória editada por Dilma no final de maio (mais informações neste página).

O governo se articula para que o texto não seja mais flexibilizado. Apesar de Dilma ter vetado as possibilidades mais críticas de ajuste ao denominador, como era do interesse dos ruralistas, ela fez concessões em relação à exceção das APPs às margens de rios, beneficiando os pequenos produtores, mas não os grandes. Essa mudança, de acordo com os cálculos de Soares-Filho, reduziu a obrigatoriedade de recomposição de APPs em todo o Brasil em cerca de 5 Mha. Depois disso, o estudo mostra que cerca de 4 Mha estão em APP. Nesse caso, Soares-Filho estima que os maiores danos sejam ocupados por agricultura.



**Desmatamento.** Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

Desmatamento. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

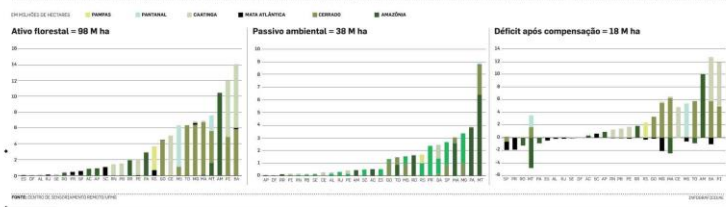
Desmatamento. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

Desmatamento. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

Desmatamento. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

Desmatamento. Pelo menos metade do passivo ambiental no País poderá ser resolvido com a compensação em terras vizinhas onde há floresta nativa sobrando

### SITUAÇÃO AGRÁRIA DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL



## Clinton fala sobre sustentabilidade em Fortaleza e Belém

**Lourenço Braga**  
ESPECIAL PARA O ESTADO  
FORTALEZA  
O ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton desdobrou-se em três visitas em Fortaleza, Natal e Belém (PA). Nos intervalos de algumas horas, ele fará pausas para descansar e para se preparar para a viagem de Clinton ao Ceará. Ela deverá

ser feita por cerca de cinco mil pessoas, entre autoridades políticas, empresariais, professoras e estudantes. A primeira em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade de Fortaleza, Henrique Siqueira, revelou que o programa é necessário nos meses de negociação para a vinda de Clinton.

"Foi o tempo necessário para os preparativos, que envolvem milhares de pessoas, incluindo estudantes. A primeira em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade de Fortaleza, Henrique Siqueira, revelou que o programa é necessário nos meses de negociação para a vinda de Clinton.

"Foi o tempo necessário para os preparativos, que envolvem milhares de pessoas, incluindo estudantes. A primeira em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade de Fortaleza, Henrique Siqueira, revelou que o programa é necessário nos meses de negociação para a vinda de Clinton.

"Foi o tempo necessário para os preparativos, que envolvem milhares de pessoas, incluindo estudantes. A primeira em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade de Fortaleza, Henrique Siqueira, revelou que o programa é necessário nos meses de negociação para a vinda de Clinton.

"Foi o tempo necessário para os preparativos, que envolvem milhares de pessoas, incluindo estudantes. A primeira em Fortaleza inaugura um programa de ensino corporativo da Unifor. O vice-reitor da Universidade de Fortaleza, Henrique Siqueira, revelou que o programa é necessário nos meses de negociação para a vinda de Clinton.

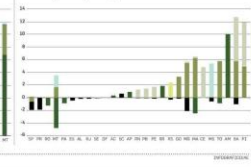
### PARALEMBRAR

#### Proteção a rios foi reduzida

A comissão especial do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal volta a se reunir amanhã para votar os destaques apresentados ao texto do relatório, aprovado em julho. No começo deste mês, quando as 34 propostas começaram a ser votadas, os ruralistas já impuseram uma forte revés. Um acordo permitia que fossem retiradas cerca de 300 emendas, mas foi aprovada uma que protegia somente as margens dos rios perenes. Os

intermentes, que podem chegar à metade dos rios brasileiros, poderiam virar pântanos, rios, estagna. A proposta acabou gerando indignação da base aliada ao governo na comissão, por ir contra um entendimento que havia de não se apresentar nenhuma coisa nova no texto. O acordo, O senador João Henrique (PMDB-SC), relator da MP, já havia estabelecido que não se apresentassem mais decisões anteriormente na Câmara e no Senado. Por isso, a discussão foi suspensa até amanhã. O governo deve usar os números da nova pesquisa para tentar manter a MP.

### Deficit após compensação = 18 M ha



São Paulo - parte da estratégia da fundação é ampliar sua participação na América do Sul. O ex-presidente espera abrir uma representação da Fundação Bill Clinton no País. Ainda hoje, Clinton visita por Belém para o segundo e último compromisso oficial de sua viagem ao Brasil. Ao longo, ele deverá fazer uma palestra conjunta com o governador e a senadora. A perspectiva é que o Instituto Clinton pela Clinton avança assim a tentativa de instalar programas da



## O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 30 DE AGOSTO DE 2012 R\$ 3,00

ANO 133, Nº 4340, EDIÇÃO DE R\$300

estado.com.br

**Paladar**  
Vinho de véspera  
O que sobra na  
garrafa nem sempre  
precisa virar vinagre



**Bob Dylan**, cantor  
divulga vídeo de  
canção de seu  
novo álbum  
Tempest.  
PÁG. 21

**Caderno2**  
História às Margens  
Adriana Vazjão  
revisita carreira com  
mostra no MAM  
PÁG. 23



**Classificados**  
Para anunciar  
no Estádio ligar:  
(11) 3855.2001

# Maioria do Supremo condena João Paulo por corrupção passiva

Peluso, que se aposenta, antecipou penas e diz que petista deve perder mandato



**Veredictos.** Ministros Marco Aurélio (E), Peluso e Lewandowski no STF; todos absolveram Luiz Gushken

O deputado João Paulo Cunha (PT), candidato à prefeitura de Osasco, foi condenado por 8 dos 11 ministros do STF por corrupção passiva e peculato no mensalão. Dois absolveram. Hoje, o presidente Carlos Ayres Britto deu o último voto. O ministro Cesar Figueira, que se aposenta, antecipou as penas e

● **Planalto teme efeito dominó**  
O PT e o governo temem que, com a condenação de João Paulo Cunha, caia a tese do caixa 2 e auxiliadores do ex-presidente Lula, como José Dirceu, sejam condenados. PÁG. 48

## Câmara de SP fará programa de demissões voluntárias

A Câmara de SP vai lançar um plano de demissões voluntárias com objetivo de cortar 12% dos funcionários. Inclui no Legislativo, a solução poderá atingir

25% dos servidores contratados em concurso sem estabilidade. A medida salutar é de R\$ 8 mil. A economia anual pode chegar a R\$ 30 milhões. **ESPACIO ABERTO**, PÁG. 51

**THOMAS L. FRIEDMAN**  
**A guinada errada de Morsi**  
O novo presidente egípcio — candidato do poder em um levante pró-democracia — está emprestando sua legitimidade ao regime iraniano.  
**VIAGEM DIÁRIA**, PÁG. 99

**FERNANDO REINACH**  
**Nascemos vendendo?**  
Segundo estudo, se os filhos não criam ritos ao creder no "falso crítico", o sistema visual deles se desenvolve normalmente.  
**VIDA**, PÁG. 105

**ix35 FLEX**  
COM Câmbio MANUAL  
E TAXA ZERO.

Veja reviews em seu veículo regularmente.

VEJA NA PÁGINA 5.

A22 | QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2012

## Vida

/ AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

O ESTADO DE S. PAULO

Sustentabilidade

Leia: Descubra os sistemas de 2 plantas que orbita ao redor de 2 solos estáveis em brejeira

**Ambiente.** Houve redução da área mínima obrigatória de recuperação de vegetação desmatada ilegalmente às margens de rios; como queria bancada, decisão do quanto será recuperado fica a cargo de cada Estado; emenda que desprotegia rios intermitentes é retirada

# MP do Código Florestal aprovada em comissão mista beneficia ruralistas



Denise Maciel / BRASILIA

A comissão especial do Congresso aprovou ontem a minuta da proposta do Código Florestal, com alterações que beneficiam os médios e grandes proprietários rurais.

Foi reduzida a área mínima obrigatória de recuperação de vegetação às margens de rios desmatada ilegalmente. Cometeriam os ruralistas, a mudança também recai para o Plano de Regularização Ambiental (PRA) de áreas desmatadas.

Segundo deputados da bancada ruralista, a mudança é necessária para garantir a proteção de 2% dos rios brasileiros.

Agora os ruralistas acenam voltar atrás nessa decisão e temem



Apoio de mão. O senador Luiz Henrique (B esq.) cumprimenta o deputado Ronaldo Caiado após acordo para votação

**EPÍLOGO**  
**KENZO JUCA**  
PÁG. 21

que surgem com as fortes chuvas, mas que não fluem como rios durante o ano.

aprovação tranquila no plenário da Câmara, na próxima semana, e no do Senado, na segunda semana de setembro, quando as duas Casas estarão trabalhando durante o recesso branco do período eleitoral. Um atraso nesse calendário compromete a MP, que expira em 6 de outubro.

**'GCM VAI PARA A RUA PRENDER'**

Lider das pesquisas de intenção de voto na corrida pela Prefeitura de SP, Celso Russomanno (PMDB) não quer ser o primeiro a sair da Prefeitura de São Paulo.

**'Quero ser o maior'**  
Usain Bolt diz a Jamil Chade que pretende bater o recorde de mundial de Carl Lewis. **ESPACIO ABERTO**, PÁG. 51

**Tempo na capital**  
23° Máx.  
12° Mín.  
Sol nuvens. Frio moderado.  
Só no fim de semana  
há possibilidade  
de chuva.

**NOTAS E INFORMAÇÕES**  
Uma lei contra os desarmados  
O novo projeto de lei do Senado prevê a criação de uma comissão para investigar a situação dos desarmados. A lei prevê a criação de uma comissão para investigar a situação dos desarmados.

## PAI ADOTIVO GAY GANHA DIREITO A LICENÇA-MATERNIDADE

Deixou abrir INSS a pagar salário e empregador a conceder benefício

**Debra Bergamini**  
BRASILIA

Após dois anos de luta, o pai adotivo de um menino gay conseguiu o reconhecimento de seu direito à licença-maternidade. O caso foi julgado pelo STF, que decidiu a favor do pai adotivo.

lei é específica no dizer que o benefício é somente para mulheres. O pai adotivo não conseguiu o reconhecimento de seu direito à licença-maternidade. O caso foi julgado pelo STF, que decidiu a favor do pai adotivo.



Vitória, Lucimar (dir.), com Rafael e o filho adotivo, João Vitor

de salário e a adotar, em até dez dias, o banco Barilari, empresa onde trabalha Lucimar, que tem de conceder a licença de quatro meses para seu filho adotivo.

O caso está junto há 17 anos e resolveu a situação de adoção de um filho adotivo. O caso está junto há 17 anos e resolveu a situação de adoção de um filho adotivo.

**'Texto está cada vez pior', dizem ambientalistas**

Para ONGs ambientalistas, os ruralistas conseguiram flexibilizar ainda mais as regras de recuperação de margens de rios desmatados que o governo já tinha anunciado com a MP. "A verdade é que sempre pode ficar pior do que está. É perda atrás de perda de proteção. As poucas áreas rurais estão sendo comparadas a áreas de recuperação", afirma Renato Camargo, do Greenpeace.

A chamada "retroatização" da gestão ambiental — agora os Estados devem quanto deve ser recuperado de margens de rios — também foi questionada. Para Kenzo Jucá, do WWF, isso é polêmico porque quebra o princípio de gestão integrada com índios, Estados e municípios. "Assim, um rio que cruza um Estado para outro pode correr o risco de ter as margens de cada lado de tamanhos diferentes", ele.

Mato Grosso, Estados da Amazônia Legal. A mudança reduz a área de recuperação no Cerrado amazônico, que passa a ser beneficiada com regras que limitam em 25% o total do imóvel para recuperação da vegetação, o caso de áreas protegidas. Toda a Amazônia Legal segue as mesmas regras. Com a mudança, apenas áreas de florestas da Amazônia Legal ficam excluídas do limite de 25%.

Para técnicos do Ministério do Meio Ambiente, o "equilíbrio" entre social e ambiental que havia na MP está ameaçado, assim como a segurança jurídica.

**COLABOROU: MAYARA SHIBARI**

tram na fila da adoção. Enquanto isso, com João Vitor ainda na barriga, a mãe biológica dele procurou o Cezar Thuler da clínica pediátrica para avisar que não tinha condições psicológicas de criá-lo. Quando o garoto completou 11 meses, ele entregou a mãe biológica dele.

Lucimar lamenta ter conseguido lutar das remanescentes de Brasília e foi que se tornasse uma mãe biológica dele. Ela lamenta ter conseguido lutar das remanescentes de Brasília e foi que se tornasse uma mãe biológica dele.

para os cerca de 800 mil a mil milhões de participantes que não moram na cidade. Família e instituições devem garantir que cada um se cadastre no site como local de acolhida.

Agenda da Hospedagem, não acontece no Rio quando se trata de grandes eventos, não preocupa P. Orani. "O jovem tem em espírito de peregrinação. Tem o seu sac de dormir nas costas, a sua mochila, três quadros, chuveiro, água para beber. É essa a condição",

**Me agosto**  
**R\$ 577,70**  
O valor do pacote mais caro para os peregrinos católicos, que recordará a alimentação, alojamento e seguro contra acidentes



# O ESTADO DE S. PAULO



## STF começa com empate a julgar formação de quadrilha

Barbosa condena José Dirceu por união para o crime; Lewandowski o absolve e também livra Costa Neto

**Caderno2**  
**Patrimônio**  
Os planos de Jurema Machado, presidente do Iphan, com mais dinheiro

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

**Classificados**  
Para anunciar no Estado ligue: (11) 3855.2001

## Ex-ministra, Erenice atua no bastidor de megacitação

Atuação da Casa Civil por denúncias de lobby e tráfico de influência, ex-ministra Erenice Guerra voltou a atuar de negócios públicas, agora nos bastidores do TCU. Como advogada, ela levantou informações e discutia a situação de processos envolvendo a concessão de licenças interestaduais de ônibus, a ser lançada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), informa Paulo Fabiani. Agência de parte dos ministros da corte confirmam ao menos três encontros. **NACIONAL, PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

**Já fui julgado pelas urnas, diz Lula**  
Em entrevista ao jornal argentino La Nación, o ex-presidente Lula afirmou que já passou por um "juízo de valor" sobre o mensalão com a eleição de Dilma Rousseff. **PÁG. A6**

A22 | SEXTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2012

**Estadão**

/ AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

**Ambiente.** Decreto presidencial com nove vetos ao texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso desagradou adversários, que devem entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo; presidente do Senado, porém, diz que vetos foram corretos

## Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma ao Código

HOJE EM FOCO

Para especialista, alta do desmatamento provoca reação

• O desmatamento recorde na Amazônia no mês de agosto foi decisivo para os vetos de Dilma no opinião da advogada Norma Pádua, do Instituto de Defesa Ambiental pela PUC. "O aumento dos índices deixou clara a necessidade jurídica e teve relação direta com os vetos", diz ela. Vencedora da primeira edição de 2011 na categoria livre-jornalismo com Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro, Norma vê urgência na atualização das leis. "A legislação não tem sido feita de forma eficiente, pois os agentes não têm a apoio de uma legislação forte para combater o desmatamento".

Em agosto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 922 ha de desmatamento na Amazônia Legal, maior índice desde julho de 2003, mesmo ano

um dos vetos. "Se não ocorrer 100% de redução, não será considerada, como avanço, o presidente da República, José Sarney (PMDB-AP), afirmou a necessidade de lutar a favor do meio ambiente. "A legislação não tem sido feita de forma eficiente, pois os agentes não têm a apoio de uma legislação forte para combater o desmatamento".

Para o especialista, a alta do desmatamento provoca reação. "O desmatamento recorde na Amazônia no mês de agosto foi decisivo para os vetos de Dilma no opinião da advogada Norma Pádua, do Instituto de Defesa Ambiental pela PUC. "O aumento dos índices deixou clara a necessidade jurídica e teve relação direta com os vetos", diz ela.

Em agosto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 922 ha de desmatamento na Amazônia Legal, maior índice desde julho de 2003, mesmo ano

um dos vetos. "Se não ocorrer 100% de redução, não será considerada, como avanço, o presidente da República, José Sarney (PMDB-AP), afirmou a necessidade de lutar a favor do meio ambiente. "A legislação não tem sido feita de forma eficiente, pois os agentes não têm a apoio de uma legislação forte para combater o desmatamento".

Para o especialista, a alta do desmatamento provoca reação. "O desmatamento recorde na Amazônia no mês de agosto foi decisivo para os vetos de Dilma no opinião da advogada Norma Pádua, do Instituto de Defesa Ambiental pela PUC. "O aumento dos índices deixou clara a necessidade jurídica e teve relação direta com os vetos", diz ela.

Em agosto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 922 ha de desmatamento na Amazônia Legal, maior índice desde julho de 2003, mesmo ano

um dos vetos. "Se não ocorrer 100% de redução, não será considerada, como avanço, o presidente da República, José Sarney (PMDB-AP), afirmou a necessidade de lutar a favor do meio ambiente. "A legislação não tem sido feita de forma eficiente, pois os agentes não têm a apoio de uma legislação forte para combater o desmatamento".

Para o especialista, a alta do desmatamento provoca reação. "O desmatamento recorde na Amazônia no mês de agosto foi decisivo para os vetos de Dilma no opinião da advogada Norma Pádua, do Instituto de Defesa Ambiental pela PUC. "O aumento dos índices deixou clara a necessidade jurídica e teve relação direta com os vetos", diz ela.

Em agosto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 922 ha de desmatamento na Amazônia Legal, maior índice desde julho de 2003, mesmo ano

um dos vetos. "Se não ocorrer 100% de redução, não será considerada, como avanço, o presidente da República, José Sarney (PMDB-AP), afirmou a necessidade de lutar a favor do meio ambiente. "A legislação não tem sido feita de forma eficiente, pois os agentes não têm a apoio de uma legislação forte para combater o desmatamento".

Para o especialista, a alta do desmatamento provoca reação. "O desmatamento recorde na Amazônia no mês de agosto foi decisivo para os vetos de Dilma no opinião da advogada Norma Pádua, do Instituto de Defesa Ambiental pela PUC. "O aumento dos índices deixou clara a necessidade jurídica e teve relação direta com os vetos", diz ela.

## DECRETO ALTERA PROJETO APROVADO PELO CONGRESSO

• Vetos de Dilma retomam a chamada "escadinha" e reforçam cadastro ambiental

**1 Área de Preservação Permanente (APP)**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• Vetado o plantio ou reflorestamento de áreas degradadas de APPs com espécies nativas. Segundo o governo, a permissão no texto anterior favorecia a monocultura e ameaçava a biodiversidade.  
• Propriedades com 50% de Reserva Legal voltam a ser desqualificadas para recompor APPs. A proposta anterior permitia aos proprietários a recomposição de APPs em áreas de vegetação nativa para atingir o total.  
• Proibida a recomposição com espécies exóticas, perigosas ou de ciclo longo, nativas e exóticas em pequenas propriedades.

**2 Reserva Legal**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• Vetado o plantio ou reflorestamento de áreas degradadas de APPs com espécies nativas. Segundo o governo, a permissão no texto anterior favorecia a monocultura e ameaçava a biodiversidade.  
• Propriedades com 50% de Reserva Legal voltam a ser desqualificadas para recompor APPs. A proposta anterior permitia aos proprietários a recomposição de APPs em áreas de vegetação nativa para atingir o total.  
• Proibida a recomposição com espécies exóticas, perigosas ou de ciclo longo, nativas e exóticas em pequenas propriedades.

**3 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**4 Rios Interflúvios**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**5 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**6 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**7 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**8 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**9 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**10 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**11 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**12 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

**13 Regularização das propriedades rurais**  
Zona de preservação protegida, coberta ou não por vegetação nativa  
**O QUE MUDA**  
• O decreto garante regras mais rígidas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a todos os imóveis rurais do País.  
• O proprietário terá um ano para regularizar sua situação.

O ESTADO DE S. PAULO

estadão.com.br

Leis, decretos e atos assinados por Lula foram da Terra

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis

estadão.com.br/leis



# O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO 10 DE SETEMBRO DE 2018 R\$ 6,00 ANO 137 Nº 4486 EDIÇÃO DE 13460

estadocom.br

**Caderno2**  
**CORRUPÇÃO NA TRAMA DAS NOVE**

Política e poder serão abordados em novela de Maria Adelaide Amaral

**Alô, John Neschling**  
De maestro-herói à investigação em esquema de corrupção no Municipal. **PÁG. 64**

**NADA DE IR EMBORA**

Profissionais da Mais Médicos avisam não querem voltar

**Metrópole** **PÁG. A28**



**Receita cobra R\$ 10 bi de investigados na Operação Lava Jato**

Empreiteiros, políticos e funcionários públicos estão entre os principais alvos

**Mais próximos nas pesquisas, candidatos debatem hoje**

**Siderúrgicas brasileiras tentam barrar fábrica chinesa**

A Receita Federal vai cobrar mais de R\$ 10 bilhões dos investigados na Operação Lava Jato. São empreiteiros, políticos, funcionários públicos e executivos acusados de terem sonegado impostos entre 2010 e 2014. Apanhados nas investigações do esquema de corrupção na Petrobras, também viraram alvo das ações fiscais que estão em andamento, informou Ricardo Brandt e Fábio Sereghini. As primeiras atuações já foram aplicadas e totalizam cerca de R\$ 12 bilhões até o início do ano. Tinha-se previsto que os lançamentos atingiram R\$ 1 bilhão. Mas, em apenas um ano, isso já foi superado", afirma o coordenador geral do setor de investigação da Receita,erson D'Ávila. Segundo ele, "temos pela frente praticamente mais quatro anos de grande trabalho". A Receita tem 73 auditores destacados para a Lava Jato. **POLÍCIA/PÁG. 64**

**Em 2.512 cidades, 36 brancos**  
Elei são dois tempos dos candidatos a prefeito, embora sua presença na composição da população seja de 48%, segundo o Censo 2010. **PÁG. A10**

**US\$ 3,5 bilhões**  
é o investimento inicial do chinês CBSteel na siderúrgica de Marabá. No 2º lote, aporte seria de US\$ 4,5 bilhões



**PARALIMPIÁDA VIRA HIT ENTRE AS CRIANÇAS**

Crianças tiram foto com a campeã paralímpica de judô Eliani Galvão e Evelyn Oliveira, no Parque Olímpico da Barra. Para especialistas, os jogos que se encerram hoje ajudaram na redução do preconceito contra pessoas com deficiência. Entre os mais de 2 milhões de torcedores que acompanharam as disputas, muitos aproveitaram para conscientizar os filhos. **EDIÇÃO DE ESPORTES/PÁG. 24 e 25**



**'SERÁ DIFÍCIL MOREIRA FRANCO FICAR'**

Eduardo Cunha acusa Moreira Franco, do Programa de Proteção de Investimentos, de estar se vendendo. O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, diz que não há nada de irregularidade na fiança milionária de R\$ 2 milhões dada por Moreira Franco. **POLÍCIA/PÁG. A8**



**Dorra Kramer**  
O ataque de Lula fortalece o fragor do governo. A defesa de Lula é o ponto de partida para a defesa de Dorra Kramer. **POLÍCIA/PÁG. A8**



**Mario Vargas Llosa**  
O ataque de Lula fortalece o fragor do governo. A defesa de Lula é o ponto de partida para a defesa de Mario Vargas Llosa. **POLÍCIA/PÁG. A8**



**Helio Guaruiz**  
Está em palcos de teatro e no rádio. Helio Guaruiz é o ponto de partida para a defesa de Helio Guaruiz. **POLÍCIA/PÁG. A8**



**Leandro Karnal**  
O ataque de Lula fortalece o fragor do governo. A defesa de Lula é o ponto de partida para a defesa de Leandro Karnal. **POLÍCIA/PÁG. A8**



**NOVO HYUNDAI SANTA FE**

**7 LUGARES**

ARROJADO NO DESIGN, AVANÇADÍSSIMO EM TECNOLOGIA, IRRESISTÍVEL NO CONFORTO.

**VEJA NA PÁGINA 5.**

**LOJAS DA CAPITAL ABERTAS TODOS OS DOMINGOS ATÉ AS 18 HORAS**



**À VISTA R\$ 199.000**

**OU ENTRADA DE 50% E SALDO EM 12 MESES JÚROS TAXA 0%**

**CAOA**

**Notas & Informações**

**Conselho de Administração**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Notas & Informações**

**Conselho de Administração**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

**Política**  
Ricardo Brandt e Fábio Sereghini

## Código Florestal em risco

Nessa semana, o Brasil deu um importante passo no sentido de garantir a sustentabilidade ambiental. Na segunda-feira, o presidente Michel Temer passou a promulgar o novo Código Florestal, que estabelece regras para o uso do solo e a preservação ambiental. O projeto, que já estava em discussão há mais de dez anos, representa um marco na história do Brasil, pois estabelece regras para o uso do solo e a preservação ambiental. O projeto, que já estava em discussão há mais de dez anos, representa um marco na história do Brasil, pois estabelece regras para o uso do solo e a preservação ambiental.

## Uma reforma possível

Não é a reforma política ideal, mas a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 326/2016, recentemente aprovada pelo Conselho de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do STF, pode significar um passo importante na reforma política. A proposta, que já estava em discussão há mais de dez anos, representa um marco na história do Brasil, pois estabelece regras para o uso do solo e a preservação ambiental.

## Os 14 contêineres de Lula

De acordo com o cálculo feito pelo Ministério Público Federal, o ex-presidente Lula teria em sua posse 14 contêineres de documentos. O cálculo foi feito com base em uma lista de documentos que Lula teria em sua posse. O cálculo foi feito com base em uma lista de documentos que Lula teria em sua posse.

## Uma reforma possível

Não é a reforma política ideal, mas a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 326/2016, recentemente aprovada pelo Conselho de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do STF, pode significar um passo importante na reforma política. A proposta, que já estava em discussão há mais de dez anos, representa um marco na história do Brasil, pois estabelece regras para o uso do solo e a preservação ambiental.

## Os 14 contêineres de Lula

De acordo com o cálculo feito pelo Ministério Público Federal, o ex-presidente Lula teria em sua posse 14 contêineres de documentos. O cálculo foi feito com base em uma lista de documentos que Lula teria em sua posse. O cálculo foi feito com base em uma lista de documentos que Lula teria em sua posse.

## Triste legado

De tudo isso que está acontecendo hoje no Brasil, temos de tirar uma lição positiva. O PT foi o partido mais organizado da nossa história. O melhor partido de oposição que tivemos e o mais de esquerda no governo. São dois os pilares da nossa história. São dois os pilares da nossa história.

## Triste legado

De tudo isso que está acontecendo hoje no Brasil, temos de tirar uma lição positiva. O PT foi o partido mais organizado da nossa história. O melhor partido de oposição que tivemos e o mais de esquerda no governo. São dois os pilares da nossa história. São dois os pilares da nossa história.







**O ESTADO DE S. PAULO**

DOMINGO 20 DE FEVEREIRO DE 2022 R\$ 6,00

FUNDO SEM  
COTAS

ALDO MERQUIA  
CARTÃO

ANO 138 Nº 40423 EDIÇÃO DE 19800 [estadio.com.br](http://estadio.com.br)

# Pedágio sobe, mas empresas não respeitam contratos

Reajuste de tarifa em rodovias concedidas chega a 70% acima da inflação, enquanto obras deixam de ser feitas

Os barões atraíram um novo fluxo econômico para o Distrito Federal, com investimentos e custos obrigatórios contratuais deixaram de ser somente para a manutenção da malha física, mas para a manutenção da malha administrativa. As concessões de rodovias federais tem sido favorecida com aumentos sucessivos de tarifas de pedágio em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU), com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) mostrando que, entre 2007 e 2010, as tarifas foram aumentadas em 21,3%, enquanto entre 2009 e 2010 as concessões de rodovias federais tiveram uma redução de 10,5%. O TCU não aponta irregularidades, mas acusa a ANTT de ser conveniente para os concessionários.

De 2009, a que tem a situação mais recente, até 2011, as tarifas aumentaram 24,5%, enquanto as concessões de rodovias federais tiveram uma redução de 10,5%. O TCU não aponta irregularidades, mas acusa a ANTT de ser conveniente para os concessionários.

**▲ Aumento compensa custos**

Concessionários conseguem autorização de tarifas para regular tarifas, mas não de compensação pelo custo de novas obras, que não estavam no projeto original. Para o TCU, esse modelo incentiva o

**Corrupção**  
EUA APONTAM  
DESVIOS NA  
VENEZUELA

**A** Justiça americana investiga integrantes da cúpula do governo da Venezuela pelo uso de cartões para lavar milhões de dólares, desviar fortunas para paraísos fiscais e angariar recursos de drogas, informação enviada a Nova York. **Jamli Chade**, o ex-geral por desafiado a petroleira PDVSA em US\$ 2 bilhões, Suíça, Espanha e Andorra participou da operação. **Investigação / PÁG. A12**

Por eleição, Meirelles poderá deixar PSD

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que poderá sair do PSD para se candidatar à Presidência. O presidente preferido, até agora, é o MDB, do presidente Temer. **POLÍTICA / A**

**Ela manda no vestiário**

Nilmara Alves faz história no futebol brasileiro como primeira mulher a ter registro de técnica na CBF. Desde 2012, ela comanda o Marília/peira, de Guaratinguetá (SP), da Série A3 do Paulista. Querida pelos jogadores, a "professora" se diz coligada pelo preconceito: "As vezes a torcida fala que mulher tem de estar na cozinha". **ESPORTE / PÁG. A25**

Em 2008, 15% dos roubos de caminhão aconteceram no centro expandido de São Paulo. No ano passado, eram 6,9%. A periferia passou a concentrar 78,6% da ocorrência. **METROPOL / PÁG. A12**

Os bastidores da intervenção federal no Rio

informações obtidas pelo Estado revelaram o protagonista do chefe da Secretaria Geral da Presidência, Moisés Franco, a residência do governador Paulo e a residência inicial de Rodrigo Maia. Eunício Oliveira já intervenção no Rio. **POLÍTICA (PÁG. A8)**

Jovens militares veem 'guerra' perto de casa

METRÓPOLE / PÁG. A19

**\*Comemoração de gols enfurece adversários**  
ESPORTES / Pág. A23


**MISTO** Papel misto e parte de fonte responsável  
 FSC® C112698  



**CAOA CHERY**  
 BYANBAE, TECNOLOGIA E DESIGN  
 Veja na página 5.

Tempo em SP **15 Min. 28 Ma**

O ESTADO DE S. PAULO
SOMENHO 26 DE FEVEREIRO DE 2018
Notas e Informações | A3

---

<p><b>Conselho de Administração</b></p> <p><b>Presidente</b></p> <p>Roberto de Assis Moreira</p>	<p><b>Órgão</b></p> <p><b>Editor Responsável:</b> Antonio Carlos Pereira</p>	<p><b>Director Presidente:</b> Francisco Mangabeira Neto</p> <p><b>Director de Jurisprudência:</b> João Paulo Capriles</p> <p><b>Director de Teoria do Direito:</b> Humberto Nery</p>	<p><b>Director de Atualidade:</b> Paulo Pontes</p> <p><b>Director de Jurisprudência:</b> Tarcisio Uchima Nogueira</p> <p><b>Director de Teoria do Direito:</b> Tarcisio Uchima Nogueira</p>
--	--	---	---

[estadonline.com.br](http://estadonline.com.br)

A versão no Internet de  
 O Estado de S. Paulo

---

**Notas e Informações**

## O que se espera da intervenção

[illegible]

Solução capenga                      Irresponsabilidade com o campo

[illegible]

[www.legislativo.sp.gov.br](http://www.legislativo.sp.gov.br)
[www.legislativo.sp.gov.br](http://www.legislativo.sp.gov.br)
[www.legislativo.sp.gov.br](http://www.legislativo.sp.gov.br)
[www.legislativo.sp.gov.br](http://www.legislativo.sp.gov.br)
[www.legislativo.sp.gov.br](http://www.legislativo.sp.gov.br)

nheiro estão sendo usado para defender o PT, Dilma, Lula & Cia. Professores esquerdistas cooptando alunos em prol de uma ideologia. **MAURICIO PONTES**

ses estatistas que não valorizam a História não nos permitem ter esperanças.

**MAURICIO PONTES**

facil, basta cortar benesses indevidas e demais 'auxílios' pagos a juizes, deputados, senadores, ministros etc."

**TEMA DO DIA**

**VOCE NO ESTADÃO.COM.BR**

**COMENTÁRIOS NO PORTAL E NO FACEBOOK**

Redação SP andar  
Fone: (11) 3058-2040  
E-mail: [tvum@estadao.com.br](mailto:tvum@estadao.com.br)

© Estadão Conteúdo s.a. - Diretoria de Seleção de Conteúdo

O LUXO DE LIDERAR e apaixonados São Paulo  
**J. A. MULLER**  
 joesimoesmuller@hotmail.com  
 Avareí  
 MIGO AMBIENTE  
 Mito-Info  
 LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA /  
 SÃO PAULO, SOBRE O A-JUSTE NAS  
 CONTAS PÚBLICAS FEDERAIS  
 SEM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA  
**Rio: Defensoria critica  
 feticamente em favelas**  
 10.694  
 Centro de atendimento ao assinante  
 Capital e Regiões Metropolitanas: 4023-5322  
 Regiões: 0800-000-0000

[illegible]

antecipada e denigra seus membros? Por muito menos o Huck foi intimado?"

cius locais. E, igualmente, grave, porque destruiu um sítio histórico internacional, o kartódromo onde Ayrton Senna aprendeu a dirigir. Não é possível que ele não tenha nem ali. Acho que Michel Temer tem a gente retratando pelas abobrinhas que os noruegueses falaram quando da visita do pre-

**SOBRE CECILIO DE SELETO**  
mibucal@gmail.com

**Seu Téo está fadado ao fracasso?**

**RUI FERRO**

**MA, PLR, PA, PS, AC, P, B, 10.000**  
votos a substituir a RS 10.000: domingo

**Preço estimado:** De segunda a domingo  
R\$ 10.000. São Paulo, R\$ 20.000.

**Comais localizadas e complexas são comu-**

**POB PESSOAS**

**VITAL ROMANEKI PENHA**  
vitalromaneki@gmail.com  
Uberlândia (MG)



# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1897 JULIO MESQUITA (1898-1947)

Quinta-feira 1 DE MARÇO DE 2018 R\$ 4,00 ANO 139 Nº 45405

EDIÇÃO 18130

estadao.com.br

## A longa fila na rota da soja

Uma fila de oito quilômetros de caminhões de soja espera que máquinas do Exército abram caminho na BR-163, perto de Novo Progresso, no Pará. O Estado percorre a rota do escoamento da produção de Mato Grosso. **ECONOMIA / PÁG. 87**



STEFANO ROSSI/REUTERS

## Refis mais recente perdoa R\$ 62 bi, quase o dobro do previsto

Regras mais generosas, com descontos de até 70% em multas e de até 90% em juros, concedidas após pressão no Congresso, atraíram adesão maior do que a esperada

Deve chegar a R\$ 62 bilhões o pendão concedido pelo governo federal ao último parcelamento de débitos tributários, o Refis. O valor é quase o dobro dos R\$ 35 bilhões esperados. O cálculo foi atualizado pela Receita Federal porque, com regras mais generosas, a versão final do programa acabou incentivando adesão maior do que a prevista. A primeira versão do Refis não incluía descontos em multas e juros. Após pres-

**R\$ 8 bilhões foram pagos à vista, o que, para a Receita, indica que parte das empresas não precisava recorrer ao Refis.**

são de parlamentares - muitos deles com dívidas com o Fisco - para melhorar as condições da proposta, o gover-

no acabou concedendo descontos de até 70% em multas e de até 90% em juros, de olho em futuro apoio à reforma da Previdência, que acabou engavetada. Os parcelamentos especiais permitem que empresas refinanciem dívidas com descontos sobre juros, multas e encargos e, em troca, o governo recebe uma parcela da dívida adiada, mas abre mão do que poderia ganhar com juros e multas. **ECONOMIA / PÁG. 81**

**paladar 47 lugares**  
para comer e beber no Baixo Pinheiros



• Nos últimos quatro anos, a oferta de bares, restaurantes e cafés na região cresceu e se diversificou. E a tendência continua: três casas já abriram em 2018. **PÁG. 81 e 83**

## Prioridade da Lava Jato continua, diz Jungmann

O ministro da Segurança, Raul Jungmann, disse ontem que a Lava Jato é o combate à corrupção continuam sendo prioridade da Polícia Federal, mesmo com a transferência da corporação do Ministério da Justiça para sua pasta. Mais 20 delegados devem

ser mandados para o setor de combate à corrupção, de acordo com o ministro. Jungmann disse ainda que a troca de Fernando Segovia por Rogério Galvão no comando da PF é o resultado de sua "relação pessoal" com este. **POLÍCIA / PÁG. 44**



**Chasse média em costume**  
Luiz Ruffato lança 'A Cidade Dura', seu primeiro livro do gênero. **PÁG. 61**

## Desemprego sobe, mas vagas formais ficam estáveis

Adesão de trabalhadores temporários do fim do ano elevou a taxa de desemprego para 12,5% no trimestre encerrado em janeiro, ante 11,8% no período anterior. Dados do IBGE apontam, porém, estabilidade no emprego formal. **ECONOMIA / PÁG. 83**

## STF aprova novo Código Florestal e anistia multas

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem pela constitucionalidade da maioria dos pontos da lei que altera o Código Florestal, de 1965. A decisão perdura a maioria de quem fez desmatamento ilegal até julho de 2008. **MEIO-AMBIENTE / PÁG. A12**

## Startup NUBANK TEM NOVO APOORTE E VALE US\$ 1 BI

A startup brasileira Nubank, que tem 3 milhões de cartões de crédito emitidos no país e já é avaliada em mais de US\$ 1 bilhão, recebeu novo investimento, de US\$ 150 milhões. **ECONOMIA / PÁG. 88**

## Odebrecht usou caixa 2 em campanha no Peru

**INTERNACIONAL / PÁG. 49**

## Ex-deputado é condenado por crime de trânsito

**MEIO-AMBIENTE / PÁG. A14**



**NEW ELANTRA 2018**  
2.0 FLEX 167 CV  
O HYUNDAI MAIS VENDIDO DO MUNDO

A partir de **R\$ 84.990** (valor) com 5 anos de garantia

Taxa a partir de **0,81% a.m.**

Financiamento com o **5** PARCELA SÓ EM JULHO

Financiado diretamente com o **5** PARCELA SÓ EM JULHO

www.casa.com.br

## Celso Ming

Falta direcionar o grande impacto sobre o emprego que virá a reboto da revolução prevista para o setor automotivo. **ECONOMIA / PÁG. 82**

## Veríssimo

O golpe de 1964 e a intervenção de 2018 refletem muita de apelar para os militares como instância final, antes do caos. **GOVERNO / PÁG. 68**

## NOTAS & INFORMAÇÕES

### Distribuir para crescer

Qualquer programa sério de crescimento deve incluir o combate à corrupção e à desigualdade, segundo o novo estudo sobre a economia brasileira da OCDE. **PÁG. A3**

### Um Ministério sem sentido

Por que havia necessidade de se criar um Ministério para a segurança pública se já havia uma pasta, a da Justiça? **PÁG. A3**

Tempo em SP 18º 19º 20º 21º 22º 23º 24º 25º 26º 27º 28º 29º 30º 31º



# Metrópole



**Congresso**  
Deputados aprovam projeto de lei pro-apgs de transporte. Pág. A15

**Ambiente.** Decisão, que libera de multa quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, foi recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas. Ambos concordam, porém, que finalmente há segurança jurídica para implementar lei de 2012

## Após 6 anos de questionamentos, STF declara constitucional Código Florestal



**No chão.** Floresta cortada na Amazônia

**Glennia Givral**  
Anistia para quem desmatou até julho de 2008. Pág. A15

### QUE O SUPREMO DECIDIU

Após quase seis anos de questionamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, em votação apertada, pela constitucionalidade da maioria dos pontos da lei de 2012 que altera o Código Florestal, de 1965, que rege como deve se dar a proteção da vegetação nativa em propriedades rurais do País.

A decisão, recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas e cientistas, trouxe, em comum aos dois lados, a sensação de que agora há segurança jurídica para, enfim, implementar a lei. No entanto, 6 pontos em questão foram por quatro acrescitados de inconstitucionalidade (A.d.s.). Entre os mais polêmicos estavam os que conferem anistia de multa e outras obrigações a quem desmatou ilegalmente até julho de 2008 - data marcada para que se extinga definitivamente as concessões dos novos.

O ministro Luiz Fux, que relata o processo, tinha entendido o porrequecimento da legislação da lei de 2012, mas não a Constituição. O artigo estabelece o Programa de Regularização Ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

matadas ilegalmente. Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir da implementação do PRA, os produtores rurais não poderão ser punidos por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008. O proprietário que desmatou ilegalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a re-implantá-la. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

• **Recompensação** Flum mantidos os regimes diferenciados para quem desmatou antes ou depois de 22/7/2008. O proprietário que desmatou ilegalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a re-implantá-la. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

• **Escadência** Artigo que definiu que terrenos diferentes de APP têm de ser protegidos segundo tamanho do proprietário rural. São mantidos.

• **Antistia** Quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.

antes de 22 de julho de 2008 não se reveste de conteúdo arbitrário nem compromete a tutela constitucional no ambiente.

Segurança. No setor agrícola havia o temor de que, se algum desses pontos fosse considerado inconstitucional, acabaria provocando uma insegurança jurídica que colocaria o PRA sob ameaça. Os produtores, se pudessem ser multados, perderiam incentivo a aderir ao programa, de defesa do setor.

• **Compensação** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

antes de 22 de julho de 2008 não se reveste de conteúdo arbitrário nem compromete a tutela constitucional no ambiente.

Segurança. No setor agrícola havia o temor de que, se algum desses pontos fosse considerado inconstitucional, acabaria provocando uma insegurança jurídica que colocaria o PRA sob ameaça. Os produtores, se pudessem ser multados, perderiam incentivo a aderir ao programa, de defesa do setor.

• **Compensação** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

# Metrópole



**São Paulo**  
Prefeitura quer facilitar instalação de antenas. Pág. A15

**Ambiente.** Decisão, que libera de multa quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, foi recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas. Ambos concordam, porém, que finalmente há segurança jurídica para implementar lei de 2012

## STF declara constitucional anistia a desmatador do novo Código Florestal



**No chão.** Floresta cortada na Amazônia

**Glennia Givral**  
Anistia para quem desmatou até julho de 2008. Pág. A15

### QUE O SUPREMO DECIDIU

Após quase seis anos de questionamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, em votação apertada, pela constitucionalidade da maioria dos pontos da lei de 2012 que altera o Código Florestal, de 1965, que rege como deve se dar a proteção da vegetação nativa em propriedades rurais do País.

A decisão, recebida com alívio pelo agronegócio e com desânimo por ambientalistas e cientistas, trouxe, em comum aos dois lados, a sensação de que agora há segurança jurídica para, enfim, implementar a lei. No entanto, 6 pontos em questão foram por quatro acrescitados de inconstitucionalidade (A.d.s.). Entre os mais polêmicos estavam os que conferem anistia de multa e outras obrigações a quem desmatou ilegalmente até julho de 2008 - data marcada para que se extinga definitivamente as concessões dos novos.

O ministro Luiz Fux, que relata o processo, tinha entendido o porrequecimento da legislação da lei de 2012, mas não a Constituição. O artigo estabelece o Programa de Regularização Ambiental (PRA) - dispositivo que trata sobre como deve se dar a regularização de áreas des-

matadas ilegalmente. Há um parágrafo no artigo que prevê que a partir da implementação do PRA, os produtores rurais não poderão ser punidos por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.

• **Recompensação** Flum mantidos os regimes diferenciados para quem desmatou antes ou depois de 22/7/2008. O proprietário que desmatou ilegalmente Área de Preservação Permanente (APP) é obrigado a re-implantá-la. Quem fez isso após essa data, não pode ter novas autorizações de corte da vegetação.

• **Escadência** Artigo que definiu que terrenos diferentes de APP têm de ser protegidos segundo tamanho do proprietário rural. São mantidos.

• **Antistia** Quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, mas aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), não poderá ser punido por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.

antes de 22 de julho de 2008 não se reveste de conteúdo arbitrário nem compromete a tutela constitucional no ambiente.

Segurança. No setor agrícola havia o temor de que, se algum desses pontos fosse considerado inconstitucional, acabaria provocando uma insegurança jurídica que colocaria o PRA sob ameaça. Os produtores, se pudessem ser multados, perderiam incentivo a aderir ao programa, de defesa do setor.

• **Compensação** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

antes de 22 de julho de 2008 não se reveste de conteúdo arbitrário nem compromete a tutela constitucional no ambiente.

Segurança. No setor agrícola havia o temor de que, se algum desses pontos fosse considerado inconstitucional, acabaria provocando uma insegurança jurídica que colocaria o PRA sob ameaça. Os produtores, se pudessem ser multados, perderiam incentivo a aderir ao programa, de defesa do setor.

• **Compensação** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

• **Reserva Legal** Para o STF, é constitucional artigo que define que compensação de Reserva Legal desmatada por de ser feita no mesmo bioma.

**NICOM**  
Tratamento de água

**Tratamento de água**

8X  
R\$ 1,70

12X  
R\$ 1,70

24X  
R\$ 1,70

36X  
R\$ 1,70

48X  
R\$ 1,70

60X  
R\$ 1,70

72X  
R\$ 1,70

84X  
R\$ 1,70

96X  
R\$ 1,70

108X  
R\$ 1,70

120X  
R\$ 1,70

132X  
R\$ 1,70

144X  
R\$ 1,70

156X  
R\$ 1,70

168X  
R\$ 1,70

180X  
R\$ 1,70

192X  
R\$ 1,70

204X  
R\$ 1,70

216X  
R\$ 1,70

228X  
R\$ 1,70

240X  
R\$ 1,70

252X  
R\$ 1,70

264X  
R\$ 1,70

276X  
R\$ 1,70

288X  
R\$ 1,70

300X  
R\$ 1,70

312X  
R\$ 1,70

324X  
R\$ 1,70

336X  
R\$ 1,70

348X  
R\$ 1,70

360X  
R\$ 1,70

372X  
R\$ 1,70

384X  
R\$ 1,70

396X  
R\$ 1,70

408X  
R\$ 1,70

420X  
R\$ 1,70

432X  
R\$ 1,70

444X  
R\$ 1,70

456X  
R\$ 1,70

468X  
R\$ 1,70

480X  
R\$ 1,70

492X  
R\$ 1,70

504X  
R\$ 1,70

516X  
R\$ 1,70

528X  
R\$ 1,70

540X  
R\$ 1,70

552X  
R\$ 1,70

564X  
R\$ 1,70

576X  
R\$ 1,70

588X  
R\$ 1,70

600X  
R\$ 1,70

612X  
R\$ 1,70

624X  
R\$ 1,70

636X  
R\$ 1,70

648X  
R\$ 1,70

660X  
R\$ 1,70

672X  
R\$ 1,70

684X  
R\$ 1,70

696X  
R\$ 1,70

708X  
R\$ 1,70

720X  
R\$ 1,70

732X  
R\$ 1,70

744X  
R\$ 1,70

756X  
R\$ 1,70

768X  
R\$ 1,70

780X  
R\$ 1,70

792X  
R\$ 1,70

804X  
R\$ 1,70

816X  
R\$ 1,70

828X  
R\$ 1,70

840X  
R\$ 1,70

852X  
R\$ 1,70

864X  
R\$ 1,70

876X  
R\$ 1,70

888X  
R\$ 1,70

900X  
R\$ 1,70

912X  
R\$ 1,70

924X  
R\$ 1,70

936X  
R\$ 1,70

948X  
R\$ 1,70

960X  
R\$ 1,70

972X  
R\$ 1,70

984X  
R\$ 1,70

996X  
R\$ 1,70

1008X  
R\$ 1,70

1020X  
R\$ 1,70

1032X  
R\$ 1,70

1044X  
R\$ 1,70

1056X  
R\$ 1,70

1068X  
R\$ 1,70

1080X  
R\$ 1,70

1092X  
R\$ 1,70

1104X  
R\$ 1,70

1116X  
R\$ 1,70

1128X  
R\$ 1,70

1140X  
R\$ 1,70

1152X  
R\$ 1,70

1164X  
R\$ 1,70

1176X  
R\$ 1,70

1188X  
R\$ 1,70

1200X  
R\$ 1,70

1212X  
R\$ 1,70

1224X  
R\$ 1,70

1236X  
R\$ 1,70

1248X  
R\$ 1,70

1260X  
R\$ 1,70

1272X  
R\$ 1,70

1284X  
R\$ 1,70

1296X  
R\$ 1,70

1308X  
R\$ 1,70

1320X  
R\$ 1,70

1332X  
R\$ 1,70

1344X  
R\$ 1,70

1356X  
R\$ 1,70

1368X  
R\$ 1,70

1380X  
R\$ 1,70

1392X  
R\$ 1,70

1404X  
R\$ 1,70

1416X  
R\$ 1,70

1428X  
R\$ 1,70

1440X  
R\$ 1,70

1452X  
R\$ 1,70

1464X  
R\$ 1,70

1476X  
R\$ 1,70

1488X  
R\$ 1,70

1500X  
R\$ 1,70

1512X  
R\$ 1,70

1524X  
R\$ 1,70

1536X  
R\$ 1,70

1548X  
R\$ 1,70

1560X  
R\$ 1,70

1572X  
R\$ 1,70

1584X  
R\$ 1,70

1596X  
R\$ 1,70

1608X  
R\$ 1,70

1620X  
R\$ 1,70

1632X  
R\$ 1,70

1644X  
R\$ 1,70

1656X  
R\$ 1,70

1668X  
R\$ 1,70

1680X  
R\$ 1,70

1692X  
R\$ 1,70

1704X  
R\$ 1,70

1716X  
R\$ 1,70

1728X  
R\$ 1,70

1740X  
R\$ 1,70

1752X  
R\$ 1,70

1764X  
R\$ 1,70

1776X  
R\$ 1,70

1788X  
R\$ 1,70

1800X  
R\$ 1,70

1812X  
R\$ 1,70

1824X  
R\$ 1,70

1836X  
R\$ 1,70

1848X  
R\$ 1,70

1860X  
R\$ 1,70

1872X  
R\$ 1,70

1884X  
R\$ 1,70

1896X  
R\$ 1,70

1908X  
R\$ 1,70

1920X  
R\$ 1,70

1932X  
R\$ 1,70

1944X  
R\$ 1,70

1956X  
R\$ 1,70

1968X  
R\$ 1,70

1980X  
R\$ 1,70

1992X  
R\$ 1,70

2004X  
R\$ 1,70

2016X  
R\$ 1,70

2028X  
R\$ 1,70

2040X  
R\$ 1,70

2052X  
R\$ 1,70

2064X  
R\$ 1,70

2076X  
R\$ 1,70

2088X  
R\$ 1,70

2100X  
R\$ 1,70

2112X  
R\$ 1,70

2124X  
R\$ 1,70

2136X  
R\$ 1,70

2148X  
R\$ 1,70

2160X  
R\$ 1,70

2172X  
R\$ 1,70

2184X  
R\$ 1,70

2196X  
R\$ 1,70

2208X  
R\$ 1,70

2220X  
R\$ 1,70

2232X  
R\$ 1,70

2244X  
R\$ 1,70

2256X  
R\$ 1,70

2268X  
R\$ 1,70

2280X  
R\$ 1,70

2292X  
R\$ 1,70

2304X  
R\$ 1,70

2316X  
R\$ 1,70

2328X  
R\$ 1,70

2340X  
R\$ 1,70

2352X  
R\$ 1,70

2364X  
R\$ 1,70

2376X  
R\$ 1,70

2388X  
R\$ 1,70

2400X  
R\$ 1,70

2412X  
R\$ 1,70

2424X  
R\$ 1,70

2436X  
R\$ 1,70

2448X  
R\$ 1,70

2460X  
R\$ 1,70

2472X  
R\$ 1,70

2484X  
R\$ 1,70

2496X  
R\$ 1,70

2508X  
R\$ 1,70

2520X  
R\$ 1,70

2532X  
R\$ 1,70

2544X  
R\$ 1,70

2556X  
R\$ 1,70

2568X  
R\$ 1,70

2580X  
R\$ 1,70

2592X  
R\$ 1,70

2604X  
R\$ 1,70

2616X  
R\$ 1,70

2628X  
R\$ 1,70

2640X  
R\$ 1,70

2652X  
R\$ 1,70

2664X  
R\$ 1,70

2676X  
R\$ 1,70

2688X  
R\$ 1,70

2700X  
R\$ 1,70

2712X  
R\$ 1,70

2724X  
R\$ 1,70

2736X  
R\$ 1,70

2748X  
R\$ 1,70

2760X  
R\$ 1,70

2772X  
R\$ 1,70

2784X  
R\$ 1,70

2796X  
R\$ 1,70

2808X  
R\$ 1,70

2820X  
R\$ 1,70

2832X  
R\$ 1,70

2844X  
R\$ 1,70

2856X  
R\$ 1,70

2868X  
R\$ 1,70

2880X  
R\$ 1,70

2892X  
R\$ 1,70

2904X  
R\$ 1,70

2916X  
R\$ 1,70

2928X  
R\$ 1,70

2940X  
R\$ 1,70

2952X  
R\$ 1,70

2964X  
R\$ 1,70

2976X  
R\$ 1,70

2988X  
R\$ 1,70

3000X  
R\$ 1,70

**NICOM**  
Tratamento de água

**Tratamento de água**

8X  
R\$ 1,70

12X  
R\$ 1,70

24X  
R\$ 1,70

36X  
R\$ 1,70

48X  
R\$ 1,70

60X  
R\$ 1,70

72X  
R\$ 1,70

84X  
R\$ 1,70

96X  
R\$ 1,70

108X  
R\$ 1,70

120X  
R\$ 1,70

132X  
R\$ 1,70

144X  
R\$ 1,70

156X  
R\$ 1,70

168X  
R\$ 1,70

180X  
R\$ 1,70

192X  
R\$ 1,70

204X  
R\$ 1,70

216X  
R\$ 1,70

228X  
R\$ 1,70

240X  
R\$ 1,70

252X  
R\$ 1,70

264X  
R\$ 1,70

276X  
R\$ 1,70

288X  
R\$ 1,70

300X  
R\$ 1,70

312X  
R\$ 1,70

324X  
R\$ 1,70

336X  
R\$ 1,70

348X  
R\$ 1,70

360X  
R\$ 1,70

372X  
R\$ 1,70

384X  
R\$ 1,70

396X  
R\$ 1,70

408X  
R\$ 1,70

420X  
R\$ 1,70

432X  
R\$ 1,70

444X  
R\$ 1,70

456X  
R\$ 1,70

468X  
R\$ 1,70

480X  
R\$ 1,70

492X  
R\$ 1,70

504X  
R\$ 1,70

516X  
R\$ 1,70

528X  
R\$ 1,70

540X  
R\$ 1,70

552X  
R\$ 1,70

564X  
R\$ 1,70

576X  
R\$ 1,70

588X  
R\$ 1,70

600X  
R\$ 1,70

612X  
R\$ 1,70

624X  
R\$ 1,70

636X  
R\$ 1,70

648X  
R\$ 1,70

660X  
R\$ 1,70

672X  
R\$ 1,70

684X  
R\$ 1,70

696X  
R\$ 1,70

708X  
R\$ 1,70

720X  
R\$ 1,70

732X  
R\$ 1,70

744X  
R\$ 1,70

756X  
R\$ 1,70

768X  
R\$ 1,70

780X  
R\$ 1,70

792X  
R\$ 1,70

804X  
R\$ 1,70

816X  
R\$ 1,70

828X  
R\$ 1,70

840X  
R\$ 1,70

852X  
R\$ 1,70

864X  
R\$ 1,70

876X  
R\$ 1,70

888X  
R\$ 1,70

900X  
R\$ 1,70

912X  
R\$ 1,70

924X  
R\$ 1,70

936X  
R\$ 1,70

948X  
R\$ 1,70

960X  
R\$ 1,70

972X  
R\$ 1,70

984X  
R\$ 1,70

996X  
R\$ 1,70

1008X  
R\$ 1,70

1020X  
R\$ 1,70

1032X  
R\$ 1,70

1044X  
R\$ 1,70

1056X  
R\$ 1,70

1068X  
R\$ 1,70

1080X  
R\$ 1,70

1092X  
R\$ 1,70

1104X  
R\$ 1,70

1116X  
R\$ 1,70

1128X  
R\$ 1,70

1140X  
R\$ 1,70

1152X  
R\$ 1,70

1164X  
R\$ 1,70

1176X  
R\$ 1,70

1188X  
R\$ 1,70

1200X  
R\$ 1,70

1212X  
R\$ 1,70

1224X  
R\$ 1,70

1236X  
R\$ 1,70

1248X  
R\$ 1,70

1260X  
R\$ 1,70

1272X  
R\$ 1,70

1284X  
R\$ 1,70

1296X  
R\$ 1,70

1308X  
R\$ 1,70

1320X  
R\$ 1,70

1332X  
R\$ 1,70

1344X  
R\$ 1,70

1356X  
R\$ 1,70

1368X  
R\$ 1,70

1380X  
R\$ 1,70

1392X  
R\$ 1,70

1404X  
R\$ 1,70

1416X  
R\$ 1,70

1428X  
R\$ 1,70

1440X  
R\$ 1,70

1452X  
R\$ 1,70

1464X  
R\$ 1,70

1476X  
R\$ 1,70

1488X  
R\$ 1,70

1500X  
R\$ 1,70

1512X  
R\$ 1,70

1524X  
R\$ 1,70

1536X  
R\$ 1,70

1548X  
R\$ 1,70

1560X  
R\$ 1,70

1572X  
R\$ 1,70

1584X  
R\$ 1,70

1596X  
R\$ 1,70

1608X  
R\$ 1,70

1620X  
R\$ 1,70

1632X  
R\$ 1,70

1644X  
R\$ 1,70

1656X  
R\$ 1,70

1668X  
R\$ 1,70

1680X  
R\$ 1,70

1692X  
R\$ 1,70

1704X



